



JALES 70

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ANOS

Léo Huber

Aparecida de Jesus Olhier

Elida Maria Barison da Silva

Gabriela Araujo Puerto

José Carlos Ugeda Júnior

Sedeval Nardoque

Dados:

JALES 70 ANOS – MEMÓRIAS E HISTÓRIAS.

Léo Huber, Aparecida de Jesus Olhier
Élida Maria Barison Da Silva, Gabriela
Araujo Puerto, José Carlos Ugeda Júnior,
Sedeval Nardoque.
1.ed. – Jales: Léo Huber, 2013.
249 páginas

ISBN – 915387

A ferrovia chegou a Jales, Memórias das Escolas Rurais, Memórias e vivências da vida rural, Histórias de vida das mulheres de Jales, Histórias e lembranças da infância, Os desafios da moradia, Comércio – encantos e desencantos, A luta pela vida – as trajetórias da saúde em Jales, Euphly Jalles – outras memórias, Recortes da cultura jalesense, Grilagens e conflitos fundiários como desdobramentos da transformação da terra de trabalho em terra de negócio em Jales/SP, A incorporação do extremo Noroeste Paulista na expansão da fronteira, Planejamento urbano e meio ambiente em Jales – SP.

LÉO HUBER

APARECIDA DE JESUS OLHIER

ÉLIDA MARIA BARISON DA SILVA

GABRIELA ARAUJO PUERTO

JOSÉ CARLOS UGEDA JÚNIOR

SEDEVAL NARDOQUE

JALES 70 ANOS – MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

JALES

LÉO HUBER

2013

Agradecimentos:

Édelis de Oliveira Canobas - apoio na pesquisa do primeiro capítulo

Evany Aun - revisão

Jaqueline Kimura Zambon - organização do livro.

A todos que com seus depoimentos ajudaram

a concretizar este livro.

Sumário

Apresentação.....	6
Capítulo 1 – A ferrovia chegou a Jales	8
Capítulo 2 – Memórias das Escolas Rurais.....	25
Capítulo 3 – Memórias e vivências da vida rural.....	43
Capítulo 4 – Histórias de vida das mulheres de Jales.....	69
Capítulo 5 – Histórias e lembranças da infância.....	86
Capítulo 6 – Os desafios da moradia.....	97
Capítulo 7 – Comércio – encantos e desencantos.....	111
Capítulo 8 – A luta pela vida – as trajetórias da saúde em Jales.....	131
Capítulo 9 – Euphly Jalles – outras memórias.....	145
Capítulo 10 – Recortes da cultura jalesense.....	156
Capítulo 11 – Grilagens e conflitos fundiários como desdobramentos da transformação da terra de trabalho em terra de negócio em Jales/SP.....	168
Capítulo 12 – A incorporação do extremo Noroeste Paulista na expansão da fronteira.....	208
Capítulo 13 – Planejamento Urbano e Meio Ambiente em Jales-SP.....	230

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado da verificação que a maior parte da história escrita de Jales é especialmente focada na visão dos fundadores, dos líderes políticos e econômicos. - história, este foco é conhecido como a “história dos de cima”.

Atualmente, é reconhecido que a história é feita por sujeitos sociais e que todos os membros da sociedade são também sujeitos históricos. Diante disso, podemos entender que a história escrita de Jales ainda não contemplava a “historia dos de baixo”. Tal ocorrência sugere uma história incompleta. Este livro pretende contribuir no preenchimento desta lacuna do registro histórico de Jales.

O livro também considera os 70 anos de fundação de Jales completados em 2011. O registro histórico tem o propósito especial de entender o presente. A cidade cresceu, desenvolveu-se, projetou-se com centro regional, porém também enfrenta diversos problemas. As explicações dos sucessos e dos retrocessos precisam ser encontradas em sua história. Este livro propõe-se a, também, colaborar com isso.

Para a elaboração deste conteúdo, os autores recorreram a pesquisas em diversas fontes. Foram utilizados documentos escritos, documentos jurídicos, jornais, fotografias e, especialmente depoimentos. O depoimento oral é um recurso reconhecido como fonte histórica importante principalmente quando buscamos o registro da “história dos de baixo”. Estes sujeitos, dificilmente, são citados em documentos escritos. Suas experiências, visões e entendimentos, quase nunca são motivos de matérias jornalísticas ou consideradas nos momentos de elaboração de políticas públicas. O foco na “história dos de baixo” é o principal, porém, não exclusivo. O leitor encontrará outros sujeitos históricos, muitas vezes,

entendidos, como “dos de cima”. Sua contribuição, em diversos casos, foi considerada significativa pelos autores.

O livro é composto de um total de 13 capítulos. Destes, três capítulos utilizam uma linguagem acadêmica e, até por sua extensão, propõem uma discussão aprofundada. Outros dez capítulos foram elaborados visando facilitar o entendimento dos leitores de forma geral e para servir de subsídio como material de estudo no ensino fundamental e médio, das escolas do Município de Jales.

Léo Huber

CAPÍTULO 1

A FERROVIA CHEGOU A JALES

Léo Huber – Mestre em História Social
pela PUC/SP

Os moradores de Jales, especialmente os mais antigos, sempre reconheceram a importância da chegada da linha de trem até Jales. Segundo estas memórias foi este fato que determinou a afirmação de Jales como um centro urbano importante e contribuiu decisivamente para o seu desenvolvimento. Neste capítulo, no qual contamos com a contribuição muito importante de Édilis, que colheu todos os depoimentos aqui presentes. São depoimentos exclusivos, vários deles de pessoas que nunca foram ouvidas antes e que contam as suas memórias sobre o trem em Jales.

Benedito, um ferroviário do início da década de 1950 nos narrou que *“Aqui não tinha nada, essa (Avenida) Francisco Jalles e esse comércio eram puro capim, pura casinha de ‘pau a pique’, aquela avenida lá era puro ‘pau a pique’, casinha de barro”*.

O depoimento de Dario segue na mesma linha a relatar o que era Jales no momento da chegada da linha do trem *“[...] não tinha nada antes dessa estrada, lembro que tinha umas duas sorveterias, um hotel de nome ‘Avenida’ e umas casinhas espalhadas no meio do mato. Se não tivesse essa estrada de ferro, teríamos virado..., Enfim o trem animou a chegada de gente para deixar a cidade do jeito que ela é hoje”*.

Segundo Temponi, a população sabia da importância da chegada do trem à Jales. Ele descreve que para a população a chegada do trem foi um “festão”, que muita gente se reunia na estação embora esta fosse de tábua. *“Quando eu vim à primeira vez em Jales, foi*

a trabalho em 1951 quando inaugurou a estação daqui, vim com o lastro dos trabalhadores como foguista, foi um festão! Tampava de gente! A primeira estação era de tabua e tinha o escritório do mestre linha e um barracão, só depois que construíram a que está hoje ali, que fizeram aquele telhado aberto e tudo mais”.

O mesmo Temponi narra que Jales foi apresentada a ele em 1951 como cidade do progresso: *[...] acabei sendo transferido para Jales, na época tentaram me convencer dizendo que Jales era uma cidade do progresso.*

Praticamente tudo o que chegava à cidade vinha de trem. O transporte de mercadorias por longas distâncias com a utilização de outros meios era praticamente impossível devido a falta de infra-estrutura. Dario nos relata que *“[...] a estrada de ferro trazia as mercadorias para abastecer as vilas, as mercadorias eram compradas pelo comércio local e tínhamos que descarregar para que os caminhões pudessem levar até o destino. Esses caminhões podiam ser da EFA (Estrada de Ferro Araraquarense) ou então de empresas particulares. Todos eles levavam até as cidades vizinhas de Jales. Ficávamos até três horas para descarregar tudo nos armazéns. Íamos de estação em estação descarregando móveis, óleo, combustível, tecidos, comida, uma infinidade de mercadorias, a maior parte vinda de São Paulo... Era tudo por essa estrada de ferro! Era tudo mesmo! Transporte de gado em gaiolas, galinha, ovo, queijo, manteiga e até lingüiça! Nada saía ou entrava sem que fosse por meio dessa estrada de ferro... Caminhões não trafegavam por aqui. De Mirassol para cá era uma estrada de terra vermelha “do cão”, que não trafegava ninguém! Então o trem vinha sempre lotado como “lata de sardinha”, carregado de passageiros e mercadorias.*

A narrativa de Dario dá uma boa dimensão das dificuldades do transporte e ao mesmo tempo a solução que o trem representou. O relato destaca que não somente que Jales era abastecida pelo trem, mas que as cidades vizinhas também recebiam seus produtos na estação de Jales e daí transportadas de caminhão até suas cidades. Dario a citar a estrada de Mirassol e se referir a ela como “*estrada de terra vermelha do cão*” aponta para a dimensão da dificuldade de transportar por estradas.

Simão também destacou a importância do trem para Jales: “*Naquela época trem era tudo. Tinha movimento, viagem de passageiros, até nossas compras de supermercados fazíamos pelo trem. Existia o “rapa”, comprávamos pelo “bloco” e vinha tudo de São José do Rio Preto, era sardinha, bolachas, arroz, era mais barato comprar de lá do que nos armazéns daqui*”. Simão destaca mais uma vez a diversidade do que vinha pelo trem e fala da “RAPA”, um dia especial em que o trem trazia mercadorias de mercado. Silvano também fez referência ao Rapa: “*[...] tinha o “rapa” e comprávamos de tudo pelo trem, latas de leite ninho, bolachas, sardinhas, banha de coco, goiabada, sal, arroz. Fazíamos uma lista, o popular “bloco”, e os produtos vinham pelo trem direto*”.

ASA - FERROVIA PAULISTA S.A.				ESTAÇÃO JALES - 4A			
LOCALIZAÇÃO							
PILOTO: JALES		LINHA: TROMCO		POSICÃO: 373,488 KM		CLASSIFICAÇÃO: PO - C	
DE: SÃO PAULO		UNIDADE REGIONAL: GR. 4		ALTIITUDE: 483,500		DATA DA INAUGURAÇÃO: 21/03/1951	
FICHA: 14		DATA: 02/01/79					
RAZÕES COLATERAIS		DISTÂNCIA (Km.)		TEMPO DE PERCURSO (minutos)		COMUNICAÇÃO	
		TRENS DE CARGAS		TRENS DE PASSAGEIROS		TELEFONE	
Estação D'Oeste		17		18		Empresa: Telecomunicação Oeste Psa.	
Estação Jales		13		13		Tipo: semi-automático; Número: 426 3/4	
PLATAFORMAS		DESVIOS		ARMAZEM		BACAGEM	
Cobertura		DESVIOS (metros)		TIPO DO PISO: asfalto		Capacidade (kg/m²)	
Comprimento e largura		Rota		Comprimento, largura e altura		Capacidade (m³)	
0 x 6,25		1.0		97,00 x 11,74 x 5,80		24,90	
189,00 x 7,00		2.0		660h,9		6,55	
0,80		3.0					
		4.0					
		MORTOS					
GASTECIMENTO DE AGUA		INSTALAÇÃO ELÉTRICA		DESVIOS PARTICULARES		BAR: sim RESTAURANTE: não	
Fornecedor: SABESP		Fornecedor: CESP				SALA DE ESPERA: sim	
Medida: 200782		Medida: 220				SANTUÁRIOS HÔMENS: sim	
Voltagem: 127		Cilindragem: 60					
PLANTA DO PATIO DA ESTAÇÃO							

Planta da estação ferroviária de Jales. Documento de Janeiro de 1979. Arquivo pessoal de um ferroviário.

O movimento de trens era bastante intenso. Temponi lembra que provavelmente fossem quatro trens que chegavam e quatro que partiam de Jales diariamente. Certamente isto não era pouco: *“Naquela época a estação tinha muito movimento, as pessoas se reuniam ali porque dava muita gente, não me lembro muito bem, mas acho que havia por dia quatro trens que vinham e quatro que iam daqui para lá, todos de passageiros... Tinha o vagão restaurante, o vendedor de revistas, a segurança e era elegante”!* É interessante observar que Temponi destaca o trem de passageiros como elegante e que a bordo oferecia vários serviços.

Com o trem chegando e saindo de Jales os que chegavam para se estabelecer aqui vinham cheios de esperanças. Sobre isso Simão relata que: *“[...] lembro que o avô de minha mulher disse uma vez: com esse café e esse trem a gente vai colher dinheiro com rastelo.*

Então não tenho dúvidas que fui importante...". A expressão "colher dinheiro de rastelo" empregada por Simão dá uma boa dimensão do tamanho dos sonhos de quem chegava para se instalar aqui.

Pigossi destaca o papel dos ferroviários em fazer esta história acontecer "[...] mercados, médicos, mercadorias, tudo vinha pelo trem e se eu não tivesse lá sentando os dormentes eles não teriam chegado aqui".

OUTROS DETALHES:	
2	Escolas de 1ª e 2ª grau
7	Escolas de 1ª grau
1	Escola agrupada
36	Escolas isoladas
2	Escolas particulares
2	Conservatórios musicais
1	Escola de Filosofia, digo, Faculdade
1	Delegacia Seccional de Polícia
	Sede do Bispado
2	Estações de Rádio
1	Jornal Diário
1	Jornal Semanal
	Coletoria Estadual
	Coletoria Federal
	Agência do IBGE
	Casa da Agricultura
	Delegacia Agrícola
	Caixa Ec. Estadual
	Caixa Ex. Federal
9	Bancos
1.320	automóveis de passeio
809	camionetes e utilitários
244	caminhões de aluguel
54	veículos de aprendizagem
41	motos
23	médicos
14	dentistas
25	advogados
6	farmaceuticos
4	engenheiros agrônomos
4	químicos
Comércio: 254 varejistas, 97 bares e botequins, 15 atacadistas, 12 hotéis, 9 farmácias, 4 supermercados, 26 barbearias, 8 postos gasolina, 8 restaurantes e 8 lojas eletro-domésticos.	
Lavoura: 1.188 propriedades agrícolas algodão, arroz, amendoim, milho, café, soja, sorgo, feijão, laranja e mamão.	

Documento da posse de ferroviário que relaciona o que havia em Jales em 1973

Os trabalhadores da ferrovia

Benedito nos dá uma boa indicação de que muitos dos que trabalharam na ferrovia vieram do nordeste em busca de trabalho “[...]...eu entrei lá pra ficar, porque “carquei o fim do norte” eu não sou daqui, eu vim do norte. (...) Porque eu fui ajustado lá em Rio Preto, vim para cá de trem no meio da noite... Tinha muita gente, tudo do mesmo jeito que eu. Vinha e ficava por aqui porque arrumava serviço na “Estrada”. Muita gente que vinha do nordeste pegava emprego porque o governo dava muito serviço. Tinham outros que ia embora porque não gostava...”.

Sobre a qualificação dos trabalhadores que eram contratados para trabalhar Temponi relatou que [...] quando nós entramos na carreira de máquinas, eles olhavam para nós e de cara julgavam os que podiam e os que não podiam trabalhar em certos cargos. Como?! A maioria eram analfabetos, então eles olhavam os franzinos os desnutridos, os mais fortes. Eles não perguntavam se sabia ler ou não, afinal, mão de obra não é um serviço de “idéias”. Temponi reforça o fato de que não perguntavam se sabia ler, provavelmente também porque na década de 1950 devia ser muito comum não ser alfabetizado.



O trabalho

Sobre os serviços realizados pelos trabalhadores da Ferrovia Simão relata que “[...] eu entrei como ajudante geral e fazia de tudo: cavar buracos, sentar dormentes. Existiam duas turmas básicas, volante e conserva. A volante tinha que sair do perímetro e ajudar onde precisasse...”.

Benedito em seu depoimento disse que “[...] o primeiro serviço que eu peguei foi descarregar dormente do caminhão, o caminhão encostava-se a cima do barranco e de lá nós jogávamos os dormentes para baixo no meio da linha. Dali leva os dormentes num “trolinho” e ia esparramando, esparramando. (...) Socava linha trocava pau, meu serviço lá foi esse e trabalhei 30 anos nesse serviço, não troquei de serviço não.”

Temponi que chegou a maquinista contou que “[...] eu entrei na “Estrada” em 21 de julho de 1945, eu morava em Rio Preto e era limpador de máquina... A diferença é que nosso cargo já era para ir à maquinista, um cargo de carreira. Começamos como limpador e passamos a ser graxeiro, que era ajudante do foguista de máquinas grandes, que naquele tempo só tinha três ou quatro grandes só.

Os desafios no trabalho de maquinista não eram poucos. Temponi nos dá uma idéia do seu trabalho ao narrar que: “Só para lembrar, a locomotiva não sai sem areia! É preciso areia queimada para ajudar na arrancada, quando se vai sair com um trem que está muito pesado é preciso abrir o “aríete” e liberar a areia pelos canos e encher os trilhos de areia para que ela não “patine em falso” isso pode furar os trilhos, ou seja, deformá-los. É importante cuidar do deslize para não danificar nem a roda nem os trilhos. A deformação causa trepidação em excesso que solta os parafusos da locomotiva”.

Temponi continuou sua história de maquinista: “Lembro de um fato que aconteceu quando uma máquina velha de apelido “lambreta” de Araraquara veio para cá, foi no período que apareceram as primeiras máquinas vermelhas. Essas máquinas chegaram e não deram instrução para gente, e tínhamos que rebocar uma lambreta com uma vermelha e ninguém sabia como ligar as vermelhas, não conseguíamos nem ligar a vermelha, quando chegou minha vez de trocar e rebocar eu neguei! Disse que só iria trocar a máquina com um acompanhante que fosse instruído naquela máquina. Fiz um relatório e mandei pelo seletivo. No dia seguinte mandaram uma carta convidando a gente para um curso de instrução daquelas máquinas.”.

NOME DO EMPREGADO
PEDRO PEREIRA PIGASSI

REGISTRO INDIVIDUAL
511.939-1

CHEFE MEDIATO
MILVA FERREIRA
Chefe Div. Administrativa e de Pessoal - UR. 4

EMITIDO EM
08/10/93

OBSERVAÇÃO
NOS CASOS DE FALECIMENTO, CASAMENTO OU MAIORIDADE DE PESSOAS QUE CONSTAM DESTES TALÃO, FICA O EMPREGADO OBRIGADO A COMUNICAR IMEDIATAMENTE O FATO AO DEPARTAMENTO EXPEDIDOR, JUNTANDO-O PARA A NECESSÁRIA CORREÇÃO.

DEPENDENTES

NOME	PARENTESCO

FEPASA FERRVIA PARA O S. A. **PASSE LIVRE**

VIAGEM 05 — SINGELA — 1a. CLASSE

Carimbo da procedência

TALÃO Nº 39516

SÉRIE - B

R.I. Nº.

DE

A

Nº. DE PESSOAS (.....)

DATA DE DE 19....

AVISO — Este passe deve ser mostrado ao Chefe de Trem, quando pedido, acompanhado da cédula de identidade fornecida pela FEPASA. Somente o Chefe de Trem poderá des-tacar o passe do talão, arrecadando-o no final da viagem.

Silvano, que segundo seu depoimento trabalhou em praticamente todos os tipos de cargos na ferrovia, lembrou que como foguista *“na época do trem de fogo que deixava a roupa toda furada, queimava toda a roupa!”*

Simão relatou que percorria a pé a ferrovia para observar se havia problemas. *“Andávamos entre as cidades com uma chave de boca de uns 3 quilos, uma garrafa de água, uma mochila, estilingue, lanterna e sinalizadores. Percorriamos a estrada olhando metro por metro dos trilhos procurando rachaduras. Andava cerca de 90 km por semana, eu*

marcava em um papel os problemas que eu encontrava pelos trilhos e notificava qual o km a ser revisto, eu conheço essa estrada palmo a palmo”.

Como é possível perceber o trabalho era duro e de muita responsabilidade. Segundo Temponi as jornadas de trabalho também eram extensas e cansativas. *“O normal que a gente trabalhava era 200 horas de serviço, mas me lembro que teve um mês que cheguei a quase 450 horas! Era direto! Só chegava em casa e enquanto minha mulher fazia a comida eu deitava logo mais comia e saía de novo porque eles chamavam e tinha que sair”.* E continuou: *“Ficávamos a noite inteira jogando lenha na fornalha! Só tinha um banquinho para sentar e nem sempre dava para se sentar. Toda parada tinha que fazer a verificação de óleo e se tinha alguma peça quente”.*

Foi também Temponi que nos narrou o que acontecia quando o trem quebrava: *“[...] se o trem quebrasse tinha que sair o maquinista e ficava no trem o foguista e o chefe do trem enquanto o maquinista saía a pé. (...) Depois de tempo apareceu “um tal” de seletivo. Seletivo era uma espécie de telefone. Era uma caixinha e tinham dois bambus furados com fio dentro e lá em cima na ponta do bambu ligado ao fio tinham dois ganchos, então quando precisava falar a gente engatava aquele ganchos nos fio lá em cima dos postes e falava com Rio Preto, com Araraquara para qualquer coisa em caso de emergência, ou seja, não precisava mais ir a pé para pedir ajuda”.*

Pigossi falou de um assunto que certamente é de conhecimento de poucos: *“Naquela época tinha o trem refrigerado, nós tínhamos que carregar 9300 quilos de gelo toda a madrugada para refrigerar os vagões da 1ª classe. Esse gelo vinha de Araraquara em vagões fechados como “gaiolas”. Então um de nós entrávamos dentro dos vagões e pegava as barras com uma alavanca para começar a empilhar em depósitos parecidos com*

caixas. Não trabalhei muito tempo com o gelo porque logo retiraram os vagões refrigerados. Acontecia o seguinte: quando a viagem era longa o gelo acabava e como o vagão era lacrado as pessoas quebravam os vidros para não sufocarem, então tiveram que parar". Anteriormente já foi citado que o trem oferecia conforto e o relato de Pigossi indica o esforço realizado para se oferecer inclusive ar condicionado aos passageiros numa época que a tecnologia ainda era insuficiente.

Detalhes da época da construção da ferrovia também chamam atenção. Temponi relatou que a construção da ferrovia de *"Votuporanga a Fernandópolis foi à base das "carrocinhas de animais" carregando terra com pás e levando trilhos nas carroças com burros. Isso aconteceu porque em Araraquara tinha um tal de "Mané Rodrigues" dono de uma "frota de burros e carroças" que pegava empreitadas e como ele tinha muita influencia com o governo ele acabou assumindo as obras desse trecho. Funcionava assim: o povo carregava na pá a carroça e soltava o burro sozinho na trilha, quando chegava ao destino vinha outro homem para descarregar a carga e tocar o burro de volta. Os burros viajavam sozinhos, muitas vezes empacavam no meio do caminho e algumas crianças, que ficavam nas estradas, acabavam "tocando" o burro para que ele continuasse a viagem. Mas tinha uns burros que quando o homem mandava parar ele ia afastando até tombar a carroça e outros paravam no meio do caminho e não saía mais! Tinha uns 4 ou 5 moleques no meio do trecho que ficava "chicoteando" os burros!"*

Pagamento, salário, horário e hora extra



Trabalhar na linha do trem, embora fosse uma oportunidade de emprego bastante rara, também significava muito trabalho por longas jornadas, trabalho pesado e o salário que para muitos foi entendido como sendo insuficiente. Sobre este assunto Dario relatou: *“Não tinha horário para sair, só para entrar, trabalhava o tanto que eles pediam, já cheguei a fazer jornada de quase 48 horas em cima de um trem... Família só dia de folga e olha lá! Nem de domingo, porque nos fins de semana é que trabalhávamos mais! Tempo de festas como Natal e Páscoas eram os mais ocupados, no Natal ninguém pega férias”.*

Perguntado se havia arrependimento de ter trabalhado tanto e por tantos anos na ferrovia Dario do trabalho não se arrependia *“... só do salário! Era muito baixo, pelo que eu fiz eu tinha que ganhar mais, bom, não era aquele salário enorme... Mas quem deu o sangue na estrada por quase 35 anos... Deveria ser melhor!”*

Silvano também se referiu aos trabalhos duros e muitas vezes fora de hora: *“Outro tempo difícil era quando havia “barreiras” na linha, as barreiras eram comuns em tempos de muita chuva, nos trechos onde a linha cortava algum morro ou montanha... Por diversas vezes tivemos que sair no meio da noite para fazer reparos em trechos danificados pelas barreiras, com muita chuva, lama e com água até a cintura. Tínhamos que fazer o reparo para que o trem de passageiros ou de carga pudesse passar”*.

Temponi fez referência às longas jornadas de trabalho e só depois que veio uma ordem judicial é que se iniciou o pagamento de horas extras: *“... a gente ficava esperando até embarcar o gado ou qualquer coisa e tinha que ficar esperando sem receber horas extras e sem dinheiro para estadia ou comida. Foi assim até que veio uma ordem judicial dizendo que eles tinham que pagar horas extras”*

Pagossi lembra que Jales era tida como *“[...] uma cidade boa para quem vinha com dinheiro, quem tinha condições para comprar terrenos se daria bem. Eu não tinha nada então foi difícil para mim. No final eu trouxe minha família para cá e estou aqui até hoje. (...) Víamos a ferrovia como uma chance de melhorar de vida, a estrada era sinal de progresso e de futuro, pena que meu futuro não deu certo como eu esperava”*. Pelo relato de Temponi podemos perceber que a ferrovia pode ter representado um grande benefício para muitos, porém, para os trabalhadores ele não garantiu muito mais que a sobrevivência. É devido a isso que Temponi afirma que “meu futuro não deu certo”.

Conseqüências do trabalho/ acidentes

O trabalho duro, muitas vezes perigoso, em longas jornadas de trabalho rendeu problemas de saúde para os ferroviários. Simão relata que: *“Sete anos nessa função me rendeu uma leve deformação no ombro, por carregar a chave de boca e a mochila, e algumas dores nas pernas”*.

Já Benedito lembra que até acidente fatal ocorreu: *“Eu só vi um amigo morrer, esse não era da minha turma era carpinteiro, ele estava ali na frente e o trem com a gôndola fazendo manobra acabo pegando ele, só esse também que vi morrer”*.

Pigossi também relatou em detalhes outro acidente fatal: “os trilhos pesavam cerca de 230 kilos e era preciso 10 a 12 homens para levantá-lo e jogar em cima da gôndola, às vezes ele escapava e matava algum de nossos companheiros, esses foram nossos maiores prejuízos. ... Lembro que perto de Catú, um colega nosso foi colocar um trilho em cima da alavanca e o trilho escapou da agulha e chicoteou para trás batendo no queixo dele. (...) colocamos dentro da máquina para levá-lo ao hospital, mesmo ele estando morto... Eu mesmo já tive um dedo cortado por um trilho que caiu em cima dele...”. Pigossi finaliza este tema afirmando que: “Eu estraguei minha coluna carregando trilhos, mas eu ajudei a construir essa cidade...”. Apesar dos perigos, dos sofrimentos e das conseqüências do trabalho duro, Pigossi destaca o orgulho de ter ajudado a construir esta cidade.

Simão também falou dos perigos do trabalho do ferroviário: *“Eu estava junto com outro rapaz acertando os trilhos para tira-los com a máquina, o maquinista não viu e mesmo que tivesse visto não daria para parar. Nós fomos arremessados no barranco embolados com trilhos e tudo, sorte que ninguém morreu”*.

Vila Ferroviária

Até hoje temos casas que são remanescentes da Vila Ferroviária em Jales. Simão relatou que: *“Morei por 18 anos, os empregados tinham direito de morar ali pegando o aluguel, para não dizer que não era de graça o aluguel era de 10 centavos”*.

A quantidade de ferroviários era bem maior do que o número de moradias na Vila Ferroviária, pelo menos é isto que podemos deduzir dos depoimentos. Benedito afirma que: *“Não, eu cheguei morar numa colônia de tabua que fizeram para o lado de lá da linha, perto dos armazéns ali tinha uma carreira de casas que vinha longe.... Eu morei numa dessas casas”*.

Temponi também mencionou que ele não morou na Vila Ferroviária. *“Não tinha nada em Jales, eu morava no quarto centenário, essa cidade era cidade dormitório o pessoal vinha para estadia para depois sair”*.

Nostalgia



As memórias dos ferroviários guardam lembranças de situações vividas e que lhes deixaram saudades. Simão relatou que: *“Todos gostavam, nas férias nos tínhamos passe para andar de graça no trem, só de Jundiaí a São Paulo em diante que tínhamos que pagar 75% do valor da passagem, porque a malha ferroviária não pertencia a FEPASA. Íamos de primeira classe, enchíamos o vagão de ferroviários! Dormíamos de Jales a São Paulo”*. Observa-se que o depoimento destaca que enchia o vagão de ferroviários, o que certamente devia ser motivo de festa. Aponta que viajavam de primeira classe, o que provavelmente significava reconhecimento e valorização.

Os ferroviários também lamentam o fim do trem de passageiros. Benedito falou que *“[...] acho que é uma pena faltar trem de passageiro, porque naquela época era gostoso. Saia de trem para Rio Preto e era baratinho, era gostoso. Hoje para ir de ônibus é um dinheirão! Naquela época não, era trem pra lá e pra cá. Hoje só de carga. (...) Dói muito ver aquela “puta estação” largada! Aquela estação bonita largada no mato corta o coração. Mas a gente não pode fazer nada”*.

Dario segue a mesma linha de raciocínio e lamenta o fim do trem de passageiros: *“[...] mas acho que deveria voltar um trem de passageiros só com primeira classe, um trem bonito e chique, para que essa molecada de hoje possa sentir a sensação de como o trem é elegante”*. Destaca-se na narrativa de Dario que este vê o trem como algo muito diferenciado, elegante, e lamenta que “essa molecada” já não tem a oportunidade de vivenciar do que ele está falando.

Não foi só Dario que lembrou das crianças de hoje que não podem conhecer o trem de passageiros. Pigossi em seu depoimento afirmou que *“Deveria, mesmo que não tivéssemos a regalia da primeira classe, mas as crianças de hoje nunca vão saber o que é*

um trem de verdade, não vão sentir como é almoçar em um vagão restaurante ou ver um bilheteiro picar o cartão... Eu gostaria de pelo menos de um trem para as crianças andarem ...”

Temponi também lamentou a falta de oportunidade das crianças conhecer o trem de passageiros: *“Gostaria que o trem voltasse, ou que pelo menos houvesse um trem turístico, para que as crianças pelo menos descobrissem a sensação de andar de trem, tem muita gente hoje que não sabe o que é um trem e nunca vão saber”*.

Pigossi lembra dos tempos de ferroviário que a vida com seu colegas era como uma família: *“[...] eu sinto falta daquela época. Era um tempo muito bom. Éramos jovens e mesmo ganhando pouco era muito gostoso. Tínhamos uma família na linha”*.



A foto da ferroviário com sua esposa na linha do trem indica o significado especial que este trabalho teve na em sua vida.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIAS DAS ESCOLAS RURAIS

Gabriela Araujo Puerto Graduada em História,

Pedagogia e Gestão Pública.

É especialista em História, Cultura e Sociedade

“A escolinha era piquininha, feinha (...) no sítio, cê já viu né!”

Estas são palavras de uma ex-aluna de escola rural, que nos apresenta, rapidamente, um panorama de como eram estas instituições de ensino. Desprovidas de muitos recursos, carente de conforto, situadas em ambientes difíceis de chegar. Neste contexto, tem-se o cenário das escolas rurais. Eram muitos os desafios que se apresentavam e poucas as opções de quem precisava deste recurso para ter a oportunidade de frequentar uma escola.



(quadro de um ex-aluno representando as instalações de uma escola rural)

Na pintura, é possível perceber que a escola era pequena, construída com materiais rústicos, mas que fornecia oportunidade de lazer e interação com a natureza. Ao lado, percebe-se uma pequena Igreja, que, também, era comum no campo. Essas escolas foram surgindo gradativamente, de acordo com as necessidades de cada lugar. Cairbar de Oliveira Mendonça, professor que atuou nas escolas rurais, relata que os prédios das escolas geralmente: *“eram construídos pela prefeitura, e o terreno era cedido pelo proprietário da propriedade”*. Estas escolas eram denominadas Escolas Isoladas e dividiam-se em escolas comuns e escolas emergenciais. As escolas comuns eram separadas em masculinas, femininas e mistas, como explica o professor Mendonça. É interessante destacar que o professor homem só podia atuar na escola comum masculina, ou nas emergências, como coloca o professor:

“[...] o homem era proibido de dar aula nas escolas comuns isoladas, a não ser que fosse a sala exclusivamente masculina. Aí, tudo bem (...). Mas se fosse uma sala mista ou feminina, então, não teria, não tinha condições do homem, do professor homem trabalhar. No caso além das salas comuns, chamadas comuns, então tinha as escolas de emergência também, que eram aquelas criadas anualmente e sempre era renovada aquela criação. Aí nesse caso o homem poderia dar aula inclusive na escola, na sala que era mista ou que era feminina, somente na sala que eram, que tinha o nome de emergente. E emergente era quando não era criada pelo Estado, pela secretaria da educação do Estado, assim firmeza, pra toda continuidade anual, e ela sempre encerrava até 31 de dezembro”.

Especificamente aqui na região, de acordo com o professor Cairbar, a maioria das escolas era mistas ou masculina, sendo raras as escolas femininas.



(turma de meninos da escola do Açoita Cavalo em 1957)



(turma de meninas da escola do Açoita Cavalo em 1957)

Uma das maiores dificuldades que envolviam as escolas rurais era a dificuldade de acesso. Os meios de transporte mais comuns eram aqueles que usavam o cavalo como força motriz, como as charretes, ou somente o cavalo. A outra opção mais comum era andar a pé as grandes distâncias, como conta a ex-aluna Cleidionice Menezes: *“tinha muitos que devia dá uns quatro quilômetros pra ir na escola. Vinham a pé, de cavalo (...) de carrinho, às vezes, o pai vinha trazê de carrinho, ou vinha de bicicleta, mas vinha, era longe [...]”*. Além das dificuldades relativas aos meios de transportes, os caminhos dificultavam, eram estradas de terra, que se transformavam em lamaçais quando chovia. Os professores também sofriam muito com as dificuldades de transporte e condições das estradas. Ane Iris Martins Moreira Ferreira, professora que lecionou por muito tempo em escolas rurais, relata a dificuldade para chegar: *“[...] então, sobre ir era assim: às vezes, era charretinha sem capota. Saía muito cedo de casa e ia todo dia (...), mas e tinha seus acidentes por causa...*

uma vez o cavalo caiu, charrete né, era uma charretinha sem capota, bagunçou todo o coreto. A outra vez, o cavalo pisou falso, não sei como foi, eu sei que eu perdi uma sandália que, até hoje, caiu não sei, foi parar numa parte mais alta que tinha um cafezal. Então, sempre acontecia coisas, ficá no barro, atolava, (...) Mas a gente ia, tinha aquele compromisso, e chovia ou não chovia a gente tava lá. Eu, uma vez era um colega meu, me levava de lambreta, e aquelas vacas corria atrás da lambreta e eu morria de medo...”

Como o meio mais comum de transporte era a charrete, existia a opção de aluguel dessas charretes, como fazia a professora Nilma Lopes Scudeiro: *“Quando eu dei aula no Córrego da Roça e no Taquinho, eu ia de charrete. Então pagava a charrete por mês e ia de charrete. O charreteiro ficava esperando, porque ele achava que não compensava ele ir embora e voltá pra me buscá novamente (...) A charrete que alugava, na época, eu acho que ainda era cruzeiro... O salário da gente ia em viagem e mais alguma coisa”*.

Por vezes, a dificuldade em chegar era tão grande que os professores optavam por morar próximo das escolas, em casas de parentes, ou mesmo do dono do sítio onde ficava a escola. Abaixo, depoimento da professora Nilma Lopes Scudeiro, quando lecionou em uma escola mais distante da cidade. Para ela, ficou inviável usar a charrete para ir trabalhar. Assim, pela distância e dificuldade de deslocamento, morava na casa do tio, próximo à escola.

“Eu comecei em 57, eu ía a cavalo doze quilômetro, só que eu morava no sítio. Ficava lá semana inteira e, no final de semana, porque a gente, naquela época, dava aula de sábado. Então, após a aula, eu vinha pra Jales. Eu morava aqui já naquela época e, na segunda cedinho ou no domingo à tarde já pegava o cavalinho e já ia embora. Então, tinha um garoto que também era meu aluno, mas ele era da terceira série. Então, ele já era

grandinho, então, ele que trazia o cavalo pra ir (...) Dava 10 ou 12 quilômetros mais ou menos ainda. Essa primeira escola, meu tio morava no sítio (...), então, eu ficava na casa dele”.



(A professora Nilma Lopes chegando à escola do Açoita Cavalo a cavalo,)

Porém, existiam casos em que não havia a possibilidade de conseguir moradia próxima à escola, o que dificultava em muito. Quando as escolas eram muito longe. Foi o que narrou a professora Ane Iris Martins Moreira Ferreira, acerca do período em que deu aula em escolas rurais na região de Estrela d'Oeste: "[...] teve um período que eu morava aqui e dava aula lá. Eu saía 5 horas da manhã daqui, num ônibus, descia em Estrela d'Oeste. Lá, eu pegava outro ônibus que ia pra Populina. Descia lá no... que era a entrada do desengano. Ali, uma moça me esperava numa charretinha, essas charretinha sem

capota, né, e eu entrava mais 4 km. Pra ir, tudo bem, era 8 horas, eu tava dentro da escola, né. E, agora, pra voltá ela me trazia até a estrada, aí eu ficava, às vezes, era 5 hora da tarde. Eu não tinha coragem, se oferecia (carona) eu achava que era porque era gente mal intencionada. Se era caminhão de boi, eu não pedia de jeito nenhum (...). Chegava, às vezes, 7 horas, às vezes, 6 e 30. Saía 5 horas, era o dia todo, era o dia todo”.

Essas falas apresentam as dificuldades e, ao mesmo tempo, o comprometimento dos professores com o trabalho. Nas escolas a situação também apresentava suas particularidades. O espaço, geralmente pequeno, bem como o número de professores, e até de alunos em uma mesma faixa etária, criavam situações para que, em uma mesma sala, funcionassem três séries ao mesmo tempo. A situação foi relatada pela professora Isis Lea Martins Mendonça: “[...] aí, onde era o quarto grande do sitio, abriu uma porta pro lado de fora, né, e colocou aquela mesa feita com cavalete, aquela tábua grande e, aí, arrumou na prefeitura seis carteiras, que é onde sentavam seis alunos da 3ª série. Aí, as mesas viradas assim pra lousa, as tábuas e os cavaletes e os bancos, tinha três, né, essas três mesas tinha os alunos da 1ª série. Que aí, eram bastante, eram 30 e poucos alunos.

Transparece na narrativa a simplicidade dessas escolas, com carteiras formadas a partir de cavaletes. Toda essa escassez levava à situação narrada, em que o professor precisava lecionar para várias séries ao mesmo tempo e no mesmo espaço. A professora Nilma Lopes Scudeiro conta que, para trabalhar com várias séries ao mesmo tempo, faltava espaço na lousa: “Tinha um quadro negro, naquele tempo era quadro negro, (...) tinha mais ou menos uns 3 metros de comprimento, então era tantos alunos (...) Então o que eu fazia? Eu fechava a porta, que era de madeira, uma folha só de madeira e também escrevia na porta”. A professora Isis Lea Martins Mendonça também narra as dificuldades apresentadas:

“A gente dividia a classe em bancos, fileiras e um pedaço da lousa era só dessa e outro pedaço tal. Às vezes, quando tava trabalhando na lousa com determinada série os outros estavam trabalhando em livro, pra poder dar tempo de tudo”.

O material, também, não era muito variado, geralmente uma cartilha para todo o ano, como conta a ex-aluna Cleidionice Menezes: *“Tinha aquela cartilha Caminho Feliz (...) Tinha aquela cartilha do abecedário (...) Matemática, a professora que passava os probleminhas que tinha na cartilha, cê tinha que resolvê, né. (...) Não tinha aquele monte de livro igual tem hoje”.* Algumas vezes, o professor não recebia nenhum material, tinha que montá-lo, como conta Moreira Ferreira, que, junto com outra professora, montava seu material: *“aí, eu andei fazendo uma cartilha junto com ela, a gente montou uma cartilha e trabalhava assim, do jeito que ela trabalhava, eu trabalhava, o 1º ano, e o 2º ano fui procurando”.*

Muitas outras funções cabiam ao professor dessas escolas: *“A gente tinha que puxar água, pôr no filtro, lavava o filtro, limpava a escola. Não tinha servente. Então, a professora era tudo na escola. Então, chegava cedo, limpava a escola, as crianças traziam flores, punha no vaso, enfeitava a mesa”* (Nilma Lopes Scudeiro). Essas tarefas, muitas vezes, obrigavam o professor a sair da sala, o que tornava o trabalho ainda mais difícil: *“E aquele tempo, muitas vezes a gente tirava água do poço, né. Então a gente tinha esse cuidado. Eu deixava os alunos na sala e eu ia puxar água”.* (Isis Lea Martins Mendonça). Além dessas tarefas que ajudavam na organização, os professores desempenhavam muitos papéis de relevância para toda a comunidade local, como descreve a professora Moreira Ferreira:

“A gente, na zona rural, a gente, muitas vezes, tinha que fazer curativos. Quantas vezes assim, chegava a tarde, já marcava: oh, vai fazer curativo a tarde. Aí, eles vinham, a gente tinha tudo as coisas. (...) Era queimadura, era uma coisa ou outra, sabe, sempre tinha

criança machucada. Então, você tinha essa função também. Mas, muito antes da minha época, as professoras da zona rural tinham que saber fazer até parto (...), porque as escolas eram muito longe (...) E elas tinham que fazer, elas não tinham que se adaptar ao meio que elas estavam, elas tinham que melhorar o meio”.

Desta forma, é possível perceber que a presença desses professores no meio rural era muito importante para a comunidade, pois, de certa forma, a professora, como diz Ane Iris, era um agente diferenciado em meio ao sertão, com outra formação e que poderia trazer um pouco da experiência que tinha através da vivência nos centros urbanos. Continuando com a fala de Ane Iris, percebemos que a preocupação em ajudar as pessoas que viviam nesses meios era muito presente:

“Às vezes, eu promovia eventos no domingo. Tinha reuniões que a assistente social vinha, que eu levava e elas faziam reuniões com as mães, no Tanquinho, mesmo, eu fiz. Porque elas explicavam bastante coisas, falavam muitas coisas né, que era bom pra elas, né. Então, elas iam. Eu fazia um trabalho à parte pra ajudar mesmo”.

A realidade em que se inseriam essas escolas era bem complexa. Os alunos sofriam com as condições adversas encontradas na zona rural, o que obrigava os professores a agir dentro desta realidade, a fim de auxiliar os alunos.

A professora Ane Iris relatou problemas com o frio, que se agravava quando chovia, e os alunos acabavam chegando molhados na escola: *“Na época, era aquele frio, eu já chegava correndo, fazia o leite bem quente, eles entravam, eu punha atividade, depois, eu saía distribuindo copo de leite, a caneca de leite bem quente, porque eles sentiam frio. Às vezes, eles ficavam molhado. Quantas vezes eu peguei bandeira da escola pra enrolá*

criança. Naquele tempo a bandeira era um símbolo super respeitado, não podia, ah eu pegava a bandeira e enrolava”.

Percebe-se que os professores se preocupavam com os alunos e desempenhavam também um importante papel com relação à alimentação destes, exercendo também a função de cozinheiras: *“Depois, mais pra frente, começou a ter cozinha e as crianças que traziam as coisas, sabe. Um dia, um trazia uma abobrinha, o outro trazia uma cebola, assim, e eu cozinava tudo aquilo. E era a gente que fazia. Além de dar aula pra três series, você ainda tinha que dar um tempo, ir lá, correr, sabe, fazer a comida. Então, às vezes, eu falava pras crianças: olha, quando vocês chegá, porque tinha crianças que chegavam muito cedo (...) então vocês já picam direitinho, deixa na bacia, pra correr mais depois”.* (Ane Iris)

No início, as escolas rurais não tinham cozinha, depois, embora tivessem já cozinha, não recebiam nada para a alimentação. “Naquela época, não tinha merenda, porque, pela prefeitura ou pelo Estado, num tinha. Os alunos é que leva a merenda, cada um levava o seu lanchinho. Num tinha merenda”. (Nilma Lopes Scudeiro) Geralmente, esses lanchinhos eram produtos colhidos no sítio, ou feitos de forma caseira, como conta o ex-aluno, José Antonio Martins: *“Me lembro também que levávamos coisa pra comê, tipo assim, pão, banana. Era o que tinha na época, e era o que todo mundo levava, não era vergonha, era o que todo mundo levava na mochila(...), pão, a maioria feita em casa”.* Diante da grande variedade de produtos alimentícios produzidos no sítio, as escolas conseguiam o necessário para oferecer a merenda aos alunos: *“bom, na minha época, não ganhava nada do governo, só que tinha muita mandioca, tinha o frango, tinha tudo, né”* (Isis Léa).

Depois de um tempo, as escolas começaram a receber produtos para alimentação das crianças: *“aí, começou a vim essas, aqueles suplementos de soja, aquela coisa sabe,*

as crianças, às vezes, não gostava, e, sabe, ia fazer porque eles traziam. Teve tempo que a merenda era boa, viu” (Ane Iris). Porém, mesmo a partir disto, os professores continuavam participando da alimentação dos alunos: “Agora, quando eu fui diretora, eles mandavam pra escolas, mas, mesmo assim, elas enriqueciam com as coisas. Mas, fora isso, vamos supor, todo mês tinha uma festinha, e eles gostavam muito, era o chantilly, o chantilly era o que eles sabiam falar, que eles queriam bolo de chantilly. Então, nós que era professora, nas nossas reuniões, nós fazia, (...) bolo pra essas crianças, fazia os passeios, fazia sanduíche. (...) Olha, eu desconheço professor que não fazia isso do bolso pras crianças, eu desconheço. E, também, durante a semana, a gente comprava, porque, no sítio, o leite sempre foi barato, se você não comprava, você ganhava, aí, tinha o arroz doce que eles adoravam...” (Isis Léa).

Esses relatos apontam que a relação que se estabelecia nas escolas ia muito além da relação professor-aluno. Existia uma preocupação dos professores em tornar a vida de seus alunos mais alegre, trazendo novidades da cidade. A professora Ane Iris também traz um interessante relato a respeito disso: “[...] então, naquele tempo, a gente fazia, todos os professores faziam a festa na semana da criança, coisa assim. O que eles mais adoravam era bolo de aniversário. Um bolo de aniversário bastava ter um glacê, aquelas bolas, aqueles confetes prateados, coloridos, nossa, aquilo (...), punha umas bexigas. Aquilo era uma festa de arromb [...]”.

Vale destacar que, muito das contribuições que as escolas rurais trouxeram para o campo se deve também à participação da comunidade local, que era muito ativa e comprometida, como narra a ex-aluna Cleidionice Menezes, ao ser questionada sobre a participação das famílias na escola: “[...] fazia quermesse, fazia baile, né, pra arrecadá.

Fazia prenda pra arrecadá verba pra escola, né. Se tivesse que reformá a escola, comprá carteira, o que tivesse que fazê, era tudo em prol... o pessoal ali que juntava, a comunidade juntava pra comprá. Mas todo mundo colaborava, sim. Hoje, nem tem mais isso, todo mundo fica esperando (...) vem do governo [...]”.

Estes eventos ocorriam para arrecadar dinheiro para cobrir as diversas necessidades da escola, uma vez que estas instituições não contavam com verbas para arcar com suas necessidades. Este dinheiro, que ia para uma “caixa escolar”, servia também para ajudar os alunos que necessitassem de ajuda de custo para estudar, como indica a professora Nilma Lopes Scudeiro: *“Nessa época, existia a caixa escolar que dava material só pro aluno, quem não podia comprar. Então, a caixa escolar fornecia o material, mas o material não era como hoje em dia, que o estado manda hoje, não. Era lápis, borracha, caderno...”*. Os pais participavam também organizando a APM, que existia em muitas escolas, como conta a professora Isis Léa: *“[...]tinha a APM, né, que cuidava, o órgão que cuidava disso aí tudo direitinho, então era tudo muito bem organizado”*.

Destaca-se também que as escolas contavam com visitas de profissionais da saúde: *“Mas tinha visitas. Nas escolas isoladas, tinham visitas para os alunos, dos postos de saúde, controlando as vacinas, e aquelas campanhas deles, vinham, o dentista”* (Isis Léa). Percebe-se que os alunos também se dedicavam à escola, sendo válido destacar que toda essa estrutura era atributo também da postura dos pais que se comprometiam com a educação dos filhos, como afirma a professora Nilma: *“Os pais, bom, bom, eles davam muito apoio, que, naquele tempo, não tinha aquele desrespeito até com os pais, as crianças respeitava muito o professor e os pais também, eles eram bem educados”*.

A formação que recebiam em casa refletia na escola, o que ajudava na constituição do perfil dos alunos, que assumiam uma postura de respeito e comprometimento: *“[...] Os alunos, sabe, tudo dedicado, tinha aquele relacionamento bom entre eles, dava pra você educar (...) E a educação, também, o respeito com os pais, amigos, olha, pra isso não tem melhor na vida... Um pai gostava bem do filho do outro, era assim, era uma coisa muito bonita” (Isis Léa Martins Mendonça).*

A realidade que se vê descrita no trecho acima pode ser entendida como reflexo de uma realidade distinta da atual, em que se predominavam outros valores, outra forma de pensar e atuar sobre o meio. Desta forma, a professora Ane Iris Moreira Ferreira destaca a grande diferença deste período o atual: *“Mas eles eram disciplinados. Não tinha esse negócio de responder. Se falava acatava. Por isso que dava tempo, porque se você, hoje, você vai falar (...), eles fazem tanto reboição, uma algazarra, você perde tempo com a disciplina, ao invés de ensinar”.*

Estas diferenças são percebidas não somente pelos professores, como também pelos próprios alunos, como revela Cleidionice Menezes, que, depois de um tempo, retornou à escola e sentiu uma grande mudança: *“Aí, depois, eu fui terminá ou, fazer a quarta né, o supletivo aqui. Aí, cê vê a diferença, né. Lá cê não tinha esse negócio de ficá colando, nada. Se fazia se você sabia, se você não sabia cê perguntava, a professora vinha e te explicava (...). Hoje não, cê vai lá, cê vai fazê uma prova, cê cola, leva a cola pronta, um passa a cola pro outro(...) Antes, não, antes, você ia, se tinha interesse em aprendê, se pegava uma conta, cê sabia fazê uma conta, hoje não”.*

Fica nítido que a postura dos alunos repercutia na qualidade do ensino, pois existia, em sala de aula, um clima favorável para o aprendizado, em que o professor era visto com

enorme respeito, criando um clima de amizade, como pode ser percebido nas palavras de Cleidionice: *“Então, pra mim, como se diz, assim, a professora era tudo. Na época lá, aí cê levava coisa pra professora, chamava pra comê na sua casa [...]”*.

A respeito desta relação que se estabelecia, a professora Nilma Lopes Scudeiro declara que havia grande gratidão da comunidade local que reconhecia o papel do professor: *“O pessoal era muito legal, reconhecia muito o trabalho da gente. Às vezes, a gente vinha com a charrete lotada de presente. Era laranja, ovos, milho, queijo, abóbora (...) Então, às vezes, vinha com a charrete lotada de presente, porque eles eram muito agradecidos”*.

Fica demonstrado que, nas escolas isoladas, existia um clima afetuoso. Porém, com relação ao ensino, os professores eram firmes com os alunos: *“Se o aluno era ruim, o professor era bravo, mandava bilhete pra pai comparecer e acabou”* (José Antonio Martins).

Por outro lado, o professor se preocupava com a vida escolar do aluno, não somente referente aos problemas de aprendizagem, mas com fatos externos à sala de aula, como pode ser percebido na fala da professora Nilma Lopes Scudeiro: *“Naquela época, se o aluno faltava dois dias, eu ia lá na casa dele vê o que tava acontecendo, se tava doente, o que que tava acontecendo”*. Contudo, continuando com a fala de Nilma, tem-se evidências de que não ocorriam muitos problemas com relação às frequências dos alunos: *“[...] na zona rural era outra coisa, uns alunos muito bons, estudiosos. Às vezes, faltava muito na época da colheita e na época da plantação, mas não era muito. Eles faltava pra trabalhar, pra ajudar os pais, mas não era exagerado”*.

Além do ensino fundamental, funcionava também nestas escolas os cursos noturnos, dedicados aos alunos adultos. Estes cursos funcionavam pelo quadro de professores

remunerados e, também, pelo quadro voluntário, e tinha grande procura pelo fato de que, quando voluntário, garantia grande quantia de pontos, o que era essencial para que o professor conseguisse aula no ano seguinte. *“[...] quando quadro voluntário trabalhava sem ganhar, mas a vantagem desse quadro voluntário era que, geralmente, quem dava aula nesses curso de adulto era quem não era formado, não tinha classe própria, não era efetivo, não era efetivo ainda. Então, eles davam aula no quadro como voluntário pra poder juntar pontos.... Então, se juntava muito ponto e na classificação... para ingresso no magistério”.*(Caribar de Oliveira Mendonça)

Pela razão de juntar pontos que melhoravam sua classificação, os professores interessavam-se em lecionar nos cursos noturnos, apesar da dificuldade que encontravam. Os alunos também driblavam as adversidades, mostrando empenho em aprender, como relata o professor Cairbar de Oliveira Mendonça: *“Quando eu dava aula à noite, não pensa você que seria com lâmpadas, não, era (...) lampião, na luz de lampião que a gente trabalhava e os alunos tavam lá frequente. Saíam da roça cansado, suado, chegava lá e ficava até dez, dez e meia, onze horas, aí estudando com a gente, morrendo de fome, porque, no dia seguinte, tinha que trabalhar, mas frequentavam”.*

Porém, com o tempo, essas escolas isoladas foram sendo extintas. Ao longo da década de 1980 e início da década de 1990, essas escolas da zona rural foram fechadas. Apesar de ter sido um processo gradativo, o impacto para a população rural foi muito grande. Isis Leá Martins Mendonça, diretora das escolas rurais quando deu início esse processo, revela a consternação dos pais diante do fim das escolas: *“Aí, quando passou a acabar com as isoladas, eles viam pra reclamar, os pais. Mas foi uma reclamação muito grande cada escola que fechava. (...) mas foi muito mesmo a reclamação, e eu peguei no pé*

também, ia atrás, não queria que acabasse... Porque os pais vinham e eles mostravam os pés de barro, falava assim, como que a gente faz, como chega lá, tudo limpinho lá, ó os meninos, ó nós que jeito que chegamos aqui. (...) Então, olha, pra eles foi um baque grande”.

Percebe-se que o impacto do fim das escolas isoladas foi muito grande para a população da zona rural. Por um lado, nota-se a resistência dos pais, que não queriam as escolas urbanas. Muito além das dificuldades apontadas no depoimento, quanto às distâncias, o caminho ruim para se chegar, outro problema era que as escolas urbanas estavam fora do contexto de vida das famílias rurais. Assim, o fim das escolas rurais representava também uma quebra no vínculo da criança com o seu contexto de vida no campo, o que pode ter sido percebido também pelos pais, uma vez que, estudando nas cidades, a criança acabava por ocupar grande parte do seu dia na vivência, no contexto urbano. A mudança de realidade das escolas rurais para as escolas urbanas foi uma experiência intensa para os alunos oriundos do campo. O ex-aluno, José Antônio Martins, descreve a rotina de estudar na cidade: *“A gente saía de casa, dez e meia da manhã. Pegávamos o ônibus, chegávamos dez pra meio dia na escola. Esperávamos até uma hora, chegávamos quase sete horas em casa”*. Percebe-se que a criança saía de casa no período da manhã, retornando somente de noite. Isso significava que a criança deixava de vivenciar a vida rural, de interagir com a família, com o trabalho na roça, pautando suas experiências, seus relacionamentos na vida urbana.

Este fato pode ser visto como um indício da perda do vínculo de uma geração com o meio rural, o que tem reflexos até hoje. Vale destacar que, não somente os pais ficaram insatisfeitos com o fim das escolas rurais, como também os alunos, como conta a professora

Isis Léa: *“Nossa, teve pai que chorou, aluno chorava, não queria de jeito nenhum, era como uma briga mesmo, era uma briga pra não acabar, mas foi acabando aos poucos”*. Esta resistência dos alunos indica outro problema, que se refere ao impacto cultural uma vez que havia uma diferença na realidade de cada clientela. Desta forma, José Antonio Martins revela a dificuldade encontrada para se adaptar às escolas na cidade: *“Assim, eu tive dificuldade, né. Era outra sociedade, outros tempos. A gente era muito tímido, não tinha contato com o mundo externo”*. José Antonio revela também que teve dificuldade de aceitação por parte dos novos colegas: *“Antigamente, o aluno rural era marginalizado, sofria discriminação, seria hoje um buling. (...) Éramos marginalizados, porque as roupas nossas eram diferentes, os pais nossos não tinham condições (...). Então, pela maneira até de falá, principalmente pela maneira de vestir. Então, os outros alunos taxavam a gente de rural, brincando, mas falava assim... larga a mão de ser rural... Era uma forma de discriminar”*.

Por outro lado, a professora Isis Léa destaca uma outra diferença marcante entre os alunos oriundos das escolas rurais e os alunos das escolas na cidade, que faz referências ao comportamento de cada um, destacando a postura dos professores ao receber os alunos das escolas isoladas: *“Eles vieram à escola Carlos de Arnaldo, aí, outro pouco foi (...) foi pra Onélia, e a gente via (...) nossa, que educação! (...) Mas os professores viram até diferença na escola, da mistura que esses alunos foi ótimo, pela educação que eles tinham, a formação. Os pais vinham na reunião, embora de sítio, sabe. Então, nesse aspecto de formação foi muito bom mesmo”*.

Nos depoimentos sobressai a diferença de formação das crianças na zona rural e das crianças da cidade. Havia grande diferença na postura de cada uma delas, o que ocasionou o estranhamento no contato entre crianças das duas realidades. Esta diferença

não era sentida apenas pelo professor, mas também pelos alunos, como indica a fala do ex-aluno José Antonio Martins: *“O rural era bem mais obediente. Não é questão... também de obediência, mas era temor. Na verdade, havia uma grande diferença entre o aluno, o adolescente da cidade e o do sítio. O adolescente da cidade não vinha no sítio, o adolescente do sítio raramente vinha na cidade”*. Nota-se que o choque cultural entre as crianças dava-se pela falta de contato que uma tinha com o ambiente do outro, desconheciam a realidade do outro.

Com o tempo, a zona rural foi ficando menos habitada. As mudanças na produção rural foram forçando as pessoas a deixarem o campo e vieram para a cidade à procura de melhores condições de vida. Atualmente, os prédios que abrigavam essas escolas estão em sua maioria abandonados, ou servindo de moradia. Contudo, para aqueles que viveram a realidade das escolas rurais, elas permanecem vivas na memória.

CAPÍTULO 3

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DA VIDA RURAL

Gabriela Araujo Puerto-

Graduada em História, Pedagogia e Gestão Pública.

É especialista em História, Cultura e Sociedade.

A história de Jales foi marcada pela luta das pessoas do campo, as quais mudaram o cenário de uma área selvagem para um vilarejo próspero, essas pessoas, esperançosas em conseguir melhorar suas condições de vida construíram o alicerce da cidade. Jales fundou-se na agricultura, na abertura da mata para criar campos para a agricultura, e a partir do trabalho agrícola deu-se a povoação da região.

Assim, a vida no campo, por muito tempo, foi o retrato da vida em Jales, onde vivia a maioria da população que vinha para a cidade em ocasiões específicas e esporádicas e, desta forma, acabava não se incorporando ao ritmo de vida urbano, e a cidade se tornava algo estranho, distante, como diz João Boldrin: *“Nóis, antigamente, cê ia na cidade, aí cê ia outra vez, olhava, a cidade já tinha crescido”*. Essa fala indica que, ir à cidade, para aquele que vivia no campo, não era algo rotineiro, portanto, sua vida se fazia no campo, onde se abastecia de suas necessidades, criava suas rotinas e suas relações sociais.

Mas esse campo que atraiu muitas pessoas para Jales foi construído por essas pessoas, nada estava pronto esperando para ser semeado, o campo foi uma construção, foi a atividade financeira que subsidiou a formação de Jales. Através dos relatos de pessoas

que vieram construir a zona rural, em Jales, é possível perceber as dificuldades enfrentadas. Gabriel Fernandes, sitiante no Córrego do Coqueiro, revela: *“cheguei aqui, num existia nada, era só mato”*. O morador do Córrego do Viadinho, João Boldrin, também coloca a situação em que encontrou as terras que havia comprado: *“Aqui era tudo mato, tudo mato e pouca gente. Nós fomos os primeiros que compramos aqui, primeiro meu pai comprou junto com um vizinho, aqui, que compraram lá com o Eufri Jalles, lá no escritório dele, compraram a terra. Aí, tinha uns 20 alqueires aqui. Meu pai comprou uns 10 do lado de cá. Ele foi um dos primeiros que abriu aqui. Dessa estrada pra cá, não tinha nenhum morador”*.

João Boldrin conta também a dificuldade em derrubar o mato, para poder construir áreas de plantio, Segundo ele, derrubava-se o mato *“na foice e no machado. Era nós ou arrumava algum pra derrubar o mato pra nós, como arrumava, um ajudava o outro, trocava serviço. Arrumava peão mesmo, era difícil, o pessoal vinha ajudá, um ajudava o outro, um ajudava derrubar do outro”*. Essa parceria para derrubar o mato mostra a existência de um clima de cooperação, que era fundamental a essas pessoas sem recursos suficientes para se fixarem aqui na região. Essa ajuda mútua acontecia também no tempo das colheitas, quando o serviço no campo aumentava: *“O pessoal ia se virando, cada um cuidava da sua parte. Na colheita, se ajuntava, primeiro colhia de um, depois, colhia do outro, trocava serviço, depois devagarzinho, tudo foi se mudando. A nossa família, no caso, é uma família boa, era grande, tinha uma porção de gente, e, depois, veio chegando as máquinas. Aí, a gente ia se virando só com as máquinas, as coisas foi se inovando, né”*. Esse pequeno relato mostra como as relações no campo se transformaram em pouco tempo, desde os primórdios de Jales, até um momento próximo com o advento das máquinas, em uma mudança a qual o campo, a seu modo, acompanhou, melhorando as condições de trabalho a que tinham que se submeter.

Mas, derrubar o campo, e a falta de recursos para isto não eram os únicos problemas do homem do campo, no início da agricultura, em Jales. Existiam também problemas como falta de água, pois ainda não havia poços na região, que, até então, não havia sido ocupada, como conta João Boldrin: *“Quando nós tava, aí, fazendo a casa de pau a pique, nós teve que fazê um poço. (...) nós tinha que fazê, água era difícil, não se achava água. Agora, poceiro não tinha nenhum, no Quebra Cabaça tinha, mas aqui era tudo seco, nós num tinha água nem pra dá pros cavalo, sabe. Nós vinha lá do Sete de Setembro, trabaíá aqui, praabri aqui, e vinha com o animal, né, Chegava aqui num tinha água nem pra dá pros animal”*.

Desta forma, uma das preocupações predominantes, além de abrir a mata era abrir um poço e construir uma casa. Essas casas eram denominadas de pau a pique, que eram feitas com ripas de coqueiro, como conta Gabriel Fernandes: *“Quando nós viemo morá aqui, as casas num era de barro, era só de pau. Océ deitava na cama, oce oiava assim, se via os cachorros, com a lua cê via os cachorro andando. O vento, quando vinha vento, menina, a gente num aguentava o frio dentro de casa. Ué uma lasca longe um da outra assim, ó”*. Além da entrada de vento e da chuva, a madeira com que eram construídas essas casas servia também de morada para insetos perigosos, como a chupança, nome popular para o Bicho Barbeiro, que transmite a doença de Chagas, como conta Da. Aparecida, esposa de Gabriel Fernandes, que viu a filha (Célia) vulnerável à ação do inseto: *“Chupança, uma vez eu vi na cama da Célia, eu chorei o dia inteiro”*. Mas essas casas geralmente eram *“embarreadas”*, cobertas por barro, para impedir a entrada de vento e água da chuva, eram as denominadas casas de barro. Essa era a única moradia que existia no início da ocupação, como conta João Boldrin: *“Nossa primeira casa era um casa de pau a pique, né. Nós fizemos uma casa, aí onde tá essa tuia, era uma casa de barro, nós*

moramo nela 14 anos. Depois de 14 anos, fizemo essa aqui e viemo pra cá. Meu primo fez essa casa de tijolo, aí, logo nos anos 60, depois. Aí o pessoal já começou, porque todo mundo, aqui, tinha casa de pau a pique”.

Como indica o relato, a partir dos anos 60, iniciou-se a construção das casas de tijolo, tal qual as conhecemos hoje.



Casa de Pau a Pique da Família Boldrin

Para embarrear essas casas, necessitavam de alguns fatores a favor, para não perder o trabalho, como conta Gabriel Fernandes: *“Nossa. Nós morava ali, nós embariemo a casinha, né, e fumo passia lá na Barra, né. Ai deu um temporal, quando chegamo, o barro tava tudo no chão”.* (Barra refere-se à cidade de Barra Bonita, em São Paulo). Dentro da casa, por outro lado, geralmente não se encontrava muito conforto. Iraci Fonseca de Araujo, que viveu por muito tempo com sua família pela zona rural, conta sobre a simplicidade da casa: *“A gente não tinha uns móvel que prestava, num tinha nada”.* Gabriel Fernandes conta da dificuldade pela falta de conforto, depois de um dia longo de trabalho, na roça, tinha de

descansar em colchões e travesseiros improvisados com os recursos que tinham ao alcance: *“Antigamente, nós dispenava a paia de mio, dispenava, sabe, e o cochão era cheio de paia, e tinha um buraco pra enfiar, por fim, ia deitá. Taboa, quanta taboa eu catei, aqui não, catei lá na Barra, no brejo, era taboa, no brejo dava uns tubo assim, ó. Então, cê cortava, ponhava no sol, fazia assim, debulhava, e usava pra enchê o travesseiro”*.

Além das dificuldades com a falta de conforto, o trabalho na roça era cansativo e contínuo. Era necessário acordar bem cedo e começar a trabalhar antes mesmo do sol aparecer, como diz Iraci: *“No escuro, nós ia pra roça. Depois, na hora do almoço, a merenda, que no sítio é merenda, né, aí descansava um pouco mais, depois voltava de novo. Lá até umas cinco horas, cinco e meia, meu irmão ainda ficava na roça. Agora, nós vinha embora”*.

A merenda era uma alimentação que tinha após o almoço, uma vez que o almoço era bem cedo, como diz D. Iraci *“Nós almoçava numa base dumas nove hora”*, assim, no início da tarde, faziam uma nova refeição. Muitos levavam marmita suficiente para comer nos dois horários. Outras famílias faziam refeições distintas, como conta Maria Donda: *A minha mãe, lá em casa, a genti nunca levantô qui o sol tivessi di fora (...) Parece que eu tô vendu ela hoje. Tava na roça trabalhandu i ela chegava, com o cesto di cumida, cê já pensou, o tantu di genti daquele que tava na roça i ela chegava, intão, coitada, ela chegava (...) oia, toda suada, di canseira com aquele peso (...).com cesto di cumida pra levá pra nós. Depois, preparava a merenda, i ela levava a merenda tamém. Porque, na roça, toda a vida era assim, tinha almoçu e merenda, né*.

Gabriel Fernandes também relata a mesma rotina, que se intensificava no período de colheita: *“Levantava cedo e trabalhava até o sol esconder, no tempo da coietá, era escuro*

tava trabalhando, não foi fácil, não”. Para as mulheres, a situação era complicada com as obrigações da casa, como a comida, por exemplo, como conta D. Maria Donda: “A genti ía, colhia café, colhia arroz, e trabalhava na casa também, fazia tudo. (...) levantava di madrugada, fazia almoço, i ía pra roça, levá a tigelinha di cumida, pincipalmenti, quando ía catá feijão, algodão, a genti ía pra roça, iscuro mesmo, né. Chegava, lá na roça, escuro, pra podê pegá o algodão com o orvalhinho, pra pesá um pouco mais, né (risos)”.

O trabalho era cansativo, e as opções de alimentação não eram muito variáveis, como diz Gabriel Fernandes: *“então a gente plantava arroz, plantava milho, plantava tudo né, era, plantava chuchu, que nós comia muito chuchu. A gente passou muita dificuldade, ia comprá carne, num tinha dinheiro pra comprá carne, então, mais era o ovo, era o chuchu, essas coisas”.*

D. Iraci conta também que a comida era feita com banha de porco, o que não lhe agradava muito: *“Num tinha óleo, comprava banha, aquela banha fidida, ruim”.* Os relatos revelam que não existia o consumo de óleo de soja, tampouco orientações sobre o consumo de gorduras, como relata João Boldrim: *“naquele tempo, porco gordo tinha valor, era bem mais caro que hoje, que o consumo era grande, não tinha óleo de soja e, também, não tinha os médico pra falá pra não comê carne de porco”.*

O relato traz, ou questão a ser destacada, a relação dos moradores do campo com o médico, o que, segundo os relatos, não era algo comum, tanto pela dificuldade no transporte, como também pela dificuldade em se encontrar profissionais desta área na região. D. Iraci conta que, em sua infância, não ia ao médico: *“Médico era difícil, né, não alembro de ir em médico”.* Na maioria dos casos, quando alguém ficava doente, as famílias se socorriam em casa mesmo, usando receitas caseiras, pois era muito difícil conseguir um

médico. João Boldrim fala a esse respeito: *“Era bravo, se ficasse doente. Médico, em Jales, não tinha, tinha uns dois, hospital não tinha, no começo não tinha, não, tinha hospital em Estrela d’Oeste. Muitas vezes, se fosse preciso de fazê alguma coisa, cirurgia, ia pra Estrela, porque Jales não tinha, e medico só tinha um em Jales, e a gente ficava doente, na maioria, tinha que se virá em casa, não ia em medico médico não”*.

Outro fator que influenciava muito o contato das pessoas do campo com os médicos era o fator financeiro. Era preciso pagar as consultas e, muitas vezes, as famílias não tinham recurso para dispor para esse fim: *“Naquele tempo, não tinha nada, não, se precisava de medico, remédio, tinha que pagá mesmo e pagava caro. Se você não tinha tinha que arrumá emprestado, qualquer coisa. Tinha que apelá pra remédio caseiro, né, porque não tinha SUS, não tinha convênio, nada ali. Alguém podia até ter na época, mas, aqui, o pessoal do sítio não tinha nada disso, não, quem tinha dinheiro, ia lá pro médico, quem não tinha, ficava em casa mesmo”*.

Resolver questões de saúde, em casa, tornava-se um hábito, e os cuidados com a saúde menos intensos, como se percebe na fala de Gabriel Fernandes, que conta o comportamento de sua esposa, quando do nascimento de uma de suas filhas: *“Pra ganhá a Cirlei, ela desabutuou o fardo de algodão, catô algodão o dia inteiro, quando foi à tarde, falô que tava ruim, e, pra catá algodão, a gente amarrava um fardo na cintura, o saco ia de arrasto e se ia enchendo o saco. Aquele fardo de algodão é grandão, então, a gente amarrava na cintura e ficava a boca aberta, ia arrastando. E eu me lembro, lá perto da casa do sô Felix, ela desabutuou o fardo e falou: vô ganha nenê, já”*. Fica evidente uma forma muito natural de encarar a gravidez, sem tantos cuidados como requer a medicina. O fardo

de algodão amarrado à cintura mesmo quando sua esposa já estava com 9 meses de gravidez, um fardo que, ao final da tarde, quando já estava cheio, ficava bem pesado.

Os meios de transporte também se tornavam um problema, dificultando o acesso aos médicos que estavam na cidade. Gabriel Fernandes conta do nascimento de outra filha, um tempo depois, que foi facilitado pelo meio de transporte que conseguiu emprestado: *“Era tudo a cavalo, ninguém tinha condução, aqui num existia condução. Essa aqui (aponta para a esposa) pra ganhá nenê foi buscar um carro, um Fiat, lá em baixo, fui busca lá pra levá, o único que tinha condução, aí ele veio e levô pra ganha”*.

O fator financeiro representava muito na vida dessas pessoas, pois limitava as possibilidades, como na locomoção. Desta forma, a principal opção era o cavalo, ou até mesmo andar a pé, mesmo quando havia significativa distância, como conta João Boldrim: *“Eu tinha 9 anos de idade, eu fui daqui em Jales a pé, muitas vezes, a pé, dá 10 km, ia na escola lá em Jales, e muitos daqui iam a pé, um dia a cavalo, no outro passava o ônibus, e ia tocando”*. Com essas dificuldades no transporte, ir à cidade não era algo muito comum. Ia-se, quando havia uma necessidade, como fala Gabriel Fernandes: *“Pra i lá era difícil, não era sempre, quando ia fazer compra, só numa precisão. Eu fui muita vez a cavalo”*.

Para fazer compras, geralmente ia-se uma vez por semana, mas os mais velhos somente iam, as crianças ficavam em casa, como conta D. Iraci, que diz que, para fazer compras: *“Vinha a mãe e o meu irmão Antonho, vinha de carrim, só ele, a mãe, a mulher dele, nós ficava em casa. Comprava pra semana, no sábado ia de novo”*. João Boldrim conta uma experiência semelhante: *“meu pai ia toda semana, ele pegava o ônibus, naquele tempo nós tinha uma charretinha com a roda de pau, ele ia com a charretinha, fazia compras, né, ia uma vez por semana”*. A Charretinha ou o carrinho, era uma opção muito

usada, principalmente para fazer compras, ocasião em que era necessário carregar as mercadorias, ou mesmo quando precisava trazer a família junto, como conta Gabriel Fernandes: *“Jales não era nada, bem dizê, era puro terra, então, pra nós i fazer compra, ia de carrinho, amarrava o animal no carrinho, nós ia de carrinho, as meninas tratava os dente, pra tratá os dente das menina, ia de carrinho, cedinho. Chegava lá, amarrava num pau, lá, tratava os dente, vinha embora, depois, ia pra roça. Era uma dificuldade medonha, medonha”*.

Gabriel Fernandes conta que também ia à cidade a pé, para cortar o cabelo: *“Corta o cabelo, eu ia pé, a gente ajuntava uns dois três, vamo cortá o cabelo? Vamo, amanhã cedo nós vai. Então, a gente ia”*. Na verdade, cortar o cabelo era uma das grandes motivações para as pessoas do campo irem à cidade. João Boldrim, ao ser questionado sobre quais os motivos que o levavam à cidade, responde: *“Cortar o cabelo”*. Para as mulheres, essa prática ganhava uma dimensão muito maior, como conta D. Iraci: *“Aí, depois, quando nós mudemo pra cá, pro Corgo do Mico, aqui, aí nois vinha cortá o cabelo, nós ia lá em Paranapuã, nós ia, eu e a Santa, nós ia a pé, a muié era tão legal. Ai nós ia lá corta, fazê permanente, nós fazia com ela. Mas, do contrário, até chegar essa idade, não ia em lugar nenhum, não”*.

A ressalva feita por D. Iraci reflete as poucas possibilidades de lazer que tinha. Segundo contou, sua mãe e seu irmão mais velho não a deixavam sair de casa, como conta no relato. Isso só foi possível depois de chegar a determinada idade, que não soube expressar exatamente, mas a qual ela descreve como depois que ficou moça: *“Aí, depois que nós fico eu o Cuti e a Santa, moça, aí nós vinha, nós ia no Paranapuã, nós morava no Arara, né, pertinho, ai nois ia lá, quando tinha parque assim, que nem Facip que tem o*

parque, a gente ia lá, o Cuti ia com nós, o Cuti levava nós, mas, do contrário, em outros lugares não ia não”.Cuti é a forma pela qual D. Iraci se refere a um de seus irmãos e, somente acompanhada dele, sua mãe a deixava sair, principalmente à noite.

O contexto familiar de D. Iraci revela-nos muito sobre o comportamento em determinado período e espaço. Após perder o pai, o irmão mais velho, Antônio, assumiu as diretrizes da família, como ela mostra através do relato em que, lamentando, conta que certo ano, sua família, que trabalhava como meeiro, ganhou o dinheiro suficiente para comprar um sítio: *“Aí, tinha um homem que era vizinho, tinha u sitinho piquinininho, não era grande, não. Aí queria vendê pro Antonho meu irmão. Falô pra ele assim: compra aí, (...) aí ele falou assim: ah não, aí a mãe falou assim: vamô compra, se não o dinheiro acaba e nós fica sem nada. Aí ele falou assim: dinheiro é bom é no bolso. Não tinha juízo. Gastô tudu o dinheiro à toa e não compro o sítio pra nós”*. É interessante notar neste trecho, a autoridade do irmão em relação à família, até mesmo em relação à sua mãe. Sua autoridade refletia também em vários outros aspectos, inclusive na educação das irmãs, como diz D. Iraci: *“meu irmão falava assim tem que trabaiá, a roça tá no mato, não pode, muié não precisa aprendê lê, não, só o homem. Por isso que eu não sei lê”*. O relato mostra o forte pensamento machista, na ideia de que só homem tem que saber ler. Essa influência, segundo seu relato, marcou toda sua infância e adolescência.

Porém, a dificuldade para estudar não é um caso específico de D. Iraci. Muitas crianças da zona rural, na necessidade de ajudar no trabalho do campo, deixando de ir à escola, como conta Gabriel Fernandes: *“a gente num podia estudá, eu num estudei quase, (...) i no mato buscá cabo de enxada pra incabá enxada, inxada, era a caneta nossa”*. Em outros casos, em que a família era maior, ou havia a possibilidade de dispensar o trabalho

da criança, esta tinha a possibilidade de frequentar a escola, porém com grande dificuldade, tendo muitas vezes que trabalhar no período adverso ao da aula, como nos conta Maria Donda: *“Ó, eu vinha pra iscola, eu fiz meio anu lá, e depois, vim fazê a quarta serie em Jales. Eu vinha a pé. É, eu vinha a pé. Chegava em casa, ía pra roça. Ia pra roça. Hoje, é outra história. Hoje, o ônibus pega na porta da iscola ... i o aluno ainda não qué sabê di istudá, vai lá pra brigá. Desobedece os professores, coitadu dus professores”*.

A chegada das escolas rurais facilitou a vida de muitas crianças e, em alguns casos, foi determinante para garantir à criança o acesso à escola, como conta João Boldrim: *“A escola começou anos 60, mais ou menos, do ano 70 em diante, ela já começou a esvaziar. Então, foi nessa época, mais ou menos, que foi, que a gente foi, começou ir na escola”*.

Sobre a questão da infância, é interessante notar que, em muitos casos, as crianças precisavam trabalhar desde cedo, não tinha tempo para brincar: como diz D. Iraci: *Nóis num teve, assim, infância de brincá não, só trabaiá. “Desde a idade dos 7 ano, eu já ia pra roça já, tampá cova de arroz, tirá os mato, num tinha como brincá”*. As crianças, principalmente das famílias mais carentes, eram requisitadas para ajudar no trabalho da roça, assim como não tinham tempo para brincar, tampouco tinham brinquedos, como continua contando D. Iraci, com uma história de sua infância: *“Aí, o Antonho, meu irmão, prantou bastante algodão, foi no sítio do, foi lá em Fernandópi, isso aí, no sitio lá do japonês. Aí ele pegou e prantou bastante algodão. Então, minha sobrinha de Votuporanga tava passeando, aí, ele falou assim: cês vão catá algodão pra mim que sábado eu vô em fernandópi e vô compra uma boneca pro ceis, uma para cada uma dos ceis. Aí nós catava esse algodão, sabe, tinha aquelas maçãs bunita, branquinha, colhia lá, panhava, ele falava: é pra cata tudo, quando pega um pé, é pra panhá tudo o algodão. Aí ele deu a boneca pra nós, uma pra cada uma,*

mas só que, depois, nós deixemo moιά e estragô tudo, cabô". O brinquedo, além de ser raro, no caso da história, era frágil, feito de papel, que logo se desfez com a chuva, ficando pouco tempo presente na infância de D. Iraci.

As opções de lazer também não eram muitas, mas na dificuldade em ir à cidade, o campo criava opções que as pessoas aproveitavam para criar momentos de vida social, como conta João Boldrim: *"Tinha uma venda, sabe (...) essa venda que dava um movimento, que o povão ajuntava por causa da venda (...) aí, foi feita a igreja. Aí juntava muita gente na Igreja e na venda, campo de bocha, campo de bola. O pessoal vinha com duplo interesse também, uns vinha pra rezá, outros vinha pra beirá buteco, e se ajuntava e acabava dando um povão grande, aí, com intenções diferenciadas. (...) fazia quermesse pra manutenção da igreja, os bailes no sítio, baile no campo de bola. Então, tinha que fazê o baile pra tirá a renda, então nós se divertia por aí. Na cidade, era muito difícil nós ir, na cidade, não ia, televisão não tinha*". Na venda descrita por João Boldrim, vendia-se, segundo ele, secos e molhados e artigos em geral: *"Era venda de secos e molhados, era artigos em geral, vendia arroz, feijão, sal, farinha, açúcar, bebida, era um minimercado, vendia doce, cigarro, vendia de tudo se fosse vê*".



Igreja no Córrego do Viadinho

Contudo, para outros, a realidade era um pouco distinta, como para D. Iraci, que, nas dificuldades para conseguir sair de casa, precisava contar com a presença de vizinhos, que ela diz que não tinha, assim não tinha amizades. Ela conta de um único caso que lembra em que teve uma “colega”: *“só lá no sítio dos mineiros que tinha uma menina que chegou de mudança depois de nós, lá. Ai nós ficava junto, nos domingos ia pescar no Arara, vortava, mas cidade num ia não, passear de noite, não ia não”*.

Maria Donda traz um depoimento que reflete muito bem a mentalidade desse período, mostrando a forma como conviviam com as dificuldades que enfrentavam: *“A família, os vizinhos se visitava quase diariamente, né. Havia muita harmonia entre pais e filhos. A única mentalidade que a criança tinha naquela época era pensar no serviço da roça, porque num tinha outra vaidade. E, quando o rapaz se formava, a condução dele era um animal, era um cavalo. Então se ele ia jogar futebol, era de cavalo, se ia num baile, era de cavalo, se vinha na praça, era de cavalo. Quando num vinha a pé”*.

O cavalo era também um recurso usado pelos chamados oveiros, pessoas que viviam na cidade e percorriam as casas nos sítios, fazendo trocas de mercadoria, como conta D. Iraci: *Tinha oveiro, a mãe comprava assim, trazia pão pra vendê pros povo do sítio, sabe. A mãe comprava deles, trocava a troco de ovo, assim que a mãe fazia. Às vezes, tinha alguma pecinha de ropa que servia pra mim, pra Santa, a mãe comprava e pagava. Às vezes, tinha frango e pagava com frango, e ovo, e pagava (...), só troca. Vinha uma vez por semana. Vinha com aqueles balaizão no cavalo, trazia linha pra costura, trazia tanta coisa!*

Esses oveiros eram uma ótima opção para as mulheres que precisavam de utilidades para a casa, roupas e muitas outras coisas. Desta forma, facilitava muito a vida das pessoas do campo, pois levava até às casas as mercadorias. Por outro lado, usava a troca como moeda, o que ampliava as possibilidades das famílias rurais, pois podiam pagar com coisas que tinham, como frango e ovo, podendo comprar mesmo sem ter dinheiro.

Vale destacar um traço importante das pessoas do campo, a simplicidade do modo de viver. As questões até aqui apresentadas mostram que não havia muita vaidade nas pessoas, como conta Gabriel Fernandes: *“E, sei lá, não tinha aquela ganância de dinheiro, não tinha luxo, nem aqui nem na cidade (...) A gente engordava porco, sempre viveu comendo gordura, até hoje, tudo nós tinha, era frango, porco, o que a gente sofreu num foi mole, tirava o leite pra entregá o leite e era aquele dinheirinho, né, pra sobrevivê. Não tinha tanto luxo como tem hoje. A maioria andava descalço, não tinha dinheiro pra comprá calçado, ué, andava descalço, faze o quê? Tudo, os dente, tudo estragado, não tinha dinheiro pra arruma, então era aquela vida, né”.*

É fácil perceber a dimensão da dificuldade destas pessoas, com falta de recursos financeiros, dificuldade de acesso à recursos de necessidades básicas, como saúde e

educação. Assim, viviam as pessoas que vieram para Jales para tentar uma vida melhor, como também aquelas que aqui nasceram na realidade da vida do campo. Contudo, João Boldrim traz uma reflexão muito pertinente sobre o modo como essas pessoas encaravam a vida: *“A vida era dura, mais sei lá o que acontecia, o povo era divertido, havia, sabe, havia muita esperança, o pessoal em lugar novo, o pessoal que vinha era tudo gente novo, também. Tinha os velho, mas a maioria era mulecada, moço, moça, né, então, eles tinha muita esperança, né. Então, era animado, e uma outra coisa, o povo não conhecia o que era bom, por exemplo, a tecnologia de hoje. As coisas modernas de hoje, naquele tempo, não existia, se conhecesse ia fica doido, porque, hoje, por exemplo, quem não tem um carro, fica doido, né, e naquele tempo não, o pessoal não tinha carro, tudo bem, mas, hoje, uma família que não tem um carro ele tá apavorado”*. Essa, talvez, seja uma das principais particularidades daqueles que construíram Jales através do campo. A esperança que os motivou para vim a Jales era a mesma que os motivava a encarar as dificuldades apresentadas pela vida. Aceitavam a vida que tinham, enquanto trabalhavam para melhorá-la, como já foi explicitado, sem vaidade, sem ganância que lhes roubasse o prazer pela vida simples.

Por outro lado, pouco a pouco, a situação foi melhorando, criando facilidades e opções de conforto até então desconhecidas, como podemos perceber em alguns relatos. Dentre as melhorias temos o asfalto, como conta Gabriel Fernandes: *“Era tudo terra, aí, depois, inventaram de fazê a rodovia, aí, fizeram a rodovia, aí, miorô”*. A rodovia trazia estabilidade, evitando os transtornos das estradas de terra em tempo de chuva, por exemplo.

Outra grande melhoria foi a chegada da energia elétrica, como afirma Gonçalves, presidente da Cooperativa de eletrificação rural (CERUJA), responsável pela chegada da energia elétrica: “(...) a CERUJA foi uma cooperativa que (...)foi fundada em 65(...) e essa cooperativa foi muito importante, porque aonde a energia ia, o aparelho eletrodoméstico vinha, a geladeira, a televisão, tudo aparelho de coisa, eletricidade vinha”. A eletricidade transformou a vida das pessoas no campo, como também na cidade como um todo, trazendo progresso e ativando o comércio. A CERUJA é um exemplo do potencial das cooperativas rurais. Gonçalves foi inicialmente presidente de uma cooperativa no sindicato dos trabalhadores rurais, que foi fundada por ele, em 1982, na qual foi incorporada a CERUJA, que era a cooperativa de eletrificação rural da região de Jales e foi transformada na Cooperativa Agropecuária Mista de Eletrificação. Segundo Gonçalves, a partir de 75, a CERUJA devolveu à CESP a concessão da rede de Eletrificação, como ele explica: *a CERUJA deixou de ser importante, a partir do dia que ela entregou a rede, a CERUJA pra CESP, devolveu à concessionária a concessão que tinha que era de comprar energia em grandes quantidades e distribuí pros associados. Como a CERUJA ficou a partir de 75, ela ficou inviável, porque a Cesp cercou toda a região, né e colocando energia, cercou né. (...) a Cesp desenvolveu um grande trabalho em 75 e cercou todo o campo que a cooperativa, a CERUJA podia crescer, e levando energia de melhor qualidade, levando energia trifásica, né, porque a cooperativa foi fundada com mais de monofásico, bifásico, do que trifásico. Quem puxava energia trifásico era os grande proprietário, mas os pequeno puxava mesmo pra ter quase as coisas dentro de casa, aparelho doméstico, né. Então, ela passou a ser inviável a partir de quando devolveu à concessionária a concessão.*

Segundo Gonçalves, a partir deste momento, a CERUJA passou a encontrar sérios problemas financeiros, o que foi remediado com a conquista de uma indenização paga pela

CESP, por estar usando a rede da CERUJA: *E no tempo era o governador Fleury (...) foi aonde a gente pôde pagá todos aqueles compromissos que a cooperativa tinha, né, e a gente equilibrou, mais ou menos (...) Coloquemo uma filial em Urânia, filial em Palmeira, mas a cooperativa não fazendo, não entrando na comercialização, ela deixa de ser cooperativa, ela passa a ser apenas um atravessador, vendendo adubo, calcário, o veneno. Então, nós temo que fazê um trabalho de cooperativismo. Compramo um caminhão, compramo um caminhão pra transportar uva pra são Paulo, mas e aí, o associado não confiava, sabe. É acho que nós não transportamo uva pra são Paulo (...) nós ficamo com o caminhão bastante tempo sem trabaíá. Aí foi, vendemo o caminhão, vendemo o caminhão e, daí, o que nós vamo fazer? (...) a gente vai ter que pôr uma usina, que a Nestlé, a Parmalat, esse povo taí judiando muito da gente, vamo ver se nós põee uma usina, aí. A usina chegou a beneficiar 8 mil litros de leite, quando resolveram começar a produzir muçarela e iogurte, porém, segundo Gonçalo o iogurte era muito bom e vendia muito bem, porém a muçarela não conseguiam produzir com qualidade suficiente para conseguir comercializar. A partir daí, a Cooperativa começou a arruinar, encerrando suas atividades. Com esta experiência, Gonçalo afirma: “O pior, meu, foi eu ter me tornado um ambicioso e um sonhador, que eu sonhava com uma cooperativa forte. Eu sonhava que, um dia, a cooperativa de Jales podia beneficiar muita gente, mas era um sonho até que duvidoso (...) todo mundo, quando entrava na cooperativa, falava assim pra nós: qual é a vantagem, o que que eu vou levá de vantagem. Então, é uma coisa que deixa a gente triste, porque você entra numa cooperativa pra já perguntá a vantagem que vai te, não tá preparado, o povo não tava preparado pro cooperativismo”*

Outra instituição que marcou a história do campo em Jales foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales, que significava um apoio muito importante para o pequeno

produtor, como conta um de seus presidentes, Estevan Mariano do Prado, que traça o perfil da atuação do sindicato: *“Milhares de caso de briga de patrão com empregado, assistência ao pequeno produtor. A gente fez um trabalho muito cansativo, eu deixei o sindicato com quase onze mil sócios”*. Esses números demonstram que a população do campo era de certa forma, politicamente engajada.

Essas instituições traziam inúmeros benefícios ao pequeno produtor, como a energia elétrica trazida pela CERUJA. A Energia elétrica transformou a vida das pessoas, trazendo uma enorme facilidade, o que pode ser percebido na fala de João Boldrim: a respeito da conservação da comida: *“hoje, num ter energia é como falta água (...) Fazia comida na hora e só servia pra aquela hora. Na época, matava um porco, e a carne que ia se guardar talvez, fazia linguiça, secava e bem salgada, tinha a duração prolongada, ou, então, pegava a carne de porco, ponhava dentro da lata de gordura, fritava a carne e ponhava dentro da gordura e se tinha carne pra mais tempo. Gelado não tinha nada. Aquilo que estragava, estragava, também não tinha muita coisa pra estragar, porque o que tinha era uma hortinha, o frango que se matava na hora. Água era natural”*.

Além da energia elétrica e do asfalto, outra melhoria muito importante foi o telefone, como afirma João Boldrim: *“outra coisa boa que chegou por aqui foi o telefone (...) e era uma grande coisa, pra quem não tinha e passou a ter. Quando não tinha telefone, nós tinha uva, e uva é um negócio que vende toda semana, nós tinha que i lá em Jales, quase todo dia, pra vende uva lá, pegá o mercado com os compradô, vê o comércio como tava, pra entregá, pra vendê. Agora depois que o telefone veio aqui, aí, sim, nós ficô tranquilo. A gente qué i num lugá, primeiro a gente telefona, deu lá, tá, cê fala que eu vô lá, se não, num vai. O telefone trouxe muita facilidade, o telefone e a energia, pra nós, foi três coisa*

importante aqui, telefone, energia e o asfalto". Esses elementos, que parecem tão simples, hoje, fizeram uma grande diferença na vida das pessoas do campo, diminuindo as distâncias, facilitando a comunicação e as atividades da vida cotidiana, melhorando muito a vida das pessoas da zona rural. Porém, outras questões problemáticas permaneceram, como a situação financeira, por exemplo.

Como a fonte de renda era a agricultura, o resultado da colheita interferia muito na condição de vida das pessoas. O carro chefe era o café, a maioria que veio para cá tinha o intuito de plantar café e Gabriel Fernandes explica porque a preferência pelo café: *"O que eu possuo hoje foi do pé de café (...) porque o café era forte, tinha máquina de benefício e tudo, era ocê colhia, ocê vendia, era fácil, pra vendê era fácil, e dava muito lucro. Era trabalhoso? era, era sacrificado, mas panhava muito café. Aonde a gente melhorô de vida, aí deu pra comprá carne, a coisa já modificou, aí a vida miorô, né. Mas os 3 ano primeiro que eu vim morá aqui, foi duro, foi comendo chuchu"*.

Contudo, o café demorava em torno de 3 à 4 anos para começar a produzir e, nesse intervalo de tempo, os agricultores recorriam a outras plantações. Geralmente, plantavam entre os pés de café, como conta João Boldrin: *"Aquele tempo, o que nós mais vendia era arroz, produzia arroz, né, no meio dos café. Derrubou o mato pra plantá café e, no meio do café, até formar, plantava arroz. Na época que a gente entrou e por um bom tempo, o carro chefe era o arroz, e era bom, tinha valor. Com dinheiro de arroz, pagava a terra, comprava a prestação, pagava a prestação. Mas, depois, o algodão teve bom interesse também. O pessoal fez economia com o algodão também. Arroz, algodão e, depois, o café. Depois que o café formava não plantava, não. Até uns trez anos, quatro anos plantava."* Depois que o café formava, ou seja, começava a produzir, deixava-se de plantar outras culturas e

passava-se a dedicar-se ao café, porém essas outras culturas por muito tempo, garantiram o sustento das pessoas do campo, como conta Iraci: *“A gente vendia arroz né, assim, por exemplo, dois caminhão de arroz, deixou o do gasto e vendeu o resto tudo. Aí, a gente passou o ano, e trabalhava por dia, assim, quando num tinha serviço na nossa roça, trabalhava pros outros, ganhava”*.

O depoimento de D. Iraci é muito importante, pois revela outra característica da zona rural, a existência dos contratos de parceria. A falta de terra própria era a dificuldade de muitos que sobreviviam da renda do campo, e tinham que produzir em terras de outros, firmando contratos de parceria, os quais eram denominados meeiros, como explica D. Iraci: *“Era de ameia, por exemplo, se colhia 100 sacos de café, 50 era dele e cinquenta era nosso. Tinha a casa no sítio pra nós morá”*. Nesses contratos de parceria, o dono cedia a terra para outro cultivar, e o que colhesse seria dividido. Na grande maioria, era meio a meio, porém nem sempre, como explica melhor José Cavallari, ressaltando o grande número de trabalhadores do campo que eram trabalhadores em contrato de parceria: *Ah, 90% era pareceria. 40%, 45% do café, é. Poucos aqui de colonos, que eu saiba, aqui tinha uma propriedade. Mas 90% era parceiro, 40% ou 45%, nesta média aí, que tinha muito proprietário que, as veis, era 40% e o proprietário punha o adubo por conta dele. E outros, então, dava mais, as veis, era a meia, mas, aí, era a meia o adubo também”*. Como diz José Cavallari, existiam diferentes formas de se estabelecer a parceria, muitas vezes, 60% pro proprietário e 40% para o trabalhador, em outros casos arrendava-se a propriedade, como explica Estevan Mariano do Prado, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jales, colocando que o contrato dependia da lavoura: *“Dependia, maioria era café era meia a meia, às vezes, se era uma lavoura muito boa, era 40 pro empregado e 60 pro patrão ,*

agora, roça não, muitos era arrendado, né, dava x por alqueire, pagava um dinheiro e ficava com tudo”.

As diferentes formas de parceria eram denominadas contratos de parceria e eram regulamentados por lei, o que significava uma segurança para o produtor, Para defender-se, o produtor recorria ao sindicato, como explica Estevan: *“eu lembro que, no sindicato, eu aparteí muita briga lá, patrão que queria fazê um trato e, depois, no final, na hora de acertar as colheita, queria mudar o trato, mas nós tinha uma legislação que dizia como é que funcionava os contrato de parceria. Então, diante daquilo ali, eles não tinha como recuar”.*

Contudo, muitos desconheciam a lei, e, muitas vezes, esses contratos de parceria não eram devidamente cumpridos pelos patrões, como conta Iraci: *“ele pegô e mando nós prantá café, meu irmão pranta café nas faia, que tinha muitas faia no café, aí meu irmão pego e prantô os café. Aí, quando foi pra nós mudá, ele foi pegá, aí, depois, ele contava 3 pé, um, dois três, fazia um, punhava três pra fazê um. Ai, meu irmão num aceitô, aí, meu irmão falô assim: cê pode ficá com tudo que eu num quero nada, porque o trato não foi esse. Se num tinha o pé de café aqui e agora tem, é porque fui eu que prantei. Aí nós saiu do sítio dele”.* Esses acontecimentos abalavam muito a vida dessas famílias que viviam dos contratos de parceria, pois a maioria dos proprietários não tinha propriedade, e sustentavam-se da renda que tiravam da produção nos sítios em que trabalhavam.

Essas famílias que viviam no sítio, tanto proprietários ou não, tinham na produção agrícola sua principal, quando não, a única fonte de renda, e, desta forma, precisavam administrar o dinheiro recebido na colheita até a próxima colheita, como conta Gabriel Fernandes: *Tinha que guardar o dinheiro pro ano inteiro, e guardava, uai, ia fazê o quê? Precisava sabê vive naquele tempo, não era fácil, não.* Muitas vezes, colhia-se muito, e a

venda da colheita rendia muito dinheiro, mesmo para quem trabalhava em contrato de parceria, porém era necessário saber usar o dinheiro, pois este teria que durar até a próxima colheita, ou seja, após um ano. Com isto, geralmente, comprava-se muitas coisas uma vez ao ano, como roupa e sapato, que era comprado somente quando era feita a venda da colheita. A roupa comprava-se o tecido, e a roupa era feita em casa, como conta D. Iraci, que tinha a mãe quem costurava: *“Então, roupa, quando chegava o fim do ano e coía, fazia a coieta, aí, ela comprava de fardo de ropa, pano pra fazê, aí, ela fazia. Ela só pagava pra fazê calça pros meus irmãos, camisa, de primeiro os homem usava cirola né, num era zorba, e ela fazia. Fazia cada vestido feio pra gente!”*.

Um grave problema era quando se perdia a colheita, não se conseguia colher ou colhia pouco, que não fosse suficiente para garantir uma boa renda. Nesses casos, as famílias passavam sérias dificuldades.

João Boldrim conta que, por muitas vezes, passou por essa situação: *“Nóis, em 1963, tivemos uma seca de 9 meses, sem caí uma gota de água aqui. E não foi só um ano, vários anos, muitos anos, a gente perdeu. Nóis, aqui, no começo, nóis perdia mais do que colhia, perdia muito. Teve ano de perdê a safra de café do ano inteirinho. Teve ano de perdê a safra de algodão. Antes de 56, por exemplo, nóis perdemo safra de algodão com muita chuva, não deu pra colhê. Aí já teve ano, então perdia do sol, o tempo teve sempre suas variação, e isso judiava do povo, né. O pessoal sempre enfrentou problema. Tinha o café formando, não lembro o ano, o café tava muito bonito, formando, terra nova, aquela terra boa, tava um cafezão, ele chegou até pra baixo da metade do pé, precisamos formar de novo”*. Nestes casos, passavam muita dificuldade, pois, se perdia a principal fonte de renda, e não havia recursos como financiamento, como conta Boldrim: *naquele tempo, não tinha*

banco, empréstimo, esse negócio não existia não, Jales não tinha banco e, se tivesse, também, os crédito era diferente, né.

Diante desta situação, as famílias ficavam, às vezes, sem recurso nem mesmo para se alimentar, como lembra D. Iraci: *“Uma vez, nós prantemo uns arroz, ali nu sítio dus minero, mas as largata veio, cabô com o arroz e o mio que nós tinha prantado. Num coieiu um saco de arroz e nem de mio. Aquele ano foi duro pra nós, a mãe fazia pulenta, comprava, né, nas máquina, o fubá, num era nem no mercado, era nas maquina. Fazia aquela pulenta pra nós come. Outro dia, era sopa de mandioca, que arroz num tinha, num tinha de jeito nenhum, num colheu. Fazê um pão, assim, num tinha”.*

Uma das alternativas dessas famílias era a venda de porco e de frango, que criavam no próprio quintal, e se tornava uma importante fonte de renda, como conta João Boldrim: *“Então, uma fonte de renda era o porco. Nesse tempo que nós morava lá no Córrego dos Coqueiros, antes de vim pra cá, teve ano que nós perdeu tudo lá e criou com dinheiro do porco, perdeu roça tudo lá e passou vendendo porco. Meu pai vendendo porco e minha mãe vendendo frango”.*

Era com formas alternativas que as pessoas tentavam se desvencilhar da situação difícil, que geralmente perdurava por todo o ano. Gabriel Fernandes conta outra forma de comprar os produtos que necessitava na cidade: *“Nós cuía mamona, eu punhava no carrinho, bem cedinho, ponhava no carrinho e ia vendê na cidade. Aí eu comprava o que tinha que comprá”.*

Este relato mostra o quão difícil se tornava para as pessoas conseguirem satisfazer as necessidades sem ter recurso para isto. Essas dificuldades eram tão expressivas que motivaram muitos a deixar o campo, como conta José Antônio dos Santos: *“(...) o sítio não*

deu mais produção, então acabou abandonando as lavouras, inclusive teve muita gente que veio para a cidade, como se diz, abandonaram, tocaram e tocaram e não deu nada, então, falaram: vou tentar minha vida na cidade, e é o que aconteceu, pra tentar um melhorá. (...) Mudou também por causa das chuva, o tempo foi mudando, de plantação de data, então, o pessoal começou a perder muito e foi onde desanimaram”.

José Antonio mudou-se para a cidade motivado pela geada de 1975. Essa geada foi responsável pelas mudanças de muitas famílias do campo para a cidade, diminuindo significativamente a população rural. Muitos não conseguiram permanecer no sítio, depois que perderem tudo com essa geada, como narra José Cavalari, ex-Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jales: *“(...) em 75, deu uma geada forte que deu em nossa região aqui, que não sobrou café nenhum. Ali, já muito proprietário que desanimou com aquilo né (...). Depois, depois veio em 78, veio mais uma geada pequena. Então, isso daí. Então, em 87, 88, foi uma seca terrível que veio também, daquela que estragou até mais que a geada, porque a geada, depois daquilo, pelo menos, cortaram os café, os café brotou bonito, deu muito cereais, foi uma fartura tremenda de arroz, feijão, milho e a seca destruiu, né. Então foi onde desanimou, e foi onde até os próprios proprietários abandonaram e vieram prá cidade”.* Vale destacar que o abandono do sítio foi prioritariamente entre os que viviam dos contratos de parceria, que não tinham sítio e, com fatores climáticos desfavoráveis, resolveram tentar a vida na cidade.

O depoimento de José Cavalari traz uma questão importante. Muitas famílias abandonaram o campo por causa da geada, porém a geada abalou por um ano, pois o café foi podado, e a produção, depois, foi muito melhor, como conta João Boldrim: *A geada foi muito boa, resolveu um problemão, porque, aqui, a região, em 70, o forte da região era o*

café, então, naquele tempo, o café tava encabeçado. O preço, né, num virava (...) aí, com a geada em 75, aí mudou as coisas. Todo mundo pensava que tinha sido errado, e foi ao contrário. Era a solução, aí, cortô os cafezal, tudo, produziu bastante café, e devido àquela geada, o café de 100, 150 contos, o saco foi para até 1000 conto o saco. A geada foi a solução (...) porque não houve um arranque de café, foi uma poda, então pulou um tempo, um ano ou mais sem colhê o café. E a geada, na nossa região, trouxe uma vantagem, que o clima acabou com muitas pragas, porque a região não era acostumada com frio. Veio aquele gelo, acabou com muitas pragas, tanto é que, no ano seguinte, o pessoal começou com o plantio de cereais, que num ia ter mais café, e você precisa de vê a produção como foi boa. Portanto, era arroz, algodão, milho, feijão, o tanto que produziu. O dia que geou, muita gente chorava. No ano seguinte, o povo percebeu que foi a melhor coisa que veio pra nós, porque mudou pra melhor.

João Boldrim conta também que muitos que foram para a cidade, depois viram a produção do campo, se arrependeram da decisão, até mesmo, porque a situação na cidade não era muito melhor, em termos financeiros. Para quem estava acostumado com o campo, a cidade apresentava uma realidade completamente diferente, por outro lado, a cidade não oferecia muitas possibilidades, desta forma a vida de muitos continuou difícil, como se percebe na fala de D. Iraci: “*aí mudemo lá pra Urânia, pra coiê um algodão lá prum homem. Aí, nós fiquemo até acaba a coieta tudo. Depois, ele pagô pra nós carpi, sabe, nós carpiu, aí, depois, num tinha mais serviço lá. Aí nós mudô pra cá, aí o Lando morava lá na Vila Maria, aí arrumou uns dois cômodo pra nós, eu e a Santa, o Cuti e a mãe. Aí, nós moremo aqui, aí o Cuti trabaia de servente, nós trabaia de empregada. O que eu ganhava, pagava aluguel, o Cuti ganhava, comprava, fazia a compra, só quem não ganhava era a*

mãe, né”. Lando é um dos irmãos de D. Iraci, chamado Orlando, que, após se casar, mudou-se para a cidade.

A cidade gerava encargos financeiros que, até então, desconheciam, como aluguel, conta de água, alimentos que, antes, produziam no próprio quintal, como hortaliças, frangos, ovos. Vivendo na cidade, estas famílias tiveram que enfrentar diferentes dificuldades, trabalhar por um salário mensal que era consumido nas despesas da casa, trabalhos desgastantes, funções que desconheciam, pois o que sabiam era o trabalho do campo, plantar e colher, o que muitos tinham feito durante toda a vida.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES DE JALES

Aparecida de Jesus Olhier – Licenciada em História e Pedagoga.

É Pós-Graduada em Psicopedagogia.

*Eu sou aquela mulher que fez a
escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores.*

Cora Coralina.

Estas palavras de Cora Coralina, dão início a um texto no qual se pretende mostrar um pouco dos modos de vida das mulheres que, ao longo dos tempos, colaboraram para a construção da história de Jales. A meu ver, é muito justo destacar o papel importante destas que foram mães, esposas, amigas, trabalhadoras. Todas, de forma significativa, fizeram a sua parte e deixaram marcas nesta história que já completa 70 anos.

Mulheres que, com seu trabalho, auxiliaram no desenvolvimento desta cidade. Algumas de maneira quase transparente aos olhos de muitos, porém, a participação destas trabalhadoras: babás, domésticas, coletoras de lixo, professoras, agricultoras, feirantes, mães, enfim, é de valor tão sublime que nos chamou a atenção e despertou-nos o desejo de registrar neste trabalho suas histórias.

Para tanto, na busca de conhecer um pouco da vida destas mulheres, colhemos relatos de seus filhos, suas noras, maridos, e, como não podia deixar de ser, ouvimos principalmente aquelas que vivenciaram os momentos que, a partir de agora, serão citados aqui.

Uma de nossas mulheres é a senhora Delfina, de 62 anos de idade, coletora de lixo reciclável, mas que já fez muita coisa nesta vida, como ela nos conta em sua casa ao lado de seu marido que, atencioso, apreciava seu relato. Falando de sua vida, ela nos conta: *“...eu vim pra Jales, mesmo... eu vim morá aqui foi quando eu tive a minha minina mais nova, mas também não foi pra cidade, foi pra região, moramu muito na região de Jales, pra cá mesmo vai fazer mesmo uns 5 anos que eu mudei pra cidade, eu morava nu sítio, tocando roça, né, plantando, colhendo, e aí us filhos nasceu tudo no sítio, foi criado tudo nu sítio. Quando viemos pra cá só tínhamos o rapaz que era solteiro, mora aí perto da gente. Faz pouco tempo que saímos da roça, mas graças a Deus, até aqui Deus tem nos ajudado, porque tudo o que eu já passei, se eu for contar tudo... muito prolongado, teve muitas coisas boas, teve ruim também, porque a minha vida não foi assim, um mar de rosas, não...”* (NERI, Delfina de Andrade, 2011).

Nesta fala, D. Delfina conta que mudou pra cidade de Jales faz pouco tempo, pois entende que há diferença entre a vida do sítio e a da cidade. Como marca de sua chegada à região de Jales, ela cita o nascimento de sua filha, esta que seria a primeira de uma família de 10 irmãos. D. Delfina comenta que seus filhos todos

foram criados no sítio, fazendo parte dos trabalhos da roça onde plantavam, colhiam e onde viveram a maior parte de suas vidas. Ela aponta para suas tristezas, mas não esquece das coisas boas que viveu e coloca Deus como um colaborador na sua vida. Dessa forma, mostra-nos o lado místico, religioso da mulher jalesense.

Outra mulher que retoma essa crença em suas conversas é a senhora Neuza Saciente Rossini, que, ao ser interrogada sobre de onde teria tirado forças para superar as dificuldades que a vida tinha lhe apresentado, responde: *“...do Deus que eu sirvo, é dele que me vem essa força...”. “Apesar de tudo, do jeito que minha vida tá, está ótima... Deus tá me mando forças pra cuidá do meu marido, tô dando conta de cuidá da minha casa, se um dia a Isadora vim pra cá, também eu acho que eu dô conta, então se continuá do jeito que está tá ótimo, entendeu? Então pra mim tá bom, então eu quero ficá do jeito que tá. Tem dificuldade muita, mas tá bom. Porque a gente tá tendo força, né. Então pra mim tá bom. De onde vem minha força? Do Deus que eu sirvo!” (ROSSINI, Neuza Saciente, 2011*

Ao se tratar de fé, podemos citar outra mulher que, de tão confiante que é, assim determinou: *“Eu sempre falo que Deus tem que me dar saúde, paciência, que eu tenho muito né... e Deus não pode me levar antes dessa criatura aí, né. Porque, se eu for primeiro, como que eli vai ficá? Então eu peço sempre isso pra Deus, que me dá saúde e tudo na minha vida pra cumpri a minha missão. E eu sou feliz, do jeito que a minha vida é, e eu sou feliz. Nunca pensei em desistir, porque eu tenho fé*

em Deus que tudo que eu pedi pra Deus ele me ajuda e eu consigo” (SANTOS, Zorides Danjo, 2011).

Ela está falando da missão que assumiu com o falecimento de sua sogra, aos 85 anos, deixando um filho deficiente de 70 anos de idade e que D. Zorides assume como compromisso seu, cuidar. Essa “criatura”, como ela o define, é totalmente dependente de seus cuidados e afetos, e, sendo assim, ela decide que Deus terá que ser seu suporte, ou seja, acredita que receberá paciência e saúde para cumprir o que diz ser sua missão. O que encanta é perceber que, aos 67 anos, essa senhora, viúva, com toda essa responsabilidade, diz que é feliz do jeito que a vida é...

Essa mesma fé é demonstrada em outro momento pela D. Zorides ao falar de seu futuro: *“E eu não vô já não, que eu falo é que eu ainda vô morrê lá com 80 anos, se não passá! Porque minha mãe faleceu com 80 anos, eu tô com 67, eu falo que eu ainda tenho muito o que vivê. Porque ele tá com 70 anos. A gente não sabe quem vai primeiro porque é uma coisa deixada por Deus, então, eu peço todas as noites a hora que eu deito, a hora que eu levanto, está sempre comigo pra mim vencê a minha batalha”* (SANTOS, Zorides Danjo, 2011).

D. Zorides acredita na vida que, para ela, será longa, assim como foi para sua mãe. Ela novamente aponta Deus como seu colaborador na certeza de que vencerá.

Nessa conversa, ela nos mostra a vida de uma mulher que viveu sob a autoridade do marido, mas sem permitir que isso lhe tirasse a alegria de viver, nem sua vontade de trabalhar. Vejamos o que ela diz: *“... meu marido não queria que eu trabalhasse... Porque era assim... Ele tinha mãe, esse irmão, pai e tinha um irmão mais velho dele que hoje tá em*

São Paulo, que até cigarro ele comprava porque não arrumava serviço aqui. Aí, foi depois que ele resolveu í embora pra São Paul, pra vê se arrumava alguma coisa pra lá... Então o salário dele tamém não era...O salário dele, era um dos que ganhava menos, né. Então as vezes eu falava, e ele falava assim: ah, o salário não dá. Esse mês o salário não dá. Então eu falei : vô pegá ropa pra lavá e pronto!” (SANTOS,Zorides Danjo, 2011).

Sabemos que, no decorrer da História da Humanidade, muitas mulheres viveram sob o jugo dos homens por muito tempo, sendo submissas a eles e, desta forma, infelizes. Porém, nossas mulheres, em alguns momentos de suas vidas. Apresentaram-se de forma decidida e, sutilmente, deram a volta por cima. Sua sabedoria e força de decisão é notável na frase: *“vou pegá ropa pra lavá e pronto!”*.

Vendo as dificuldades que o marido enfrentava para manter sua casa e, ainda alguns da sua família, ela decide que vai trabalhar e, não podendo sair de casa para concretizar sua decisão, percebe que, trazendo o trabalho para dentro da sua casa, estaria resolvendo seu problema. *“Então eu lavava ropa, eu cozinhava... tudo na hora certinha, porque meu marido trabalhava. Quando vinha o almoço tava pronto, e eli gostava de umas pinga sabe.Fazê o que né. Então, eu também não brigava, dava conselho, mas... foi tanto que ele faleceu em 2009, foi da cirrose. Porque se você vai falá, elis acha que você tá errada, né. Então eu falei: eu vô fazê o quê? Porque ele saía com os amigos...!” (SANTOS, Zorides Danjo, 2011).*

A mulher que decide trabalhar para ganhar seu dinheiro e fazer aquilo que gosta, também tem muitas obrigações em casa e as cumpre com a mesma presteza de sempre. Mas como dar conta de tantos afazeres domésticos e ainda lavar roupa para fora? Provavelmente, a necessidade, juntamente com a sabedoria destas mulheres, foi o que fez

esta e tantas outras se calarem quando deveriam gritar. Maridos autoritários e que, por motivos vários, causaram tristezas. Neste caso, trata-se do vício do álcool, que deixou profundas marcas na vida desta mulher.

Assim pensando, encontramos mais um relato da senhora Delfina, que, desta vez, fala das dificuldades que teve enquanto ainda era bem jovem e sem experiência na vida: *“Muitas vez a gente não sabia se conseguia, se parava ou se deixava pra ver o que dava, porque, óia, eu já passei por momentos muito difícil no meu primeiro casamento meu, foi sofrido, porque eu criei as 2 meninas bendizê sozinha, a segunda menina eu tive na casa dos meus pais, sem marido, ele mi abandonô poucos dias antes de tê ela, sem nada, sofrendo, tive que trabalhá doente, logo depois que ganhei a minha menina, pra comprá remédio e leite pra minina, meus pais era pobre, não tinha condições, tinha acabado de perder a minha caçula, o que tinha, tinha gastado tudo, não tinha nada mais, trabalhava hoje pra comê amanhã. Não era fácil não. Sofremos muito”* (NERI, Delfina de Andrade, Jales, 2011).

Abandonada pelo pai de suas filhas, em momento tão delicado de sua vida, ela se sentiu obrigada a buscar ajuda na casa de seus pais e, mesmo doente e com todas as dificuldades encontradas, não perdeu a esperança. Sofreu muito, como ela diz, mas criou suas duas filhas. É a mãe colocando seu amor materno acima das próprias dores e dando a volta por cima. Tempos depois, D. Delfina começou um novo relacionamento, do qual resultou mais oito filhos e seus vinte netos, sobre os quais ela diz: *“E eu só posso agradecê a Deus por tudo o que Ele tem feito. Minha nora, aí é os primeiros filhu que ela vai tê e é gêmeos, Deus tirô minha filha, mas me*

deu 2 netos de uma vez pra mim, pra preencher um pouco a vazia da gente.” A filha dela faleceu faz três meses, e ela agradece a Deus pela chegada dos netos.

Outra mulher que como D.Delfina, participou ativamente do desenvolver da agricultura em nossa cidade, foi a D. Elvira Donda, como é carinhosamente chamada por seus amigos e familiares. D. Elvira chegou à Jales em 1950. A cidade estava em seus primeiros anos de vida. Era casada e tinha seis filhos. Sua família fixou residência em um bairro rural da cidade, chamado de Córrego do Café. Lá ela ajudou seu marido a manter a família sempre com base na agricultura familiar, um sistema de trabalho realizado por pessoas da família, utilizando mão de obra “de fora”, como dizem, apenas em raros momentos.

Neste caso, foram poucas as vezes em que se fez necessário buscar mão de obra fora desta família, pois: *“Minha mãe chegou em Jales em 1950. Ela nasceu em 1917, chegou em Jales com 33 anos e seis filhos...enfrentou bastante dificuldade, né, lógico, naquela época, ali no Córrego do Café, onde residiu por toda a vida, de 50 até o falecimento da minha mãe, então foi a vida toda no Córrego do Café. Ali ela criou mais cinco filhos, nós somos em 11 irmãos. Temos 4 irmãos. Todas as quatro passou a ajudar um pouco, né. Todas iam pra roça. Das quatro eu acho que a caçula trabalhou mais na roça. E das noras praticamente né. Todas também foram pra roça. A Maria, a Tereza, a Antonia, a Lenira, Ângela, foi tudo da roça”* (DONDA, Wilson Gilberto, 2011).

O Sr. Wilson, filho de D.Elvira, atesta que sua família era grande e que todos, incluindo filhas e noras iam pra roça. Todos trabalhavam para que a lavoura pudesse produzir.



No dia 26 de Fevereiro de 2005, a família, reúne-se para comemorar os 90 anos de seu patriarca.

Observamos a ausência da Sra. Elvira. Ela faleceu 5 anos antes, aos 83 anos de idade.

A minha mãe, a Dona Elvira, ela foi uma pessoa que também... lutou... ela trabalhou muito, criou 11 filhus, não é brincadeira não. Parece que eu tô vendu ela hoje. Tava na roça trabalhandu i ela chegava, com o cesto di cumida, cê já pensô, o tantu di genti daquele que tava na roça i ela chegava, intão coitada, ela chegava... oia, toda suada, di canseira, com aquele peso...com cesto di cumida pra leva pra nóis. Depois, preparava a merenda, i ela

levava a merenda também. Porque na roça toda a vida era assim, tinha almoço e merenda, né (DONDA, Wilson Gilberto, 2011).

Verificamos que as marcas deixadas por esta mulher são fortes e profundas, assim como seu esforço para satisfazer as necessidades de seus familiares. Com toda a dificuldade, ela enfrentava o sol e a distância que ligava sua casa às lavouras, onde a família estava trabalhando, para que tivessem seu alimento na hora certa porque, como sabemos, o trabalho da roça exige que se acorde muito cedo e por ser um trabalho pesado, é preciso que se alimentem muito bem. A mãe preocupada com a saúde de sua família, cuida para que tenham duas alimentações em seu período de trabalho, alimento que ela mesma fazia e prontamente levava até a roça.

Outra marca deixada por D. Elvira: *“Minha mãe foi uma pessoa que criou 11 filhos, u mais velhu deficiente, i ela dedicou muito a vida por aquele filho. Í ela fazia o possível i u impossível pra agradar Eli. Eli judiava dela i ela dava a volta por cima, num tava nem aí. Ela cumpriu u dever dela. Ela dizia que ela queria morre primeiro que eli. Ela foi i deixou eli, i eli tá aí até hoje. Intão foi uma mãe exemplar...”*(DONDA, Wilson Gilberto, 2011).

Fazendo questão de ressaltar os 11 filhos criados por esta mulher, seu filho aponta para o fato de que um deles era deficiente, e diz que a mãe, preocupada com a felicidade do seu primogênito, não se importava em atender aos seus caprichos. Para ela, a vida dele

deveria seguir o rumo natural, ela deveria morrer antes dele, apesar da sua saúde fragilizada pela deficiência da qual era portador.



Não sabemos apontar a data nem o local exato desta foto, porém, nela, vemos a Sra. Elvira ao lado de seu filho primogênito, seu marido e, logo abaixo, a Sra. Ana com alguns de seus filhos. Elas eram cunhadas, amigas, comadres... cúmplices dos mesmos sonhos. Chegaram à Jales no mesmo período e fixaram residência no mesmo local, trabalhando e criando seus filhos juntas, somaram forças na edificação desta família jalesense.

Assim como Cora Coralina, as mulheres de Jales aprenderam a transformar suas dores em alegrias, como é o caso da professora Cidinha Iglesias que, sendo diagnosticada com uma doença que poderia lhe tirar a vida, encontrou razões para lutar em prol de outras

peessoas. Ouçamos o que ela nos disse: *“Em 2005 teve uma ... voltou o Câncer na mesma mama e, a partir daí, eu me juntei num grupo, aliás nasceu assim de três pessoas: a Fátima, que é professora de loga, a Ana Saura que também tinha passado por câncer de mama, e nós nos juntamos e pensamos em fazer alguma coisa por Jales, pelos portadores de Jales, fundando uma associação. Isso foi em 2005, começo de 2005. E nós começamos num grupinho, fazendo umas visitasões, chamamos mais pessoas, até na metade do ano, nós fundamos a AVCC, que acabou se tornando, então, uma referência de um grupo que resolveu fazer essa divulgação de combate ao câncer”* (IGLESIAS, Maria Aparecida C. F, 2011).

Esta mulher que trabalhou muitos anos como professora, aposentando-se mais tarde como diretora de escolas em nossa cidade, diz que sua vida em determinado período, teve duas frentes: *“...eu, em 1992, eu fui diagnosticada com Câncer de Mama e a partir daí, eu acabei lutando em duas frentes aí, uma profissional porque a gente tinha que seguir em frente e ao mesmo tempo, fazendo tratamento em Barretos”*. Foi neste período, após ser diagnosticada pela segunda vez com câncer de mama, que ela, juntamente com outras mulheres, decidiram sair em campo, no intuito de levar orientação preventiva às pessoas, porque, segundo ela: *“Eu acho que a gente tem que se colocar nesta vida, não como espectadora, mas como participante dessa história, acreditar que você pode participar, e as críticas devem ser feitas sempre, eu digo assim que, às vezes, eu sou até pessimista nas minhas críticas, mas eu sou extremamente otimista na ação, então a gente tem que ser muito otimista sabe...”* (IGLESIAS, Maria Aparecida C. F, 2011).

Otimista por natureza ela revela que tem momentos de fraqueza, mas que nunca desiste: *“Tem dia, você não tá muito boa, está meio triste, mas a hora que você sai pra*

ação, se esquece tudo e vai. Eu faço muito isso, o que eu posso fazer, vamos fazer. Vamos fazer... como professora e diretora de escola eu sempre tentei implantar isso aí. Fiz o que eu pude né, não sei se eu dei conta mas eu tentei". (IGLESIAS, Maria Aparecida C. F, 2011).

Legítima imagem da mulher jalesense que, por muitas vezes, se esquece dos seus problemas e sai à luta. É assim também a vida da coletora de lixo reciclável, Rosangela, que para criar seus filhos, aprendeu a fazer coisas que desafiaram até mesmo a sua estrutura frágil de mulher. Orgulhosa de si, ela nos fala de sua vida: *"Quando eu sai da Mirage, que eu trabalhei... eu fiquei desempregada, foi porque eu quis as. Aí eu fui trabalhá com meu marido, eu trabalhei mais de anu de servente de pedreiro, í aí eu aprendi muita coisa, aprendi já assentá piso, é... meu marido pega serviço, hoje di pintura, é eu qui faço, é por minha conta, mesmo eu tando trabalhanu no reciclável, tenhu u final de semana né pra... pra pintá, né, isso. Intão, não tenho inveja di homi nenhum não, né. Batu massa na mão, né, porque quando eu trabalhava com ele era na mão, hoje ele tem betoneira, mas eu era na mão, no muqui mesmo, não tenhu inveja de homi nenhum não. E no meu serviço tamém não tenho, porque nós pegamos fardo lá de duzentos, duzentos e vinte quilo. É, eu tô lá, eu i outro nós conseguimos erguê, nós conseguimos pegá, colocá em elevador, carregamu caminhão. Não é porque eu faço parte da diretoria lá da cooperativa que eu num trabalho; trabalho. Faço tudo o serviço, trabalho na prensa, tudo que precisa fazê... num corro não"* (FONSECA, Rosangela, 2011).

Quanta batalha e quanta conquista ela nos relatou, não que quisesse ficar desempregada, mas preferiu trabalhar de servente de pedreiro, a realizar um trabalho descontente em uma loja do comércio, que ela nos disse ser estressante. Foi trabalhando

com o marido, também que aprendeu a fazer serviços de pintura em casas e, hoje, aproveita o final de semana para fazer este trabalho extra e assim, colaborar ainda mais com renda da família. Rosangela mostra-nos que não é forte apenas na personalidade, mas que enfrenta todo tipo de esforço que sua rotina de trabalho exige.

Esta mulher não possui nenhum curso de nível superior, porque, como ela diz: “ *i depois, a gente foi pra escola, estudamo, tenho três irmã formada, eu num quis né...*,” Rosangela diz ainda:” eles fala que o que falta ne mim é o estudo, então...*Eu quero fazer curso profissionalizante, menos escola (risos). Profissionalizante pra mim, pode vim que eu vô, eu já fiz curso de manicure, sou manicure também...*” . Com tudo isso, ela conhece bem as necessidades da vida e aponta o cuidado que todos devemos ter com a natureza, na separação do lixo reciclável, matéria prima do seu trabalho atual.

“Eu pensava assim... meio ambiente... na rua se jogá um copinho, um papel, um plástico... a...nisso eu pensava, limpá só a cidade, não chegava a sê no meio ambiente, mas depois que eu entrei nu reciclável, faço curso de capacitação. Aprendi muito, muito. Comecei a dá muito valor, porque meu valor antigamenti era que não sujasse a rua, mas não sabia a importância que tinha o reciclável, não sabia quanto que isso prejudicava o aterro” (FONSECA, Rosangela, 2011).

E diz ainda: “ *Tenho o orgulho e se eu tive que pegar um carrinho de mão, catá na rua pra levá pra nossa cooperativa, eu tamém faço isso, cato, não tenho vergonha. Vejo uma caixa de papelão lá qui vai pro lixo orgânico, vô lá e tiro mesmo até porque eu também tô ajudando nosso meio ambiente. Essas coisa depois vai tudo pru aterro, depois, não como que é..., vai dá problema pra genti mais tarde, intão o que eu pudé eu tiro mesmo” (FONSECA, Rosangela, 2011).*

Rosangela não precisou frequentar escolas universitárias para entender as necessidades da natureza que nos rodeia. Ela soube ouvir os apelos do meio ambiente e conseguiu unir trabalho a proteção ambiental e, com sua sapiência, profetiza: *“...meus filhos tão estudando. Um já se formou i o outro tá pra entrá na faculdade. Elis não vão querê sabê, mas, um dia acho qui nós vamos sobrevivê só do reciclável. Cê vai vê. Intão eu quero aprendê mais ainda, tem um curso aí que tá vindo. Eu quero entrá di novo, pra ensiná pros meus netos, si eu tivé aqui ainda né, prus bisnetos. E peço pra todas as pessoas í lá visita nós, i vê qui como é, qui é maravilhoso. Às vezes as pessoas discrimina, Ah, você trabalha num lixo!!! Tá, é um lixo, mas é o lixo reciclável, não tem problema. É dali que eu tiro meu sustento, eu ajudo muito meu marido com o salário dali, e ajudo meus filhos”* (FONSECA, Rosangela, 2011).



Rosangela faz pose para esta foto, ao lado de uma de suas ferramentas de trabalho. Trata-se de uma prensa de onde saem fardos de até 200 quilos de material reciclável.

Rosangela, aconselha-nos em relação ao meio ambiente e a senhora Neuza nos ensina que: *“Os valores nosso foi um, hoje são diferente. Qualquer coisinha vô embora, joga tudo pro alto, vou fazê aquilo e aquilo outro, e que não vira nada! É preciso lutá, perseverá. Porque tudo muda, as coisa passa. Não adianta pensá em outras coisas, porque melhora, mas depois também. Não é? Eu penso assim, o que você tivé que passá é você que vai passá, não é outra pessoa”* (ROSSINI, Neuza Saciente, 2011).

Dona Neuza, parece nos falar de valores morais, de uma época em que as pessoas não desistiam com facilidade das coisas, e nem dos relacionamentos. Ao dizer *é preciso lutá*, ela se refere ao marido e seu problema de saúde, apontando para ele com a cabeça. Este gesto aponta para a sua preocupação com ele, e em seguida, comenta: *“Eu sou uma pessoa feliz e confiante, não tenho tristeza não. Tristeza não nasceu comigo. Tá longe. Eu confio assim ni mim, eu falo assim: eu sô confiante, eu vô vencê! Eu sou feliz, apesar deste problema que eu tenho aí, ó. Pergunta pra ele. Eu não desanimo mesmo com 3 câncer que ele tá. Cuido certinho, gosto de cuidá e cuido com amor. São 45 anos de casamento. É uma estrada grande. Se fosse preciso eu faria tudo isso de novo, mesma coisa. Eu faria esse trajeto de novo, foi muito bom. Mesmo quando eu fui pra roça, quando eu passei pra prefeitura... fazia tudo de novo, foi um apredizado que a gente teve na vida. E hoje a gente veja né? Aí a gente percebe nas pessoas que são diferente. Hoje as pessoa não é assim como a gente. Joga as coisas mais pro alto né. Do pé pra mão”*.

Dona Neuza, esta mulher feliz, confiante, apesar dos problemas, após 45 anos de casamento, com seu marido doente, ela diz que faria tudo novamente, se fosse possível. Ela nos ensina que a vida é um aprendizado. Ela aponta para uma estrada que ela percorreu com amor.

Essa mesma estrada foi percorrida por Dona Delfina e com ela aprendemos que:

“[...] uma vida sem luta não tem vitória!” (NERI, Delfina de Andrade, 2011).

Nas palavras da professora, encontramos as palavras de Gandhi: *“Nós devemos ser a transformação que nós queremos no mundo, que a paz, a cidadania começa em você, cobrar dos outros é muito fácil, então começa em você, e não é pra ficar saindo em foto, nada não, é pra fazer mesmo, fazer a sua parte; e nós devemos ser a transformação que queremos no mundo. Então, se você quer o mundo em paz, você tem que ser paz, se você quer que uma cidade que vai progredir, faça o progresso individualmente que o coletivo vai acontecer. Então eu acho que Gandhi fala tudo...”* (IGLESIAS, Maria Aparecida C. F, 2011).

A mulher coletora de lixo também dá seu conselho: *“Falo olha, para e pensa, conversa com você mesmo. Porque eu cheguei a desaminá uma época. Cheguei, mas eu também tive apoio de vários amigos que falou assim: olha no espelho, vê quem você é, conversa com você, vê se você se acha! Aí, depois, eu consegui vencer todos os meus problemas, i foi, fui à luta. Hoje eu sou uma mulher realizada, graças a Deus”*.

Tantas mulheres fazem parte destes 70 anos. Lutadoras, confiantes, mulheres que choram, mas que sorriem também. Mulheres que dão conselho, mas principalmente dão exemplo para todos. Falaram de suas dores, mas exaltaram suas vitórias. Confiantes em Deus e em si mesmas....

CAPÍTULO 5

HISTÓRIAS E LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA

Elida Maria Barison da Silva - Mestre em História Social

pela Universidade Federal de Uberlândia

Quando Jales completa 70 anos, contribuímos com a escrita desta obra, trazendo a infância jalesense contada por meninos(as), adolescentes e por adultos que aqui viveram esta fase de suas vidas. As narrativas apresentadas foram frutos de trabalho acadêmico¹ onde, através da História Oral, conhecemos a visão de mundo das(os) mesmas(os) sobre o cotidiano, o viver, trabalhar e sonhar.

As crianças fazem história, são sujeitos históricos e cidadãos. O estudo da História, a partir da problematização das vivências, possibilita a recuperação do presente e do passado de forma dinâmica. Considerando que o livro destina-se, entre outros, aos docentes e às crianças da rede municipal de ensino, alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, ciclo I, que estão em processo de alfabetização, os mesmos, ao lê-lo, compreenderão que é impossível separar a leitura e a escrita da palavra, da leitura do mundo e da leitura da história. É possível ao mestre alfabetizar, aprendendo e ensinando a nossa própria história.

Buscamos ouvir crianças pobres, que moravam em Jales, entre os anos de 1970 e 2001, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente completava dez anos de existência. Trata-se de estudantes da rede pública de ensino, que frequentavam entidades assistenciais

¹ Dissertação de mestrado apresentada junto à Universidade Federal de Uberlândia, em 2005.

em período diverso ao escolar e que sonhavam, em primeiro lugar, com um futuro melhor, via inserção no mundo do trabalho, exercendo uma profissão que gostavam e lhes garantisse uma vida simples, mas digna. Os adultos ouvidos tiveram uma infância marcada pelo trabalho infantil, o qual reconstruíram nas suas memórias.

INFÂNCIA DE POBREZA

Tadeu tinha trinta anos quando o entrevistei para que falasse sobre sua infância vivida em Jales e sua visão de pobreza. *“Fui muito pobre, cheguei a passar por situações que eu tive que procurar comida no lixo. Minha mãe morreu quando eu tinha nove anos.(...) Daí prá lá, me jogaram de déo em déo e, se não fosse Deus ter me ajudado, eu, talvez, hoje, não estaria por aqui, não. Foi um caminho muito difícil mesmo, não tem como explicar, assim, passei por muitas privações, mas graças a Deus consegui sobreviver. Criança pobre é muito triste. Criança pobre hoje não existe. Não existe para quem? Não existe para o governo, não existe para as entidades que o governo assiste, porque, na verdade, ele é excluído do meio social. Eu senti isso de perto, porque, desde que me conheço por gente, sempre fui uma criança pobre. Não tive o amparo legal de todos os meus entes queridos e do estado a meu favor, sempre jogado de lá prá cá. Brinquedo ou coisas de criança eu nunca tive”*

Tadeu critica as autoridades governamentais pelo descaso com a pobreza e atribui a Deus a sua sobrevivência, desconsiderando a sua própria luta nesta trajetória. Ao contrário da visão idealizada que se construiu sobre a infância onde as crianças são inocentes e felizes, nas lembranças de Tadeu, ela significou abandono, fome, exclusão e sofrimento.

Coloca o brinquedo e o brincar como característica de criança e recorda daqueles brinquedos que ganhava no final de ano, na instituição da cidade onde morou durante três

anos. *“Brinquedo nunca tive, era o que eles davam, brinquedinho todo fim de ano. Minha mãe morreu eu tinha nove anos, e nove anos para uma criança é idade para se brincar, que, até então, eu não sabia o que era isso. Tive que trabalhar muito cedo pra ajudar na minha subsistência, daí então, as coisas ficaram muito difícil e, aí então, acabou minha infância e minha juventude”.*

Ismael viveu sua infância em Jales, no final da década de 60 e início da década de 70. Para ele, infância e trabalho estão associados. *“A infância são alguns anos que passaram e infelizmente não voltam mais(...) A minha infância foi sofrida, porque meu pai trabalhava como motorista de caminhão e vivia mais fora de casa do que dentro de casa(...) Sempre foi uma infância de trabalho, não foi aquela infância de filhinho de papai como a gente vê hoje, carro na mão, telefone, dinheiro no bolso, essa coisa toda. Não, eu não tive nada disso, o que eu tive foi força de vontade para trabalhar”.*

Joana d’Arc, uma criança pobre na década 80, considera que *“Na adolescência já começa a ter mais responsabilidade, né, já começa uma fase da vida dela que começa a tê responsabilidade. Criança já brinca, dá tudo na mão, cuida da criança”.*

Ela lembrou as brincadeiras do tempo de criança: *“Brincava, brincava muito(...) brincava com a molecada, assim, na rua, né. Brincava de barata, de jogar bola no meio da rua, de queimada, essas brincadeiras assim”.*

INFÂNCIA DE TRABALHO

O trabalho infantil sempre foi uma realidade na nossa cidade aniversariante. Tadeu traz na memória as lembranças do trabalho infantil, primeiro, enquanto em regime de internato, morando em entidade assistencial, durante três anos e meio. *“Havia os meninos*

que tinha entrado, trabalhava na horta, trabalhava nas oficinas de marcenaria(...) eu participava de dois, então é uma coisa, que realmente ensinava alguma coisa(...) dependia da horta e a horta vendia as verduras prá mantê. Até aí, tudo bem, eu achava justo”.

Tadeu considera que o trabalho ensina, prepara o profissional do futuro e era um pagamento à entidade que lhe provia às necessidades básicas, um dever moral.

Everton tinha catorze anos quando o entrevistei. Morava numa casa alugada com a mãe e três irmãs. Trabalhava vendendo sorvetes. *“ Trabalhá é a minha vida, ah! Eu tenho um ânimo que, ah! Vem de Deus, né. Eu trabalho na Sorveteria Camila. Pego o carrinho de sorvete e saio vendendo nas ruas. Eu tenho que apitá bastante na rua e chamá a freguesia, assim em prol prá comprá o sorvete. Ganho uma porcentagem de 50% por dia vai, sai uns 5, 6 e R\$7,00 por aí. Eu trabalho porque meu pai é falecido e minha mãe vende e trabalha com roupa usada e, como eu não tenho como, já que eu estudo de manhã, não dá pra eu ficá vagabundando na rua, né, e fazê o que não presta, eu não vô, então, eu já dou uma força para a minha mãe e já dá uma ajuda dentro de casa”.*

Joana d’Arc nasceu em 1969, era casada, tinha uma filha de cinco anos e morava numa casa da COHAB, que foi adquirida para ser paga em 25 anos. É a mesma que representa tantas outras, que ainda vivem de trabalho doméstico. A pequena Joana, que brotou na sua memória, não era uma criança feliz. Joana disse preferir esquecer esse tempo, após narrá-lo. Perguntei-lhe desde quando trabalha, ao que ela disse: *” Acho que desde que a gente começa a ser entender por gente”.*

Aos nove anos começou a trabalhar como babá e, durante longo tempo, como empregada doméstica. *“Eu trabalhei de babá, eu comecei de babá. Aí, depois, eu comecei na casa da Cassia, só limpava a casa, lavava banheiro e passava roupa. Minha mãe lavava*

a roupa dela. Aí, depois, eu comecei a trabalhar na Célia, eu tinha catorze anos e tô lá até hoje”.

Teve registro e direitos trabalhistas e previdenciários garantidos a partir de dezoito anos, o que significa que nove anos de trabalho ficaram registrados somente na memória da menina trabalhadora.

Ismael nasceu em 1963, atualmente é funcionário público estadual e narrou sobre sua infância de trabalho: *“A minha infância foi uma infância como das outras crianças que precisavam trabalhar. Pelo que eu me lembro, a partir de sete anos de idade, mais ou menos, eu já eu já tinha uma caixa de engraxar sapatos e eu já saía engraxando sapatos no Jardim Paraíso, aqui na cidade de Jales. E, desde essa época pra cá, eu sempre venho trabalhando(...). eu trabalhei como engraxate, como entregador de leite(...), como auxiliar de pedreiro, entregador de jornal, do Jornal Folha d’ Oeste. Trabalhei no supermercado como entregador de mercadorias, enfim, tive várias profissões, várias experiências”.*

UM PROTESTO DE MENINOS ENGRAXATES

Eram mais de vinte pequenos engraxates, o mais velho tinha 12 anos. Reuniram-se, dirigiram-se à Prefeitura Municipal e pediram uma audiência ao Prefeito Caparroz porque estavam sendo impedidos de engraxar sapatos na praça Bandeirantes e nas imediações da Estação Rodoviária e corriam o risco de ter suas caixas de engraxar apreendidas. O texto jornalístico² afirma que: *“Como eram muitos, o prefeito veio recebê-los na porta da prefeitura. Quase todos falavam ao mesmo tempo, os pequenos munícipes fizeram um enérgico protesto e exigiram providências urgentes no sentido da resolução do problema*

² Trecho de jornal encontrado em arquivos da Casa da Criança, sem identificação do nome do Jornal e da data de publicação.

que afligia a sofrida classe. “Estamos sendo impedidos de trabalhar. Nos bares, o pessoal não deixa...No jardim, não pode...Onde vamos engraxar?, diziam eles em uníssono. Além disso, estão tomando nossas caixas de engraxar, nossas ferramentas de trabalho. Isso não tá certo, gritavam outros”.

Os guardas do jardim estavam alegando que os engraxates, em bandos, estavam sujando os bancos, promovendo brigas e algazarras e danificando plantas e flores. O prefeito teria ouvido os engraxates, prometeu atendê-los, impondo algumas condições: que os garotos se comportassem, não promovessem desordens e não danificassem plantas e flores. Combinou-se, também, que, no dia seguinte, os engraxates se reuniriam na Câmara Municipal quando deveria ser organizada uma lista com o nome de todos que trabalhavam no setor. Depois, diariamente, em forma de rodízio, seriam autorizados cinco garotos para trabalhar na praça, evitando-se a aglomeração e os problemas decorrentes, porque os garotos estariam ocupados o dia todo e não teriam tempo para brigas e brincadeiras. O rodízio seria fiscalizado e para consolidar o controle sobre as crianças trabalhadoras organizou-se o Clube dos Engraxates e a partir de então, só poderiam engraxar sapatos quem fosse cadastrado. Em 1977, a Guarda-Mirim e o Clube dos Engraxates foram absorvidos pela Casa da Criança.

Muitas crianças e adolescentes jalesenses trabalharam como guarda-mirim junto à Casa da Criança. Tadeu foi um deles. Após três anos e meio de internato, fora acolhido por uma senhora que o conduziu à Casa da Criança, que intermediou o seu ingresso no trabalho, junto a um supermercado da cidade, onde trabalhou dos doze até os dezoito anos.

“Eu lembro que o Seu Canato, que era da Guarda-Mirim, ele chegô assim e falô: Quem qué trabalhá na Lusitana? Todo mundo ficô queto. Eu falei: Eu quero. Não você não vai. Uai! Por

quê? Você é muito pequeno, você não vai dá conta de erguê uma coisa lá, se você ergue uma caixa, a caixa cai em cima de você. Não, mais eu quero. Aí, mais ninguém quer ir, serviço na Lusitana, gente! Vai lá! Ai, ninguém queria ir, ele mandou eu”.

Nota-se neste diálogo que as crianças e adolescentes pobres selecionavam o trabalho, estabelecendo-se entre eles uma rede de comunicação, que relacionava os trabalhos mais pesados. Tadeu, então, com doze anos, era a pequena criança que ingressara no trabalho infantil remunerado. Só deixou de trabalhar no referido estabelecimento comercial aos dezoito anos, pois a idade já o impedia de ser contratado pela Guarda-Mirim. Estava desempregado, no momento em que poderia estar ingressando no mundo do trabalho.

André tinha quinze anos, frequentava o primeiro colegial e fez o seguinte relato: *“Comecei a trabalhar pra ajudar em casa, também outras coisas. Comecei numa oficina e trabalho desde os dez anos e nunca tive registro. Eu sou office-boy, faço cobrança, vou ao banco, trabalho dentro. Ganho R\$113,00, é muito pouco, uma mísera coisa. No final do ano, eu completo 16 anos, ai eu não sei se o meu patrão vai me registrar ou se eles não me registrar, a guarda me tira do serviço”.*

André, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria ter sido contratado como aprendiz, desde os catorze anos, com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Sabia que muitos patrões preferiam substituí-los por outro garoto menor que dezesseis anos a registrá-lo.

Alguns trabalhos eram pesados, como relata o Senhor Canato, que era líder da Guarda-Mirim: *“ Eu fiz um grande esforço e nós incluímos a Guarda-Mirim como se fosse uma entidade escolar e passou a receber merenda, era uma merenda diferenciada, porque*

aquela merenda escolar pro guarda-mirim não dava, porque ele trabalha de bicicleta o dia todo(...) e eu percebi que eles andavam. Tem garoto que andava 50/60 quilômetros por dia de bicicleta (...) e eu não entendia nem como eles suportavam a carga de trabalho”.

Busquei nas memórias e narrativas, o menino sorveteiro, a menina empregada doméstica, o garoto engraxate, o office-boy, o trabalhador do supermercado. Percebemos permanências e rupturas. Não há mais garotos engraxates na cidade. Os garotos sorveteiros estão com os dias contados, a Casa da Criança não admite menores de catorze anos. Permanece o trabalho infantil doméstico, que não é tão visível quanto outros, mas também nocivo, porque não permite a regularidade nos estudos, provoca acidentes de trabalho e há registros de agressão verbal e física.

BRINQUEDOS DA INFÂNCIA

“Eu brincava muito, só que a gente não tinha, assim, brincava com a mulecada, assim, na rua, né. porque a gente não tinha, eu não tinha brinquedo. Eu lembro que, quando a minha irmã começou a trabalhar na D Ofélia, ela me deu uma boneca da filha dela. Gente, que sonho! Ganhá uma boneca pra quem não tinha nada!” JOANA

“O meu brinquedo, na época, era brinquedo de criança normal. Gostava muito de jogá bola, tinha os carrinhos. Só que a gente não tinha dinheiro pra comprá. Então, a gente improvisava. Eu me lembro que o meu finado avô, seu Camilo de Carvalho, tinha uma oficina de tração animal, ele construía carrinho. E o meu pai, ia lá, às vezes. Quando ele tinha folga, ele fazia trator, trator de madeira, aquela coisa grandiosa, fazia uma rodinha, com carroceria, pintava tudo. Então, os meus brinquedos eram estes, né. Além de carretel de linha, que, naquele tempo, vinha aqueles carretel de linha, a gente pegava dois ou três carretel, amarrava arame, emendava uma latinha na outra, cortando uma lata de óleo pra

colocá em cima do caminhãozinho, mas o que eu gostava mesmo era de jogar bola e jogava bem". ISMAEL

Conforme relato, o menino Ismael liderou um momento de rebeldia dos pequenos guardas-mirins. A causa não era maus-tratos, salários ou jornada de trabalho que prejudicavam os estudos e, sim, o brincar de bola. *"Cada guardinha com a sua função, mas não era só trabalho e a gente não podia ter o nosso momento de folga, o momento prá jogá bola. É o seguinte, se elas não deixa a gente jogar bola, nós vamos pará, né, sem sabê o que é realmente fazê uma greve, mas a reivindicação, naquele dia, naquele momento, era justamente jogá bola. Então, acertamo tudo lá e, no outro dia, todo mundo chegou na loja para trabalhar, mas ninguém entrou. Nós ficamos do lado de fora da loja. Mas, à noite, o seu Canato esteve na minha casa e ele chegou e disse assim: Ismael, o Moacir chegou lá e disse, pelo amor de Deus, tira o moleque de lá, senão ia acabar com a fábrica, com a loja dele. No outro dia, eu não fui trabalhar mais na loja, fui demitido".*

A arte, a traquinagem estão presentes no cotidiano infantil e são formas de brincar e se divertir, ao mesmo tempo transgredir e incomodar. Ismael fora uma criança arteira: *"Só prá você tê uma idéia, eu estudava na Euphly Jalles. Na época, a gente pegava aquelas bombinhas e a gente colocava uma bituca de cigarro na pontinha da bombinha e deixava ela guardada lá dentro do banheiro, na hora do recreio. De repente, você tava na sala de aula, você só escutava o estouro, bummmmmm(muitos risos). Aquilo parecia que tava rebentando tudo".*

"Uma vez, o diretor chamou nossa atenção, seu Jamil(...) e nós colocamos o fusca dele em cima, pegamos todo mundo no pára-choque, botamos em cima da calçada pro guarda multar. Foi tudo assim, brincadeiras de criança".

SONHOS DE CRIANÇA

Nas entrevistas realizadas, crianças e adolescentes foram indagados sobre os sonhos. Os olhos da maioria brilhavam, pareciam envolverem-se por esse sonho, como se estivesse se concretizando. Não titubeavam em responder. Rápidos, brotavam de cada um, como se tivesse sido planejado e calculado, os ideais, os projetos para o futuro.

Jesus, um adolescente pobre de 16 anos, não tem pais, mora com as irmãs, trabalha numa entidade social, como guarda-mirim, ensinando marcenaria para as crianças menores. Todavia, seus sonhos passam longe de madeiras. *“Eu sonho em ser feliz. Ser feliz é construir uma família unida e eu sonho em estudar e fazer medicina”*. Quer ser médico, um sonho tão distante de se concretizar para os pobres e uma família que talvez vivencie ao lado das irmãs ou que não teve e quer conquistar.

Astolfo tinha 13 anos, estudava na sétima série do Ensino Fundamental. Seu pai trabalhava com o tio, como pedreiro, e a mãe era lavadeira. Ele frequentava a entidade Instituição Núcleo de Formação Profissional Anísio Martins Moreira, onde era aluno de marcenaria. *“Eu sonho em ser um marceneiro mesmo. Minha mãe fala sempre pra mim ser marcineiro ou mecânico também. Sê uma pessoa educada, não mexer com drogas, ser normal como pessoa, não ser traficante, essas coisas de malandragem que têm na rua”*.

O futuro para Astolfo não é um projeto individual, é vislumbrado com a família, especificamente a mãe. Os valores morais são lembrados como integrantes desses ideais.

Mara tinha oito anos. Morava com a mãe, seus pais eram separados. Estudava na terceira série e, no período diverso do escolar, frequentava uma instituição. *“Eu sonho em tê uma casa para morá, tê bastante comida e saúde. Quero ser dentista de aparelho”*.

Tereza trabalhava na Prefeitura Municipal, como guarda-mirim, e morava com a mãe e o padrasto. *“Eu sonho pra mim que eu seja uma boa família, que eu cresça em boa harmonia na minha casa, né, isso eu tô tendo. Que minha mãe me apoie nos momentos em que eu estiver fracassada. Eu sonho que tudo mude, porque o mundo que nós estamos, a cidade que nós estamos, num dá prá vivê não, muita violência, espero que isso daí mude.(...) esse sonho de podê todo mundo vivê em paz”.*

André, 16 anos, trabalhava desde os dez anos, passando por supermercados, oficinas, lojas de calçados e, na época da entrevista (2001), em um escritório. *“Meu sonho? Fazê um curso que eu quero, fazê engenharia mecânica, ter um salário ótimo e poder fazer as coisas que eu quero”.*

César, 16 anos, estava na entidade Associação Evangélica Monte Sião, que atendia adolescentes infratores, em regime de internato, encaminhados pela justiça. Vivia, antes, com a mulher, durante um ano e três meses. Praticou roubo e sonhava... *“Mudava essa lei, a lei tinha que ser igual pra todo mundo, não só pos pobres (...) Eu sonho em largá das drogas, pará de brigá, tê uma vida boa, uma vida de trabalho, arrumá um serviço e trabalhá, uma vida boa. Pretendo voltar prá minha mulher que nunca mais vi”.*

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi um avanço em relação à visão que se tem da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos, ainda que não esteja vigorando plenamente.

A História Social possibilita valorizar os sujeitos, as falas, as experiências que eles constroem. Graças à História Oral, foi possível colher relatos tão preciosos, vozes de meninos, meninas, jovens e adultos que lembraram suas infâncias de pobreza, em Jales e que levamos aos leitores, que farão a interpretação das diferentes experiências relatadas.

CAPÍTULO 6

OS DESAFIOS DA MORADIA

Léo Huber

A questão da moradia para os grupos sociais de menor renda, como, por exemplo, os trabalhadores rurais volantes, no início da década de 1980, depois do intenso êxodo rural, era bastante precária consideradas as experiências marcadas em suas memórias, como relata a Benedita: *“A casa era de aluguel, mudamos de parede e meia com os donos que tomava conta da casa. Depois que desocupou uma casinha no fundo, de tábua, era mais barato o aluguel e aí nós passou para aquela casinha. (...) e, depois, nós mudou para o Jd. Brasil. Moramo na Vila Talma também. Casa de tábua também, de aluguel”*.³

Outros depoimentos, como o de José Antônio dão indicações semelhantes sobre as experiências das condições de moradia e de vida: *“Aí, arrumei casinha lá, de um cômodo, não conseguia pagar aluguel. Tava uma época difícil, (...) Aí, fiquei mais dois anos lá. Nem banheiro tinha”*.⁴ Certamente, o intenso êxodo rural da década de 1970 criou uma situação de falta de habitação em Jales, situação que inflacionou os aluguéis e criou dificuldades especiais para as famílias de renda menor.

Ao estudar-se a mobilização de trabalhadores rurais assalariados pelos lotes do que hoje é a Vila União, duas razões: o déficit habitacional existente na cidade de Jales, que causava alta nos aluguéis e a baixa remuneração dos boias-frias. Esses problemas eram cruciais aos trabalhadores rurais volantes. Isso transparece, primeiro, na declaração de

³ Benedita Mendes Barbosa, 72 anos, aposentada, moradora da Vila União, em depoimento gravado em 03/04/2003.

⁴ José Antônio dos Santos, em depoimento já citado, gravado em 02/04/2003.

João Tomé, em matéria publicada no Jornal de Jales, onde afirmou que “... *ninguém agüenta mais pagar este aluguel. O que ganhamos não está dando nem para comer*”.⁵

Outros depoimentos também dão conta do que significava pagar aluguel, trabalhando de boia-fria: “*Ah, sim, naquela época, você tinha que trabalhar quase a metade do mês pra pagar o aluguel. Tinha vez que acabava o mês e ficava faltando. Ficava devendo. Não dava conta de pagar*”.⁶ Nos casos em que o pagamento de aluguel pesava menos, estes contavam com a contribuição de mais pessoas para o orçamento da família. Assim, dividiam as responsabilidades pelas despesas: “*Pagar aluguel até que não apertava muito. Se fosse pra mim apertava, que sozinho. Mas meus meninos me ajudava*”.⁷

As manifestações de João Tomé e José Ulisses, como de outros moradores da Vila União, deixaram claro que, devido à dificuldade de pagar aluguel, a oportunidade de ter casa própria aparecia como um grande alívio no orçamento doméstico. O próprio fato de João Tomé lembrar do valor pago, sabendo que a memória é seletiva e só guarda fatos que marcaram significativamente a sua vida, indica a importância que tinha o pagamento do aluguel pela dificuldade que este representava.

Outro depoimento de José Ulisses foi registrado pelo Jornal de Jales ao publicar notícia sobre a mobilização pelos lotes da Vila União. A matéria que foi publicada na última página do único caderno dessa edição, o que determinava que a mesma se constituía em contracapa, portanto, era uma página importante do jornal. Este depoimento deu indicações claras sobre as condições de moradia dos boias-frias e da dificuldade que representava a

⁵ Jornal de Jales, dia 09/06/1985, última página.

⁶ José Antônio dos Santos, em depoimento já citado, gravado em 02/04/2003.

⁷ José Ulisses dos Santos, em depoimento já citado, gravado em 29/03/2003.

despesa com o aluguel: *“Eu pagava 5 mil cruzeiros por mês de aluguel de um casebre que dá vergonha. Depois, foi para 10 mil, depois, para 20 mil, 60 mil e, agora, sua dona quer que eu pague 120 mil por mês. Como eu vou pagar esse aluguel se o que eu ganho num dá nem pra comer direito? Nós, os pobres, temos que ter a nossa casa. Casa da gente. Parar de pagar aluguel”*.⁸

Esse depoimento de José Ulisses, publicado pelo Jornal de Jales, expressou as condições de moradia do boia-fria, *“um casebre que dá vergonha”*. Embora causasse vergonha ao próprio depoente morar naquelas condições, o valor do aluguel era alto demais, pois o ganho “num dá nem pra comer direito”. A única saída apontada por José Ulisses é *“temos que ter a nossa casa”*.

A primeira possibilidade concreta de sair do aluguel apareceu com um programa nacional de habitação, através da construção dos núcleos habitacionais da Companhia de Habitação (Cohab), financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), mais tarde incorporados pela Caixa Econômica Federal, com prazo de 25 anos para pagamento das casas. Estas eram destinadas a famílias de baixa renda, mas com uma renda mínima de três salários mínimos que pudesse ser comprovada por documentos.

O plano de habitação deveria atender à maioria mais pobre. Mas nos primeiros dez anos de existência: *“... somente um quarto dos financiamentos foi para famílias de até três salários mínimos e apenas 10% dos recursos do Banco foram gastos com habitação popular”*.⁹ O Plano de criação de um mercado de massas para a habitação popular esbarrava num limite de renda e excluía os que mais precisavam.¹⁰

⁸ Jornal de Jales, 09/06/1985, última página.

⁹ Idem. p. 205.

¹⁰ Ibidem. p. 206.

Mesmo com as limitações do programa oficial de habitação popular, no início da década de 1980, foram implantados dois núcleos habitacionais da Cohab em Jales: o do Jardim Arapuã e, logo a seguir, o do Roque Viola.¹¹ Os critérios de seleção continuavam os mesmos, ou seja, excluía as famílias de menor renda ou que não pudessem comprovar renda, como era o caso do João Tomé. Ao falar da expectativa criada pelos núcleos habitacionais da Cohab a serem construídos em Jales, João Tomé relatou:

*“Então, quando abriu a Cohab, nós se animemo na época. Era um comentário na roça: **Vich! Pra nós iria resolvê o problema**, vai dá casa pra gente morá. Aí o que nós fizemo, tinha umas 4 a 5 mil pessoa na fila... Então, nós todos animados, aquele prazer enorme, aquela alegria... Aí, quando nós chegemo lá, que passava lá, a moça falava assim: **você tem carteira assinada? Não. O que o senhor faz? Boia-fria. Ah não, aqui é pra quem tem 2, 3 salário mínimo. Do contrário, a gente não tem condições da gente fazê um financiamento... Aí, voltamo tudo de cabeça baixa**”.*¹²

O depoimento indicou que o programa habitacional do Governo Federal ia ao encontro de uma demanda muito grande. João Tomé falou que “...Pra nós iria resolvê o problema” Mas como não atendia à grande maioria dos trabalhadores da informalidade, em serviços temporários, sem registro em carteira profissional e com pouca renda, o programa não alcançava os mais necessitados. A primeira pergunta que João Tomé citou ter sido feita para os candidatos é “Você tem carteira assinada?” A falta do contrato de trabalho registrado na carteira de trabalho eliminava da seleção todos os boias-frias.

¹¹Projetos aprovados em 13/02/1980 e 13/12/82, respectivamente, segundo arquivos da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura de Jales.

¹² João Tomé, em depoimento já citado, gravado em 22/05/2001.

Como a política oficial de habitação não contemplou os boias-frias aqui em Jales, estes buscaram outras alternativas. Em 02 de dezembro de 1984, data da primeira assembleia que reuniu os interessados nesses lotes, teve início sua luta. A mobilização foi deflagrada durante uma greve de boias-frias por melhores condições de salário e trabalho, quando, acidentalmente, lhes foi informado por um gerente de fazenda, que existia uma área doada à Prefeitura Municipal de Jales com a finalidade de ser destinada à moradia de famílias “comprovadamente pobres”, conforme descobriram mais tarde, constava no documento de doação.

Encerrado o movimento grevista, os boias-frias buscaram mais elementos sobre a referida área. A informação inicial havia sido passada pelo Administrador da Fazenda de Minerva Jalles, viúva do fundador da cidade, cujo espólio havia feito a doação num acordo com a Prefeitura Municipal. João Tomé tem marcado em sua memória o momento dessa revelação: *...então foi a hora que sô João disse: a Minerva Jalles não é ruim porque ela tem dois alqueires de terra duado pelo seu Francisco Jalles aqui em Jales, que foi aduado pra os boia-frias fazer suas casas do jeito que nós quisesse que fossi, era duado...*¹³.

O Pe. José Jansen, apoiador dos bóias-frias, relatou também como teria vindo a público a doação: *“... É, a fazenda Jalles já tem ajudado muito vocês. Já deu dois alqueires para vocês poderem construir. Dois alqueires? Quem recebeu? O Prefeito. Mas recebeu? Pode ver, o documento está na Prefeitura”*.¹⁴

¹³ João Tomé, 60 anos, membro da comissão de negociação, trabalhava como boia-fria na época da mobilização pelos lotes da Vila União. Atualmente é camelô, segundo sua própria definição. Depoimento gravado no dia 22 de maio de 2001.

¹⁴ Pe. José Jansen - 81 anos – Foi o coordenador da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Jales na época da mobilização pelos lotes, a qual acompanhou de perto, apoiando no que achasse necessário. Atualmente, está aposentado e mora em Campinas. Gravado no dia 18/10/2002.

Pelo documento de doação soube-se qual o critério que deveria ser adotado para a doação dos lotes: *“... se destina a um loteamento popular a ser executado pela Prefeitura Municipal de Jales e **doados a pessoas comprovadamente pobres e que não possuem casa própria** ou qualquer outra propriedade...”¹⁵ (grifo meu).*

Já se sabia da doação do terreno, do documento, mas a sua localização do terreno era, até então, desconhecida. Givanilde conta como foi a localização da área:

*“...e onde é que é este pedaço de terra, a Sra. sabe? Aí, eu quase não sabia, mas, aí, foi procurando, foi buscando, fomo longe, até que, um dia, eu sube que era aqui, **atrás de uma portera**, né, que entre meio o pronto-socorro pra cá tinha uma portera, aí, eu falei, é aí, naquela portera, lá perto do trevo... Aí, nós juntou com a turma todinha, que nós tava na reunião, tudo pobre, tudo sem casa, aquela turma aí, ninguém tinha casa, era tudo pagando aluguel. (...) Aí, nós viemos todo mundo pra cá, e achemo aquela porteira, e a gente viemos naquela maior animação... Aí, nós chegamo... **era o sonho de nossa vida**”.¹⁶*

A doação para a Prefeitura Municipal já estava concretizada e a finalidade era clara. Faltava mobilizar as famílias de sem casa para que estas pressionassem o prefeito e este loteasse a área e fizesse a doação, pois, o prefeito, sobre a doação, segundo Maria Luiza:

*“...calô, não falô nada, né (...) **Deixou encoberto**, não avisou nada pra ninguém, ...aí, nós*

¹⁵ Matrícula 10.417, folha 1, de 29/03/1983, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jales.

¹⁶ Givanilde Maria da Silva, 62 anos, membro da comissão de negociação, trabalhava como boia-fria na época da mobilização pelos lotes da Vila União. É funcionária pública municipal, na função de serviços gerais. Entrevista realizada no dia 26 de abril de 2001.

entremo em luta, pra vê se nós conseguia ganhá¹⁷ (grifo meu). Faltava agora convencer o prefeito a fazer o loteamento. A descoberta estava feita.

Essa mesma percepção foi mencionada pelo ex-vice-prefeito, citando a pressão da comissão e das famílias cadastradas, deixando o executivo municipal sem alternativa de ação, sendo obrigados a atender suas exigências. *“...devido à urgência da necessidade, começaram a pressionar para que os terrenos fossem doados imediatamente, quanto mais rápido possível. ...deram um ultimato: nós queremos o terreno, que não vamos esperar isso, nós vamos invadir”*.¹⁸ (grifo meu).

Diante da pressão dos boias-frias pelos lotes da Vila União, o Prefeito chegou a fazer uma contraproposta que não agradou. Leonildo falou da proposta e da indignação:

*“Aí nessas condições se reuniu o povão todo. Seu Prefeito, vendo todo aquele movimento compareceu para chegar e oferecer para nós, no lixão antigo, lá no lixão, descendo a zona urbana, praticamente quase zona rural, que iria ter mais conforto, mais terreno, mais espaço, mais espaço para viver com a família. E sabendo nós que não ia existir nem luz nem água, quando que nós podia ter luz e água num lugar igual aquele. É ele então começando a nos humilhar justamente com esta palavra, de ter um terreno lá no lixão para ser humanos que foi eleitor dele...”*¹⁹ (grifo meu).

¹⁷ Maria Luíza da Silva, 69 anos, viúva, boia-fria, aposentada, membro da comissão de negociação, trabalhava como boia-fria na época da mobilização pelos lotes da Vila União. Entrevista realizada no dia 01/03/2000.

¹⁸ Depoimento do ex-vice-prefeito, José Devanir Rodrigues, gravado em 20/10/2002.

¹⁹ Leonildo Antônio de Souza, 60 anos, membro da comissão de negociação, trabalhava como boia-fria na época da mobilização pelos lotes da Vila União. Atualmente, trabalha como vigia noturno. Realizado no dia 09 de junho de 2001.

A tentativa do Prefeito foi de colocar os boias-frias morando distantes do centro e área menos valorizada e que, normalmente, seria ocupada por outro segmento social. Mas a oferta da área do antigo lixão causou revolta.

Uma vez conquistados os lotes o desafio passou a ser a construção das casas. Como eram famílias pobres, o temor era que fossem construídos barracos em região central da cidade. Maria Luíza falou sobre isso: *“Aí, cada um feiz o, o... os começo não foi a luta dele, não queria dá não, porque nós ia fazê favela, que, aqui, era dentro da cidade, ia fazê favela, e, aí, eu enfezei: oi, nós pode fazê favela, pode fazê choupana, nós pode fazê o que nós quisé fazê, é nosso. O senhor tem que entregá pra nós.”*²⁰ (grifo meu)

O conflito do assentamento de boias-frias na região central da cidade ganhou os jornais. O jornal de Jales noticiou: *“Referimo-nos ao movimento dos boias-frias da auto batizada Vila União, um loteamento popular em vias de se consolidar nos fundos do valorizadíssimo bairro do Jardim Europa, reduto da classe média e classe média alta da cidade”*.²¹ (grifo meu). Definitivamente também os moradores da cidade entendiam que não poderiam ser assentados boias-frias nesta área. Esta manifestação vai de encontro ao que estabelecem normas não escritas da ocupação dos espaços urbanos que destina as áreas distantes do centro aos mais pobres.

No mesmo fascículo 27 do Projeto Memória do Jornal de Jales, encontramos outra manifestação de morador das proximidades: *“A Vila União existe graças à irresponsabilidade de um dos herdeiros de Euphly Jalles que doou a área e o atual Prefeito que não teve sensibilidade suficiente para encontrar uma solução que atendesse à população de baixa renda impedindo que uma área tão promissora se transformasse em*

²⁰ Maria Luíza da Silva, em depoimento já citado, gravado em 01/03/2001.

²¹ Jornal de Jales, dia 28/07/1985, p. 02.

'favela'²²". Definitivamente os boias-frias não foram bem recebidos pelos moradores da vizinhança da Vila União.

Givanilde falou o quanto sentiu a pressão. O medo dos vizinhos e do restante da cidade de eles virem a construir uma favela. Mas que poderiam morar e fazer a favela no lixão, este sim um local apropriado. O mesmo sentimento foi expresso por José Ulisses, mas este já sabia que eram vitoriosos: *"...Agora nós sentiu assim que o povo mais ou menos, esse povo assim, porque nós era fraco, então eles achou que nós não podia ficá naqueles terrenos ali. Mais nós foi lá (rindo), porque eles queria jogá nós, jogá lá pra fora, mas nós tava lá, **aquilo já era nosso**, e nós não ia dar o terreno não".*²³



Igreja da Vila União, construída em mutirão, tida como uma conquista

²² Francisco Melfi, Projeto Memória do Jornal de Jales, fascículo 27, abril/97. p. 07.

²³ José Ulisses dos Santos, em depoimento citado, gravado em 26/04/2001.

importante para seus moradores.(foto do autor) A intenção, ao apresentar essas fotos, não é somente a de mostrá-las enquanto realidade, mas trazer a discussão que significam esses espaços enquanto luta e enquanto poder.

Para certos olhares, as casas construídas pelos boias-frias poderiam ter valor e estética questionável, mas, para eles, que conquistaram os terrenos e construíram suas casas o valor é muito especial: “... foi uma graça alcançada (...) aqui construí minha casinha (...), aqui, sou feliz aqui, sou muito feliz, amo esta Vila, adoro esta Vila, adoro a população desta Vila, adoro o povo que mora dentro da Vila...”²⁴(grifo meu).

Maria Luíza, ao falar do que significa a Vila União, igualmente destacou o sentimento de uma grande conquista, especialmente o da moradia. “O que significa? *Que eu tô no céu. Que eu saí do aluguel... que eu vivia trabalhando, pagando aluguel... O senhor já pensou se fosse hoje, eu doente do jeito que eu tô, que eu não trabalho de jeito nenhum... pra mim pagá aluguel pra mim morá, onde é que eu tava?*”²⁵ (grifo meu).

²⁴ Leonildo Antônio de Souza, depoimento já citado.

²⁵ Depoimento de Maria Luíza da Silva, já citado.



- Casa de Maria Luíza, que para ela é o céu... Situada na primeira rua da Vila,
na Rua

Presidente Tancredo Neves esquina com a Rua dos Pioneiros.

Para os moradores da Vila União, uma casa boa também tem um sentido bem particular. Luciano, que cresceu na Vila União, acostumado com as condições de vida do local, mostrou que suas exigências para uma boa moradia também não são grandes: *“Uma boa moradia pra gente, **é uma casa onde não chova**, e tem que ter, no mínimo, **quatro cômodos**, pra ter **espaço pra criança se movimentar...**”* ²⁶(grifo meu).

Os destaques de uma boa moradia, para Luciano, apontam para a questão da chuva, o que provavelmente conta de sua experiência de vida de morar em casa onde o telhado não consegue evitar que chova dentro desta. A experiência pode ser

²⁶ Luciano Isidoro, 29 anos, Pedreiro. É dirigente do time de futebol da Vila União (segundo ele *“toma conta do time”*). É morador da Vila desde há 15 anos. Entrevista realizada no dia 09 de maio de 2003,

de outras casas onde já tenha morado, de sua casa atual, ou da experiência dos seus vizinhos.

Givanilde, membro da comissão de negociação, manifesta-se satisfeita com a moradia que conquistou e também falou de seu significado: *“Significa maravilha de Deus, de bênção e glória, aqui tem tudo o recurso, toda grandeza pra mim... Então, eu acho que tem toda a riqueza aqui... porque desde que nós lutô aqui, é Vila União... eu lutei por minha casa e minha casa tá aqui(riso), é minha, é uma casinha, é de pobre, Graças a Deus, e tô debaixo dela”*.²⁷

Givanilde, além de apontar novamente para uma grande influência da religião na elaboração de suas memórias, não teve dificuldade em reconhecer que sua casa pode não ser igual a outras. É *“uma casinha, é de pobre”*, porém isso é só um detalhe, porque a casinha é sua, foi o que ela pôde construir, conseguiu com luta e está abrigada *“debaixo dela”*.

²⁷ Givanilde Maria da Silva, em depoimento já citado.



Casa de Givanilde, no bairro que é 'maravilha de Deus'. Feliz ela conta:

"...é minha, é uma casinha, é de pobre, Graças a Deus, e tô debaixo dela".

Já vimos acima que não foi bem aceito pelos moradores da vizinhança a doação dos lotes da Vila União para boias-frias. Em grande parte isto está vinculado à ideia de que pobreza é sinônimo de marginalidade, daí originar a discriminação. Ana Aparecida falou sobre este assunto: *"Morar na Vila União é um pouco complicado, porque é uma Vila muito discriminada. Você vai num comércio, por exemplo, você fala que mora na Vila União, a pessoa torce a boca, fica achando que... né? É muito discriminado. Tudo que vem de errado compete à Vila União. Entendeu? Se tem um bandido, já pensa na Vila União. E não é bem assim..."*.²⁸ Ana Aparecida chamou atenção para o fato de que o local de moradia é também parte da identidade da pessoa. Como a Vila União era discriminada, seus moradores também foram discriminados e vistos com suspeição.

²⁸ Ana Aparecida Alves Vieira Bellon, 44 anos, foi trabalhadora rural, moradora da Vila União onde ela e o marido têm um bar.

Quanto às famílias que moram na vila, mesmo reconhecendo que há problemas, para Givanilde, o que predomina são as pessoas direitas e honestas e que não se justificaria, portanto, o preconceito contra os moradores: *“Aqui na Vila União, vou te falá, viu. Tem muita gente direito, falá a verdade... às veiz... não sei se é daqui mesmo ou se vem lá de fora... aqui tem muita gente direita, gente que eu conheço, gente direita, gente honesta...”*²⁹.

Leonildo destaca que o preconceito com os moradores da Vila União vem desde o princípio e expressa sua indignação: *“...uma imagem muito feia no modo de falar, uma imagem negra de nossa pessoa, de nós trabalhador, porque nós aqui nós estávamos reunindo era pro trabalhador, só **tinha trabalhador**, era empregada doméstica, aposentado e o trabalhador rural bóia-fria, então foi frente do trabalhador ...”*.

A Vila União hoje é uma realidade e seus moradores continuam sendo em grande parte, famílias de renda mais baixa. Algumas previsões de que com o tempo, devido à localização privilegiada da Vila em relação ao centro da cidade, sofreria uma transformação com suas casas sendo compradores por que tivesse maior poder aquisitivo e construísse ali casas de maior valor, não se confirmaram. Um dos possíveis motivos para não ocorrer esta transformação é que, na divisão dos lotes, para que pudessem ser assentadas o máximo de famílias, estes ficaram pequenos e considerados insuficientes por quem tem renda maior.

²⁹ Givanilde Maria da Silva, em depoimento já citado.

CAPÍTULO 7

COMÉRCIO – ENCANTOS E DESENCANTOS

Aparecida de Jesus Olhier –

Licenciada em História e Pedagogia.

É Pós-Graduada em Psicopedagogia.

Há muito tempo, o comércio se dava exatamente na forma da compra direta, quando uma pessoa possuía alguma coisa que interessava a outra, que, em contrapartida, tinha outras coisas também interessantes, então realizavam entre si a troca dos produtos que possuíam. Desta forma, cada um dava ao seu produto o valor que quisesse, mediante as suas necessidades e interesses.

Em Jales, não foi diferente, de acordo com relatos colhidos de antigos moradores da zona rural da cidade, como podemos ver a seguir: *“Quando eu morava lá no Coqueiro, o compadre João morava na Ribada e ele vendia ovo, frango... e nós trocava a troco de rôpa. Nós pegava a rôpa e ele pegava os ovos, né. Nós fazia o pagamento pra ele era assim, trocano... trocá ovo a troco de rôpa e... eu tinha muita galinha! Nossa!!! Meu terreiro era assim de galinha (faz um gesto com a mão, simbolizando muito), às vez, ele vinha e levava três, quatro dúzia de ovo. Era eu, a comadre Jamila, minha sogra... tudo trocava ovo com ele” (JESUS, Veronica Rodrigues, Jales, 2008).*

Com base nessa conversa, podemos concluir que a prática do comércio se deu de várias formas na nossa cidade, incluindo a venda ambulante, como podemos chamar esse tipo de comércio, quando o vendedor vai até as casas oferecer seus produtos. E podemos ainda observar que as compradoras eram, na maioria, mulheres moradoras da zona rural e que pagavam pelos produtos comprados com o que produziam em suas casas. Como diz

essa senhora, ela tinha muitas galinhas e, sendo assim, negociava com o Sr João pagando suas compras com ovo, colhido em seu quintal.



O cavalo era uma forma muito utilizada para transportar mercadorias, da forma como vemos na foto, ou ainda no carrinho e na charrete, que eram movidos pela força deste animal.

Porém o que nos interessa com este texto, é apontar os caminhos percorridos pelos comerciantes e comerciários da nossa cidade, desde seus tempos primórdios, quando... *“A luz era um... a luz era uma luz movida a motor diesel, e à meia-noite desligavam aquela energia e a cidade ficava no escuro”*, como nos disse o senhor Antonio Saura, ao falar do tempo em que ele chegou á Jales e se estabeleceu na cidade, vindo a trabalhar no comércio jalesense como alfaiate, uma profissão que consiste na prática de costurar roupas, preferencialmente masculinas Essa pratica, em tempos passados, era muito lucrativa, como ele descreve a seguir: *“[...] mais tinha serviço ... olha a gente trabalhava, trabalhava muito viu? Quando eu tava lá em Américo de Campo já, eu já pegava roupa daqui pra fazê lá, por isso que a gente veio pra cá. Tinha um moço aqui, pegava uma mala, pegava o trem, só*

tinha trem aquela época. Eu já esperava ele lá. Pegava essa roupa, levava pra Américo de Campos, fazia lá, depois marcava o dia de entrega, aí, era a mesma coisa. E quando chegou aqui, pelo amor de Deus, era muito serviço, e todas as alfaiataria lotada, e tinha lá 5, 6 ou 7 alfaiataria” (SAURA, Antonio, Jales, 2011).

Antonio fala que, quando morava em outra cidade, próxima de Votuporanga, chamada Américo de Campos, ele já fazia trabalhos direcionados para a população de Jales, e mesmo sabendo que aqui já tinha mais profissionais do seu ramo de trabalho, resolveu se mudar para cá e se admira de ver que todas as alfaiatarias estavam sempre com muito trabalho. Ele conta que suas encomendas chegavam até ele de trem, e era de trem que ela fazia chegar até aqui as roupas prontas. Ele tinha vontade de acumular bens para se casar e fala das dificuldades enfrentadas trabalhando até a madrugada, sem energia elétrica, iluminado, apenas pela luz de um lampião, embalando o sonho de um casamento próximo. Vejamos o que ele diz. *“Mas era uma vida difícil... eu quando vim pra Jales, eu namorava já a minha mulher há dois anos, né? (pergunta pra esposa?) Dois anos, três anos, inclusive cheguei aqui com uma vontade de ganhá dinheiro... de casá... ela ficou morando em Américo de Campos e eu vim pra cá solteiro. Então, a gente trabaia até de madrugada, de lampião. Era tudo lampião... A dificuldade que tinha pra trabaia... não era uma claridade que nem hoje que tem a energia, né, era tudo difícil” (SAURA, Antonio, Jales, 2011).*

Segundo o relato do Sr. Antonio, Jales tinha muitas alfaiatarias: *“Na época, existia em Jales, em 55, 9 alfaiataria, 9, pra você ter uma ideia, hoje tem uma, que a cidade evoluiu. Recebia por peça, na época era 25 cruzeiros. E sapataria era a mesma coisa, tinha 8 ou 9, cê não comprava nada pronto, nem calça, nem camisa, nem terno, nada, era tudo*

sob medida, cê fazia, vinha tirá a medida, depois, daí oito, dez dias, marcava uma prova, principalmente o paletó... tá tudo ok, então aí, dava um prazo pra entregá, 15, 20 dias, e entregava a roupa pronta. Mas era tudo sob medida” (SAURA, Antonio, Jales, 2011).

Hoje, temos uma única alfaiataria na cidade, ele comenta; falando do valor que recebia pelas peças de roupa que fazia, ele aponta para o fato de que também havia por aqui muitas sapatarias que, assim como ele, faziam tudo sob encomenda. Tudo sob medida e ninguém comprava nada pronto, era tudo feito por eles, calças, camisas, paletós e até sapatos. Conforme sabemos, Jales era uma cidade pequena, rodeada de muitas propriedades rurais, de onde vinha a maior parte do dinheiro que movia as engrenagens do comércio da cidade, nesta mesma época: *“Tinha os cara que ia na zona rural vendendo tecido, lote que eles falavam... Então, naquele lote vinha roupa pra calça, vinha o tecido pra calça e vinha tecido pra camisa. Eles compravam em São Paulo e vendiam aqui na região. Eles iam aqui pelo Corgo do Café, visitavam as colônias, ... iam de casa em casa mostrando, davam um prazo, faziam assim uma promissória, vendiam, nossa!...E depois, além do tecido, eles levavam outras coisas, levavam a linha, uma agulha, o botão, tudo isso, que era componente né?” (SAURA, Antonio, Jales, 2011).*

Sabemos também que as mulheres costuravam em casa, algumas costuravam para a família apenas, e o relato do senhor Antonio nos faz compreender um pouco isso. Ele explica que tinha uns vendedores que iam até os sítios levando, além de tecidos diversos, linhas, agulhas e botões que eram necessários para a costura. E, por citar um bairro rural como ponto de partida para esses vendedores, podemos concluir então que o comércio girava em torno da agricultura, o meio mais comum de ganhar dinheiro, em Jales, nos tempos desse alfaiate.

Porém, com o tempo, chegaram por aqui algumas lojas que traziam roupas prontas, confeccionadas em outras regiões e a opção pelas confecções...” *Começou, foi rápido, a transformação foi muito rápido.(...) Ah foi em torno de 80, por aí, 1980, por aí, 85, aí, já muita loja de confecção, né ?*”. Senhor Antonio aponta a década de 1980, como o momento em que Jales começou a ser influenciada pela moda das confecções prontas, práticas e variadas. *“[...] vamos supô, entre eles lá... os filhos, por exemplo, não tinha tanto direito de escolhê coisa, o pai mesmo tirava medida do pé do sapato, do pé do filho, ia lá e comprava o par de sapato que ele quisesse... porque era muitos filhos então não vinha todo na mesma loja, não tinha como. [...] tinha costureira pra todo canto aí, tinha costureira que ficou rica aí, porque não tinha confecção, não tinha esse negocio de butique,[...] então não tinha, era só nas cidades grandes pra lá. De Rio Preto pra lá”(OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011.*

De acordo com o que diz o Senhor Edson, a função de escolher calçados e as roupas que a família usaria, era dos pais, que vinham até a cidade e compravam aquilo que seus filhos estavam precisando. Porém, este ato não deve ser visto como autoritarismo, e sim como uma forma de atender às necessidades da família, da melhor maneira que era possível no momento, uma vez que, vir com toda a família pra fazer as compras era tarefa muito difícil, devido às dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade. Ele nos lembra a presença das costureiras e diz que elas ganharam muito dinheiro, porque ainda não tinha butique ou lojas de confecções na cidade. *“As mulheres, então tinha lá tantas filhas, até a idade de vinte anos, aí, tinha 15 anos, 12 anos, levava peça de algodão, algodão santista, né, algodão cru, que era meio pardo, assim, meio beginho, meio encardido, tipo um encardido, em vez de sê branco era meio bege, então, aquilo lá eles lavava em casa e bordava pra fazê o enxoval das filhas, quando casá, levá lençol, levá fronha, deixava tudo*

no jeito já.(...) Então, levava peça de 30 metros... conforme o tamanho, levava duas, três peças, né, e fazia o enxoval tudo de lá.” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).

Por vezes, eram as mães que preparavam o enxoval que as filhas levariam embora quando se casassem. Podemos concluir com esta fala que os tecidos eram transformados em lençóis e fronhas e todo tipo de peças que se entendiam necessárias em uma casa. Depois de costuradas, as peças eram bordadas a mão e estavam prontas para o uso.



Nesta foto da década de 60, facilmente reconhecemos tratar-se de um casamento. Os noivos ao centro, rodeados por alguns convidados, inclusive podemos observar que as mulheres usavam lenços na cabeça, como era costume nessa época, os lenços seriam retirados mais tarde, para irem pra festa do casamento. Vemos ao fundo a fachada de uma madeireira, que tem o nome de Madeireira Jales. “[...]o carro, por exemplo, pra pessoa ter um carro, no mínimo, ele tinha que ter um programa de vida, um nível de vida bem superior

ao que a gente vê hoje né, assim, hoje é muito mais fácil de adquirir carro... haja vista que o grande aumento de veículo é em função disso, a facilidade de aquisição. Financiamentos longos, né. Naquele tempo não se via falá disso” (AUKO NETO, João, Jales, 2011).

Este senhor foi funcionário do Posto Pupim, o primeiro posto de gasolina da cidade de Jales. Este posto localiza-se até hoje em seu local de origem, próximo à igreja matriz da cidade. Seu depoimento confirma as dificuldades de transporte daqueles tempos, reforçando a ideia de que o veículo de tração animal era muito mais frequente.



Retirada em frente ao Posto Pupim, nesta foto vemos a equipe de funcionários, todos uniformizados, fazendo pose para a foto que serviria de registro para a memória da cidade.



Novamente o Posto Pupim fotografado, desta vez a foto traz marcas do dia da sua inauguração (há uma faixa anunciando), podemos ver que, ainda, não havia calçamento, provavelmente, as ruas também não eram calçadas.

“Loja de calçado tinha, vixi! Tinha a Pêgolo, que era tradicional de Jales, né, e sapataria, que fazia o sapato também. Tinha bastante fabriquinha de sapato, e bazar que vendia sapato, vendia chapéu. Naquele tempo, usava comprá chapéu, né, então o povo comprava muito isso aí, comprava já sapato, cinto, tudo, chapéu, o outro comprava bota, e supermercado era a venda, não falava supermercado, falava venda, falava vo na venda, eu vo na venda comprá. Então era tudo misturado” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).

A tradicional loja de calçados Pêgolo, é referencia nesta fala, além de outras sapatarias. Edson nos apresenta aqui a Venda, como eram chamados estes estabelecimentos. De acordo com ele nestas vendas, os moradores podiam encontrar vários tipos de mercadorias. “[...] tinha arroz, feijão, vendia arroz, feijão, sal, querosene, saco grande de sal, açúcar de sessenta quilo, porque não tinha pacote de cinco quilo. Então o

cara ia comprá saquinho... marrava ali, embrulhava no jornal, linguiça, mortadela, vendia também tudo na venda.(...) então o freguês comprava e, junto com as coisas de comê, de alimento aí tinha roupa misturada também... aí foi passando o tempo e foi mudando isso” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).



Embora não tenhamos obtido maiores informações sobre este estabelecimento, provavelmente era uma espécie de armazém. Pelas características da rua e da construção, podemos concluir que se trata de uma das primeiras edificações em Jales.

Outras informações sobre a venda obtivemos da senhora Maria, filha de um proprietário de uma venda da cidade. Ela disse: *Vendia comestíveis, alguns produtos de limpeza como se vende até hoje, vendia também a bebida, e as ferramenta que não podia faltar, prego pra construção, tudo era vendido aqui. Vendia até remédio. Antigamente, esses remedinho pra dor de cabeça, biotônico Fontoura vendia, (...) o povo falava a venda do*

Cardoso. Sempre chamou empório Cardoso, mas popularmente o povo falava “vamo na venda” (Maria, Jales, 2011).

Dona Maria indica algumas particularidades observadas entre os clientes da venda, na maioria, moradores da zona rural. Ela aponta para uma forma diferente de olhar para quem morava na roça: *“[...] tinha um certo constrangimento né, entre o povo da roça e o da cidade. Não sei explicar, mas tinha um constrangimento. Era como se o da cidade não fosse trabalhador como o da roça, o da roça era mais trabalhador na época. A ideia que passava era de quem tava na cidade era folgado, queria vida mansa. Era essa a ideia que, eu na minha infância percebia isso” (Maria, Jales, 2011).*

Seu relato nos faz concluir que as pessoas tinham ideias discriminadoras sobre as pessoas que moravam e trabalhavam na cidade. Provavelmente, isso se deve ao fato de que o trabalho da roça sempre foi visto como mais árduo, mais cansativo do que o da cidade. Os moradores da roça sempre começam sua rotina de trabalho bem cedo, como podemos observar nas palavras de D. Maria Donda ao se referir a sua rotina de trabalho:

“[...] nós ía pra roça era cinco e meia, cinco hora, já tava pra roça. Intã, chegava ... tinha qui trabalhá, né. Num tinha horário pra cumpri, né, i pra voltá também num tinha. Até qui tava claro i tinha serviço tava lá fazendu. Hoje não. Hoje o funcionario, ou o próprio donu do serviço tem um relógio nu pulso, olhando a horário. A genti olhava a hora pelo sol, a hora que eli nascia e a hora qui eli sumia” (DONDA, Maria Turato, Abril, 2011).

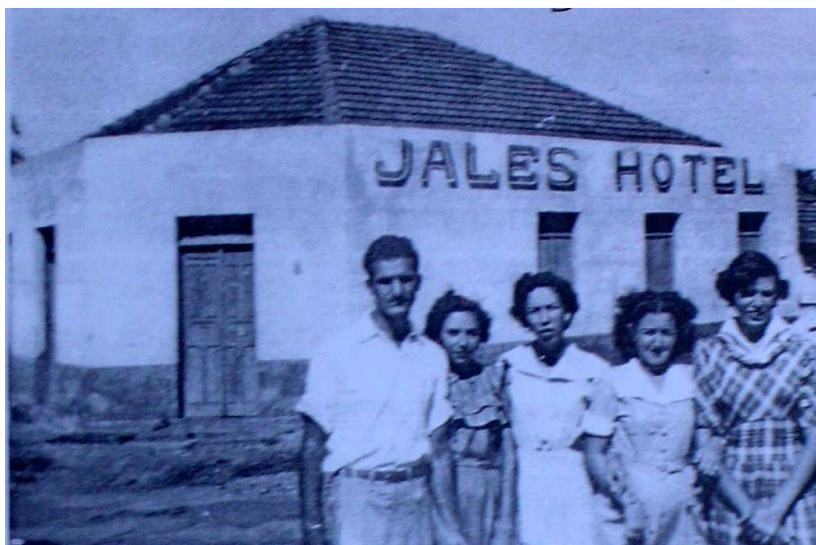
Observa-se que o horário de trabalho era bem extenso. Vemos que ela trabalhava com sua família desde cinco e meia da manhã até o escurecer. Fala ainda que o relógio é um acessório que os trabalhadores não usavam em seu tempo de produtora rural, pois se orientavam pelo sol para saber a hora de parar o trabalho. *“O horário é... sempre era das*

oito às dezoito e, no início, era isso de segunda a sábado, não tinha, me lembro quando, em Jales, começou adotar, chamava-se antigamente Semana Inglesa, isso deu um bafafá na associação comercial daqui, na época, uns queria, outros não queriam, uns fechavam, outros não fechavam, uns iam até duas horas, outros ate três horas, e foi pegando, aos poucos, deu muito trabalho, pra o comércio fechar como é hoje” (MATOS, Elias Fernandes, Jales, 2011).

Havia dias em que o horário de trabalho se estendia além do normal, como nos afirma este comerciante: “(...) *naquele tempo, a gente já ia na rodoviária espera os camaradas, e ali já levava pro bar, dava a, comida, a gente pagava comida pra eles, dali já ia pra loja, um abraço, eles saiam dali oito, nove horas da noite, comprando.*”

Portanto cumprir o horário de trabalho do comércio também não era fácil. Hoje, o comerciante trabalha em média 44 horas semanais, porém esse direito foi conquistado há pouco tempo em nossa cidade. Como disse Matos, essa rotina de trabalho que foi chamada de Semana Inglesa, foi uma conquista difícil, pois, segundo ele, houve muita resistência dos proprietários das lojas aqui representados pela Associação Comercial de Jales.

Nesta foto, observamos alguns moradores e, logo atrás, um hotel. O que nos leva a concluir que Jales recebia viajantes, tanto que havia a necessidade de instalações apropriadas para abrigá-los. A localização deste hotel também é incerta, pois a foto não nos dá nenhuma pista deste local.



Outras dificuldades apontadas pelos comerciários quanto as suas atividades: *“Então, aí era problema do vendedor com o freguês, aí chegava no fim do mês, ce não pagava... não dava certo no dia de acertar, então, aquela compra ficava, descontava no salário do vendedor. Era brabo.(...) A caneta, nossa!!! Pra faze a nota lá, destacá a nota, escrevê, naquele tempo, não existia caneta bic, era só no lápis. Imagina você escrevê, tira nota, uma pilha de pano assim, de corte de pano, fazia umas 10 notas, uma nota era mais ou menos assim, fazia umas 10 nota daquela...” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).*

Outra dificuldade enfrentada pelos comerciários era a questão do pagamento, como vemos no texto acima. Podemos compreender que a responsabilidade da venda era toda com vendedor. Ele diz que, caso a loja não recebesse o pagamento pelo produto vendido, cobrava do vendedor que, por sua vez, ficava com o salário desfalcado. Este comerciário nos fala que, na hora de emitir as notas fiscais, eles não tinham as facilidades de hoje. As notas eram feitas manualmente, o que tornava o trabalho mais cansativo e demorado.

Calculadora também não havia: *“Também era tudo no punho.(...) cê somava tudo na cabeça, nem calculadora não existia. Se você errasse contra a loja, pagava do bolso, se você errasse contra o freguês, o freguês vinha reclamar...”*. Desta forma podemos ver que trabalhar na cidade oferecia muitas dificuldades e inseguranças.



Na foto acima, podemos ver uma das lojas de tecidos e confecções, como diz em sua fachada. Observando a foto, podemos concluir que se trata de um período não muito distante, pois vemos ruas asfaltadas e calçadas revestidas e decoradas. Vemos um carro que talvez possa nos direcionar melhor no tempo.

“Naquele tempo, quem era comissionado... Então, se eu não vendesse um mês, dois meses, três meses, e ficasse dependendo do piso... recebia uma advertência da firma. Se não melhorasse no próximo mês, você ia se dispensado, que eu tava estroando os outros, tava

sugando a firma, fazendo a firma tirá dinheiro do bolso pra pagá pra mim, então era difícil”(OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).

Considerando que o movimento no comércio dependia em grande parte dos produtores da zona rural, que, por sua vez dependiam de suas roças para fazer suas compras, podemos concluir que havia momentos de escassez de clientes nas lojas. Mas havia períodos em que as lojas não suportavam toda a clientela. Vejamos: *“Natal sim. Dia de natal, né, Ano Novo, aí funcionava o comércio. Dezembro vendia bem, novembro de dezembro vendia bem, era um tal de presente pra um, presente pro outro, mas era tudo simples também”.*

Na foto abaixo, observamos o interior de uma loja de tecidos e confecções. Vemos muitas pessoas fazendo compras em dias próximos do Natal, um dos momentos de maior movimento de clientes nas lojas, de acordo com o relato apresentado logo acima.



Outro comerciante nos conta um fato muito interessante sobre esses períodos. Vejamos a seguir, o que ele nos diz: *"[...] e aquilo era uma coisa extraordinária, acontecia na época, uma coisa que eu nunca mais vi acontecer em lugar nenhum, que é, tipo... 10 horas da manhã, o dono da loja que era o seu Alzizi Miguel João, residente em Jales até hoje, precisou mandar fechar a loja, porque a grande multidão que queria entrar, com a que estava dentro comprando, já começava a haver conflitos, e eu trabalhava na época lá, e não era possível a gente atender todo mundo, cada vez. Nós éramos em quase 20 vendedores, cada um atendia uns quatro de uma vez. Era aquela correria, e não dava conta, então precisava, precisou fechar a loja, atender quem estava dentro, na medida em que ia saindo dois três, entrava dois, três, era assim"* (MATOS, Elias Fernandes, Jales, 2011).

Fatos como este, certamente não aconteciam todos os dias, mas serviam para incentivar os proprietários das lojas a realizar promoções convidativas, aliás como vemos hoje em nossa cidade. Muitas lojas realizam eventos, promoções que atraem a população. E contribuem para aumentar o rendimento das lojas. *"É... eu si consegui fazer um ranchinho pra morar, foi vendendo sorvete no meio da rua. Vixe! Eu vendia bastante, os outros eu não sei, mas eu vendia bastante, porque eu saía dismiolado pro meio da rua e tinha o ponto certo. Em frente à Americana, você sabe onde era a Americana, ali? Eu tinha o ponto ali. E, dali, eu saía vendendo sorvete pras ruas. Eu ficava parado ali durante o dia, freguês queria comprar, vinha lá"* (JESUS, Arnulfo Jardim de, Jales, 2011).

O movimento das lojas, no centro de Jales, atraía outros trabalhadores. Este sorveteiro que trabalhou no centro da cidade, nos anos de 68 a 72, diz que conseguiu juntar dinheiro para comprar uma casa vendendo sorvetes. Ele fala que tinha um ponto fixo para trabalhar, onde ficava o dia todo esperando seus clientes. Saindo dali, somente no final do

dia. O ponto de venda dele era em frente a uma loja de tecidos que ele chama de “Americana”. As Casas Americanas ainda hoje se localizam na rua 8, bem no centro de Jales.

Outro trabalhador de destaque era o charreteiro, pois este era o meio de transporte mais comum na cidade, nestes tempos em que era muito raro quem tivesse condições de possuir um carro. Vejamos: *“Teve uma época aqui que teve mais ou menos de 180 a 170 charretes, tudo taxista, era táxi né. Fazia frete. Levava, transportava mercadoria, gente, quando, dava mais de 30, 40 charrete, e esse povo do sítio, pegava a charrete e vinha pra cidade, que era perto.”*

“Se parecia o freguês, eu levava. Eu trabalhava só à noite, depois que terminava o serviço de carrinheiro. Depois que o dono da charrete ia dormir, me dava a charrete pra mim trabalhá, até 10, 11 horas da noite. Um dia, eu levei uma mulher no Córrego do Feijão, onde hoje é Vila Fátima, de primeiro chamava Córrego do Feijão. As pessoas chegava no trem: fulano, mi leva na cidade, quase sempre em Jales, só apareceu duas muié que era pra levar no Córrego do Feijão e outra no Itapirema” (JESUS, Arnulfo Jardim de, Jales, 2011).

Porém, houve um momento... “[...] a zona rural, até mil novecentos e, de 1960 até 89, até 75 mais ou menos, aí houve uma grande geada que acabou com plantadores de café, tudo, aí que complicou, limpou mesmo de lá, os de sitinho pequeno vendeu pros vizinhos que era maior, os que era empregado já foram pra cidade, foi aquela enchente de lavrador, da região de Jales, assim, tudo pra Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara D’Oeste, Campinas. Foram tudo pra lá, então, lá, eles se instalaram..”. (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales).

O comerciário, Edson, conta os prejuízos causados pela grande geada de 75, diz que os plantadores de café perderam suas plantações, seus investimentos e nos faz concluir que a cidade perdeu muita gente que desanimados pela falta de trabalho, decidiram ir embora para outras regiões e se dedicar a outro tipo de trabalho. *“[...] e naquele tempo, precisava muito de mão de obra, e o povo de lá, como era enrolão, e o povo da roça, acho que era trabalhador, chegava lá, nem quarta série tinha, tinha uns que só sabia escrevê o nome praticamente, já ingressava lá, já pegava aí, serviço da Goodyear, da tecelagem. Naquele tempo, tecelagem era muito, e, assim por diante. Ai esvaziou a zona rural, em 75 por aí, Maximo 80, era tudo zona rural, aí, depois, virou o contrário. Hoje, o comércio é da cidade mesmo” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).*

É interessante observar o que ele fala sobre os trabalhadores da roça que nem precisaram de formação escolar para conseguir trabalho. Ao contrário desse tempo, em nossos dias, faz-se necessária uma constante formação e atualização, pois o mercado de trabalho é cada vez mais competitivo e exigente. Sabemos que, realmente, houve na década de 70, um grande êxodo rural em nossa região, com grandes prejuízos para os moradores da zona rural e para o comércio local, por causa da geada da qual nos fala o Sr Oliveira, mas, aos poucos, outros moradores da zona rural vieram e se instalaram na cidade, e desta forma é que, segundo ele, o comércio foi se fortalecendo e a clientela se torna cada vez mais urbana.



Foto do interior de uma farmácia.

“O vendedor de farmácia, pra ele ganhá...Você tinha que ficá na farmácia lavando vidrinho, varrendo farmácia, lavando banheiro, essas coisas, durante uns três, quatro anos, sem ganhar praticamente nada...até ele chegá num ponto dele ter uma farmácia, dele tomar conta duma farmácia, porque, naquele tempo, não tinha aquele negócio de farmacêutico formado, tinha, mas era tudo longe. De Rio Preto pra lá. Tinha um inspetor de farmácia lá que vinha na região, vinha. Dava assim, uma vez por ano” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).

Temos em Jales, em nossos dias, pouco mais de trinta farmácias. Certamente, não foi sempre assim. Temos relatos de que a farmácia do Simão, como podemos conferir no

capítulo referente à saúde, foi única na cidade, por muito tempo. E o trabalho do farmacêutico também era diferente. Vimos no relato acima que aquele que começava a trabalhar como auxiliar de limpeza, na farmácia, poderia com um esforço e dedicação, em pouco tempo, aprender o serviço e caso tivesse condições, ser o dono de sua própria farmácia. Podemos imaginar que esta condição era por conta das dificuldades existentes para frequentar uma faculdade, em uma época em que tudo era muito longe e de difícil acesso. Sendo assim, as pessoas aprendiam, observando os outros no exercício das suas funções.

“Em 1960, eu entrei na Jaraguá, naquele tempo era só zona rural, tinha muita gente, né. Naquelas fazendas de café, colônias grandes de quinze, vinte casas na beira da estrada, assim. Como não tinha televisão, propaganda na televisão, não tinha rádio, praticamente, era tudo difícil, então, nós ia pintá as porteiras de tábuas que tinha, palanque de cerca. Intão, nós ia pintá essas porteiras né, de preto, e escrevê... Casa Jaraguá onde tem desconto, tal e tal. Fazia aquela propaganda por escrito” (OLIVEIRA, Edson Santos, Jales, 2011).

A propaganda representa outra curiosidade destes tempos. Os antigos comerciários de Jales faziam as propagandas de seu trabalho pessoalmente, pois não havia as facilidades de hoje. Ele nos conta que saíam pela estrada, visitando as propriedades e marcando as porteiras com o nome das lojas. Pior que fazer propaganda nos sítios, era convencer os clientes se cadastrarem nas lojas para compras a prazo, como diz o senhor Edson, ex-funcionário das Casas Pernambucanas: “[...]demorava um pouco, mais fazia, e tinha rejeição sim, o povo tinha medo de fazer cadastro no sítio, tinha uns que não conseguia. Não, deixa, eu vo lá, depois, depois eu faço lá, agora não”...mas... aí no fim

acabava tomando um cafezinho dele lá, e saía pra outra casa". Vemos a cordialidade que havia na oferta de um cafezinho, antes que o vendedor partisse para outra tentativa, nas casas vizinhas.

Ainda falando em propaganda: *"Na cidade, era pouco as pessoas que tinha, mais o movimento era do sítio. Chegava ali o ônibus, né, chegava na rodoviária, a rodoviária era na praça do jacaré, lá na venda os pacoteiros já atraía lá, entregava o boletim, fazia propaganda, sabia que o freguês ia na cidade, ele ia pra gastá, ele não vinha passear. Quando ele vinha na cidade, ele não vinha fazê hora não, ou por causa de doença, ou porque precisava"* (SELLES, José, Jales, 2011).

Então ele comprava e o comércio crescia cada vez mais. Hoje, temos um centro comercial forte e próspero que, preocupado em crescer ainda mais, realiza promoções e eventos vários, para agradar seu cliente, razão maior do seu sucesso.

CAPÍTULO 8

A LUTA PELA VIDA – AS TRAJETÓRIAS DA SAÚDE EM JALES

Aparecida de Jesus Olhier – Licenciada em História e Pedagogia.

É Pós-Graduada em Psicopedagogia.

Este texto foi criado com o intuito de apresentar algumas visões de como se desenvolveu a assistência médica e hospitalar na cidade de Jales em seus 70 anos de História. Ele é baseado em relatos colhidos com antigos moradores que deram sua contribuição para a formação desta cidade. Contamos também com depoimentos de pessoas que atuam na área da saúde nos dias atuais. Muito deste estudo recorre ao trabalho de pesquisa que tem como título: “Santa Casa de Misericórdia de Jales: Um Olhar sobre seus 50 anos e História”, de 2009, ano em que a Santa Casa de Jales completava seu cinquentenário de fundação.

Os primeiros moradores de Jales, em sua grande maioria, eram pessoas com poucos recursos financeiros e que vieram para cá em busca de trabalho. Enfrentaram muitas dificuldades, principalmente na questão de saúde, pois não havia recursos médicos no local. As dificuldades eram muitas: *“Aqui num tinha médico. Quando eu cheguei, fui morá no Corgo da Figueira, foi em 45, aqui, não tinha nada aqui. Só tinha o farmacêutico, u Simão. Simão de Souza Lopis. U Simão, o dia que nasceu o mínino, ele tava lá em casa, tinha umas 5 parteira lá dentro di casa... eu comparava cum viúvo. Num tinha médico. Aquelas parteira noiti e dia labutano. Que que ucê espera? Pedi em Deus!...”* (DUTRA, 14/06/2008.)

De acordo com o senhor Alcides, morador da região de Jales, desde 1943, quando as pessoas ficavam doentes, o socorro que encontravam era nos farmacêuticos que, dentro dos seus limites, tentavam aliviar o sofrimento das pessoas, porém faltavam recursos.

Quando a questão era um parto, era longe até para trazer parteira para auxiliá-los no momento. O senhor Alcides conta-nos que o parto de sua esposa foi complicado e ele temeu que ela morresse. Neste momento de desespero, ele buscou socorro na fé e pediu a Deus pela vida de sua esposa e seu filho. O relato aponta-nos para as muitas dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade recém-fundada.

Dona Verônica, uma antiga moradora de Jales, sobre os mesmos fatos narra que:
“Quando ia tê nenê? Ah! Nós tinha sozinha, buscava a partera longe, vinha buscá... a Laura mesmo, vieram buscá a muié lá nu Corgo do Café. I eu morava nu Coqueru... (JESUS 06/06/2008)”.

Deslocar pacientes em busca de socorro médico se constituía-se em outro desafio. Certamente as estradas não ajudavam e faltava meio de transporte: *[...] na época que nós tivemos muita dificuldade, inclusive médico de assistência hospitalar, ah... porque não existia transporte, não existia táxi... era feito de charrete, por carrinho de tração animal, quando não, a gente ia... até tinha gente que vinha doente, muntado em garupa de cavalo (SOUZA, 07/2008). (pagina 49)*



Na ausência de um transporte mais confortável, a saída era transporte de tração animal. Muitas vezes, o mesmo cavalo que trazia uma parteira para auxiliar uma gestante, levava um paciente a uma farmácia, que era o socorro imediato e mais rápido que possuíam os moradores da cidade em formação.

É difícil imaginar estas dificuldades se comparadas com as condições atuais de atendimento à população, segundo nos contou o Secretário da Saúde do Município de Jales: *“Hoje o município, ele é responsável pela atenção primária da saúde, no qual contamos hoje, atualmente nove Unidades Básicas de Saúde, denominadas ESF, que é a Estratégia da Saúde da Família, implantadas dentro dessas unidades de saúde tem um médico clínico geral, tem uma enfermeira padrão, tem auxiliares de enfermagem...”* (OLIVEIRA, 26/04/2011).

Assim, sabemos que a população de Jales, em nossos dias, recebe atenção direcionada para suas necessidades, podendo ser atendida em Unidades de Saúde, de fácil acesso, onde encontram além de médicos, uma equipe de profissionais que atuam nos serviços de orientação e encaminhamentos de soluções para os problemas relacionados à saúde da população em geral.

Poderemos observar no relato a seguir algumas dificuldades e curiosidades dos tempos passados: *“Às veis, tinha muita coisa que acontecia, porque até vim do sítio, por causa di condução, né. Neném nascia dentro da charreti, igual, neném lá... agora qui eu fui lembrá quem é... se alembra dus Lu? A fia do seu Antoinho Lu, que morava aqui, que nasceu dentro da charreti do seu Lazinho.* (JESUS, 06/06/2008). (pagina 50).

Aqui, essa moradora conta-nos do nascimento de um bebê dentro de uma charrete, pois a mãe em trabalho de parto saiu em busca de auxílio e, não tendo como esperar, deu à luz seu filho ali mesmo dentro da charrete. Podemos então imaginar a aflição desta mulher e a vergonha pela qual ela passou exposta aos olhares curiosos, à falta de acomodação e, ainda, correndo o risco de perder seu bebê, pela ausência de alguém em condições de auxiliá-la, sem condições de higiene, ou proteção.

Porém, aos poucos, mais pessoas foram chegando e trouxeram, além de sua bagagem, conhecimentos que ajudavam a melhorar a vida dos moradores.



A primeira farmácia de Jales, de Simão Nobre, na esquina das ruas 9 com 10, onde hoje ainda funciona uma farmácia

Mudamos para Jales no dia 16 de outubro de 1950. Meu pai era farmacêutico. Tinha uma farmácia entre a Rua 10 e a Rua 9 e chamava Farmácia São Sebastião, mas aqui tinha outra farmácia na frente, do Seu Simão... Mas meu pai tinha mais

experiência que ele, mais tarimba porque ele queria ser médico e não foi, porque os pais dele não tinham condições de pagar os estudos pra ele, mas ele estudava muito... (COSTA, 23/05/2008).

Dona Elenir conta-nos em seu depoimento, que, quando sua família aqui chegou, já havia na cidade uma farmácia do Sr. Simão, que, até então, era o único ponto onde se podia encontrar algum recurso para tratamentos de saúde. Fala também que seu pai, o novo farmacêutico da cidade, tinha um sonho: “queria ser médico”. Com esta perspectiva, inicia-se a ideia da construção de um hospital que, em pouco tempo, receberia pacientes vindos de toda a região. As pessoas vinham até de outros estados, como destaca o relato seguinte: *“E os doentes vinham de Goiás, de Mato Grosso, de Minas, se aqui era mato, lá era mais ainda (risos). Então, muitos vinham em redes, eram trazidos em rede, mas, até chegar na farmácia já morriam, porque demorava muito e a doença evoluía muito”*. (COSTA, 23/05/2008).

O depoimento nos indica também que as condições de vida em outros estados eram ainda mais difíceis que aqui. A falta de um hospital na cidade dificultava muito a vida dos moradores de toda essa região. Nestas condições, um farmacêutico representava a única esperança de cura possível. Vinham de muito longe em condições muito precárias não para uma consulta médica e uma internação, mas para o encontro com um farmacêutico. Vale ressaltar que, até hoje, é comum a Santa Casa de Jales receber pacientes de outras cidades e até mesmo de outros estados. A necessidade de um hospital colocava-se não somente para os moradores de Jales, mas da região e de outros Estados. Deu-se então início ao processo que resultaria na criação da Santa Casa de Misericórdia, que ajudou a afirmar a ideia de que Jales é centro de região.

Na década de 1950, o patriarca da família Soncini realiza seu sonho de salvar vidas prestando atendimento aos doentes em sua própria casa. Até que:” *A polícia fechou uma casa de prostituta, ela chamava Dona Rosa, e ela, então, foi embora daqui e vendeu. A casa era grande, com muitos quartos, ali na Rua Um. Então, ela vendeu pro meu pai e o meu pai reformou, transformando em hospital*”. (COSTA, 23/05/2008)



Assim, em 25 de Janeiro de 1954, inaugura-se em Jales um Hospital que foi chamado de Hospital São Paulo. Uma forma encontrada por seu proprietário de homenagear a capital do Estado em seu 400º aniversário.

A Avenida Francisco Jales, naquela época, chamava Avenida Lagoa. A Avenida João Amadeu que hoje a Santa Casa tem ah! não era Avenida João Amadeu. Ela foi beneficiada com esse nome por causa do João Amadeu ... Então, era, recebeu nome de Avenida João Amadeu que a Santa Casa era pequenininha, ali, ali, em volta da Santa Casa era só marmozeiro, mata... (SOUZA, 07/2008).

A narrativa nos dá uma noção de como eram as proximidades do que hoje é a Santa Casa: mato, estrada de terra poeirenta, ambiente hostil, uma casa que mudou totalmente sua função. Foi neste local, onde muitas pessoas passaram a ser atendidas com presteza pelos atendentes do Hospital São Paulo que, mais tarde, se tornaria a Santa Casa de Misericórdia de Jales.



E na foto acima, podemos ver o prédio da Santa Casa de Misericórdia de Jales, tirada no dia 22 de abril de 2011, esta foto mostra o resultado da última reforma de um hospital que, desde seu início, não para de crescer.

O Hospital São Paulo pouco tempo depois, foi vendido para médicos, mas as dificuldades financeiras dos pacientes colocavam limites grandes para as possibilidades de atendimento: “[...] *ele construiu, ele vendeu para o Dr. Pedro Nogueira e o Dr. Eduardo Ribeiro do Valle ... Então, eles pagavam meu pai por mês, sabe?...E, às vezes, e aí, por exemplo, a pessoa pagava. Quem tinha condição de pagar, pagava a cirurgia, pagava o hospital e tudo, quem não tinha, não pagava, né!*.”(COSTA, 23/05/2008).

Podemos constatar que as dificuldades financeiras para a prestação de serviços na saúde apresentou-se desde o início e continuam sendo uma realidade nos dias atuais. Porém, apesar das dificuldades, os Hospital São Paulo e, depois, a Santa Casa nunca pararam de atender os pacientes. Aos poucos, outros profissionais foram chegando: *“E, depois, foi chegando... Dr... Dr Arnardo, o Pedro foi o primeiro que chegô aqui, Dr Pedro foi o primeiro que chegô aqui, depois foi o José Ranunfo, depois Duardo e depois, Dr Arnardo, e depois foi juntando e, agora, eu num sei cabá o resto, foi aumentando e depois e a gente vai mudando...”* (DUTRA, 14/06/2008).



Com a chegada de mais médicos, percebeu-se a necessidade de aumentar o quadro de funcionários e o prédio do hospital também se expandiu, pois não faltavam doentes. Com o passar do tempo, alguns convênios foram feitos com o Estado, Prefeituras e Associações. É importante ressaltar que a Santa Casa de Misericórdia de Jales, desde seu início, quando ainda era Hospital São Paulo, sempre contou com ajuda da população em campanhas que

envolveram seus funcionários e vários segmentos da sociedade, como diz o depoimento que se segue: *“Nós temos muitas doações, o pessoal doa bastante, então... A comunidade doa, o pessoal que tem sítios, fazenda doam bastante também, então a gente praticamente não tem falta de alimento. Isso aqui, nunca, desde que tô aqui, nunca teve assim uma falta de alimento...”* (TOMIN, 06/2008).



Nesta foto, podemos ver o representante do Rotary Clube de Jales e alguns funcionários da Santa Casa que, juntos, trabalharam em evento em prol da entidade. (Rotary Clube de Jales, Boletim nº 03, página 8). (página 80)

Se a consolidação do hospital foi importante para a população de Jales, uma outra contribuiu para a prevenção de doenças. Em 1972, foi implantado um eficiente sistema de tratamento de água. O médico que acompanhou este processo assim relatou: *“A melhoria do saneamento básico feito pela vinda da Sabesp pra Jales, acho que isso foi um avanço. Primeiro, educação, segundo, saneamento básico, terceiro, assistência médica... Assistência médica preventiva é muito mais importante do que a curativa... Era apenas um caso de higiene preventiva. Hoje, a*

mãe toma vacina, nasce no hospital com toda a higiene, acabou. Deve fazer... O último caso de tétano... Uns 30 anos. De primeiro era todo dia. Vinha de Paranapuã, de Minas, de Mato Grosso...” (FRANCO, 18/07/2008).



Como indica o depoimento o tratamento de água corrigiu uma situação que se apresentava como deficiente naquela época. Hoje, há os benefícios da empresa responsável pela água e pelo saneamento da cidade, que, segundo esse médico, muito contribuiu para a saúde da população. Fala da falta de higiene, ou da falta de conhecimentos suficientes na área da saúde que, aos poucos, foram sendo eliminados com a chegada da Santa Casa e de uma equipe de médicos que: “A gente tem esse capricho, por vocação, não só dar receita, mas conversar com as mães e orientar na boa higiene, na boa alimentação, nos cuidados maternos em casa...” (FRANCO, 18/07/2008). (página 56).

A atenção da qual fala o Dr. Virgílio no relato acima, continua como destaque, atualmente no atendimento oferecido nas Unidades Básicas de Saúde, onde “[...] *tem os agentes de comunidade, de saúde que faz um trabalho com a população, a gente diz um trabalho de campo com a população. (...) neste projeto nós temos, além do médico, temos o*

fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta ocupacional e o educador físico. E psicólogo.
(OLIVEIRA, 26/4/2011).

“Dentro da vigilância Epidemiológica, nós temos o SAI, Serviço de Atendimento à Infectologia, DST AIDS, e o CTA, este CTA é Centro de Testagem e Aconselhamento, então é uma unidade de saúde específica pra diagnóstico e tratamento de doenças infectocontagiosas, e nós estamos com um projeto de construção de uma unidade específico pra esta Unidade de Saúde, então de uma forma que os munícipes estão cobertos de uma forma geral com atenção à saúde (OLIVEIRA, 26/04/2011.)

Observando as falas do atual Secretário Municipal de Saúde de Jales, podemos notar que, para o município, informação e acompanhamento médico são de suma importância. Sabemos que a população retribui, envolvendo-se em trabalhos coletivos em prol dos que precisam, através de eventos e projetos desenvolvidos por diversas entidades que prestam atendimentos assistencialistas, como é o caso da AVCC, Associação de Voluntários no Combate ao Câncer, que realiza todos os anos a Festa das Nações, com o intuito de angariar fundos para dar continuidade em seus trabalhos.

Hoje, dá pra ver na cidade..., se a gente andar no horário comercial, a gente vê o grande número de viaturas, de ambulâncias de outros municípios que passam por Jales. Estão estacionadas nas imediações do Hospital de Câncer, nas imediações do AME, a gente vê um numero grande de viaturas, de pessoas de outras cidades que já estão se deslocando pra Jales. (OLIVEIRA, 26/04/2011).

Novamente, Jales é apontada como cidade destaque na questão da saúde. O Hospital de Câncer de Barretos, com sua unidade aqui em Jales, vem reforçar a ideia de

que Jales é centro de região e que acolhe pessoas das mais distantes cidades que aqui chegam em busca de atendimento médico.

Atualmente tem destaque todo o sistema de saúde preventivo instalado no município:

“Na maioria das unidades de saúde, nós temos farmácia e salas de vacina e atendimento odontológico. Essa sala de vacina, ela é permanente pra adequação, tanto das medidas de vacinas novas que surgem, como nas campanhas, como nas vacinas que normalmente ocorrem nas condições normais da própria população”. (OLIVEIRA, 26/04/2011).

Com o aumento da população, novos problemas surgem, mas surgem também novas formas de cuidados com a saúde, como exemplifica a fala acima, onde nosso colaborador destaca o atendimento odontológico que é oferecido nas Unidades Básicas e as salas de vacinas, que representam uma forma muito eficiente de prevenção contra certas doenças.

Ainda que o sistema oficial de atendimentos e prevenção de doenças tenha evoluído muito o que não mudou foi a solidariedade da população em geral que continua contribuindo para reformas, ampliações, compras de equipamentos através de campanhas diversas como a de leilões.

“A Santa Casa de Misericórdia de Jales distribui nota de agradecimento pela colaboração dada pela sociedade ao leilão de gado realizado em prol do hospital. É o reconhecimento à dedicação dos voluntários que trabalharam na captação das doações, visitas às propriedades rurais e às cidades vizinhas, ao pessoal que atuou no recinto de leilão, aos compradores e aos doadores” (A Tribuna, 5/2005, pág. A-8.).

Esse recorte do Jornal A Tribuna, publicado em 2005, confirma-nos a ideia de uma população solidária que continua se organizando em prol do bom andamento da saúde em nossa cidade. Esta solidariedade manifestada com as necessidades da Santa Casa de Jales também se estende à Fundação Pio XII, mantenedora do Hospital de Câncer de Barretos, e que, a partir de 2010, está em funcionamento a Unidade III, em Jales, e que completa suas necessidades de custeio com uma expressiva contribuição voluntária da população. Sobre a Unidade III do Hospital de Câncer de Barretos em Jales, o secretário municipal de saúde o define como: *“... marco, onde eu diria assim numa referência até macrorregional é o Hospital de Câncer, essa unidade do Hospital de Câncer de Barretos que já está há um ano em Jales, e com um atendimento que é fundamental de cerca de dez mil pacientes/mês”* (OLIVEIRA, 26/04/2011).

Em extensa matéria, o Jornal de Jales do dia 08 de Maio de 2011 destacou novos equipamentos que entraram em operação na Unidade III do Hospital do Câncer, em Jales, e da segunda etapa de implantação do Hospital que receberá até o final do ano de 2011 novo centro cirúrgico, UTI e leitos de internação, com a qualidade dos melhores do mundo.



O hospital do Câncer representa um grande avanço na área da saúde para o Município de Jales, pois a procura por esse tipo de atendimento especializado tem crescido muito, apesar de escasso. E é importante destacar o que disse o Sr. Donisetti, ao se referir à saúde em Jales: “[..] *de uma maneira geral, tem-se muita coisa pra se fazer, mas muita coisa já foi feita, então, quem entrar..., tem que dar continuidade no que está plantado e florindo!* (OLIVEIRA, 26/04/2011).

CAPÍTULO 9

EUPHLY JALLES – OUTRAS MEMÓRIAS

Gabriela Araujo Puerto Graduada em História,

Pedagogia e Gestão Pública.

É especialista em História, Cultura e Sociedade.

A fundação de cidades foi uma prática comum na região Noroeste Paulista durante o final do século XIX e início do século XX. Estas cidades eram fundadas com o propósito de valorizar as terras a sua volta. Para a efetivação da fundação da vila, como eram denominadas as cidades, geralmente *“o fundador doava uma parcela de terra a um santo, onde seria construída, posteriormente, a capela. Erguia-se o cruzeiro – cruz de madeira – e fazia-se festa, para alardear o nascimento do povoado, com a bênção de um padre e pessoas importantes”*. (NARDOQUE; OLIVEIRA, 2005)

Desta forma, as cidades, em sua maioria, possuem ao centro a praça com a Igreja e o Cruzeiro. Este é também o caso de Jales, possuindo a Matriz e, em frente à Praça Dr. Euphly Jalles, encontra-se erguido um monumento em homenagem a seu fundador, a estátua de Euphly Jalles. O fato inusitado neste contexto ocorreu no dia 6 de março de 2006, quando os moradores, logo cedo, depararam-se com a estátua de seu fundador caída ao chão. O Jornal de Jales, jornal semanal da cidade, de circulação regional, apresentam o fato com uma interrogação na manchete: Quem derrubou a estátua do Fundador?

O fato angariou representatividade entre os munícipes, tendo grande repercussão na cidade e região. A estátua em questão é representativa da imagem e configura-se em uma homenagem ao fundador da cidade. A estatua é uma marca da memória local e fora

financiada pela população em uma campanha entre 24 de setembro de 1969 e 14 de abril de 1970. Segundo artigo de Manoel Paz Landim, nesta mesma edição do jornal, intitulado: “O livro de ouro e a estátua do fundador”, o projeto para angariar fundos teria sido espontâneo, uma iniciativa própria da população.

A partir disto, tem-se uma dicotomia marcante na sociedade jalesense. Por um lado, é possível aprender que a memória de Euphly Jalles na cidade é algo ligada à noção romântica de saudosismo. Por ter partido da população a iniciativa de erguer a estátua em homenagem a Euphly Jalles, parece que a memória coletiva é harmoniosa e que o fundador é visto com bons olhos por todos. Ou seja, é um verdadeiro herói na cidade.

Por outro lado, tem-se que a derrubada da estátua aponta para uma outra possibilidade interpretativa, uma vez que sua queda leva consigo muitas imagens e representações que a alicerçavam. A partir daí, pode-se definir a ideia de uma memória dividida. Esta ideia produz-se através da dicotomia que estes fatos apresentam enquanto uns erguem uma estátua, outros a derrubam. Existe, portanto, um confronto com relação à memória do fundador em Jales.

Muitos trabalhos não vinculados a órgãos acadêmicos têm contado a história de Jales ao longo do tempo. Estas são obras de memorialistas que procuram fazer o resgate da história do município. Um dos pontos fortes da memória produzida em torno da imagem de Euphly Jalles é a estratégia de exaltar o caráter participativo do fundador: *“Euphly Jalles esteve presente em todos os momentos importantes da cidade. Ele participava de tudo”* (MIRANDA, apud. SEIXAS, 2003, p. 129). Este se

apresenta como algo permanente ao longo do curso da história no município. Ele é tido como peça chave para o progresso da cidade. Foi prefeito duas vezes, fato que permite admitir que tenha conquistado certo carisma entre a população. Seu papel para o crescimento da cidade é fato aceito por todos. *Enquanto homens heróicos, dedicados ao trabalho, derrubando matas e arrancando ao solo as riquezas indispensáveis a manutenção, iam aqui e ali fazendo uma clareira na mata, o Dr. Euphly Jalles sonhava com a fundação de uma cidade, com possibilidade para tornar-se estável e que viesse a ser acolhedor de uma civilização condigna. Não medindo sacrifícios, alimentando-se de caças, sofrendo toda espécie de hostilidades, de insetos e animais selvagens, dormindo ao relento, embrenhava-se no sertão em busca da concretização de seu sonho (SESTARI, 2002, p.202).*

Neste trecho, da obra: “Minha Cidade, minha vida, meu livro”, de Ataíde Antônio Sestari, o fundador é exaltado nos moldes da história oficial. O discurso, neste caso, insere-se na ideia de “sonho de fundar a cidade”, numa forma de discurso em que outros contextos encaminham para a ideia da contribuição à marcha do progresso. Sempre um objetivo nobre é engajado nas ações de personagens mistificados na história oficial. De acordo com o autor, os objetivos do fundador seriam tão nobres a ponto deste abdicar do conforto para experimentar a privação em prol da cidade a ser fundada. O texto ilustra a ideia de um interesse centrado apenas no campo de um ideal, como se os ventos a moverem o moinho da ação humana, neste caso, fosse apenas a vontade extrema de concretizar o que se quer, o discurso da marcha do progresso presente na ação pioneira.

Contudo, outras fontes apontam para uma história com significativas diferenças ao que prevalece na memória oficial. Segundo Aristóphano Brasileiro de Souza, vulgo Duquinha, Euphly queria somente enriquecer, e não tinha nenhuma pretensão de fundar uma cidade, descrevendo palavras do próprio Euphly, Duquinha afirma que Euphly teria dito a respeito destas terras: “*Vai vender aquilo lá, aquilo é uma porcaria, tô precisando, apertado de dinheiro. Ficar com aquelas terras lá que não valem nada, e não há meio de vendê.*” (BRASILEIRO DE SOUZA, 2006, p. D-6). Percebe-se neste novo relato outras intenções do Fundador, que não via valor nas terras em que fundou Jales, e pretendia apenas adquirir algum valor por elas.

Portanto, o trecho contraria toda a construção do mito que se faz em torno da figura de um bravo aventureiro que sonhava fundar uma civilização condigna. Tem-se agora um homem desejoso de enriquecer.

Vale destacar que, para o entendimento das possibilidades de motivos que levaram a esta ação, é necessário o entendimento da realidade do município naquele momento, e esta abordagem traz indícios relevantes.

As terras onde nasceu a cidade, no momento da fundação, foram consideradas pertencentes a Euphly Jalles. Algumas terras no contorno do município não foram vendidas por Euphly Jalles e, após sua morte, em 1965, passaram a pertencer aos herdeiros, esposa e filhos, ou seja, como costumeiramente chamada no município, pela família Jalles. No ano de 1986, a prefeitura desapropriou uma faixa considerável de terra da família Jalles. Porém, por um longo período, nenhum pagamento foi realizado aos herdeiros por esta terra e, assim, a prefeitura contraiu

para si uma dívida exorbitante, conforme noticiou o Jornal de Jales: “*A dívida do município com a família Jalles atinge o valor de R\$ 10 milhões e é originária da desapropriação da área onde foi instalado o Distrito Industrial II*” (JORNAL DE JALES, 2003, p. 1-05). O valor da dívida alcançou cifras muito elevadas, um acréscimo “decorrente do tempo do processo e dos acréscimos previstos na legislação das desapropriações” (ROSA JUNIOR, 2003, p. 1-05), a ponto de esta tornar-se elemento de grande polêmica e contenda judicial, entre a prefeitura de Jales e a família Jalles.

A situação agravou-se quando tal dívida acarretou o sequestro das rendas do município, angariando reprovação de grande parte dos jalesenses. Deste modo, o fundador passa a ser rememorado e confundido com seus herdeiros, criando uma singularidade entre o passado e o presente, como se o fundador e sua família, hoje, fossem um mesmo elemento. Assim, a indignação é transferida ao fundador, repercutindo sobre sua memória.

Este acontecimento leva a uma mobilização efetiva da população, através de uma manifestação, em forma de protesto, desencadeado por lideranças locais e com justificativa de solicitar à família Jalles o parcelamento da dívida, conforme reportagem de Luis Ramires publicada pelo Jornal de Jales, em 07 de setembro de 2003, que afirma existir “*uma reivindicação comum: tornar viável o pagamento da dívida, que já passa de 10 milhões de reais, referente à desapropriação da área onde foi instalado o Distrito Industrial II na década de 80*” (RAMIRES, 2003, p. 1-05). A cidade de Jales parou, encerrou todas as suas atividades. Ocorrendo, na verdade,

uma tentativa de sensibilizar a população da grave situação, claramente depositando na prefeitura municipal o personagem de vítima na trama.

Nas fotos abaixo, é possível perceber a mobilização da população que parece ter “abraçado a causa”, saindo às ruas com faixas, defendendo as posições dos



políticos no poder e outros segmentos de liderança como a igreja, de parcelamento da dívida.



Fonte: (JORNAL DE JALES, 2003, p. 1-

01).

Nota-se também a exploração de elementos valorizados pela população que passa a ter forte poder emotivo e de convencimento, como se percebe na utilização da representação da fé através da oração e do patriotismo por meio do resgate da ideia dos “caras pintadas”.

Os meios de comunicação local, destacando o trabalho com o Jornal de Jales, refletem a dinâmica de tal atitude cívica. O ato é considerado um marco na

história da cidade, sendo possível perceber na abordagem que o jornal faz do movimento, a existência de uma exploração da proximidade com o 7 de setembro, denotando caráter de libertação, recomeço da história da cidade, que procura “respirar” financeiramente, para recomeçar a crescer. *A partir de agora, a Semana da Pátria passa a ter um novo sentido em Jales (...) O 4 de setembro é o novo símbolo de Jales. Uma data que deverá ser oficializada, para ser lembrada, comemorada e, sobretudo, reverenciada como exemplo para todos os moradores da nossa cidade e para as novas gerações (RAMIRES, 2003, p. 1-01).*

O trecho permite a dedução de que o caráter histórico torna-se um recurso para o estabelecimento dos critérios a serem utilizados no processo de registro deste fato. Ocorre a preocupação em deixar registrado e transmitir à população que a iniciativa foi singularmente significativa e plausível, um marco para a história de Jales, que não pode se perder nos labirintos do esquecimento, mas que deve ser oficializado, constituir-se em um divisor de águas na história do município. Merece ser detentor de uma grandiosidade simbólica tal qual o dia da independência do Brasil, pois, no mesmo sentido, o 7 de setembro representou o início de uma possibilidade de recomeço para o país. O discurso presente acaba por representar uma tentativa de influenciar a atribuição de significado para a data, que materializa o fato ocorrido por parte da população.

Cabe ressaltar que, durante a passeata realizada em setembro de 2003, muitos que tomaram a medida de desprezar a memória de Euphly Jalles pela falta de consideração de sua família com a cidade, cogitavam até mesmo na mudança do

nome da cidade para Caparrozonópolis, numa referência ao ex-prefeito José Antonio Caparroz, como diz a estudante presente na passeata, Gisele Coutinho Donini: *Quando todo mundo já havia chegado à praça, demorou um pouco para começarem a falar no palco, tinha um palco montado lá na rua, em frente à praça. E a gente ficou ali conversando sobre a situação, e chegava boato de que iriam mudar o nome da cidade para Caparrozonópolis. Ficamos até meio preocupadas, achávamos o nome muito comprido e feio também. Mas ninguém queria mais o nome de Jales. Estávamos indignados com a tal Minerva (esposa de Euphly Jalles). Seria muito melhor homenagear Caparroz, que foi prefeito várias vezes (DONINI, depoimento oral, 24/10/2008).*

Isso ilustra o sentimento corrente de que Euphly Jalles não mereceria mais ter seu nome vinculado ao nome da cidade, o que reflete fortemente a ideia de que os impasses com a família são projetados à figura do fundador, afetando sua memória e, assim, colocando em risco o mito. Existe, portanto, a atração de um mito para outro.

Como diz o dito popular, “rei morto, rei posto”. A crise com o mito de Euphly Jalles passou a apresentar a possibilidade de fim, diante disso, um novo substituto surge, um novo indivíduo a ser exaltado, lembrado e homenageado. Tanto que, em 2006, na Praça Deputado Cunha Bueno, próxima ao terminal rodoviário, é erguido um monumento com o busto de José Antonio Caparroz.



Fonte: (foto tirada pelo autor em 04/07/2008).

O nome de José Antonio Caparroz é sugerido pela população no contexto singular de um protesto contra a postura da família do fundador com a cidade. Ao passo que Euphly Jalles deixa, por muitos, de ser visto como digno de ser homenageado mecanicamente surge um substituto ao cargo de herói, para que um vácuo na identidade coletiva não se faça presente. O discurso em volta desta nova memória difundida é similar ao que se percebe em Euphly Jalles. O ponto de exaltação é a dedicação do sujeito com a cidade, seu comprometimento e contribuição, como se percebe escrito na placa de homenagem presente no monumento: “UMA VIDA DE TRABALHO, DEDICAÇÃO E AMOR POR JALES”. Destarte, novamente o discurso presente faz surgir o sentimento de gratidão do povo por quem lutou, representando os interesses da cidade e de seus moradores. Vale ressaltar também que a estátua é levantada no mesmo ano em que a de Euphly Jalles é derrubada. Assim, pode-se deduzir que esta nova imagem não tenha surgido exatamente devido à problemática em torno de Euphly Jalles, fruto da decadência do mito de Jalles, que, gradativamente, perde espaço na cidade. Por outro lado, o depoimento de Gisele Coutinho

Donini revelou a pretensão de substituição do mito ao destacar a suposição de troca de nome para o município.

Contudo, isto não significa o fim do herói Euphly Jalles. Se, por um lado, existe uma memória nova em construção, a memória oficial está engajada na cultura da cidade, e sua desconstrução é dificultada pela tradição.

Bibliografia

BRASILEIRO DE SOUZA, Bolívar: Entrevista de Duquinha: A história contada por quem a viveu. A Tribuna, Jales, 15 abr. 2006. Especial, p. D-7.

DONINI, Gisele Coutinho. **Entrevista Oral**. Jales, 24 out. 2008

NARDOQUE, S.; OLIVEIRA, L. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales-sp/Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (91). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-91.htm>> [ISSN: 1138-9788]

JORNAL DE JALES. Passeata pela Cidadania e Dignidade, 07 de Set de 2003, p. 1-05.

RAMIRES, Luiz. Manifestação cívica pela cidadania e dignidade mobiliza 8 mil pessoas para pedir entendimento com a família Jalles. **Jornal de Jales**. Jales, 07 set. 2003. p. 1-01

RAMIRES, Luiz. Jales dá exemplo nacional de participação popular. **Jornal de Jales**. Jales, 07 set. 2003. História, p. 1-05

ROSA JUNIOR, Deonel. Credores pedem proposta detalhada à prefeitura. *Jornal de Jales*, Jales, 07 set., 2003. História, p. 1-05

SEIXAS, Genésio Mendes de. **Jales, precursores e pioneiros**. Jales: [s.n.] 2003

SESTARI, Ataíde Antônio. **Minha cidade, minha vida, meu livro**. Jales: Grafisa – santo gráfica e editora Ltda, 2002.

PUERTO, Gabriela Araújo. **A memória como campo de disputas: Perspectivas de Análise no mito Euphly Jalles**. 93 f. Monografia de Conclusão de Curso História – Cultura e Sociedade: Pesquisa histórica em perspectiva – Centro Universitário de Jales, Jales, 2009.

CAPÍTULO 10

RECORTES DA CULTURA JALESENSE

Gabriela Araujo Puerto Graduada em História, Pedagogia e Gestão Pública.

É especialista em História, Cultura e Sociedade

O homem, ao longo de toda história sempre fez cultura, porque cultura se faz no cotidiano, nas relações entre as pessoas, assim, cultura é a expressão da realidade, e a arte, em qualquer forma de manifestação, procura copiar ou retratar a realidade. Neste sentido, este capítulo procura resgatar um pouco das manifestações culturais ocorridas ao longo da história da cidade, o que acaba retratando a própria história da cidade.

Jales tem em seu histórico várias manifestações culturais, como indica o professor Antonio Rodrigues Belon, que participou ativamente de muitos deles: *“A partir dos anos 70 (...), nós tivemos vários movimentos culturais na cidade, bastante intensos, já havia antes né.(...) movimentos que tinha poesia na praça, festivais da canção”(BELON)*. Esses movimentos culturais envolvia diversas formas de expressão, como aponta o Professor Rui Rodrigues, contemporâneo do professor Belon, que participou como artista nas diferentes modalidades de movimentos: *“Nós tivemos aqui todos os movimentos culturais né, em todas as áreas. Tivemos teatro, tivemos em música, artes plásticas”.(RODRIGUES)*.

Citando primeiramente as manifestações teatrais, temos a afirmação do Professor Belon a respeito da importância do teatro em Jales: *“Uma coisa que eu participei na época era os movimentos de teatro amador, que nos tínhamos aqui. Tinha um grupo teatral chamado Teja, que é teatro estudantil Jalesense. (...) O teatro amador em Jales sempre teve uma força muito grande”. Uma peça que ficou muito famosa foi “O Verdugo”, como narra o*

professor Belon: a figura que ficou assim pública, de destaque é o Mauro Ferraz, que dá nome ao centro cultural. Mauro Ferraz era autor, diretor tal, eles encenaram, com muita propriedade, em vários lugares na época, uma peça da Hilda Hilst chamado O verdugo, e essa peça teve repercussão na região toda. Teve um momento até que o grupo foi chamado a ir a USP, pra ir na escola de arte dramática.

Além do teatro, Jales também teve um movimento cultural de grande repercussão chamado Mutirão, como explica o professor Rui: *“Na área de artes visuais, pintura, desenho, escultura, tivemos aqui um movimento chamado Mutirão (...) A gente fazia exposições na cidade.”* Estas exposições aconteciam aos domingos de manhã, inicialmente no pátio do Jornal de Jales, como descreve o professor Belon: *“o movimento mutirão, eu falo inicialmente das suas exposições, simples, artesanais, nos domingos de manhã, no pátio do jornal de Jales, que na época era na rua Onze (...), Era ali o jornal de Jales e no, pátio do jornal era ali a exposição. Depois, o prédio onde hoje é a diretoria de ensino de Jales, aquele prédio era o fórum da cidade [...]”*.

Em seguida, os integrantes desse movimento começaram a se reunir no pátio onde hoje é a diretoria de ensino, mas, na época, era o fórum, e, segundo o professor Belon, o objetivo era conquistar aquele espaço para fazer um espaço cultural.

“Então, qual que é a luta do movimento mutirão? Conquistar um espaço, fazer uma casa de cultura, um centro cultural na cidade. Então, nós fazíamos as exposições (...) no quintal do fórum, na parte do fundo, debaixo da mangueira (...). Então, no domingo, além da exposição, propriamente de textos, de cartazes, de quadros e artesanatos, do que fosse da produção cultural, havia apresentação de shows, de pequenas apresentações teatrais, jograis. As pessoas se reuniam para conquistar aquele espaço, a gente tava conquistando

(...) porque a gente queria que aquele prédio fosse transformado em centro cultural, casa de cultura”.

O prédio acabou se tornando a sede da Diretoria de Ensino. Contudo, como o professor Belon ressalta, outro espaço foi transformado em centro cultural, conseguindo, assim, o Mutirão atingir seu objetivo: “Não foi aquele prédio, mas foi outro, então isso é luta, isso é luta, o poder publico respondeu a uma luta.” Atualmente o centro cultural está situado na rua 08, compreendendo Teatro, Museu e Biblioteca.

Contudo, a respeito do Teatro Municipal, o professor Rui coloca que sua construção não foi como deveria ter sido: *“Mas antes do Teatro Municipal ser criado, ele foi criado na época do Caparroz. Esse Teatro, então, ele ficou lá um elefante branco, um elefantão que foi erguido ali e ficou pela metade (...).Tinha um monte de cimento ali onde agora é o estacionamento (...)depois foi erguido o Teatro, foi inaugurado meio às pressas também porque o Caparroz ia sair, acho que na década de 90 ele ia sair da Prefeitura então ele o inaugurou as pressas. Então, fez uma coisa muito mal feita, não ficou como devia ser o Teatro”.*

Com a demora em conseguir o espaço, os artistas reuniam-se também onde hoje é a extensão da ETEC, no prédio onde era o DOC. Ali, reunia-se a associação dos Artistas Plásticos de Jales: *“Bom, àquela época lá, nós tínhamos vários pintores aqui, nós tínhamos até um associação de pintores. (...) Era Associação dos Artistas Plásticos é a APJ, nós temos até hoje (...) antes da associação ser ali, no Teatro, era lá na Casa de Cultura, antiga onde hoje é o DOC ali, a Casa de Cultura, então, a gente se reunia ali, o pessoal vinha dar curso ali (...) Ali, a gente fazia também as exposições de artes. Dava algumas técnicas de desenho e foram raleando os encontros”.*

Segundo o professor Rui, os frequentadores desses encontros foram diminuindo até que acabaram.

O desenho, no entanto, era usado também como profissão, para os chamados retratistas, que faziam o trabalho de retoque nas fotos velhas, como explica o ex-retratista Eudário Vicente de Moraes: *“Esse trabalho era o seguinte, os vendedor saíam pro sítios, aqui, pegá aquelas fotografia menor. Assim, iam pegá o pedido, vê o que o cliente queria, sabe, alguma mudança de roupa, brinco, cabelo, alguma mudança que é normal, né? E aí a gente mandava ampliá em São Paulo. Depois um colega meu começou a ampliá aqui (...) Eles tiravam uma foto dessa foto, entende? Depois, passava pra um papel especial, e esse papel, depois, era colado numa cartolina, entende? Aí, eu e o Rui fazia o trabalho de retoque. Retoque quer dizer alguma mudança, sabe? Melhorá a aparência da pessoa, deixar mais nova, não pode, assim exagerar, não podia exagerar né. Então, o nosso trabalho era esse. Mudar o cabelo, pintar, o que a pessoa queria: penteá, ou mais comprido, ou mais curto. A gente fazia tudo isso, pôr gravata, entende? Melhora de um modo geral”.*

Eudário conta também que, além de gostar de desenho, era necessário estudar para se aprimorar na profissão: *“eu sempre gostei de desenhar, mas gostar não é tudo né? É preciso aprender, né? Estudei um pouco na Escola de Belas Artes do Instituto Universal, estudei tudo lá em Limeira, mas, por correspondência, sabe, o que me ajudou muito”.*

Com o avanço tecnológico, o trabalho de Eudário acabou extinguindo-se e veio o desafio de ter que mudar de profissão: *aqui tinha um campo muito aberto pra o nosso trabalho (...) e era um movimento muito grande. podia se trabalhar dia e noite, assim sem parar. Depois, entrô essa era de máquina fotográfica. Aí, foi parando, parando, foi muito difícil mudar de profissão, sabe. Trabalhei de serralheiro, saí, trabalhei de pedreiro (...), uma*

mudança meio radical, sabe, (...) eu nunca pensei que aquilo lá ia terminar (Eudário Vicente de Moraes).

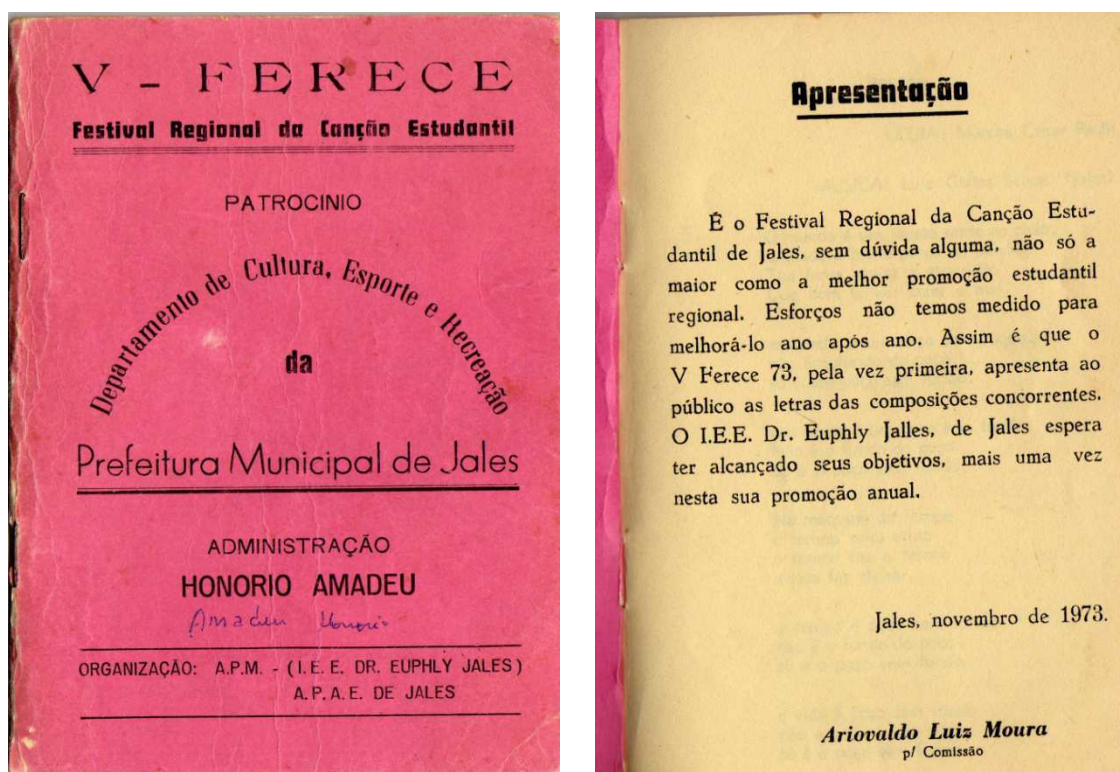
Outra profissão que se fez e ainda se faz presente em Jales é a de escritor. Na fala do escritor jalesense, Romeu Cisterna, percebe-se que, em relação à leitura, Jales tem sido um campo próspero. Quando perguntado sobre o quadro de leitores, em Jales, ele afirma: *“Eu acho que aumentou, eu penso que aumentou porque todos os meus livros são esgotados, não tenho nem pra mim”*. E sobre a aceitação de seus livros, diz: *“Boa, boa, muito boa, meus livros é vendido na região né (...) Então a aceitação é boa (...)”*.

Aconteciam também na cidade os eventos de mostras e festivais de músicas. Um dos primeiros, nesta modalidade, ocorreu na década de 70, final da década de 60, o chamado FERECCE, Festival Regional da Canção Estudantil de Jales. A primeira edição teve como vencedor José Moreira, como noticiado no Jornal de Jales, em 13 de março de 1977, na reportagem de Luiz Carlos Seixas *“(...) e os nossos festivais”*.

“Podem ter certeza, o Festival, este ano, vai acontecer!” Esta frase é de José Moreira, autor do melhor samba-enredo do Carnaval-77. Em 1969 Moreira venceu o I FERECCE com um rancho que tinha esta letra:

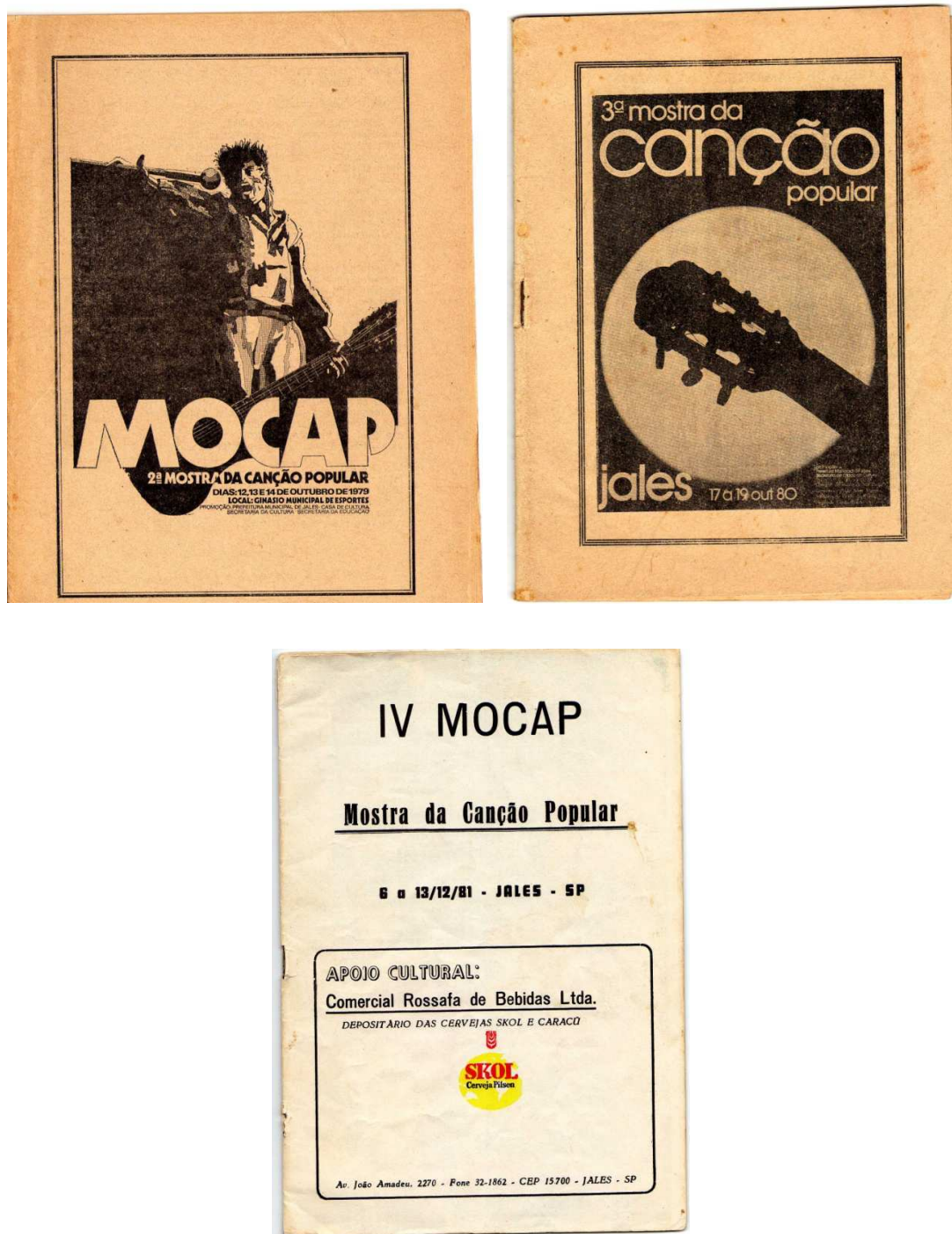
**É hora de cantar / Cala teu
grito de protesto / E canta a
beleza da vida / Nesta manhã
tão florida / Azul e tão cheia
de sol / Há no jardim tantas
flores / Rouxinóis que cantam
e madrigais / Vou ver os namorados
que passam / Trocando mil beijos,
suspiros e ais / É a primavera
que chega / Traçando a mensagem
de um sonho encantado / Esqueça
tristezas e mágoas / E louva a
beleza deste céu, deste mar, deste
sol / Espalhando com seus raios
dourados / Um hino cantando
em sustenidos e bemóis.**

Abaixo, capa e folha do rosto do material produzido para o evento, no ano de 1973.



Outro festival que ganhou grande destaque foi a Mocap (Mostra da Canção Popular), como apresenta Rui Rodrigues: *“Depois, teve um outro festival chamado Mocap, da década de 80, aí já é um festival nacional. Vem gente de todo lado”*.

Abaixo, imagens do material produzido nas três primeiras edições do evento nos anos 79,80 e 81.



O fato de ter sido um festival que alcançou nível nacional, marcou este evento, uma vez que vinham pessoas de todo o país participar, como também diz o professor Belon: “*Os festivais*

da canção de Jales eram canções memoráveis, belíssimas canções, não só da gente de Jales como de gente de fora que vinha apresentar o trabalho aqui”. (BELON). Este festival era realizado no Ginásio de Esporte.

Após este festival, realizou-se o festijovem: *“Depois, teve outro festival, chamou de Festijovem, festival jovem, né, quem que organizava era a cúria Jalesense. Então reunia o pessoal de todas as congregações vizinhas”* (Rui Rodrigues).



O ultimo festival realizado levava o nome de Femafe, Festival de Música Popular Mauro Ferraz, que teve apenas duas versões. O nome era uma homenagem a Mauro Ferraz, que, também, dá nome ao centro Cultural. Mauro Ferraz era autor, diretor e locutor de rádio.



1º Festival de Música Popular "Mauro Ferraz"

Estamos passando por um momento lastimável, em termos musicais. Proliferam, como erva daninha, um universo de composições que não acrescenta nada no campo da arte ou da beleza, e o que é pior, as pessoas, como robôs, estão consumindo com sofreguidão este lixo musical, que vai desde o "sertanejo", passando pelos "pagodinhos" até o "axé music".

Por isso, promover festivais de música popular, embora seja uma prática antiga, ainda é premente, já que abre uma possibilidade de ampliar os horizontes da nossa juventude, criando um lastro artístico e cultural da maior relevância.

O FEMAFE - Festival de Música Popular "Mauro Ferraz" se propõe a ser uma senda nesta escuridão, que não permite a visão nem do corpo, nem da alma.

Música é a essência do belo!

Francisco Valdo de Albuquerque
(pres. da comissão organizadora)

O desabafo de Francisco Valdo Albuquerque no material do evento revela um ponto de vista que é apontado por muitos como o culpado pelo fim desses festivais de música popular, que foi a invasão de outros estilos de música, principalmente a sertaneja. *"Naquela época tinha (festivais), o pessoal ia, porque a música sertaneja naquela época, não tinha música sertaneja, então tinha MPB (...) Aquela época, o cara ouvia no rádio essas músicas, esse pessoal que participava do festival tava ligado nessas músicas, agora, a população, grande parte da população, lotava esses locais, lá em cima no estádio municipal, no ginásio de esporte lá, então a gente fazia as Mocaps lá, então lotava, eles iam mesmo, que não tinha música sertaneja ainda. Agora não, agora, virou febre música sertaneja, então, inclusive a juventude, hoje, não sabe o que que é música, com essa invasão de sertanejo. Agora, o pessoal esqueceu da MPB, né". (Rui Rodrigues).*

Outro fator determinante, apontado para o fim desses festivais, foi: *“falta de incentivos da prefeitura” (Rui Rodrigues)*.

O professor Belon destaca que esses festivais também foram perdendo espaço, porque a “boa música” também perdeu espaço: *Além disso, a construção cultural de base, que falta, por exemplo, as próprias escolas de música, cadê o papel das escolas de música no trabalho com a boa música, os bares de Jales, cadê a boa música dos bares de Jales, praticamente desapareceu, e Jales já teve um época que era interessante, aqui à noite, praticamente desapareceu, praticamente não tem mais [...]*.

É importante destacar que estes festivais davam-se através de inscrição de músicas inéditas, que, na maioria das vezes, eram compostas para o festival. Isto dava oportunidades para os compositores da cidade e também de fora mostrarem seu trabalho. Este espaço foi uma das principais perdas da cultura jalesense, como afirma Francisco Valdo Albuquerque: *Eu acho que Jales teve um momento cultural muito grande. Hoje, eu, francamente, eu vejo é, poucos elementos que estão fazendo a cultura jalesense. Na realidade, estão trazendo coisas de fora e tal. Na realidade é tipo de um papagaio, digamos assim, mas uma cultura jalesense mesmo, com raiz jalesense, hoje, praticamente não existe, isso é muito ruim [...]*.

Neste sentido, o cantor e compositor Edson Antonio da Silva mais conhecido como Bob, faz uma crítica à cultura musical contemporânea. *Descontente com o que a mídia vinha oferecendo desde aquela época, meados do ano de 1990, resolvemos mostrar para a sociedade nossas composições (...)no ano de 1998 gravamos nosso primeiro cd, O carona, feito artesanalmente, mas com o intuito de mostrar nossas composições, (...) e percebi na época a diferença entre razão musical e a emoção (...), pois descobrimos o motivo que,*

principalmente, músicas em televisão, em rádio tocassem massacrantemente, pois eram pagas para serem executadas (...) ainda continua a mesma coisa .

Percebe-se que artista coloca que a questão financeira tem tomado conta da produção cultural. O professor Belon, também entrando nesta questão, discute a questão mostrando que a produção artística perdeu também uma de suas características marcantes dos anos 60, 70 e 80, que é o que ele chama de caráter combativo, que era a luta de oposição ao regime militar.

[...] não se pensava nos anos 70, final dos anos 60, que tava em pleno regime militar, né, em se fazer arte, fosse música, fosse literatura, fosse o que for, que não tivesse um caráter combativo. Atualmente, eu falo com cuidado, porque tem que respeitar o trabalho das pessoas, o caráter é, o caráter combativo foi substituído pelo caráter mercantilista (...) não tem mais cartazes chamando pra uma reunião do diretório estudantil, pra organização de um protesto, de uma manifestação, tem reunião pra festa do chopp, pra festa da cerveja livre, não sei o quê, sempre tem alguém por trás ganhando dinheiro [...]

Esta é uma das questões que melhor retrata a mudança que sofreu o cenário cultural nos últimos anos, perdeu-se a essência da arte, que se tornou uma simples mercadoria. E poucos veem a produção cultural, em qualquer ramo que seja, da forma que coloca o cantor e compositor Moises Paz Landim de Souza, conhecido como Bili, que narra sua forma de ver suas músicas: *“Sou compositor, muita gente pensa que criar uma música, ou seja, uma composição, é que ela já vai sair fazendo sucesso, e eu penso bem diferente disso. Quando estou compondo uma letra, eu sinto a presença divina, o espírito de Deus fluindo através de mim, por isso já acredito que mesmo ela não tocando nas rádios, nas grandes emissoras, televisão, acredito que ela já é um sucesso”*.

Percebe-se que um dos grandes desafios para o cenário cultural é resgatar a essência da arte e estimular nas pessoas, hoje, o gosto pela apreciação do trabalho artístico.

CAPÍTULO 11

GRILAGENS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS COMO DESDOBRAMENTOS DA TRANSFORMAÇÃO DA TERRA DE TRABALHO EM TERRA DE NEGÓCIO EM JALES/SP³⁰

Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Professor do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Pretende-se, neste capítulo, analisar a incorporação de porção da Fazenda São José da Ponte Pensa, por meio de grilagens e de estratégias de comercialização de terras, como objetivo de promover a extração da terra. Para melhor compreensão dessa análise há necessidade de se remeter à bibliografia, especialmente à dissertação e à tese defendidas pelo autor, conforme a bibliografia. Nesses estudos, fez-se a análise inédita dos processos de apropriação capitalista da terra, transformando-a de terra para o trabalho em terra para negócio. A construção da região de Jales se deu a partir do “Grilo Glória e Furquim” e seus desdobramentos. Portanto, no presente trabalho, há necessidade de se compreender o processo histórico que contribuiu para a construção do espaço regional, principalmente nas fundações de cidades e a comercialização de terras quando a frente pioneira se instalou nas glebas da Fazenda Ponte Pensa.

Foi constatado nos trabalhos anteriores que o engenheiro Euphly Jalles³¹ mediu a gleba número 1 da Ponte Pensa, de 22.500 alqueires, porção que resultou

³⁰ Este texto foi produzido a partir de dois trabalhos anteriores: NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002 e NARDOQUE, Sedeval. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP*. 1v. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE/UNESP. Rio Claro, 2007.

da primeira divisão, grilada por Mario Furquim. Jalles, no dia 30 de julho do ano de 1927, foi nomeado perito agrimensor na cidade de São José do Rio Preto, sede da comarca que englobava todo o extremo Noroeste paulista, no processo divisório da gleba de terras em litígio na Fazenda Ponte Pensa, situada no Município de Tanabi, onde figurava como exequente João de Castro e como executado Pedro Antonio de Faria e outros³².

A nomeação de Euphly como perito agrimensor resultou de ação demarcatória em decorrência das vendas em duplicidade efetuadas por Mario Furquim a vários compradores e com limites imprecisos. Mario Furquim transmitiu ao Major José Otaviano de Paula 800 alqueires e a Fuzinaro Bertazzi 560 alqueires na cabeceira do Córrego dos Coqueiros. Também, mais 600 alqueires ao Major José Otaviano de Paula e ao Coronel Olintho Olindo de Oliveira 500 alqueires, na cabeceira do Ribeirão Coqueiros. Furquim vendeu a Olintho mais 1.500 alqueires entre o Ribeirão Coqueiros e o Marimbondo. Outra transcrição demonstra que Olintho Olindo de Oliveira fez doação a seus filhos e genros de suas áreas, tocando 500 alqueires a José Otaviano de Paula, entre os Ribeirões Coqueiros, Marimbondo e Dourados e na cabeceira dos Coqueiros. Pode-se perceber pelas transcrições que a cabeceira do córrego dos Coqueiros precisaria de andares para comportar tais fazendas. Houve outra transmissão, agora de José Otaviano de Paula a Otávio Evangelista de Paula, de área de 2.500 alqueires, dos quais foram depurados somente 1.900 alqueires pela demarcatória, sendo válida esta última área na cabeceira dos Coqueiros. Otávio Evangelista de Paula transmitiu a José Musegante 700 alqueires da área anteriormente adquirida na cabeceira dos Coqueiros. Estes

³¹ Euphly Jalles é natural da cidade de Frutal, formado pela Escola Politécnica em Engenharia. Sem posses, foi funcionário do Departamento Viário e de Obras Públicas da Prefeitura de São José do Rio Preto. Recém-formado, embrenhou-se na Fazenda Ponte Pensa a fim de promover a demarcação de uma das glebas, resultante da fragmentação territorial e vendas efetuadas pela firma Glória&Furquim. Euphly, portanto, trabalhou como agrimensor na Ponte Pensa.

³² Embargos de Terceiros em Execução. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, Estado de São Paulo. Folha 208 do primeiro volume. Nesta folha consta certidão emitida pelo Cartório de 2º Ofício da Comarca de Monte Aprazível, onde aparece a nomeação de Euphly Jalles como perito agrimensor.

transmitiram, pela Comarca de Monte Aprazível, na década de 1920, 1.900 alqueires a Alcides do Amaral Mendonça³³. Na figura 4, está o mapa com as confrontações das glebas e suas sobreposições.

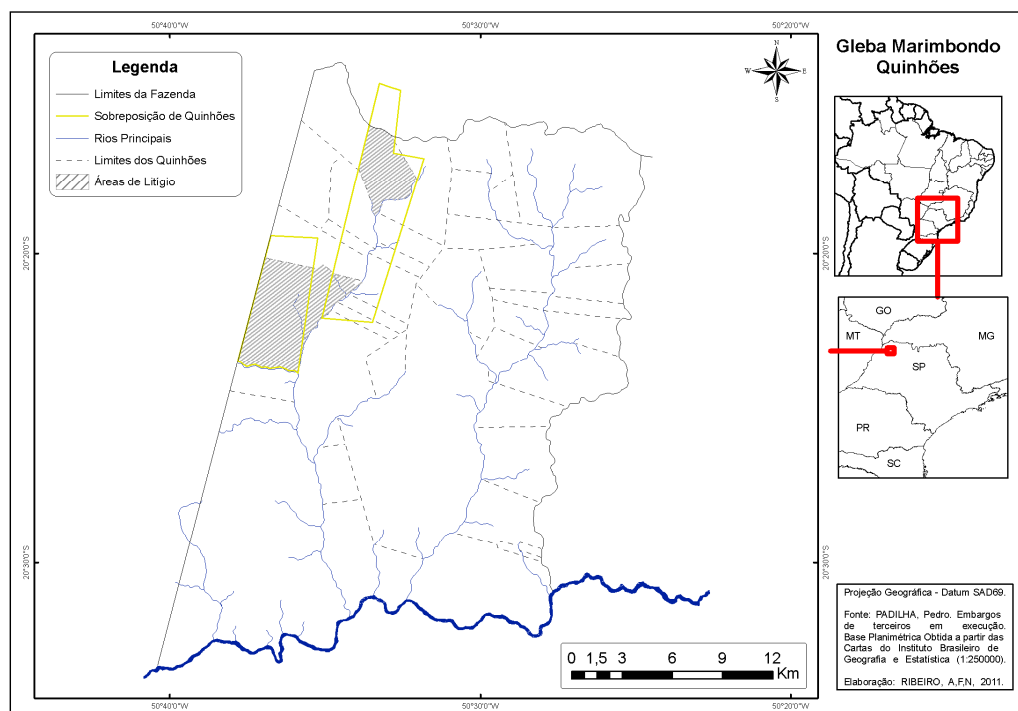


Figura 1 – Gleba Marimbondo: quinhões.

Fonte: Nardoque (2002)

³³ Contestação de Lair Seixas, advogado de Euphly Jalles, na Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folhas 40-42, datada de 16 de maio de 1964.

Pelos fatos descritos e pelo mapa não se sabia ao certo onde ficavam, nos quinhões das subdivisões da Gleba do Marimbondo, as terras dos proprietários, outorgantes e outorgados pelas escrituras de transmissão de titularidade de domínios.

No dia 15 de janeiro de 1931, Euphly Jalles entrou, pela Comarca de Monte Aprazível, com Ação Executiva de Cobrança de Honorários devidos pelos proprietários de fazendas oriundos da medição da Gleba Marimbondo, não pagos pelo fato de seus proprietários, ligados à economia cafeeira, terem sofrido o impacto da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Os honorários do agrimensor passaram, então, a ter o preço superior ao da terra medida, constituída de vegetação nativa em sua maior parte, distante dos centros urbanos e servida por vias de comunicação precárias, como a Estrada Boiadeira que ligava São José do Rio Preto ao Rio Paraná, no Porto Tabuado.

Por essa ação, ficou estabelecido que os devedores deveriam pagar as importâncias devidas e as custas feitas, sob pena de não sendo efetuado o pagamento nem nomeados bens, ou não sendo aceita a nomeação, procederia à penhora de quantos bens bastassem para garantir as dívidas e as custas.

Resultante dessa ação, tramitou pela Comarca de Monte Aprazível a penhora de 1.900 alqueires, subdivididos em duas áreas, sendo uma de 896 alqueires nas cabeceiras do Córrego Manoel Baiano, e outra, de 1.004 alqueires, junto ao Córrego dos Coqueiros, nos quinhões 41a e 41b, na Gleba Marimbondo, de Alcides do Amaral Mendonça, para pagamento dos honorários e custas, sem que este oferecesse embargos, de início. Feita a penhora, o bem foi a leilão por três vezes, sem aparecer alguém que efetuasse lance. Na terceira praça, ocorrida no dia 2 de junho de 1934, o juiz determinou que se apregoassem os bens constantes de edital de bens penhorados a Alcides do Amaral Mendonça. Depois de apregoados,

constou que não compareceu licitante algum à praça. Feitos os procedimentos legais, o Juiz determinou o franco leilão, para ser arrematado por quem maior lance oferecesse, desprezando a avaliação. Foi por esse meio que Euphly Jalles ofereceu o lance de rs.20:000\$000 (vinte contos de réis) para receber seu crédito, que era maior.

Contudo, a carta de arrematação não foi expedida após o franco leilão, o que daria plenos direitos dominiais e possessórios a Euphly, pelo fato de haver pendências judiciais. Aconteceu que, no mesmo ano de 1934, Francisco Barqueiro e Irmão e outros entraram com apelação junto à Corte de Apelação do Estado de São Paulo para receberem seus créditos junto a Alcides do Amaral Mendonça e, conseqüentemente, anular o leilão das terras arrematadas por Euphly Jalles. Esse Tribunal não reconheceu a apelação interposta pelos apelantes, justificando que perderam o prazo, pois foram citados do leilão e não impuseram embargos em tempo hábil.

Também Alcides do Amaral Mendonça entrou com o pedido de sobrestamento do feito, ou seja, pedindo mais tempo até que seu débito junto ao agrimensor fosse apreciado pela Câmara do Reajustamento³⁴, em 4 de junho de 1934. O pedido de Mendonça foi negado pelo juiz da Comarca de Monte Aprazível. Não se contentando com o feito, o fazendeiro entrou com recurso no Tribunal de Justiça de São Paulo, que também negou a apelação e determinou a expedição da carta de arrematação. Contudo, o exeqüente não cuidou, como lhe cumpria, de juntar aos autos a certidão do acórdão porque Alcides do Amaral Mendonça recorreu ao Supremo Tribunal Federal, para fazer com que Euphly Jalles recebesse seus créditos em títulos emitidos pelo Governo Federal, que comprou estoques de sacas de café. Nos anos 1950, Alcides do Amaral Mendonça reverteu o processo e

³⁴ O Governo de Getúlio Vargas criou a Câmara de Reajustamento Econômico para reajustar dívidas e minorar a situação aflitiva em que se encontravam muitos fazendeiros, especialmente com dívidas, mas, também, para que banqueiros não se tornassem fazendeiros do dia para a noite.

conseguiu ganho de causa para reaver as terras dos quinhões 41a e 41b. Essa questão judicial teve repercussão social, envolvendo centenas de famílias de pequenos proprietários que sofreram ações de despejos interpostas por Alcides do Amaral Mendonça e compraram lotes rurais de Euphly Jalles.

No ano de 1932, houve penhora de bens de Sebastião Diogo de Farias e outros para se cumprir determinação da Justiça, na Comarca de Monte Aprazível, para pagamento de honorários de agrimensor e custas processuais – um trato de terras de 250 alqueires localizado nas cabeceiras do Ribeirão dos Coqueiros³⁵. No mesmo ano, houve a penhora de bens, quinhão 11, com 550,9 alqueires, dos sucessores de Sebastião Diogo de Faria e outros. No dia 17 de março de 1936, na Comarca de Monte Aprazível, os bens foram a leilão em terceira praça com o lance maior do credor exeqüente Euphly Jalles.

Em outra ação jurídica, para efetivar domínio, Euphly arrolou testemunhas nos autos da Ação de Força Nova Espoliativa contra Aristides Castilho Cunha e outros, dizendo ter posse anterior aos requeridos de terras situadas no quinhão 15 da Gleba Marimbondo. Como testemunha, serviu João Rodrigues de Lima, conhecido por João Borges, residente em Tanabi, que afirmou perante o Juiz que conhecia a Fazenda Ponte Pensa desde 1916, pois seu pai foi proprietário de mais de 800 alqueires nessa localidade, na parte que abrange as águas do Ribeirão Marimbondo e dos Coqueiros e Pimenta, sendo a propriedade do pai vendida por volta de 1918. Sabia, também, que a antiga propriedade do pai fora retalhada em processo divisório; que nas proximidades da propriedade de seu pai sempre teve posse o Coronel Ignácio Máximo Diniz Junqueira, também conhecido como Coronel Ignacinho, ficando com o quinhão de número 15 da Gleba Marimbondo, com área de 1.400 alqueires, sempre mantendo posse sobre a fazenda junto com seus

³⁵ Auto de penhora efetuada por José Gomes de Oliveira, oficial de justiça da Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo. Embargos de Terceiros, folha 212, v.1.

agregados que, de sua morte, veio a pertencer a seus sucessores, dos quais Euphly Jalles a adquiriu³⁶. Essa ação foi constituída em decorrência da ocupação, feita de maneira forçosa, realizada por Aristides Castilho da Cunha, juntamente com alguns homens, das terras de posse de Euphly.

Fica evidente, nesse depoimento, a artimanha de Euphly para demonstrar posse anterior à de Aristides Castilho Cunha e outros. O depoimento foi realizado no dia 28 de julho de 1941, e a aquisição das terras por Jalles - que estavam em litígio entre os herdeiros³⁷ de Coronel Ignácio e Aristides -, realizou-se no dia 16 de julho de 1941, o mais rápido possível. Foram adquiridos 1.444 alqueires de terras no quinhão 15, colocado às margens do Ribeirão Marimbondo e limitando ao Norte com os divisores de água da vertente do Rio Grande e com a Fazenda Santa Rita. Convém destacar que Euphly já detinha posse sobre o imóvel anteriormente à data da transmissão da escritura, pelo simples fato de datar de 15 de abril de 1941 a fundação da então Vila Jalles. O traslado em escritura só veio efetivar o domínio sobre sua posse.

Esse quinhão de número 15 fica nas cabeceiras do Ribeirão Marimbondo, onde hoje se encontra a cidade de Jales. Nele, está localizado o divisor de águas entre as bacias dos rios Grande e São José dos Dourados, também limites das glebas resultantes da primeira divisão da Fazenda Ponte Pensa e também da Fazenda Araras (oriundas do Barão de Serra Negra), além das fazendas Santa Rita e Ranchão (Aristides Castilho Cunha e outros). Nesse divisor, havia sobreposição de documentos, principalmente aqueles remanescentes de João Odorico da Cunha Glória e de Mário Furquim, além das terras pertencentes a Paulo Guilherme Ferraz, anteriormente pertencentes ao Barão de Serra Negra. No ano de 2007 apareceu

³⁶ Embargos de Terceiros em Execução, folhas 223-224.

³⁷ A viúva Ana Anália Ávila Junqueira, Ivan de Ávila Junqueira e Ivo de Ávila Junqueira, residentes em Barretos, na rua 32, nº 980. Embargos de Terceiros em Execução, folha 222.

outro título de terras, sobreposto ao quinhão 15, em nome de Manoel de Oliveira Verdi, justamente onde Jales foi fundada.

De todas as ações acima descritas, fica a pergunta: por que Euphly não juntou à ação de execução contra Alcides do Amaral Mendonça os autos que lhe asseguravam a arrematação dos 1.900 alqueires no Córrego dos Coqueiros? Fica evidente, pelas ações seguintes, que Jalles tratou de, por outros títulos, se garantir quanto ao domínio sobre as glebas arrematadas, das quais constavam outras aquisições efetuadas no decorrer dos anos 1940.

Ainda, no Cartório de Registro de Imóveis de Tanabi, houve outra transferência de imóvel no dia 16 de novembro de 1942, com área de 4.762 alqueires de terras, figurando como vendedora Presciliana Gomes Glória, viúva, e, como comprador, Euphly Jalles. O imóvel encontrava-se na Ponte Pensa entre os córregos Lagoa, Cedro, Mico e do Glória, Dobrada, todos na vertente voltada para o Rio Grande. Presciliana Gomes Glória era viúva de João Odorico da Cunha Glória e, portanto, vendeu títulos que foram usados para cobrir terras griladas na vertente para o Rio Grande, pertencentes a Paulo Guilherme Ferraz.

No 5º Tabelionato de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, foi realizada outra negociata de Euphly com outros possíveis possuidores de títulos na Ponte Pensa no dia 22 de setembro de 1943. Por esse cartório, foi feita a lavratura de escritura de transferência de imóvel de 1.500 alqueires, figurando como outorgantes vendedores Alfredo Leal Júnior, residente na cidade de São Paulo, Paulo Zagottis, residente em Itapetininga, Jarbas Seabra Leal, residente em Porto Feliz e Manoel Oliveira Mendes, residente em Botucatu, havidos por herança de Alfredo Vieira Leal e, como outorgado comprador, Euphly Jalles. O imóvel situava-se, segundo a descrição, entre o Ribeirão Ponte Pensa e o Córrego Sucuri. Consta, ainda, que o comprador poderia manter posse exclusiva sobre o imóvel, como vinha

procedendo há muitos anos, de forma mansa e pacífica. Novamente, localizações incertas e títulos sobre terras que já haviam sido vendidas a outras pessoas, mas sobre as quais Euphly mantinha posse³⁸.

No Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto, Terceiro Tabelionato, houve a transferência de dois imóveis no dia 10 de dezembro de 1946, sendo um de 400 alqueires e outro de 366 alqueires de terras localizados na Ponte Pensa. O vendedor foi Floriano Peixoto Abs, e o promitente comprador Euphly Jalles³⁹. Novamente, percebe-se compra de títulos, pois a localização refere-se à Fazenda Ponte Pensa e não dava a exatidão dos limites dos lotes.

Dentre outras aquisições feitas por Euphly Jalles, constava nos remanescentes de terras a área de 11.500 alqueires, adquirida, inicialmente, do proprietário anterior João Odorico da Cunha Glória, Arthur Glória Filho, em 18 de janeiro de 1943. Nessa transferência de escritura de imóvel, constou a negociata envolvendo somente documentos, sem necessariamente a existência das terras. Na escritura constava a venda de remanescente das terras que o transmitente (João Odorico da Cunha Glória) possuía no imóvel Ponte Pensa ou Palmital para Arthur da Cunha Filho, resultante da diferença de área entre as transmissões abertas em favor do agora vendedor e das transcrições feitas em virtude de outras vendas efetuadas. Esse remanescente deveria ser apurado pelo adquirente em ações divisórias, demarcatórias ou quaisquer outras que fossem cabíveis, não se responsabilizando, o transmitente, pela quantidade de terras que se viesse a apurar, não garantindo se a área era inferior ou superior à diferença entre as aquisições feitas e transmissões efetuadas⁴⁰. É evidente que se preparava a fraude, com base em vendas de terras

³⁸ Embargos de Terceiros em Execução, folhas 118 a 120, v. 1.

³⁹ Op. cit., folhas 114 a 117, v.1.

⁴⁰ Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Tanabi, Estado de São Paulo. Essa certidão se encontra na Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folhas 96-97.

efetuadas por João Odorico da Cunha Glória, sem limites e confrontações corretos e além da quantidade de terras que lhe coube na primeira divisão da Ponte Pensa.

Euphly Jalles já detinha posse de fato sobre as terras na Gleba Marimbondo, mas não de direito em muitas delas. Por isso, procurou adquirir os títulos desse remanescente descrito anteriormente. Data de 20 de abril de 1948 a transferência efetuada, por lavratura de escritura por Arthur Glória Filho a Euphly Jalles, de três áreas de terras na Fazenda Ponte Pensa, perfazendo o total de 11.500 alqueires. A primeira área, denominada quinhão 1, estava localizada no ribeirão Marimbondo, junto à barra do Córrego das Perobas, divisando com a Fazenda Ranchão; pelo espigão divisor do Ribeirão Lagoa seguia até nas cabeceiras do Ribeirão Ponte Pensa e daí até a barra do Córrego Manoel Baiano. A segunda área, denominada de quinhão 2, situava-se junto do Rio São José dos Dourados e deste seguia divisando com a Fazenda Ranchão; seguia pela divisa até o Ribeirão Marimbondo e daí até o Córrego da Mangaba; seguia rumo Norte até o Córrego do Buriti, daí até o Córrego do Mel Bravo e deste ao Córrego Itapirema, e do Córrego dos Coqueiros até o Rio São José dos Dourados. Por último, o quinhão 3 encravado nas seguintes confrontações e limites: começava na margem esquerda do Córrego dos Coqueiros e deste até a Estrada Boiadeira, seguia por esta até o Ribeirão Ponte Pensa e deste até o Córrego Sucuri⁴¹. Pelas descrições dos roteiros, os quinhões 1, 2 e 3 não eram originalmente filiados a João Odorico da Cunha Glória (títulos adquiridos por Arthur Glória Filho), mas, sim, originalmente pertencentes a Mário Furquim. Portanto, fica evidente que Euphly Jalles estabelecia posse e, posteriormente, comprava títulos para revender as terras.

Nessas terras, segundo a transcrição da escritura, Euphly Jalles mantinha posse mansa e pacífica, onde possuía benfeitorias, como casas, invernadas,

⁴¹ Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folhas 98 a 100.

canaviais, engenho, moinho, monjolo, currais, cercas e vilas. Consta, ainda, desta lavratura, que o comprador teria prioridade em qualquer outra venda efetuada pelo vendedor – Arthur Glória Filho.

Outra lavratura de escritura de transferência de imóveis ocorreu no dia 20 de abril de 1948: a gleba de 450 alqueires, adquirida por Jalles junto a Arthur Glória Filho, denominada quinhão 4, nas proximidades dos córregos dos Coqueiros e da Itapirema. Há afirmações de que o comprador já teria posse nessas terras desde muito tempo, incluindo benfeitorias, constantes na compra anterior. O quinhão 4 também, originalmente, pertencera a Mário Furquim e não aos Glória.

No Cartório de Registro de Imóveis de Votuporanga, foi registrada, no dia 3 de julho de 1948, a transferência de títulos referentes ao imóvel de 450 alqueires de terras correspondentes à remanescente que o vendedor Arthur Glória Filho possuía na Ponte Pensa, para o comprador Euphly Jalles. No dia 24 de agosto de 1949, no mesmo cartório, constou que Euphly adquiriu títulos de imóvel de 385 alqueires nas cabeceiras do Ribeirão dos Coqueiros, do vendedor Arthur da Glória Filho. Também vale ressaltar que, na cabeceira dos Coqueiros, se encontravam as terras do quinhão 41a, pertencente, anteriormente, a Alcides do Amaral Mendonça. Portanto, Euphly Jalles tentava garantir por outros títulos o domínio dessas terras. No mesmo Cartório, no dia 11 de outubro de 1949, constou outra transcrição feita em nome do comprador Euphly Jalles da área de 1.276 alqueires, sendo 425,33 alqueires de cada um dos transmitentes (Olívio Uzeda e esposa, Lacínio Ferreira de Carvalho e esposa, Herculano Eurico de Ávila e sua esposa), localizados entre os córregos Lagoa, Cedro, Cascavel e Dobrada, cuja posse foi entregue ao adquirente para que, como preposto, a mantivesse e a guardasse, desde 1927, e que se achava compreendida dentro de área maior pertencente e ocupada por Euphly Jalles. Novamente foram adquiridos títulos para serem encaixados nas terras tomadas de Paulo Guilherme Ferraz. Pela mesma escritura, foram transferidos ao comprador

361 alqueires de terras do vendedor Herculano Eurico de Ávila, correspondentes ao quinhão 17, da primeira divisão da Gleba Marimbondo, confrontando com os sucessores do Coronel Ignácio Maximo Diniz Junqueira (o sucessor era o próprio Euphly), situado no Córrego Quebra Cabaças⁴².

No dia 30 de outubro de 1951, Arthur da Glória Filho vendeu mais títulos do remanescente de terras a Euphly Jalles. Dessa vez, a área de 2.500 alqueires entre os córregos Sucuri, Cervo, Jaguari, Ponte Pensa e Estrada Boiadeira. Na escritura, constou que o comprador já mantinha posse da área desde o ano de 1927. Pela descrição do imóvel, estava encravado na vertente do Rio São José dos Dourados, portanto, não caberiam os títulos dos Glória.

No quadro 2, em ordem cronológica, estão as aquisições de terras e títulos efetuadas por Euphly Jalles entre os anos 1934 e 1951.

⁴² Embargos de Terceiros em Execução, folhas 109 a 111, v.1.

Data de aquisição	Vendedor (es)	Localização	Forma de aquisição	Área
2 de junho de 1934	Alcides do Amaral Mendonça	41a e 41b	penhora	1.900 alqueires
17 de março de 1936	Sebastião Diogo de Faria e outros	quinhão 11	penhora	800,9 alqueires
16 de julho de 1941	Herdeiros de Coronel Ignácio Máximo Diniz	quinhão 15	compra de títulos	1.400 alqueires
16 de novembro de 1942	Presciliana Gomes Glória (viúva de João da Cunha Glória)	incerta	compra de títulos	4.762 alqueires
22 de setembro de 1943	Alfredo Leal Júnior, Paulo Zagottis, Jarbas Seabra Leal, Manoel Oliveira Mendes	entre o Ribeirão Ponte Pensa e o Córrego Sucuri	compra de títulos	1.500 alqueires
10 de dezembro de 1946	Florian Peixoto Abs	incerta	compra de títulos	766 alqueires
20 de abril de 1948	Arthur Glória Filho	quinhões 1, 2 e 3	compra de títulos	11.500 alqueires
20 de abril de 1948	Arthur Glória Filho	quinhão 4	compra de títulos	450 alqueires
3 de julho de 1948	Arthur Glória Filho	incerta	compra de títulos	450 alqueires
24 de agosto de 1949	Arthur da Glória Filho	incerta	compra de títulos	385 alqueires
11 de outubro de 1949	Olívio Uzeda e esposa, Licínio Ferreira de Carvalho e esposa, Herculano	cabeceiras do Córrego dos Coqueiros	compra de títulos	1.276 alqueires

	Eurico de Ávila e sua esposa			
11 de outubro de 1949	Herculano Eurico de Ávila	quinhão 17	compra de títulos	361 alqueires
30 de outubro de 1951	Arthur da Glória Filho	incerta	compra de títulos	2.500 alqueires

Quadro 1 – Aquisições de títulos e de terras realizadas por Euphly Jalles entre 1934 e 1951 na Fazenda Ponte Pensa.

Fonte: Embargos de Terceiros em Execução. Organizado pelo autor.

Por todas essas aquisições, Euphly Jalles concentrou, em títulos, 28.050,9 alqueires, com a intenção de promover a legalização de suas posses por meio de títulos dominiais, vinculados aos primeiros grileiros da Ponte Pensa, João Odorico da Cunha Glória e Mário Furquim.

Todas essas transferências se procederam pelos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Tanabi, Votuporanga, São José do Rio Preto e por um Cartório de Notas da cidade de São Paulo. Pode-se verificar, nitidamente, que os muitos títulos transferidos a Euphly Jalles eram de terras localizadas naquelas que couberam, por direito, a Mário Furquim ou a Paulo Guilherme Ferraz, mas filiadas a títulos de João Odorico da Cunha Glória, resultantes da primeira divisão da Ponte Pensa, no ano de 1914. Posteriormente, as terras filiadas a Furquim e a Ferraz foram vendidas a outros adquirentes, incluindo as pertencentes a Alcides do Amaral Mendonça. Comprova-se, por essas negociatas de Jalles, que houve, de fato, compra de títulos de outros lugares para regularizar suas posses em terras, de direito, pertencentes a outros proprietários, que responderam à Ação Executiva para cobrança de honorários de agrimensor. Como medidor da Gleba Marimbondo, Euphly conhecia essas terras, efetuando, assim, posses pelos vários quinhões durante as décadas de 1930 e 1940 e, posteriormente, comprando títulos para

assegurar, juridicamente, essas possessões, o que era interessante, pois muitos titulares de domínio não efetivaram suas posses. Euphly passou a loteá-las em pequenas glebas de cinco, de dez, de quinze, de vinte ou mais alqueires, vendeu-as a ex-colonos de regiões de ocupação mais antigas do Estado de São Paulo e de outros estados, incluindo imigrantes que conseguiram formar pequeno pecúlio trabalhando nas fazendas de café, oferecido como entrada no pagamento parcelado combinado com o especulador. Naquele momento, deu-se início à extração da renda capitalista da terra, por meio da venda das glebas maiores subdivididas em pequenos lotes a migrantes, que passaram a conhecer a concretização do sonho de terem sua terra para o trabalho e, assim, tornarem-se proprietários. Sonho, por muito tempo acalentado do outro lado do Atlântico, quando as primeiras levas de imigrantes se deslocaram para o Brasil e alimentado pelos filhos desses, que seguiram em direção ao Oeste, conduzidos pelos interesses capitalistas.

A “limpeza” da terra: a expulsão e/ou transformação do posseiro em agregado

A Ponte Pensa já possuía ocupantes, antes mesmo da chegada dos grileiros. Havia ocupação dispersa ao longo da Estrada Boiadeira⁴³, que servia como via de ligação das áreas de criação de gado a São José do Rio Preto e daí até Barretos, local de engorda e abate de bovinos. Muitos mantinham posses e baseavam sua produção na economia de excedentes, não possuindo vínculo direto com o mercado. De qualquer forma, outros sobreviviam em localidades à beira da estrada, oferecendo serviços aos boiadeiros e a outros viajantes que se serviam dessa via. Um desses serviços era dar pouso às boiadas e aos boiadeiros, oferecendo refeições, pernoites e vigia dos bovinos, enquanto os peões descansavam.

⁴³ Sobre esta estrada ver Monbeig (1984, p. 113).

Com a chegada dos grileiros, dos fazendeiros e dos especuladores imobiliários, essa população dispersa foi considerada como “intrusa”. Certamente, muitos desses moradores foram expulsos e outros incorporados dentro da lógica de apropriação capitalista da terra, efetuada por aqueles provenientes das regiões mais antigas de ocupação, que possuíam a noção jurídica da propriedade da terra e a viam como terra de negócio, diferentemente daqueles primeiros que tinham a noção da terra para o trabalho⁴⁴.

A incorporação dos moradores da Ponte Pensa à lógica do mercado se deu pela transformação na forma da relação com a terra, com a produção e das relações sociais. Foram, na verdade, transformados de posseiros em agregados, ou seja, de trabalhadores, que tinham a posse sobre a terra, em moradores de favor nas terras de outro. Passaram a fazer plantações e servir como vigias para assegurar a posse e domínio, então, do “legítimo” proprietário. Entre os posseiros transformados em agregados e os então proprietários das terras eram assinados contratos denominados de cartas de agregação. Por esses contratos, os trabalhadores tornavam-se subordinados às vontades e às determinações dos proprietários.

Euphly Jalles foi mais um que usou desse artifício para “limpar” e, ao mesmo tempo, proteger as terras nas quais fez possessões a partir do final dos anos 1920 e durante os anos da década de 1930⁴⁵. As ocupações feitas pelos agregados eram estratégicas para o fazendeiro, pois estes ficavam em pontos limítrofes de suas possessões com outras de domínio de outros proprietários, garantindo, assim, a posse do imóvel.

⁴⁴ Os conceitos terra para negócio e terra para o trabalho foram formulados por Martins (1975). Monbeig (1984, p. 220), escreveu que “pouca gente vivia nesses domínios: só algumas famílias de caboclos que eram tolerados ou instalados propositalmente, porque serviam como vigilantes. Um exemplo é a grande fazenda Pajé (pertencente a John Bing Paget, gleba da Ponte Pensa), onde uma quarentena de famílias forma um povoamento de sentinelas, junto aos limites”.

⁴⁵ Para ver mais sobre o assunto, consultar Nardoque (2002). Neste trabalho, constam cópias de cartas de agregação firmadas entre Euphly Jalles e antigos posseiros da Ponte Pensa, em especial da Gleba Marimbondo.

Houve a transformação nas formas de relação de produção e com a terra e a subordinação desses trabalhadores diante daquele que tinha interesse puramente mercantil com a propriedade rural.

Garantido o domínio, por títulos de propriedade, e a posse, pelas cartas de agregação, o passo seguinte foi montar estratégia de comercialização de terras. Durante a década de 1930, os negócios de terra não estiveram em alta pela dificuldade por que passava a economia, resultante da crise de 1929 e seus desdobramentos posteriores. Entretanto, vender grandes lotes de terras não foi o negócio recomendado em decorrência da diversificação de negócios desenvolvidos pelos grandes plantadores de café. De início, para Euphly Jalles, com terras na fronteira, vendê-las em lotes menores, na década de 1930, não surtiu efeito pelo fato de estar havendo desmembramentos de fazendas cafeeiras das regiões velhas em pequenas propriedades, o que de fato imprimia forte concorrência entre os vendedores de terras. Outro fator que dificultava as vendas das glebas maiores em propriedades menores era a precariedade na infra-estrutura das zonas pioneiras, justamente no que concernia às vias de comunicação e às próprias cidades distantes umas das outras, ou mesmo a ausência delas, para que pudessem formar o mercado local.

Somente a partir da década de 1940 foi que, de fato, as terras de Euphly passaram a ser subdivididas em pequenas propriedades para atender aos anseios daqueles que seguiam a marcha rumo ao Oeste e aos interesses imobiliários dos especuladores no Noroeste de São Paulo. Não foi somente Euphly que retalhou suas glebas. Também companhias imobiliárias se instalaram na região para subdividir a propriedade da terra, como estratégia da burguesia para auferir renda sem, necessariamente, fazer a terra produzir, diversificando seus negócios por meio de investimentos em outros setores: imobiliário, transportes, comércio, indústria e outros.

Com atuações na antiga Ponte Pensa, diversas empresas imobiliárias, como a CAIC (Companhia Agrícola, de Imigração e Colonização) e a Companhia Schmitd, SOCIMBRA, retalharam glebas maiores. Além dessas, outros empreendimentos individuais foram realizados por Paulo Guilherme Ferraz, Francisco Militão e o próprio Euphly Jalles. De toda forma, Jalles foi o primeiro, pois promoveu ocupações durante a década de 1930, transformou posseiros em agregados, comprou títulos e fundou a cidade em 1941, no extremo Noroeste paulista.

Uma das estratégias dos mercadores de terras era promover a fundação de cidades, de patrimônios ou vilas. O objetivo era de estabelecer o referencial para a localidade que se tornava ponto de estabelecimentos de relações comerciais e sociais. Nas terras da CAIC foram fundadas várias cidades: Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste e Santa Clara d'Oeste. Na área de atuação da Companhia Schmitd, fundou-se a cidade de Santa Albertina. Paulo Guilherme Ferraz fundou a cidade de Paranapuã para promover a venda de suas terras. Euphly Jalles fundou a cidade de Jales e a de São Francisco. Todas ocupavam, mais ou menos, o centro da gleba a ser comercializada, polarizando-a.

Muitas cidades foram construídas ao longo da picada feita para demarcar o traçado da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), que se estendeu pela região. Assim aconteceu com Jales, Urânia e Santa Fé do Sul. Esta última foi fundada pela CAIC, empresa subsidiária da EFA, que atuava simultaneamente na fundação de cidades, na construção da ferrovia e nos negócios imobiliários. O traçado urbano era reproduzido de cidade para cidade, com características muito comuns, como duas avenidas largas, quarteirões com planos ortogonais e ruas traçadas de forma paralela às avenidas. Implantou-se, dessa forma, “fábrica de cidades” no extremo Noroeste paulista, a partir da década de 1940, com o objetivo de promover a venda das terras.

De toda forma, tal estratégia contribuiu para a constituição da rede urbana formada por 23 municípios que integram a Microrregião Geográfica de Jales. Além do mais, resultou na constituição de estrutura fundiária desconcentrada e de predominância do trabalho familiar na maioria dos municípios. Isso tudo contribui para a manutenção de Jales como o centro regional, com capacidade de polarização no setor de comércio e de prestação de serviços, no aumento da população e na expansão do espaço urbano.

Grilagens, fundação de Jales e especulação imobiliária

Jales foi fundada no dia 15 de abril de 1941 pelo engenheiro Euphly Jalles e elevada à categoria de município no dia 24 de dezembro de 1948, englobando vasta área que se estendia dos limites do atual município até as barrancas dos rios Grande e Paraná. A fundação da cidade esteve ligada à estratégia comum em todo o Oeste do Estado de São Paulo: a comercialização de terras no campo e na cidade por meio de projetos imobiliários.

No caso de Jales, em um primeiro instante, o loteador estabeleceu posses sobre terras de forma obscura, caracterizando-se, pelos documentos analisados, efetivamente em processo de grilagem da terra. Concomitante à grilagem, realizou-se a “limpeza” da terra pela transformação do posseiro em agregado.

O passo seguinte foi montar o esquema de vendas dessas terras a ex-colonos provenientes de regiões mais antigas de ocupação. No esquema montado, fundou-se a vila, construíram-se estradas e usou-se a propaganda para atrair interessados em adquirir terras com pagamentos “facilitados” de até três anos⁴⁶.

⁴⁶ Sobre a propaganda feita pelas companhias imobiliárias, ver Bísaro Neto (1993). Neste trabalho, o autor afirma que, na colonização efetuada pela CAIC no entorno de Santa Fé do Sul, muitos atrativos eram oferecidos. Dentre eles o transporte de ônibus efetuado pela companhia da estação ferroviária de Votuporanga até o local de comercialização. Durante a viagem, o interessado na compra de lotes era “bombardeado” com a propaganda durante todo o percurso, ou seja, na frente do assento onde ele estava, constavam dizeres referentes às terras como sendo de ótima fertilidade, das facilidades no pagamento e da oportunidade em se tornar proprietário. Quando os possíveis compradores chegavam a Santa Fé do Sul, eram recebidos com festa regada a cerveja gelada. O gelo era buscado pelos empreendedores na cidade de Fernandópolis, distante cerca de 70Km.

O loteador de Jales, um cidadão, como afirma Monbeig (1984), esperou o momento oportuno para extrair a renda da terra, representada pela venda da terra florestada, que aumentava sem lhe custar nada e lhe deu chance para promissora especulação. O momento oportuno ocorreu quando do anúncio da retomada das obras da ferrovia (Estrada de Ferro Araraquarense), paralisada em Mirassol desde 1920, e da mudança do seu trajeto, antes anunciada no espigão entre os rios Tietê e São José dos Dourados, para o espigão entre os rios Turvo e o São José dos Dourados. A partir de então, Euphly traçou o plano ortogonal, que foi a célula da nova cidade, para dar suporte à posterior “colonização” das terras da região conhecida como “Sertão de Rio Preto”. A especulação ficou a cargo de Aristóphano Brasileiro de Souza, conhecido como Duquinha, proprietário de casa comercial em Altair, fato que facilitou a propaganda para os colonos que compravam secos e molhados em seu estabelecimento⁴⁷. Duquinha era tio de Euphly e passou a organizar o patrimônio e a vender terras no início dos anos 1940.

Para a Vila Jales, vieram pessoas de Olímpia, São José do Rio Preto e outros recantos de São Paulo e do Brasil, especialmente ex-colonos descendentes de imigrantes e de nordestinos. Vieram, predominantemente, “pioneiros” da cidade de Altair, Comarca de Olímpia, região de ocupação mais “antiga” no Estado de São Paulo.

Os loteadores propagandeavam suas terras, pois “[...] a concorrência entre os loteadores era intensa e todos fundamentavam sua propaganda nas facilidades de comunicação”. Quando ocorreu o anúncio de boas novas “[...] imediatamente multiplicaram-se os loteamentos além de Tanabi, em Cosmorama, em Votuporanga (fundada em 1937), e, em seguida Fernandópolis, Estrela d’Oeste e Vila Jales”. O

⁴⁷ Este fato comprova-se pela lista de fiado que Aristóphano possuía na casa comercial em Altair e nova lista, agora em Jales, onde aparecem nas duas seus clientes, comprovando o deslocamento da primeira cidade para a segunda. As listas fazem parte dos documentos deixados por Aristóphano Brasileiro de Souza, também chamado de Duquinha, hoje, de posse de seus filhos, Alpha Brasileiro de Souza e Bolivar Brasileiro de Souza, moradores na cidade de Jales.

A maior parte dos “pioneiros” trabalhou como colono nas grandes fazendas das velhas regiões, onde o “trabalhar para vir a ser proprietário” foi o meio pelo qual se efetivou a ideologia do trabalho. Ao mesmo tempo, a terra alcançou alto preço, *assumindo plenamente a equivalência de capital, sob a forma de renda territorial capitalizada*⁴⁸. A grande maioria dos ex-colonos só dispunha de modesto pecúlio para dar de entrada na propriedade e tinha, como mão-de-obra, sua própria família.

Assim, Jales tornou-se, definitivamente, *frente pioneira* com o retalhamento da gleba, onde se estabeleceu a zona urbana e suburbana em função de suposto planejamento: loteou-se a propriedade a partir do núcleo, em círculos concêntricos, em lotes com tamanhos entre um alqueire de área até o máximo de 2,5 e 10 alqueires. Segundo Monbeig (1984, p. 236), “[...] alguns loteadores chegaram a implantar um verdadeiro planejamento do espaço rural. Em Jales, o loteamento foi aberto em 1940 e o plano concebido sistematicamente, de maneira a oferecer propriedades cada vez maiores à medida que aumenta a distância do patrimônio”.

Os lotes eram retalhados das glebas maiores, obedecendo, como limites, aos divisores de água, denominados de espigões, entre os ribeirões ou córregos. Assim, cortavam-se as vertentes de cada um dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos ribeirões, de tal forma que todos os lotes ficassem servidos pela aguada, ou seja, tivessem, ao fundo, o córrego. Nos espigões, eram traçadas as estradas que serviam de ligação entre as propriedades e o povoado, e as estradas acompanhavam as curvaturas descritas pelos divisores de águas.⁴⁹

“Nem todos os loteamentos apresentam um planejamento rural tão avançado como o de Jales, mas sempre as plantas prevêm pequenos lotes junto aos patrimônios”. Assim Monbeig (1984, p. 232-3) descreveu o *planejamento*

⁴⁸ Para saber mais sobre os conceitos, ver Martins (1990).

⁴⁹ Sobre esse assunto ver Monbeig (1984, p. 232-3).

efetuado para se efetivar o loteamento pertencente a Euphly. Isso, na verdade, era muito comum em todos os loteamentos efetuados na antiga Fazenda Ponte Pensa, onde foram implantados vários projetos de colonização, particulares ou empresariais. Essa prática foi usada em praticamente todos empreendimentos imobiliários nos limites da antiga Ponte Pensa.

A partir dessas novas áreas da fronteira incorporadas ao mercado, a partir dos anos 1940, a comercialização de terras passou a ter papel importante na extração da renda capitalista da terra, pelos ganhos especulativos. Euphly Jalles efetivou a extração da renda da terra em Jales, vendendo lotes rurais e urbanos aos trabalhadores – colonos, arrendatários e meeiros - das antigas franjas pioneiras que tinham o sonho de se transformarem em pequenos proprietários rurais.

A ideologia da “boa colonização” ficou evidente em discurso proferido por Euphly Jalles quando da campanha eleitoral para prefeito no ano de 1965: “O nosso plano de retalhamento da propriedade, começado em 1941, verdadeira reforma agrária, de que tanto falam os demagogos, para fins políticos ou ideológicos, nós a fizemos aqui”. Maquiou os conflitos de terras e difundiu a ideologia da mobilidade social por meio do trabalho: “[...] sem subversão, sem choques, com o desejo elevado de proporcionar aos milhares de colonizadores que para aqui vieram, a oportunidade de progredirem com o seu trabalho honesto, com suas famílias”⁵⁰. Dessa maneira, Euphly Jalles difundiu a ideologia de ocupação das suas glebas de terras para realizar a promissora especulação imobiliária.

Euphly Jalles começou a retalhar suas terras em pequenas propriedades a partir do início dos anos 1940. Para suas terras deslocaram-se trabalhadores de outras localidades, principalmente ex-arrendatários e ex-colonos das regiões mais

⁵⁰ Jornal de Jales. Projeto Memória, nº 31, p.8, julho de 1997. Para ver mais sobre o assunto, consultar Nardoque (2002).

antigas de ocupação. Esta foi a saga de centenas de trabalhadores que conseguiram formar o pequeno pecúlio para dar de entrada e o restante juntar parcelas anuais para quitar a compra.

A seguir, podem-se observar, pela figura 3, as divisões dos lotes ao redor da vila, aumentando seus tamanhos a partir da área urbana para áreas mais distantes. Contesta-se essa ideia de planejamento acerca da fundação de Jales. Esse fato está mais correlacionado à especulação imobiliária do que ao planejamento mais efetivo.⁵¹

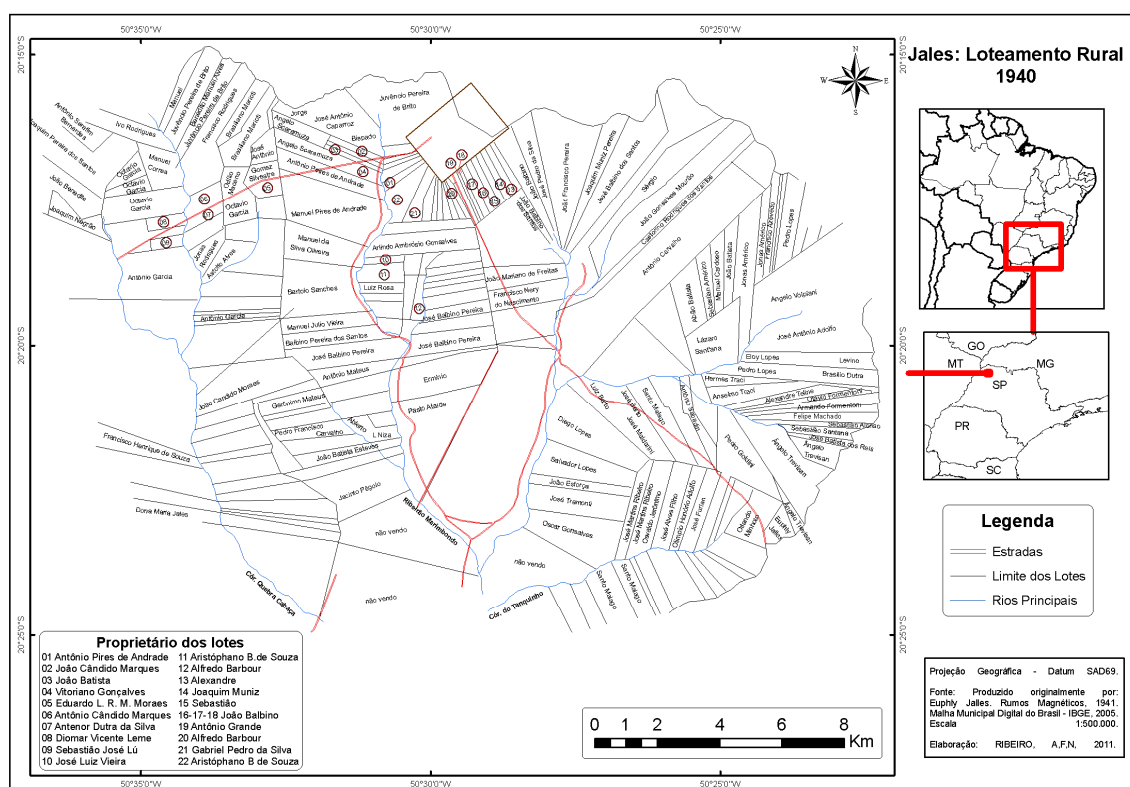


Figura 3 – Jales: loteamento rural.

Fonte: Nardoque (2002).

⁵¹ Para ver mais sobre a contestação, ler Nardoque (2007).

Muitas dessas terras, que foram adquiridas de forma ilícita pelo loteador, resultaram em pesadelo para os agricultores que compraram as pequenas propriedades de Euphly Jalles. Do sonho de ser proprietário ao pesadelo de ser despejado ou pagar novamente pela terra, foi a situação vivida por centenas de famílias, que adquiriram pequenas propriedades na área do córrego dos Coqueiros e do Córrego Manoel Baiano. Antes, essas áreas pertenciam ao município de Jales.⁵²

Tais terras eram aquelas anteriormente pertencentes a Alcides do Amaral Mendonça, integrantes da Gleba Marimbondó, nas quais Euphly Jalles realizou medições em ação demarcatória entre 1927 e 1929. O engenheiro agrimensor entrou com Ação Executiva para cobrança de honorários pela Comarca de Monte Aprazível, no ano de 1931, contra Alcides do Amaral Mendonça. No ano de 1934, as terras foram arrematadas por Euphly Jalles. Mesmo Mendonça entrando com embargos, recorrendo ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, esses foram negados e a sentença favorável foi emitida ao exeqüente, ordenando que fosse expedida a carta de arrematação.

Contudo, Jalles não juntou a carta de arrematação ao processo e não regularizou suas posses por esse meio. Na verdade, Alcides do Amaral Mendonça recorreu ao Supremo Tribunal Federal para que Euphly Jalles recebesse seus créditos por meio dos títulos emitidos pelo Governo Getúlio Vargas por ocasião da compra dos estoques de café dos fazendeiros arruinados pela Crise de 29. Conforme já aponte, Euphly adquiriu mais títulos com outras filiações, incluindo os de João Odorico da Cunha Glória, e os usou para emitir escrituras e promover a venda de lotes em todas as suas terras, até mesmo naquelas arrematadas de Alcides do Amaral Mendonça, correspondentes aos quinhões 41a e 41b da Gleba Marimbondó.

⁵² Produto de desmembramento municipal e emancipação pertencem, também, aos municípios de São Francisco e de Urânia.

No ano de 1957, entretanto, Alcides do Amaral Mendonça conseguiu reverter o feito no Supremo Tribunal Federal para reaver suas pretensas terras, que já haviam sido divididas e vendidas por Euphly Jalles a centenas de pequenos proprietários. Mendonça, sabendo do aumento do preço dessas terras, tratou de armar, junto com seus advogados, a maneira de reavê-las, pois as matas já tinham sido tombadas, plantações realizadas, estradas construídas, benfeitorias edificadas, enfim, a história tinha sido construída por essas paragens. Uma cidade havia sido fundada por Euphly Jalles: São Francisco, porém, os títulos dominiais, ainda, permaneciam nas mãos de Mendonça.

No dia 15 de setembro de 1958, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Alcides do Amaral Mendonça, que havia entrado com Ação de Prescrição da cobrança de honorários supostamente devidos a Euphly Jalles, no ano de 1931, com arrematação de terras para pagamento dos serviços prestados, ocorrida em 1934. Pelo veredicto, pode-se verificar que, com a penhora, o executado (Mendonça, à época) apenas perdeu a posse direta do imóvel, conservando, todavia, a posse indireta, pelo que não teria sido excluído o seu direito de questionar a prescrição. Por isso entendeu o Supremo que Euphly não deu prosseguimento ao feito, juntando aos autos a carta de arrematação, assumindo os riscos de inatividade. Portanto, em dois anos prescreveu a ação do agrimensor para haver seus pretensos bens penhorados e arrematados. Assim, ficou determinada a prescrição da execução, movida por Euphly contra Mendonça e, também, a extinção do direito de extrair a carta de arrematação⁵³. Pela Comarca de Monte Aprazível, onde se situava o imóvel, antes da instalação da Comarca na cidade de Jales no ano de 1953, foi expedida, em 14 de outubro de 1961, carta precatória para o juiz desta última para serem levantados a penhora, o depósito das terras e a expulsão

⁵³ De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, em Ação de Prescrição proposta por Alcides do Amaral Mendonça, para a Ação de Execução por Cobrança de Honorários de agrimensor, esta impetrada por Euphly Jalles no ano de 1931. A decisão do Supremo consta de Certidão emitida pelo Cartório de 2º Ofício da Comarca de Monte Aprazível. Embargos de Terceiros em Execução, folhas 62-63, v.1.

dos intrusos. Os denominados intrusos eram, na verdade, os pequenos proprietários adquirentes de terras de Euphly, inclusive este com fazendas na gleba.

Com relação à carta precatória do juiz de Monte Aprazível, Euphly Jalles, por intermédio de seu advogado, interpôs agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para questionar o conteúdo da mesma, requerendo a suspensão da ordem de entrega do imóvel, objeto de levantamento da penhora e depósito. O questionamento baseava-se no fato de que na gleba se encontravam centenas de pessoas e, também, lá estava edificado o povoado de São Francisco⁵⁴, então, Distrito de Paz. Além disso, Euphly argumentava que possuía títulos com outras filiações sobre as terras em litígio e, portanto, não havia cabimento na decisão do Supremo pela devolução das terras. Por isso mesmo, segundo ele, não caberia a expulsão dos ocupantes das terras sem que houvesse algum debate jurídico; e mais: na condição de terceiros, sequer foram mencionados⁵⁵.

Por esse agravo ficou decidido, pelo Tribunal de Justiça, em 1º de outubro de 1962, que ficavam ressalvados os meios ordinários para defesa dos direitos dos possuidores das glebas dos córregos dos Coqueiros e Manoel Baiano, correspondentes aos quinhões 41a e 41b. O advogado de Mendonça entrou com reclamação da decisão junto ao Supremo, que, por sua vez, sentenciou, no dia 9 de dezembro de 1963, consolidando os direitos do reclamante sobre as terras, mas não reconheceu os terceiros como intrusos, matéria que deveria ser apreciada de forma regular, quando, também, deveriam ser assegurados os possíveis direitos dos possuidores. Estes, por fim, deveriam ser citados e apresentarem suas defesas.

⁵⁴ Certidão do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Monte Aprazível. Consta dos autos de Ação de Embargos a Terceiros em Execução, folhas 64-65, v.1.

⁵⁵ Minuta de Agravo, pelo agravante Euphly Jalles. Consta da Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folhas 70 a 82, v.1.

Contudo, veio da Comarca de Monte Aprazível, no dia 17 de abril de 1964, carta precatória requisitando do Juiz da Comarca de Jales que fizesse, parceladamente, o levantamento de penhora. Primeiro, deveria começar pelas terras ocupadas pelos prepostos de Euphly Jalles, expulsando-os, acusando-os de invadirem as terras e estarem desrespeitando ordem judicial anterior. Já nas áreas ocupadas pelos terceiros (que compraram terras de Euphly), a carta afirmava que deveriam ser citados, de modo a evitar tumulto processual, pois Mendonça tinha esperança de compor, amigavelmente, com os aludidos compromissários compradores que foram colocados no imóvel pela astúcia de Jalles. Na verdade, o que Alcides do Amaral Mendonça queria era, também, receber dinheiro por essas terras ocupadas, ameaçando de despejo centenas de famílias que compraram, de boa fé, pequenas propriedades nos quinhões 41a e 41b. O que se pode notar nessa situação é a tentativa de extorsão promovida por especuladores e grileiros contra os trabalhadores familiares que dedicaram boa parte de suas vidas no cultivo de terra, sem a sagacidade da burguesia.

Assim, começou a ocorrer com os pequenos proprietários verdadeiro terrorismo, quando os oficiais de justiça começaram a realizar os autos de penhora das pequenas propriedades. Centenas de famílias, na condição de vítimas, pois compraram de boa fé no momento de expansão da fronteira agrícola, se viram como intrusos em suas próprias terras, no momento da ação.

Aos 18 dias do mês de maio do ano de 1964, Euphly Jalles entrou com Ação de Embargos de Terceiros em Execução, contra Alcides do Amaral Mendonça, na Comarca de Jales, localidade das terras em litígio. Os Embargos de Euphly procuraram respaldo jurídico noutros títulos de filiações, diferentes daquelas apresentadas por Mendonça. Ou seja, Euphly possuía títulos filiados a João Odorico da Cunha Glória, enquanto que aqueles títulos eram filiados a Mário Furquim. Outra alegação do proponente foi a posse mansa e pacífica nas terras, requeridas naquele

momento por Mendonça, desde 1931. Essa posse poderia garantir, por lei, o direito de usucapião. Além do mais, alegava que tinha fundado o patrimônio de São Francisco e vendido lotes de terras a vários agricultores, sem ter ocorrido nenhuma reclamação por mais de vinte anos. Nota-se, que no interior da briga de “graúdos”, dos poderosos, ficaram no imbróglio jurídico, os pequenos agricultores.

Não foi muito difícil para os advogados de Alcides do Amaral Mendonça contestarem os argumentos de Euphly, especialmente aqueles referentes à origem dos títulos emitidos por ele. Ou seja, ficou evidente a emissão de escrituras correspondentes a outras localidades que não aquelas dos quinhões 41a e 41b, objetos das disputas. Euphly vendia lotes desses quinhões, mas emitia escrituras de outras localidades. Outros argumentos eram contestados, levando em consideração o fato de Jalles nunca ter recebido a carta de arrematação feita em 1934, na ação para cobrança de honorários de agrimensor, proposta em 1931. Então, Euphly era considerado invasor das terras que pertenciam, por títulos dominiais, a Alcides do Amaral Mendonça.

As intrigas arrastaram-se, nesse período de contestações, de ambas as partes, chegando-se ao extremo no dia 30 de outubro de 1965, quando Euphly Jalles foi assassinado por Líbero Luchesi, advogado de Alcides do Amaral Mendonça. O crime ocorreu na Rua Voluntários de São Paulo, na cidade de São José do Rio Preto, dentro da loja de materiais para construção, denominada Lojoba. Euphly tinha ido à loja para comprar torneira para sua casa, quando Líbero Luchesi adentrou o estabelecimento, iniciando a discussão. Luchesi sacou a arma e atirou. No processo-crime, o acusado foi absolvido em júri popular por sete votos a zero. Os advogados de defesa alegaram legítima defesa. Sabe-se que Euphly Jalles fez o gesto de colocar a mão no bolso do paletó, quando o acusado sacou e atirou. Junto

a Euphly nenhuma arma foi encontrada, somente a foto dos quatro filhos e a imagem de Santo Expedito.⁵⁶

Mas, mesmo com a morte de Euphly Jalles, a demanda judicial continuou, pois seus herdeiros foram habilitados nos autos do processo. Os herdeiros habilitados em 10 de fevereiro de 1966 foram: Euphly Jalles Filho com 7 anos de idade, Francisco Jalles Neto com 6 anos, Ana Cristina Jalles com 5, Luiz Fernando Jalles com 3 anos de idade e Minerva Izar Jalles, a viúva.

Os herdeiros de Euphly Jalles, por meio de seu advogado, entraram com agravo de petição para o Tribunal Justiça do Estado contestando a decisão da penhora de suas propriedades e decisão, em primeira instância, de que Euphly não poderia ser considerado terceiro, somente seus compradores de lotes de terras.

Por outro lado, Alcides do Amaral Mendonça entrou com pedido de Intervenção Federal na Comarca de Jales, por esta não cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal de promover a devolução das terras ao requerente. Mendonça exigia a evacuação imediata da gleba e conseqüente despejo de todos os seus ocupantes⁵⁷. Essa foi a forma de os advogados de Mendonça pressionarem o juiz da Comarca de Jales a cumprir as determinações. Entre os dias 1º e 8 de junho de 1966, os oficiais de justiça fizeram o levantamento de penhora e depósito com entrega provisória de 402,75 alqueires de terras a Alcides do Amaral Mendonça. Por decisão judicial, ficava reservado o direito aos possuidores dos lotes de indenização das plantações e benfeitorias em caso de entrega dos imóveis. Mas, muitas dessas

⁵⁶ Este relato baseia-se em informações extraídas de declarações de dois advogados radicados na cidade de Jales: Laurindo Novaes Neto que trabalhou na defesa de Luchesi, e Lair Seixas Vieira, concunhado de Euphly Jalles. Projeto Memória nº 75, p. 2-3, maio de 2001. Em entrevista, Laurindo Novaes Neto afirmou que defendeu Líbero Luchesi. Os motivos que garantiram a tese de legítima defesa estiveram relacionados aos boletins de ocorrência registrados por Luchesi, informando das ameaças de morte feitas por Euphly Jalles.

⁵⁷ Certidão do Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, datada de 24 de maio de 1967. Embargos de Terceiros em Execução, folhas 291-292, v.2.

propriedades ainda não tinham sido vendidas por Euphly, portanto encontravam-se improdutivas, o que facilitou a retomada.

Em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, foi determinada a entrega imediata a Mendonça de imóveis em posse do Espólio Jalles. Assim, no dia 11 de março de 1967, os oficiais de justiça iniciaram o despejo, quando houve resistência por parte dos prepostos da família Jalles. Para tanto, foi requisitada força policial para o cumprimento do mandato. Os herdeiros de Euphly Jalles entraram com pedido para postergar o feito, alegando que precisariam de tempo hábil para remover os animais, plantações do espólio e dos arrendatários. Com essas medidas, ganhava-se tempo.⁵⁸

Seguindo orientação judicial e advocatícia, outros pequenos proprietários entraram na justiça, propondo o que Euphly Jalles tinha interposto anteriormente, ou seja, Embargos de Terceiros. Dentre muitos, Kanano Nishi e sua mulher, Naokiti Akamatsu e sua mulher, Takuso Nishi e sua mulher⁵⁹, muitos imigrantes japoneses que vieram para a região atraídos pela promessa de terras férteis, com preços baixos e pagamentos facilitados. Na justificativa judicial de Naokiti Akamatsu, defendendo suas terras de apenas 22,4 alqueires de área, argumentou, por meio de advogado, que não poderia ser considerado como intruso, e seus possíveis direitos deveriam ser ressaltados, pois adquiriu propriedade de forma mansa e pacífica e encontrava-se na área há mais de 20 anos.⁶⁰

Não bastassem as demandas pelos lotes rurais, até quadras urbanas inteiras foram penhoradas na cidade de São Francisco, que foi edificada na gleba de Mendonça. Além das quadras, lotes que continham residências também foram

⁵⁸ Embargos de Terceiros em Execução, folhas 314-315, v.2.

⁵⁹ Os embargantes eram Takuso Nishi, José Ryugo, Manoel Gomes Barreto, Mogkey Yagui, Belarmino Pavim, Shoya Oshima, Sakuo Kitamura, Jorge Yagui, Sebastião Resende da Silva, Naokiti Akamatsu e Olívio Alves de Melo e outros. Folhas 1.111 e 1.112, v.5.

⁶⁰ Op. cit., folhas 301 a 309, v.1.

penhorados. Gerou-se, assim, problema social gravíssimo na região, onde centenas de famílias se viram ameaçadas por ações de especuladores que só enxergavam na terra ganhos imobiliários.

Tamanho o problema de ordem social, que o Governador do Estado, à época, fez interferências no sentido de evitar o despejo de inúmeras famílias por meio de decreto. Por este decreto, ficou estabelecido o prazo para que o Estado fizesse a desapropriação por interesse social (propositura de ação com depósito de indenização, por via amigável ou judicial). Certamente, por motivos políticos alheios à vontade dos pequenos agricultores, essa proposição não se concretizou.

Paralelamente a esses fatos, ocorreu, também, muita pressão sobre os pequenos agricultores proprietários nas glebas em litígio. Um dos advogados de Mendonça, Procópio de Oliveira, fazia visitas periódicas a São Francisco, ameaçando os proprietários locais. Além das ameaças, Procópio fazia proposições de composições amigáveis, ou seja, exigia novos pagamentos pelas terras já pagas. Tratava-se de extorsão clara e evidente. As terras não interessavam a Mendonça, mesmo porque ficou definido juridicamente que os pequenos agricultores, em caso de entrega dos imóveis, deveriam ser indenizados por suas plantações e benfeitorias. Portanto, para o exequente não interessava tirar dinheiro do bolso para reaver as terras. Dessa forma, muitos pequenos proprietários fizeram acordos para não mais serem ameaçados. Alguns proprietários passaram a ter em mãos duas escrituras, uma outorgada por Euphly, outra por Mendonça.

Todavia, outros não se satisfizeram com acordos e, por isso, ingressaram na justiça com Embargos de Terceiros em Execução, sendo que no dia 1º de junho de 1967, o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou o pedido desses pequenos proprietários. Por este aceite, os juízes do Tribunal afirmaram que pessoas foram introduzidas nas terras por Euphly Jalles e que, portanto, não poderiam ser

consideradas intrusas, pois não entraram clandestinamente, sem títulos e sem justificativa para ocupação uma vez que eram compromissários compradores de Euphly Jalles e possuíam títulos dominiais devidamente transcritos no Registro Imobiliário de Monte Aprazível. Portanto, seus possíveis direitos deveriam ser ressaltados, ainda mais que houvesse a relevância do interesse social na disputa, que traduzia verdadeiro drama social. Por isso, ficou determinado que os oficiais de justiça suspendessem os autos de penhora e entrega das terras dos embargantes. Outro fato relevante foi que o Tribunal refutou, de certa forma, a origem dos títulos de Mendonça, filiados a Mario Furquim, afirmando que esses poderiam estar localizados em qualquer lugar da Ponte Pensa.⁶¹

Portanto, quando os autos voltaram à Comarca de Jales para a interposição das partes e diligências, surgiu outro problema: as terras dos pequenos proprietários e dos herdeiros de Euphly localizavam-se nas terras pretendidas por Alcides do Amaral Mendonça? Um novo fato jurídico surgiu e, portanto, houve a necessidade de nomeação de peritos agrimensores para fazer o levantamento topográfico das glebas correspondentes aos quinhões 41a e 41b, o que ocorreu pelos idos do final dos anos 1969.

Todavia, os peritos agrimensores só apresentaram suas perícias nos anos 1970. Enquanto isso, aumentaram as pressões de Mendonça contra os pequenos proprietários para que estes fizessem acordos para resolver a questão. Na cidade de Jales, o advogado Laurindo Novaes Neto, nomeado por Mendonça, era o responsável pelos acordos, que, na verdade, extorquiam os pequenos proprietários que os aceitavam temerosos de perderem suas posses, pois estas representavam a luta e o sacrifício de anos para se tornarem donos de suas terras. Para os capitalistas significava mais extração da renda capitalista da terra.

⁶¹ Embargos de Terceiros em Execução, folhas 388 a 393.

Muitos acordos foram realizados e, quanto mais o tempo passava, mais a situação jurídica tornava-se amplamente favorável a Alcides do Amaral Mendonça. Quando os peritos agrimensores passaram a entregar seus laudos periciais, ficaram notórias as garantias dominiais de Mendonça sobre as terras.

Os laudos periciais somente chegaram aos autos do processo nos anos iniciais da década de 1970. Guido Bignotti, agrimensor nomeado por Mendonça, apresentou seu laudo no dia 16 de janeiro de 1973. Por outro lado, Pedro Padilha, indicado pelos herdeiros de Euphly, entregou seu laudo pericial no dia 30 de abril de 1974. Portanto, passaram-se vários anos para serem realizadas as perícias. Os peritos apresentaram várias concordâncias quanto à localização das terras reivindicadas por Mendonça e quanto à não-coincidência dos títulos emitidos por Euphly na venda dos lotes de terras, com suas respectivas localidades. Ficou claro, pelas perícias, que Euphly vendeu terras nas áreas dos córregos vertentes do Rio São José dos Dourados (córregos dos Coqueiros, Manoel Baiano, Barreirão) e emitiu títulos na área das vertentes dos córregos que correm para o Rio Grande (Córregos Ribeirão Lagoa, Matão, Mico). É óbvio que Euphly, de fato, tentava tomar posse de terras alheias e as alienou, as vendeu como sendo suas.

O agrimensor nomeado pelos herdeiros de Euphly apresentou, em seus relatos periciais, afirmações de que houve precariedade técnica da topografia na demarcação da Fazenda Ponte Pensa, efetuada nos princípios do século XX. Afirmou o agrimensor que existiu omissão de vários rumos e distâncias tangenciais e radiais; desobediência aos roteiros de origem, quando foram realizados os trabalhos de agrimensura por Euphly Jalles; que houve sobreposição das glebas na primeira divisão da Fazenda Ponte Pensa. Ou seja, com essa divisão, os aquinhoados passaram a vender terras sobrepostas, que originaram, posteriormente, conflitos por tais terras. É certo que houve ao longo do processo de ocupação da Ponte Pensa, interesses escusos, tanto da parte dos grileiros, quanto da parte daqueles que

compraram as glebas maiores, como dos agrimensores que, no caso da Gleba Marimbondo ou Coqueiros, negligenciaram medidas tão caras aos engenheiros.⁶²

A corda arrebenta do lado mais fraco: a decisão judicial

Entre as idas e vindas do processo, somente em março de 1978, o juiz da Comarca de Jales emitiu a sentença sobre Embargos de Terceiros em Execução promovidos por Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça⁶³. Pela decisão judicial houve somente reconhecimento dos Embargos em parte. O juiz não reconheceu os títulos de propriedade de Euphly Jalles para as terras em litígio, considerando-o como simples detentor, e detentor de má fé, pois que tinha plena consciência da realidade existente, inclusive de lides pendentes, e jamais poderia considerar-se verdadeiro dono das terras. Considerado de má fé, também, pois vendeu essas terras de que se apossou a centenas de famílias e para cobrir essas vendas emitiu títulos de outras filiações e de outras localidades muito diferentes das do local onde se encontravam as glebas em litígio. Muito menos, os embargantes poderiam recorrer ao usucapião, porque não mantinham posse de boa fé, pois sabiam da existência de seu legítimo proprietário.

Os Embargos foram considerados em parte, pois ficou ressalvado o direito aos promissários compradores de Euphly Jalles, ou seja, os pequenos agricultores localizados nas terras em litígio, restrito à indenização pelas benfeitorias e os frutos das colheitas. Ambas as partes, não satisfeitas, entraram com apelação junto ao Tribunal de Justiça: os embargantes apelando para que os embargos fossem procedentes, e os embargados pedindo que se julgassem improcedentes os embargos. Estes últimos não aceitavam pagar pelas benfeitorias e pelos frutos pendentes nas propriedades. O Tribunal de Justiça de São Paulo negou apelação

⁶² Laudos periciais de Guido Bignotti e Pedro Padilha. Embargos de Terceiros, folhas 537 a 544 e 553 a 567, v.3.

⁶³ Na verdade, era disputa judicial entre espólios, haja vista que Euphly Jalles morreu em 1965 e Alcides do Amaral Mendonça veio a óbito em 1975, portanto, sem verem o desfecho da contenda.

dos embargantes (herdeiros de Euphly Jalles) e aceitou a dos embargados, suprimindo o pagamento pelos frutos a serem colhidos e pelas benfeitorias, em 12 de maio de 1981.⁶⁴

Ainda assim, os herdeiros de Euphly entraram, no dia seguinte ao despacho anterior, com Embargos Infringentes reivindicando as terras por usucapião. Interpostas as apelações por parte dos advogados dos embargantes e impugnações do advogado dos embargados, ficou decidido, novamente, que os herdeiros de Euphly não faziam jus a tal reivindicação. Os autos dessa ação foram conclusos pelo Juiz Luis Eduardo Cicote, responsável pelo Cartório de 2º Ofício do Fórum da Comarca de Jales, no dia 28 de agosto de 1984. Indeferidos os Embargos, os herdeiros de Jalles perderam a questão judicial, condenados às custas processuais e honorários advocatícios e a devolverem as terras ocupadas aos herdeiros de Alcides do Amaral Mendonça. As terras, que estavam de posse do Espólio de Euphly Jalles, foram retomadas pelos herdeiros de Mendonça, que passaram a comercializá-las. Em difícil situação ficaram aqueles que compraram terras nos quinhões 41a e 41b, na Gleba Coqueiros, de Euphly Jalles. Aqueles pequenos agricultores que ainda não tinham realizado a composição “amigável” com Mendonça, tiveram, a partir daí, que realizar acordos.

Referências

AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA DECORRENTE DE FORO, LAUDÊMIO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE TUTULE ANTECIPADA. OAB/SP contra Espólio de Euphly Jalles. 1ª Vara Federal de Jales. Processo nº 2007.61.24.000765-3. Jales, 23 de maio de 2007.

⁶⁴ Embargos de Terceiros, folhas 861 a 869, v.4.

AÇÃO EXECUTIVA DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS. Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça e outros. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, 1931.

AÇÃO DE EMBARGOS A TERCEIROS EM EXECUÇÃO. Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, São Paulo, 282/64.

AÇÃO DE INVENTÁRIO. Inventariado Euphly Jalles. Cartório de 2º Ofício, 531/65, Comarca de Jales, Estado de São Paulo.

AÇÃO ORDINÁRIA DE REIVINDICAÇÃO DO IMÓVEL FAZENDA PONTE PENSA. Autores: José Candido da Silva, João Nicolau de Resende e outros contra: Bernardino de Almeida e outros. Juízo da Comarca de Votuporanga, São Paulo, 23/set./1943.

BISCARO NETO, Natal. *Memória e Cultura na História da Frente Pioneira* (Extremo Noroeste Paulista - Década de 40 e 50). 1993. 1v. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 1993.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP*. 1980. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1980.

CLEMENTE, Evandro César. *Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales-SP*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

COBRA, Amador N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Hennes, 1923.

GODOY, Paulo R. T. *A expansão da fronteira na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960)*. 1995. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 1995.

_____. *A (des)construção do espaço regional: da fronteira agrícola à urbanização – a regionalização da Alta-Araraquarense*. Tese (doutorado em Geografia). Rio Claro, IGCE/UNESP, 2002.

LOCATEL, Celso Donizete. *O desenvolvimento da fruticultura e a intensificação do processo de diversificação da agricultura na região de Jales-SP*. 2000. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

_____. *Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP*. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *O poder do atraso: ensaios sobre sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STÉDILE, J.P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: BIPA, 1946.

MONBEIG, Pierre. *As estruturas agrárias da Faixa Pioneira Paulista*. Trad. Maria da Glória de Carvalho Campos. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, setembro-outubro de 1953.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MURAMATSU, Luís N. *As revoltas do capim* (movimentos sociais-agrários no Oeste paulista –1959-1970). 1984. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

_____. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales. *Scripta Nova*. (Barcelona), Espanha, v. IX, n. 194, p. 12, 2005.

_____. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP*. 2007. 1v. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE/UNESP, Rio Claro, 2007.

_____ (et al). *Nas margens da Boiadeira*: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no Noroeste paulista. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Desconcentração fundiária e os conflitos de terras em Jales/SP. In: PERINELLI NETO, Humberto; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José. (Org.). *Nas margens da boiadeira*: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no Noroeste paulista. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NARDOQUE, Sedeval; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales. In: ORTIGOZA, S.A.G.; GERARDI, L.H.O.. (Org.). *Temas da Geografia Contemporânea*. Rio Claro: AGETEO/Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

REIS, Nazareth. *Tensões Sociais no Campo* (Rubinéia e Santa Clara D'Oeste). 1990. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PUC, São Paulo, 1990.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca. *A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo Noroeste paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT/UNESP, 2002.

RUBELO, João Geraldo Nunes. *A produção camponesa no município de Jales-SP*. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000.

CAPÍTULO 12

A INCORPORAÇÃO DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA⁶⁵

Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Professor do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Muito já se escreveu sobre o processo de ocupação do Noroeste paulista, em especial sobre a Fazenda Ponte Pensa. Dentre os vários autores destacam-se os trabalhos pioneiros de Chaia (1980)⁶⁶, Muramatsu (1984)⁶⁷, Reis (1990)⁶⁸, Bíscaro Neto (1993)⁶⁹, Godoy (1995)⁷⁰. Também, foi objeto de outros trabalhos na ocasião de produção de dissertação e tese do autor. Nestas ocasiões, para compreender a origem, a formação e a manutenção da pequena propriedade em Jales, realizou-se a leitura das obras citadas acima e, a partir de certas lacunas presentes nestes trabalhos, debruçou-se nos documentos oficiais presentes em ações judiciais⁷¹ por demandas de terras que ocorreram na Fazenda Ponte Pensa.

⁶⁵ Este texto foi produzido a partir de dois trabalhos anteriores: NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002 e NARDOQUE, Sedeval. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP*. 1v. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE/UNESP. Rio Claro, 2007.

⁶⁶ CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP*. 1980. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1980.

⁶⁷ MURAMATSU, Luís N. *As revoltas do capim (movimentos sociais-agrírios no Oeste paulista – 1959-1970)*. 1984. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 1984.

⁶⁸ REIS, Nazareth. *Tensões Sociais no Campo (Rubinéia e Santa Clara d'Oeste)*. 1990. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PUC, São Paulo, 1990.

⁶⁹ BISCARO NETO, Natal. *Memória e Cultura na História da Frente Pioneira (Extremo Noroeste Paulista - Década de 40 e 50)*. 1993. 1v. Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo, 1993.

⁷⁰ GODOY, Paulo R. T. *A expansão da fronteira na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960)*. 1995. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 1995.

⁷¹ AÇÃO ORDINÁRIA de reivindicação do imóvel Fazenda Ponte Pensa. Autores: José Candido da Silva, João Nicolau de Resende e outros contra: Bernardino de Almeida e outros. Juízo da Comarca de Votuporanga, São Paulo, 23/set./1943, 11 volumes; p.3-v. AÇÃO DE EMBARGOS A TERCEIROS EM EXECUÇÃO. Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, São Paulo, 282/64. Nesta ação, constam desdobramentos de outras, desde o início do século XX, quando ocorreu a *grilagem* da Fazenda Ponte Pensa.

Portanto, neste trabalho, escreve-se, mesmo que de maneira sucinta, a historicidade do processo de incorporação da Fazenda Ponte Pensa dentro da economia fundamentalmente mercantil. Isso porque as cidades, a rede urbana regional e a própria produção da cidade de Jales, além de toda a configuração regional atual, resultam de *rugosidades* de tempos pretéritos acumuladas no espaço produzido. Assim, pretende-se fazer a releitura, de maneira sintética, daquilo que já foi escrito nos outros trabalhos do autor.

Para a situação e contextualização daquilo que pretende-se desenvolver neste trabalho, parte da análise do processo de incorporação das terras do extremo Noroeste paulista ao circuito mercantil, na transformação de terra para o trabalho em terra para negócio. Logicamente, para um trabalho de Geografia, a territorialização dos fenômenos sócio-espaciais foi necessária para dar sustentação geográfica à própria ocupação do extremo Noroeste paulista. O espaço geográfico produzido é resultado de ações e interferências humanas sobre a natureza, tornando-o realidade social e expressando a forma como a sociedade se organiza em torno de um modo de produção. Para tanto, a incorporação de terras no Estado de São Paulo decorreu do processo de valorização do espaço, resultante da incorporação de terras ao processo de produção e circulação de mercadorias, sob a lógica da reprodução do capital, pela implantação de atividades econômicas – em especial o café – em várias regiões do Estado de São Paulo e, mais precisamente, no Noroeste paulista, onde a grilagem de terras, a fundação de cidades, a especulação imobiliária e os conflitos de terras foram comuns.

Há a necessidade de se compreender que essa região era ocupada por índios e por não-índios, que não possuíam vínculos diretos com o mercado, pois não

produziam mercadorias que atendessem às necessidades do mercado interno ou externo. Portanto, havia, nesta região, a fronteira demográfica que não correspondia à fronteira econômica, que foi avançando conforme as atividades ligadas à produção de mercadorias se alastravam pelo interior paulista.

A fronteira no extremo Noroeste paulista

Como recorte territorial, para compreender a “fronteira em movimento”, utilizou-se parcela daquilo que era convencionado denominar de Alta Araraquarense⁷², no Oeste paulista, ou mais precisamente, o extremo Noroeste. Como extremo Noroeste paulista, compreende-se, para tal estudo, a Microrregião Geográfica de Jales (MRG)⁷³ (figura 1), que engloba grande parte da gleba de 207.000 alqueires⁷⁴ (500.940 ha), denominada Fazenda São José da Ponte Pensa, conhecida popularmente como Ponte Pensa, encravados no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, divisando com Minas Gerais e o atual Estado do Mato Grosso do Sul. A partir das fronteiras naturais demarcadas pela confluência dos rios Paranaíba e Grande, sua área seguia as margens à esquerda do Rio Paraná, rumo ao Sul, até a foz do Rio São José dos Dourados. Daí, em direção a Leste, ia até a desembocadura do Ribeirão Marimbondo para retornar ao Norte, ladeando as encostas do espigão que divide as microbacias formadas pelos córregos Araras e Santa Rita, e estendia seu perímetro até o Rio Grande.

Essa fazenda era atravessada pela estrada denominada Boiadeira, que ligava as áreas de criação de gado do Estado do Mato Grosso às de engorda no Estado de São Paulo, especificamente no entorno da cidade de Barretos, tradicional centro de abate de gado bovino.

⁷² Em Nardoque (2002), há a análise da incorporação do extremo Noroeste paulista através da Estrada de Ferro Araraquarense e a importância na fundação de cidades, notadamente Jales.

⁷³ O conceito aqui empregado de Microrregiões Geográficas é utilizado pelo IBGE para regionalizar o Brasil. A MRG de Jales abrange um total de 23 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, São Francisco, Três Fronteiras, Dirce Reis, Pontalinda, Vitória Brasil, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Aspásia, Santa Salete e Urânia.

⁷⁴ A medida agrária aqui mencionada refere-se ao alqueire paulista que equivale a 24.200 metros quadrados ou 2,42 hectares. No decorrer do trabalho, o alqueire será usado como medida de superfície.

A figura 2 apresenta as delimitações da Fazenda Ponte Pensa e a Estrada Boiadeira que atravessava seu perímetro. Apesar de englobar outros municípios, nos limites dessa antiga fazenda encontram-se, atualmente, o município sede e muitos outros pertencentes a Microrregião Geográfica de Jales. Em termos de população, as duas cidades mais importantes são Jales e Santa Fé do Sul.

Em muitas passagens dos escritos de diversos autores, pode-se constatar a ideologia difundida sobre o Oeste do Estado de São Paulo como sendo o *sertão bravo*, *terras desconhecidas*, *sertão quase bruto*, *sertões desconhecidos*. O sentido dessas expressões marca a ideia de que o Oeste não era ocupado anteriormente à ocupação dos *pioneiros* e, portanto, constituindo-se em *espaços vazios*, necessitavam ser ocupados. Essa ideologia nega a existência ou não considera a ocupação indígena⁷⁵. Na verdade, visava encontrar justificativa para exterminar essa população pré-existente ao avanço territorial do capital, quando as terras passaram a integrar seu circuito mercantil.

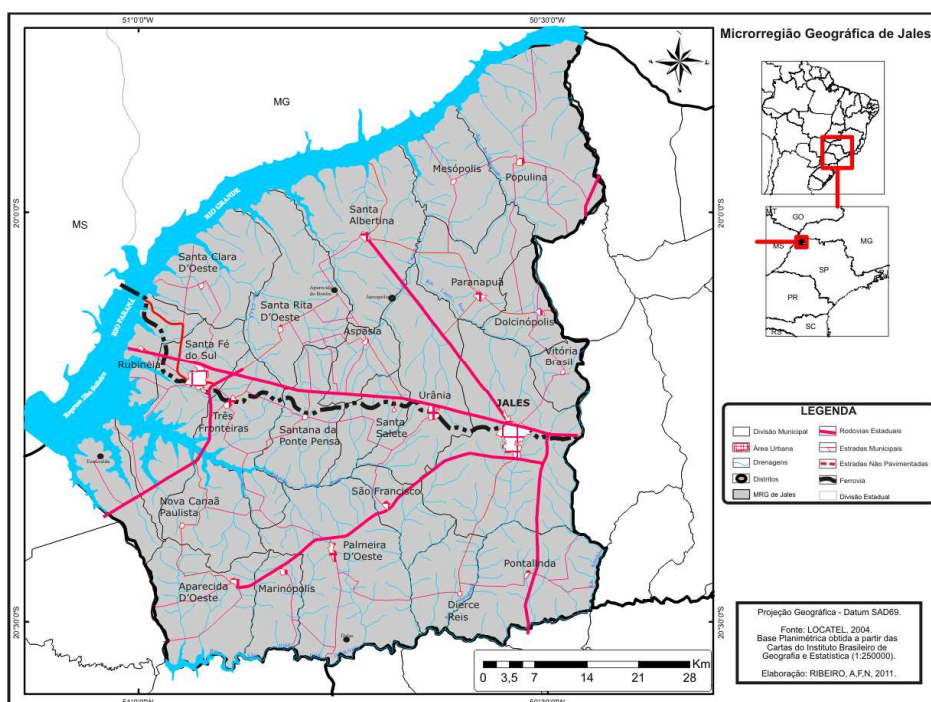


Figura 1 – Microrregião Geográfica de Jales.

Fonte: Nardoque (2007)

⁷⁵ Sobre as expressões acima citadas ver Cobra (1923); Matos (1974), Milliet (1946) e Monbeig (1984).

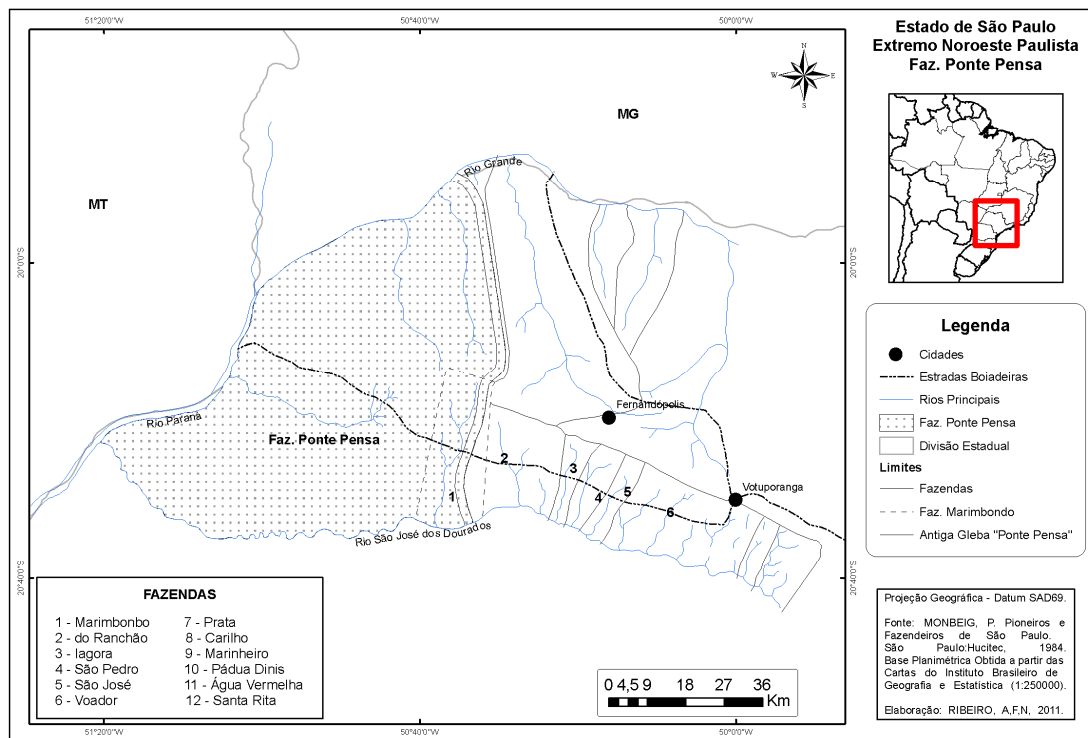


Figura 2 – Estado de São Paulo: extremo Noroeste paulista – Fazenda Ponte Pensa.

Fonte: Monbeig (1984).

A incorporação da Fazenda Ponte Pensa pela frente de expansão e pela frente pioneira

A ocupação do Oeste paulista por não-índios somente aconteceu, com os *precursores* ou a *frente de expansão* no decorrer do século XIX, pelo deslocamento de mineiros provenientes das áreas decadentes da mineração à procura por terras mais férteis para a prática da agricultura, bem como pela expansão das atividades de criação de gado. A produção de café, também, atraiu contingente de população para as regiões tradicionais na lavoura ou para aquelas que se encontravam em expansão.

Da mesma forma, mineiros penetraram pelos planaltos ocidentais paulistas até o extremo Noroeste paulista onde está localizado, atualmente, o município de Jales. Os precursores mineiros penetraram pelos rios Grande e Paraná, vindos do Triângulo Mineiro ou de Paranaíba (cidade localizada, atualmente ao Mato Grosso do Sul), que servia de comunicação entre o Mato Grosso e Minas Gerais, interligando-se pela estrada à Uberlândia e à Uberaba, passando pela Capela de Santa Rosa (atualmente Iturama) e por Frutal. A estrada era utilizada como rota no período da mineração, também para o transporte de gado e de outras mercadorias.

Na Fazenda Ponte Pensa, a ocupação, por meio da *frente de expansão*, foi efetuada, nas primeiras décadas do século XIX, pelo mineiro conhecido por Patrício Lopes de Souza, oriundo da Vila de São Tiago, na comarca de Bom Sucesso. Em 1830, Patrício Lopes de Souza fixou residência em Paranaíba e abriu posses constituindo quatro fazendas. Do lado de Mato Grosso do Sul (anteriormente Província de Mato Grosso), Sobradinho, Sucuriú e Correntes e, do lado paulista, a Fazenda São José da Ponte Pensa⁷⁶.

Ação na justiça, impetrada por herdeiros de Patrício Lopes de Souza em 23 de setembro de 1943 na Comarca de Votuporanga, tentou legitimar a posse da Ponte Pensa, afirmando que a mesma ocorreu antes de 1850, quando entrou em vigor a Lei de Terras, e posterior à extinção do regime de sesmarias em 1822. A

⁷⁶ Ação Ordinária de reivindicação do imóvel Fazenda Ponte Pensa. Autores: José Candido da Silva, João Nicolau de Resende e outros contra: Bernardino de Almeida e outros. Juízo da Comarca de Votuporanga, São Paulo, 23/set./1943, 11 volumes; p.3-v. Chaia (1980); Muramatsu (1984); Godoy (1995). Nardoque (2002).

legitimação interessava aos possíveis herdeiros já que as terras haviam sido griladas e vendidas, e os mesmos queriam recuperá-las.

Provavelmente, a Ponte Pensa já tivesse sido área ocupada antes mesmo da chegada de Patrício, como consta da Ação na Justiça impetrada pelos supostos herdeiros de Patrício Lopes de Souza. Na ação, há referências sobre a presença de posseiros anteriores a Patrício⁷⁷, que ali praticavam agricultura e possuíam moradias. Mesmo com o mineiro, ficam evidentes os conflitos pela posse da terra na Ponte Pensa, quando Patrício expulsou “uns homens” que estavam na fazenda, como afirmam os documentos.

Portanto, com os mineiros, o extremo Noroeste de São Paulo conheceu o que Monbeig (1984) denominou de *precursores*, e Martins (1975), de *frente de expansão*. Precursores que, por não terem noção jurídica da propriedade da terra, possibilitada pela Lei de Terras de 1850 e suas regulamentações, tiveram suas posses como alvo dos avanços da *frente pioneira*, constituída por homens de negócios de outros centros localizados nas regiões mais antigas de povoamento, que não pouparam esforços no sentido de falsificarem documentos ou de usarem todas as formas de violência para expulsarem os antigos moradores da Ponte Pensa. Não sucessores de Patrício Lopes de Sousa, mas pequenos posseiros que viviam na gleba sofreram com as tocaias, com a expulsão e com a morte. Muitos foram incorporados dentro da privatização dessas terras, por meio do processo de firmamento de contratos de agregação com aqueles que tornaram-se, então, os “donos” da Ponte Pensa, os *grileiros*.

⁷⁷ “Fiz plantações de fumo e roça, puz (sic) para fora uns homens que fizeram uma casa encabejada e foram embora (...)”. Ação Ordinária de reivindicação do imóvel Fazenda Ponte Pensa. Autores: José Candido da Silva, João Nicolau de Resende e outros contra: Bernardino de Almeida e outros. Juízo da Comarca de Votuporanga, São Paulo, 23/set./1943, 11 volumes; p.3-v. Chaia (1980).

No Oeste paulista, ocorreu a expansão da propriedade capitalista da terra pela grilagem, sendo os comerciantes de terras personificados nas figuras dos fazendeiros, de companhias imobiliárias, de engenheiros, de topógrafos e de advogados, ou seja, cidadãos, como afirmou Monbeig (1984). A procura por novas terras, devido à demanda, elevou seus preços, e verdadeira indústria de grilagem desenvolveu-se posteriormente a 1850, quando da aprovação da Lei de Terras que estabeleceu o prazo para legitimação das posses efetuadas entre a cessação do regime de sesmarias e sua promulgação, até o ano de 1854. O critério adotado para legitimação de posses foi o registro paroquial, ou seja, o registro de nascimentos ou de casamentos realizados em paróquias próximas às terras possuídas. Em São Paulo, medidas legislativas prorrogaram o prazo até o final do século XIX, o que demandou corrida no sentido de legalização de documentos forjados.

O preço da terra passou a ser determinado por atividades, tais como subornos a cartorários, demarcações, tocaias a posseiros, pagamentos a topógrafos e jagunços⁷⁸. Até as primeiras décadas do século XX, os documentos forjados representavam a base dos conflitos de terra nas frentes pioneiras de São Paulo. Somente aqueles possuidores de certo capital poderiam participar desses negócios ilícitos, portanto, inacessíveis aos despossuídos de dinheiro ou por ignorância em relação à lei, como os ex-escravos, o imigrante e os próprios posseiros, que já ocupavam as terras bem antes da chegada do *pioneiro*.⁷⁹

O conflito resultou do contato da *frente pioneira* com a *frente de expansão*. A primeira representada pela transformação da terra em propriedade capitalista com a ação dos comerciantes de terras e do retalhamento destas para os ex-colonos das “zonas velhas”. A segunda, caracterizada pela forma de ocupação da terra por meio da posse, personificada na figura do posseiro, que não tinha a noção jurídica da

⁷⁸ Martins (1990), p. 68-9.

⁷⁹ Martins (1975), p. 29.

propriedade (ou não dava importância a ela), reproduzindo-se pela economia de excedentes.

O início do século XX foi marcado pela transformação na forma de apropriação da terra na Ponte Pensa. De acordo com Martins (1975), houve a metamorfose da terra que, originalmente de posseiros, passou para terra de capitalistas. A terra tornou-se propriedade privada, de terra para o trabalho tornou-se terra para negócio.⁸⁰

A grilagem foi a forma de apropriação da terra na Ponte Pensa, que começou em 1912⁸¹. Nesse ano, os grileiros, o advogado de São José do Rio Preto, João Odorico da Cunha Glória, juntamente com Bernardino de Almeida, corretor de imóveis em Araraquara, tentaram se apossar da gleba, impetrando ação na Justiça Federal, como legítimos possuidores da Fazenda Palmital, por eles denominada. No mesmo ano, outro grileiro, Mário Furquim, proveniente da cidade do Rio de Janeiro, apresentou-se como dono das terras na Ponte Pensa. Para não levantarem suspeitas, Furquim e João Odorico da Cunha Glória fundaram a firma “Glória&Furquim”.⁸²

Por escritura pública de 6 de novembro de 1912, associando-se e reconhecendo-se, reciprocamente, os direitos sobre a Ponte Pensa, a partir de então, os grileiros reivindicaram ação demarcatória, sob a tutela da firma recém-criada, na Justiça Federal. A Fazenda do Estado de São Paulo, citada, contestou o

⁸⁰ Sobre terra para trabalho e terra para negócio, ver Martins (1975). O autor afirma que a terra para trabalho não tem preço. É usada somente para a produção de produtos necessários à alimentação e o excedente comercializado. Neste caso, não há a noção jurídica da propriedade e muito menos é vista como equivalente de capital. Terra para negócio ganha um caráter capitalista de propriedade da terra e se torna equivalente de capital territorializado. Diferentemente da terra sagrada, que para os índios difere-se pelo fato de constituir-se o lugar de pertencimento.

⁸¹ “Nesse ponto foi requerida em princípios do ano, no Juízo Federal, a divisão judicial de um grande perímetro, constituindo a fazenda de ‘Ponte Pensa’ e pretendendo envolver uma área de mais de 500.000 hectares. A Fazenda do Estado contestou a ação e até hoje não foi decidido se as terras pertencem ou não ao domínio privado”. (CHAIA, 1980, p. 45).

⁸² Mais detalhes sobre o assunto, ver Muramatsu (1984).

domínio dos promoventes. Surgiu a fase contenciosa do processo demarcatório na qual foi discutido amplamente o domínio, posteriormente reconhecido por sentença pela qual ficou decidido que pelo “teor dos títulos, pelos atos possessórios que os externarem, que na falta daqueles meios só seja legitimada a área efetivamente ocupada”. E prosseguiu considerando que “[...] os títulos são hábeis em direito para transferência de domínio e que a respeito deles se verificaram atos de fé pública irrecusável como pagamento de sisa, inventário, registro, etc. [...]”. Também foram “[...] observadas todas as formalidades legais em vista dos princípios de direito aplicáveis a espécie – julgo afinal procedente a ação de demarcação, cujas terras demarcadas pertencem a firma Glória&Furquim”. Finalizando o julgado “[...] condeno a Fazenda do Estado de São Paulo nas custas. Publicada em mão de Escrivão, intime-se. São Paulo, dezenove de maio de mil novecentos e catorze”.⁸³

Acertos foram realizados para, definitivamente, regularizar a propriedade da terra na Ponte Pensa, envolvendo, inclusive, o escritório de advocacia do então político de prestígio Júlio Prestes, que, com seu peso político, parece certo que pôde intervir de modo favorável junto à Justiça no sentido de favorecer seus clientes. Assim aparece, pela distribuição das terras da Ponte Pensa, a trama envolvendo o político renomado – Júlio Prestes – e os grileiros. Também houve a conivência da Justiça Federal em São Paulo, já que a Fazenda do Estado de São Paulo considerava a Ponte Pensa como de “posses criminosas”, de “ocupantes com títulos de domínios nulos” e por “não concordarem os característicos dos títulos com a topografia das terras”.⁸⁴

Houve a convalidação da posse da Ponte Pensa à firma Glória&Furquim. Efetuado o processo de grilagem, os sócios e seus advogados trataram de retalhar o domínio da Fazenda Ponte Pensa. As terras da gleba foram divididas entre os

⁸³ Embargos de Terceiros em Execução, folhas 199 e 200, v.1. Os trechos que aparecem entre aspas foram retirados do processo citado, de acordo com sentença do juiz.

⁸⁴ A esse respeito, ver Chaia (1980).

grileiros, os advogados e o político Júlio Prestes. Os 207.000 alqueires foram parcelados, conforme o quadro 1.

João Odorico da Cunha Glória – 66.000	Júlio Prestes e O. Pimentel - 21.000
Mário Furquim - 88.500	Júlio Prestes - 9.000
Bernardino de Almeida - 22.500	Total - 207.000

Quadro 1 – Divisão da Fazenda Ponte Pensa – medida agrária em alqueires

Fonte: Ação de Embargos a Terceiros em Execução. Organizado pelo autor.

No dia 15 de dezembro de 1914, na cidade de São Paulo, João Odorico da Cunha Glória e Mário Furquim fizeram o primeiro traslado de escritura de divisão de condomínio, ou seja, da sociedade na Ponte Pensa. Num primeiro instante, desmembraram 45.000 alqueires da Firma Glória&Furquim, sendo 22.500 para cada sócio. A Mário Furquim coube o seguinte perímetro: começava no marco primordial à margem direita do Rio São José dos Dourados e seguia pelo perímetro dividindo com a fazenda Cachoeira da Boa Vista até ao espigão divisor das águas vertentes do Rio dos Dourados daí seguia à esquerda pelo dito espigão até quanto bastasse para completar os 22.500 alqueires; daí seguia em rumo ao Rio São José dos Dourados, dividindo com a parte separada pela escritura ao sócio João Odorico da Cunha Glória⁸⁵.

Nesse primeiro desmembramento, João Odorico da Cunha Glória também foi aquinhoadado, ficando com a outra metade dos 45.000 alqueires desmembrados. A parte que coube a Glória foi a seguinte: começava na margem direita do Rio São José dos Dourados, na divisa das terras por escritura separadas do sócio Mário Furquim; seguia dividindo com este até o alto do espigão divisor das águas vertentes

⁸⁵ Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de São José do Rio Preto, datada de 4 de agosto de 1964. Essa Certidão é o traslado da escritura da primeira divisão da Ponte Pensa. Consta da Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folha 202.

do Rio São José dos Dourados; daí seguia à esquerda pelo dito espigão, dividindo com a firma Glória&Furquim, *tanto quanto bastasse para completar* (grifo do autor) os 22.500 alqueires de terras, daí seguia em rumo ao Rio São José dos Dourados até o ponto inicial⁸⁶.

Como se pode verificar, logo saindo a sentença e a homologação da ação demarcatória proposta pela firma Glória&Furquim no ano de 1914, trataram seus sócios de, no mesmo ano, partilharem terras por meio de lavratura de escritura na cidade de São Paulo e registro da divisão em São José do Rio Preto, no Cartório de Registro de Imóveis, jurisdição onde estava situada a gleba Ponte Pensa. Também é notória a imprecisão dos limites estabelecidos pela primeira dissolução parcial das terras da firma. Nota-se, quando da transcrição da escritura, pelos escritos *tanto quanto baste para completar os 22.500 alqueires de terras*, imprecisão tamanha, que, no futuro, causou demoradas demandas quando da subdivisão das glebas, inclusive a do Córrego dos Coqueiros, objeto de conflitos agrários em Jales, Urânia e São Francisco.⁸⁷

A dissolução e a divisão final da Ponte Pensa ocorreram no dia 20 de fevereiro de 1915, conforme escritura lavrada no Segundo Tabelionato da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na rua Álvares Penteado⁸⁸. Pela lavratura, João Odorico da Cunha Glória ficou, exclusivamente, com a gleba de 66.000 alqueires de terras dentro dos seguintes limites: começava na barra do Ribeirão Ponte Pensa no Rio Paraná, seguia por aquele ribeirão acima até a cova na margem direita, no ponto em que desse a distância de 12.500 metros, medidos com o rumo de SSE 65°, a partir da referida barra; daí seguia em rumo NE 43°30', com a extensão de 1.625 metros; daí seguia, em rumo SE 64°30', na distância de 51.000 metros, dividindo até

⁸⁶ Ação de Embargos de Terceiros em Execução, folhas 202 e 203.

⁸⁷ Sobre esses conflitos, ver Nardoque (2002).

⁸⁸ Essa escritura está transcrita em certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São José do Rio Preto, constando da Ação de Embargos de Terceiros em Execução movida por Euphly Jalles, no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Jales, folhas 204-207.

com Mario Furquim, Bernardino de Almeida e Mario Furquim; daí seguia no rumo NO 25°, na distância de 62.750 metros, até a barra do Ribeirão Lagoa, no Rio Grande, dividindo com a gleba separada para Júlio Prestes e Olympio Rodrigues Pimentel; daí seguia pelo Rio Grande, abaixo, até a confluência com o Rio Paraná, e por este abaixo até o ponto de partida, na barra do Ribeirão Ponte Pensa. Nesse trecho da transcrição já se podem notar os nomes de Júlio Prestes e Olympio Rodrigues Pimentel recebendo suas partes na grilagem da gleba como honorários de trabalhos advocatícios, perfazendo o total de 30.000 alqueires.

Também surge o nome de Bernardino de Almeida, corretor de imóveis na cidade de São José do Rio Preto, que, possivelmente conhecedor dos feitos dos grileiros, foi aquinhado com 22.500 alqueires na denominada Gleba Palmital, com os seguintes limites e confrontações: começando na margem direita do Rio São José dos Dourados, na divisa das terras separadas da firma Glória&Furquim e dadas a Mario Furquim, também na quantidade de 22.500 alqueires, na margem direita do mesmo Rio dos Dourados; daí seguia dividindo com Mario Furquim até o alto do espigão divisor das águas vertentes do Rio São José dos Dourados; daí à esquerda pelo espigão, na divisa de Glória&Furquim até completar os 22.500 alqueires; daí em rumo ao São José dos Dourados, dividindo com os mesmos Glória&Furquim e subindo o rio até o ponto inicial⁸⁹.

O outro grileiro, Mario Furquim, abocanhou outros 66.000 alqueires, tendo as seguintes confrontações: começava na barra do Rio São José dos Dourados, no Rio Paraná, seguia por aquele acima até encontrar a divisa das terras de Bernardino de Almeida; daí seguia dividindo com esses até a barra do Ribeirão Ponte Pensa, no Rio Paraná, e por este abaixo até onde teve princípio na barra do Rio São José dos

⁸⁹ Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São José do Rio Preto, da escritura lavrada em 09 de setembro de 1912. Essa certidão consta da Ação de Embargos de Terceiros em Execução no Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, folhas 121 e 122. Nota-se, aqui, que, mesmo antes da homologação da Ação Demarcatória da Fazenda Ponte Pensa, ano de 1914, já era feita a subdivisão da gleba.

Dourados⁹⁰. Também, como escrito no parágrafo anterior, os advogados ficaram com suas partes. Júlio Prestes ficou com 9.000 alqueires e mais 21.000 em comum com Olympio Rodrigues Pimentel, com os seguintes limites e confrontações: começava na barra do Ribeirão Lagoa, no Rio Grande, daí seguia no rumo SE 28° até o espigão divisor das águas dos rios Grande e São José dos Dourados dividindo com João Odorico da Cunha Glória; daí seguia à esquerda pelo dito espigão, dividindo com Mario Furquim até a divisa do perímetro da Fazenda Ponte Pensa e pelo dito perímetro até o Rio Grande e por este abaixo até a barra do Ribeirão Lagoa, onde teve princípio, estando incluídos dentro deste perímetro os 9.000 alqueires de terras já transferidos a Prestes⁹¹. Na referida escritura, constou que os 21.000 alqueires de direito aos advogados ficariam em nome de Mario Furquim, a fim de que outorgasse escritura a quem os advogados nomeassem. Também, aparecem sobras de terras descritas no documento, referindo-se a 34.000 alqueires que ficaram em nome de Celestino da Silveira, domiciliado em São José do Rio Preto.

Contudo, pelos limites imprecisos da Ponte Pensa, especialmente quanto às confrontações com as terras dos herdeiros e sucessores do Barão de Serra Negra⁹², denominadas de Fazenda Araras, e a gleba que coube na subdivisão a Júlio Prestes e Olympio Rodrigues Pimentel, parece que são as mesmas terras, ou seja, que se sobrepunham. E de fato se sobrepunham, pois Paulo Guilherme Ferraz adquiriu os títulos do Barão de Serra Negra, fundou cidade e retalhou parte da Fazenda Araras, gerando conflitos por terras com Euphly Jalles nas décadas de 1950 e 1960⁹³. Também parece evidente que as glebas subdivididas se sobrepunham, pois os

⁹⁰ Op. cit., folha 205.

⁹¹ Op. cit., folhas 205-206

⁹² Francisco José da Conceição que nasceu no princípio do século XIX, na Vila da Constituição, hoje cidade de Piracicaba, SP e faleceu em sua fazenda no Rio das Pedras em Piracicaba em 2 de outubro de 1900. Disponível em: <http://www.gazetadepiracicaba.com.br/mostra_noticia.aps?noticia=1319661&ordem=26210>.

Acesso realizado em: 11 de jun. 2006.

⁹³ Sobre esse assunto, ver Nardoque (2007).

rumos e direções se confundiam, especialmente as de Mario Furquim e as de João Odorico da Cunha Glória, como se pode observar na figura 3, na subdivisão da Fazenda Ponte Pensa.

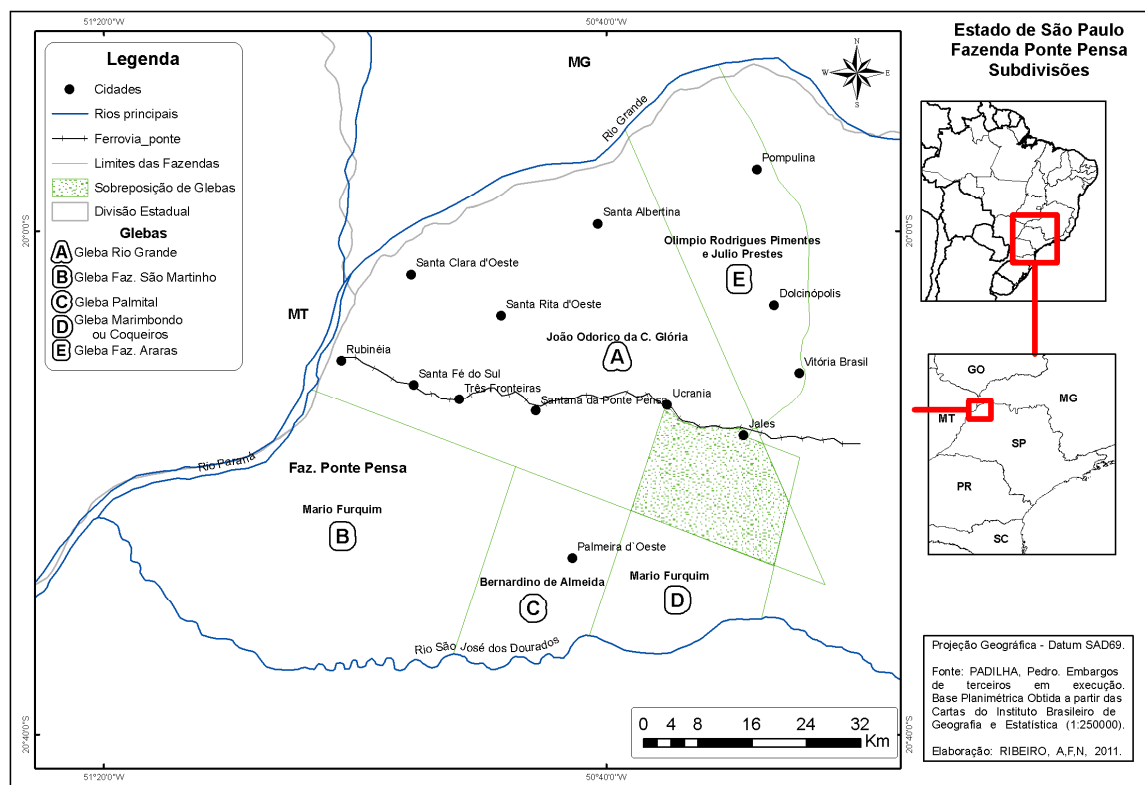


Figura 3 – Fazenda Ponte Pensa: subdivisões.

Fonte: Nardoque (2002)

É pertinente observar, todavia, que as demandas judiciais na Ponte Pensa não terminaram com a dissolução da firma Glória&Furquim, que ocorreu no instante da subdivisão e distribuição das glebas aos grileiros, aos advogados e ao corretor de imóveis.

No período de cinco anos, no máximo, Bernardino, Glória, Furquim e Prestes venderam toda a Ponte Pensa, ficando apenas remanescentes de documentos de terras que, posteriormente, foram vendidos para outras pessoas, inclusive para o fundador de Jales, Euphly Jalles, para que fossem usados em novas grilagens de terras. Relatos e documentos confirmam que os mesmos vendiam duas, três vezes o mesmo lote de terra com a conivência dos cartorários de Monte Aprazível, de Tanabi, de São José do Rio Preto e de Araçatuba. As glebas possuíam mais de 1.000 alqueires e eram vendidas a diversos interessados na especulação imobiliária. Dentre os compradores de terras, destacaram-se: o inglês John Bing Paget; Guilherme Schmidt; Almeida Prado S.A. Comissária e Exportadora; Cia. Lancashire General Investment; Dr. Armando Gomes, advogado; Dr. Euphly Jalles, engenheiro; Dr. Alceu de Assis; Cia. Agrícola Francisco Schmidt S.A.; Cecílio José Karan; Companhia Paulista de Colonização; Paulo Guilherme Ferraz; Alcides do Amaral Mendonça, entre outros⁹⁴.

Em 1920, João Odorico da Cunha Glória, um dos grileiros da Ponte Pensa, vendeu ao inglês John Bing Paget 32.000 alqueires. Quando este revendeu a terra à Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), somente existiam 29.800 alqueires. A diferença estava na venda da mesma terra a outros, como Francisco Schmidt, Karan e Cia. Lancashire⁹⁵.

⁹⁴ De acordo com Muramatsu (1984). O autor se equivoca quanto a Euphly Jalles, pois o mesmo não tinha condições financeiras de adquirir terras nesse período. Suas posses se deram de outras formas, conforme Nardoque (2002).

⁹⁵ Sobre o assunto, ver Muramatsu (1984).

As vendas em duplicidade criaram novos problemas, como demandas judiciais que se prolongaram até a década de 1980 na região. No caso da CAIC, a empresa imobiliária relevou a diferença de terras, pois, mesmo assim, houve a possibilidade de ganhos elevados por meio da venda da gleba em pequenos lotes.

A CAIC era subsidiária da Companhia de Ferro Araraquense, que diversificou seus investimentos na área de especulação imobiliária, revendendo terras que, nessa gleba, tiveram aumento de preço justamente porque a empresa anunciava o prolongamento da Estrada de Ferro Araraquense, passando por aquelas terras.

Outra demanda conhecida foi a referente à Gleba Córrego dos Coqueiros ou Marimbondo⁹⁶, de 1.900 alqueires, nas proximidades da cidade de Jales, envolvendo áreas desse atual município e dos municípios de Urânia e de São Francisco. Essa demanda se estendeu da década de 1930 até a de 1980. Nela, envolveram-se centenas de famílias, formadas por ex-colonos, oriundos das regiões mais antigas de ocupação, que compraram pequenos lotes de Euphly Jalles. Este engenheiro foi agrimensor na Ponte Pensa, trabalhando para sucessores da firma Glória&Furquim, medindo a Gleba Marimbondo, subdivisão da antiga fazenda. Por honorários devido a medições de terras, por posse e por compra, o agrimensor adquiriu milhares de alqueires de terras, inclusive 1.900 alqueires arrematados em praça, devido ao não-pagamento pelos serviços efetuados em 1929, na medição dos quinhões 41a e 41b no Córrego dos Coqueiros, circunscrita à Gleba Marimbondo, anteriormente pertencente, na totalidade, a Mario Furquim. Euphly tomou posse dos quinhões em 1934 e os loteou em centenas de pequenas

⁹⁶ Essa gleba recebe essas denominações pelo fato de ser atravessada pelo Ribeirão Marimbondo e pelo Córrego dos Coqueiros, afluentes da margem direita do Rio São José dos Dourados (nota do autor).

propriedades. Passados mais de vinte anos, Alcides do Amaral Mendonça ingressou na Justiça revertendo o processo. Muitos pequenos proprietários sofreram ação de despejo ou tiveram que pagar novamente pelas terras, agora a Alcides do Amaral Mendonça.

Concordando com Martins (1997), a fronteira foi e é local de conflito entre aqueles que veem na terra objeto de mera especulação e aqueles que anseiam por terra para trabalho. Portanto, a fronteira tem que ser analisada do ponto de vista da vítima que, quando não foi ou não é desalojada das terras, como no caso dos posseiros, foi ou e é conduzida pela burguesia para as áreas de expansão das fronteiras, no sentido de lhe extrair a renda da terra por meio da especulação imobiliária.

É certo que ocorreram apropriações indevidas da terra e conflitos decorrentes no atual município de Jales e estratégias utilizadas por Euphly Jalles, fundador da cidade, para fragmentar a propriedade da terra e promover especulação imobiliária.

Assim, a “frente pioneira” se realizou no extremo Noroeste paulista com o “Grilo Glória e Furquim”, como ficou popular e judicialmente conhecido e se efetuou com a fragmentação da propriedade, desenvolvida pelos especuladores representantes da burguesia nacional e estrangeira, por meio do loteamento de grandes glebas em pequenas propriedades, da fundação de cidades e criação de infra-estrutura.

Referências

AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA DECORRENTE DE FORO, LAUDÊMIO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM

PEDIDO DE TUTULE ANTECIPADA. OAB/SP contra Espólio de Euphly Jalles. 1ª Vara Federal de Jales. Processo nº 2007.61.24.000765-3. Jales, 23 de maio de 2007.

AÇÃO EXECUTIVA DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS. Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça e outros. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, 1931.

AÇÃO DE EMBARGOS A TERCEIROS EM EXECUÇÃO. Euphly Jalles contra Alcides do Amaral Mendonça. Cartório de 2º Ofício da Comarca de Jales, São Paulo, 282/64.

AÇÃO DE INVENTÁRIO. Inventariado Euphly Jalles. Cartório de 2º Ofício, 531/65, Comarca de Jales, Estado de São Paulo.

AÇÃO ORDINÁRIA DE REIVINDICAÇÃO DO IMÓVEL FAZENDA PONTE PENSA. Autores: José Candido da Silva, João Nicolau de Resende e outros contra: Bernardino de Almeida e outros. Juízo da Comarca de Votuporanga, São Paulo, 23/set./1943.

BISCARO NETO, Natal. *Memória e Cultura na História da Frente Pioneira* (Extremo Noroeste Paulista - Década de 40 e 50). 1993. 1v. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 1993.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP*. 1980. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 1980.

CLEMENTE, Evandro César. *Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales-SP*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

COBRA, Amador N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Hennes, 1923.

GODOY, Paulo R. T. *A expansão da fronteira na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960)*. 1995. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 1995.

_____. *A (des)construção do espaço regional: da fronteira agrícola à urbanização – a regionalização da Alta-Araraquarense*. Tese (doutorado em Geografia). Rio Claro, IGCE/UNESP, 2002.

LOCATEL, Celso Donizete. *O desenvolvimento da fruticultura e a intensificação do processo de diversificação da agricultura na região de Jales-SP*. 2000. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

_____. *Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP*. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *O poder do atraso: ensaios sobre sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J.P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: BIPA, 1946.

MONBEIG, Pierre. As estruturas agrárias da Faixa Pioneira Paulista. Trad. Maria da Glória de Carvalho Campos. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, setembro-outubro de 1953.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MURAMATSU, Luís N. *As revoltas do capim* (movimentos sociais-agrírios no Oeste paulista –1959-1970). 1984. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

_____. Renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales. *Scripta Nova*. (Barcelona), Espanha, v. IX, n. 194, p. 12, 2005.

_____. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP*. 2007. 1v. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE/UNESP, Rio Claro, 2007.

_____. (et al). *Nas margens da Boiadeira: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no Noroeste paulista*. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Desconcentração fundiária e os conflitos de terras em Jales/SP. In: PERINELLI NETO, Humberto; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José. (Org.). *Nas margens da boiadeira: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no Noroeste paulista*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NARDOQUE, Sedeval; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A renda da terra e a produção do espaço urbano em Jales. In: ORTIGOZA, S.A.G.; GERARDI, L.H.O.. (Org.). *Temas da Geografia Contemporânea*. Rio Claro: AGETEO/Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

REIS, Nazareth. *Tensões Sociais no Campo* (Rubinéia e Santa Clara D'Oeste). 1990. 1v. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PUC, São Paulo, 1990.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca. *A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo Noroeste paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT/UNESP, 2002.

RUBELO, João Geraldo Nunes. *A produção camponesa no município de Jales-SP*. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000.

CAPÍTULO 13

Planejamento Urbano e Meio Ambiente em Jales-SP

Jose Carlos Ugeda Junior – Doutor em Geografia.

Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim –

Doutora em Geografia.

1. Introdução.

Para que uma cidade seja construída ou ampliada é preciso fazer diversas pesquisas e estudos para que no futuro não haja problemas aos seus moradores. Esses estudos e pesquisas deveriam vir antes da construção das cidades, pois fazem parte dos chamados processos de planejamento urbano.

Vários autores definem o que é Planejamento. Para Hasan Ozbekhan (1968) “planejar é agir sobre um objeto com o propósito de transformá-lo em uma situação que é mais desejável que a atual”. Já para o Autor Yehezkel Dror “Planejamento é o processo de preparar um conjunto de decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos.” (DROR, 1973, p. 323).

Esses dois autores concordam que planejar é a ação de pensar antes de agir. Planejamento urbano é, dessa maneira, a realização de estudos antes que a cidade seja construída ou ampliada, e tem como objetivo pensar todas as possibilidades existentes, para que a melhor seja escolhida. No processo de planejamento urbano os problemas que poderão ocorrer na cidade são identificados e suas soluções são apontadas.

Por esses motivos o planejamento urbano se torna muito importante, pois é através deles que é possível que a cidade cresça sem gerar muitos problemas. Porém, o que acontece no Brasil, é que as cidades crescem sem

que sejam planejadas de maneira correta. Quando isso ocorre todos os problemas que poderiam ser evitados surgem quando as pessoas já estão ocupando as cidades, o que causa dificuldades aos moradores, e a diminuição da sua qualidade de vida.

O ideal é que o planejamento urbano aconteça antes da construção da cidade, e que ele continue ocorrendo com o passar do tempo. O planejamento deve ser entendido como um processo contínuo, que nunca deixa de existir porque a cidade está sempre se ampliando. A construção de novos bairros, escolas, postos de saúde, lojas, *shopping centers*, clubes, etc., deve antes ser planejada para que no futuro não surjam problemas.

Tradicionalmente o planejamento urbano se preocupa com elementos sociais e econômicos, e mais recentemente surgem também preocupações com o meio ambiente. Para que possamos entender o que significada meio ambiente, vamos identificá-lo como tudo aquilo que nos rodeia, ou seja, as escolas, os parques públicos, ruas e avenidas, nosso bairro, nossa cidade, etc. Para quem mora na Amazônia, por exemplo, além das cidades, e do campo, existe também uma imensa área de floresta, porém, para quem mora no interior do estado de São Paulo, como é o caso da cidade de Jales, não é fácil encontrar uma grande área de floresta com animais silvestres, e mesmo assim estamos inseridos no ambiente, ou seja, o ambiente tem características diferentes dependendo do local onde estamos.

As pessoas que moram na cidade estão inseridas em seu ambiente, que é chamado de meio ambiente urbano, bastante alterado pelas ações do homem. Já as pessoas que moram no campo, também se inserem no ambiente, nesse caso no ambiente rural. Deve ficar claro que o ambiente não é apenas o meio natural, a floresta, os animais, os rios, etc., mas sim é tudo o que nos rodeia é onde estamos inseridos e ele é fundamental para a nossa vida. Por esse motivo é tão importante considerá-lo nos processos de

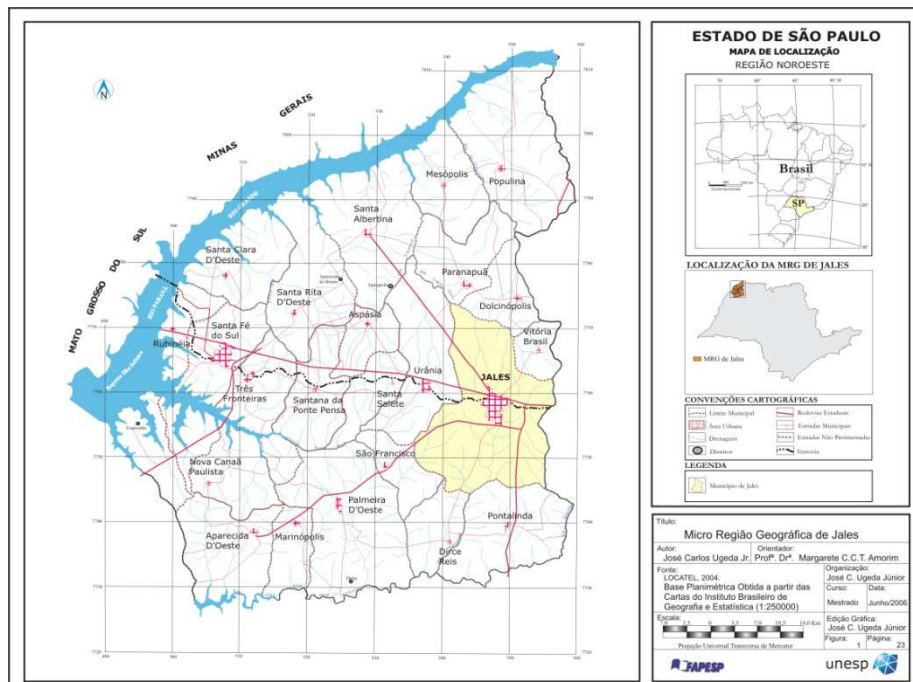
planejamento urbano. Ao considerar os elementos do ambiente no planejamento urbano é possível que problemas como enchentes, deslizamentos, ilhas de calor, dentre outros, sejam evitados, controlados ou corrigidos sem afetar a vida da população da cidade.

Dessa maneira, os elementos do ambiente devem fazer parte dos processos de planejamento urbano, são exemplos o relevo, os rios, o ar, a vegetação urbana, a densidade populacional, o uso e a ocupação do solo, as áreas de proteção ambiental etc. É esse o objetivo deste texto, demonstrar como essas ações podem ser realizadas em Jales, com a finalidade de minimizar os possíveis problemas criados pela construção da cidade e garantir adequada qualidade de vida para a população.

2. A cidade de Jales.

A região de Jales foi ocupada principalmente a partir da construção da ferrovia, dessa maneira a Vila Jales foi fundada em 15 de abril de 1941 e em 24 de dezembro de 1948, foi elevada à categoria de município. Com o passar do tempo a cidade passou a ser a mais importante da região, definida como centro da Micro Região Geográfica de Jales, como pode ser observado na Figura 1, que destaca em amarelo a área municipal.

Figura 1: Micro Região Geográfica de Jales.⁹⁷



Fonte: Ugeda Junior, 2007.

Para alguns autores, como Pierre Monbeig (1984, p.236), a fundação da cidade de Jales foi planejada. O autor afirma que, “Em Jales, o loteamento foi aberto em 1940 e o plano concebido sistematicamente, de maneira a oferecer propriedades cada vez maiores à medida que aumenta a distância do patrimônio”. Monbeig se refere ao planejamento feito na área rural, entretanto, o mesmo não ocorreu com o planejamento urbano. Para a fundação da vila Jales, Euphly Jalles propôs um plano inicial de ocupação, e uma planta base para a cidade, entretanto, em Jales não foi realizado um processo contínuo de planejamento, que contemplasse os fatores econômicos, sociais e ambientais, capaz de solucionar os problemas identificados no momento da fundação.

⁹⁷ Para melhor visualização do material cartográfico acesse:
http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2007/ugedajr_jc_me_prud.pdf
 f

Devido à falta da continuidade do planejamento urbano alguns problemas surgiram, pois a cidade cresceu desordenadamente por mais de 50 anos. Apenas em 1993 é que o Poder Público Municipal passou a realizar estudos para a elaboração do primeiro plano diretor. O plano diretor é o resultado do processo de planejamento e após a realização de todos os estudos, é elaborado um plano geral para o desenvolvimento da cidade. O plano diretor não é o final do processo de planejamento, ele é o resultado de determinado momento, pois deve ser atualizado a cada dez anos, nesse período o processo de planejamento deve continuar acontecendo.

O crescimento urbano ocorrido sem planejamento adequado por mais de cinco décadas gerou problemas ambientais existentes até hoje, como a ocorrência de enchentes em alguns pontos da cidade, a falta de vegetação urbana, a alta densidade populacional, a ausência de praças e parques em diversos bairros da cidade. Esses e outros problemas serão descritos adiante.

A partir de agora, será apresentada a caracterização ambiental, inicialmente de maneira mais geral para toda a região de Jales e, mais adiante, será realizado a caracterização dos elementos ambientais mais importantes para a área urbana.

A cidade de Jales está localizada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, mais precisamente, no planalto ocidental paulista, a 20°16' de latitude sul e 50°32' de longitude oeste, com altitude variando entre 480 a 630 metros. A área total do município é de 369 quilômetros quadrados.

Essa região pode ser entendida como uma área relativamente alta e plana. A forma do relevo é chamada de colinas amplas e essa formação é caracterizada por ser suave, sendo que em Jales não se observa com frequência subidas muito acentuadas. As colinas amplas são consideradas

uma forma de relevo monótona, sendo que não existem grandes variações de altitude, e o relevo segue o mesmo padrão em toda a área.

O solo da região é formado por rochas sedimentares do grupo Arenito Bauru, estas rochas se formam a partir da deposição de sedimentos. Sedimentos são partículas minerais que são carregadas pela água e pelo vento e são depositados em áreas mais baixas. Com o passar do tempo esses sedimentos vão se unindo formando as rochas. Esse tipo de solo, de maneira geral, tem boa capacidade agrícola, como é o caso de Jales que se destaca pela produção de frutas. Entretanto, deve-se ressaltar que nessa área o solo foi classificado com susceptibilidade à erosão alta e muito alta. Isso quer dizer que o solo dessa região é muito frágil e com alta possibilidade que ocorram erosões tanto na área urbana, como na área rural.

A vegetação natural da região foi retirada através do desmatamento há muitos anos, e havia o predomínio da Mata Atlântica. Porém, se tratava de uma área de transição de vegetação, onde também se encontrava o cerrado. Zona de transição de vegetação são áreas onde existe mistura de tipos de vegetação, essa mistura ocorre em função principalmente da temperatura e da chuva.

O município de Jales apresenta rede hidrográfica formada por pequenos rios, isso ocorre porque a cidade foi fundada próxima à ferrovia, que percorre áreas mais altas. A ferrovia se localiza sobre o espigão, que nada mais é do que a área mais alta entre duas bacias hidrográficas. Como a cidade foi fundada sobre o espigão, nesses locais existem muitas nascentes e pequenos riachos, que irão ajudar a formar os rios maiores como o Rio Grande e o Rio Paraná. Mais precisamente o município de Jales se localiza entre as bacias hidrográficas do rio Turvo, rio Grande, rio Paraná e rio São José dos Dourados.

Nessa região existe muita água tanto na superfície como subterrânea, entretanto, como a cidade está distante dos rios maiores, como o Grande e o Paraná, o abastecimento de água para o consumo é feito pelo aquífero Guarani, que é considerado o maior aquífero da América do Sul. Para que se entenda melhor, os aquíferos são reservatórios de água que estão localizados abaixo do solo, no subsolo. Eles são formados por rochas porosas capazes de armazenar água em seus poros. Essa água armazenada é liberada, através da construção de um poço ou pelo afloramento natural.

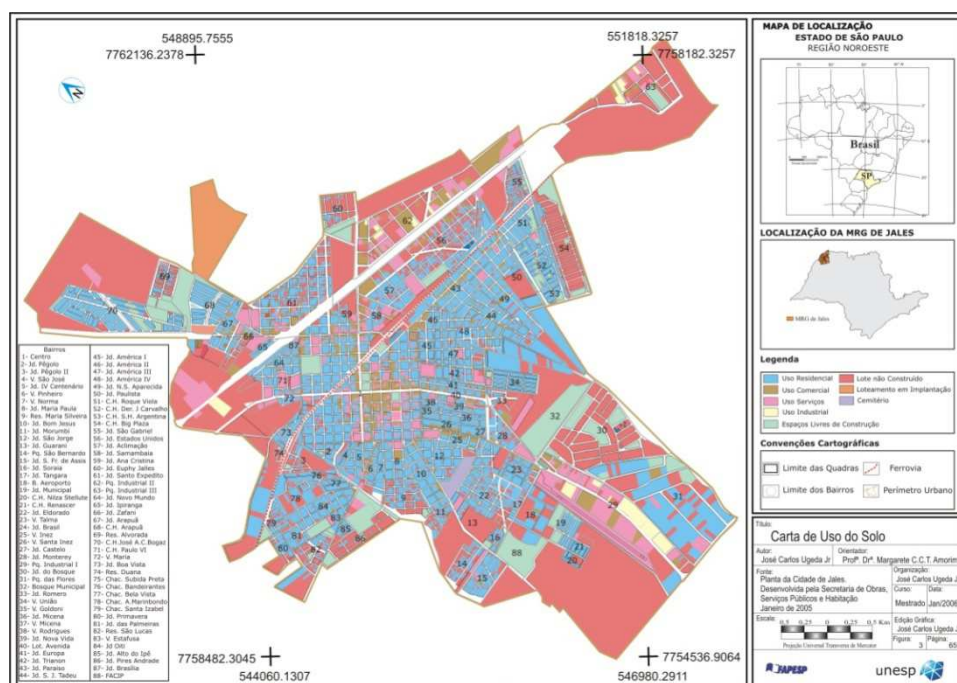
A Região de Jales também se encontra em uma grande área de transição climática, entre os sistemas tropicais e polares, com estações úmidas e secas bem definidas. O verão é caracterizado por alta temperatura e por concentrar a maior parte das chuvas, já o inverno, é mais seco e frio. Apesar dessa definição tradicional, a variação climática em Jales está mais relacionada à estação seca e estação chuvosa, já que no inverno a temperatura não é muito mais baixa do que no verão. A variação de temperatura entre inverno e verão é controlada principalmente pelas frentes frias. No inverno as frentes frias ao passarem por essa região causam queda de temperatura que pode durar de 3 a 4 dias, porém, após esse período a temperatura volta a subir, e só ocorrerá outra queda após a passagem de uma nova frente fria. A estação chuvosa se concentra entre novembro e março, e a estação seca se concentra entre junho e agosto. A precipitação média anual está entre 1200 e 1300 milímetros, e a temperatura média anual está entre 22 e 24° Celsius.

De maneira geral, essas são as principais características naturais para a região de Jales. É importante destacar que existem mais detalhes sobre cada uma delas, entretanto, não caberia aprofundar todas nesse capítulo.

A caracterização dos elementos naturais para a região de Jales, apresenta as características mais gerais, e a partir delas será feito uma análise apenas para o espaço urbano. A cidade conta com área aproximada de 20 quilômetros quadrados, dividida em 90 bairros e está localizada sobre o espigão, com relevo de declive pouco acentuado, os córregos existentes foram quase todos canalizados, e a vegetação urbana, é considerada insuficiente.

O uso do solo é um importante elemento para o planejamento e a gestão das cidades, pois é através dele que é possível identificar quais são as atividades desenvolvidas. A Figura 2 apresenta o uso do solo para a cidade de Jales, sendo possível observar o uso residencial em azul, o uso comercial em marrom, os usos de serviços em rosa, o uso industrial em amarelo, além dos lotes ainda desocupados em vermelho.

Figura 2: Carta de Uso do Solo.

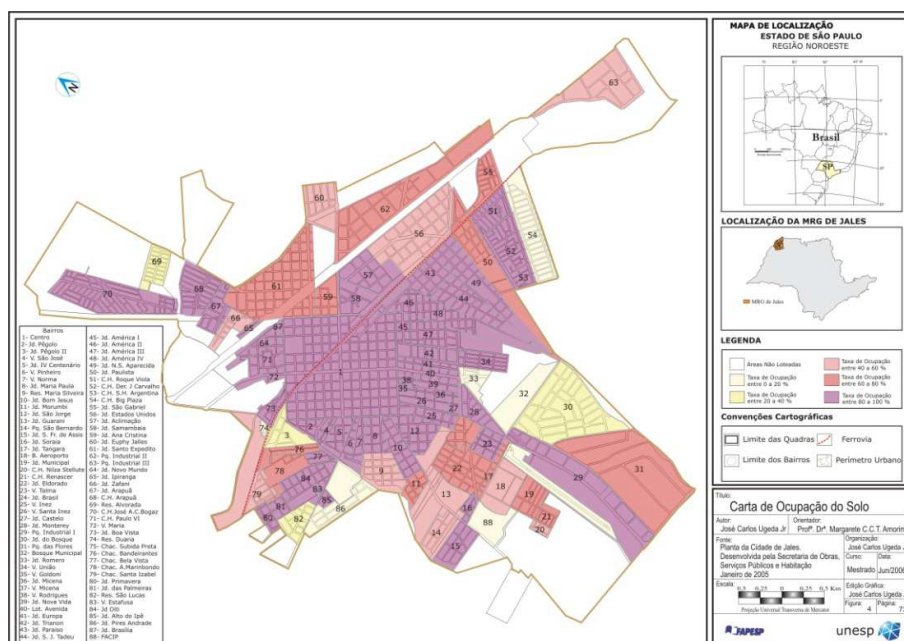


Fonte: Ugeda Junior, 2007.

Na Figura 2 é possível verificar que o uso de maior ocorrência é o residencial, seguidos pelo comércio, serviços, e por último o industrial. A cidade de Jales conta com poucas indústrias sendo que o comércio e os serviços são as principais atividades econômicas urbanas. Um problema identificado em relação ao uso do solo, é a mistura de usos incompatíveis na mesma área, como, por exemplo, residências ao lado de casas noturnas, bares e postos de combustível. Essa proximidade gera problemas como barulho, poluição do ar e aumento do trânsito que certamente irão incomodar os moradores dos arredores.

A Figura 3, carta de ocupação do solo, apresenta a porcentagem de ocupação de solo, sendo entre 0 a 20% amarelo claro, 21 a 40% amarelo escuro, 41 a 60% rosa, 61 a 80% vermelho, 81 a 100% roxo. Essa porcentagem foi calculada em relação a número de lotes construídos. Nos bairros onde todos os lotes são construídos e não existem praças e parques a ocupação é de 100%.

Figura 3: Carta de Ocupação do Solo.

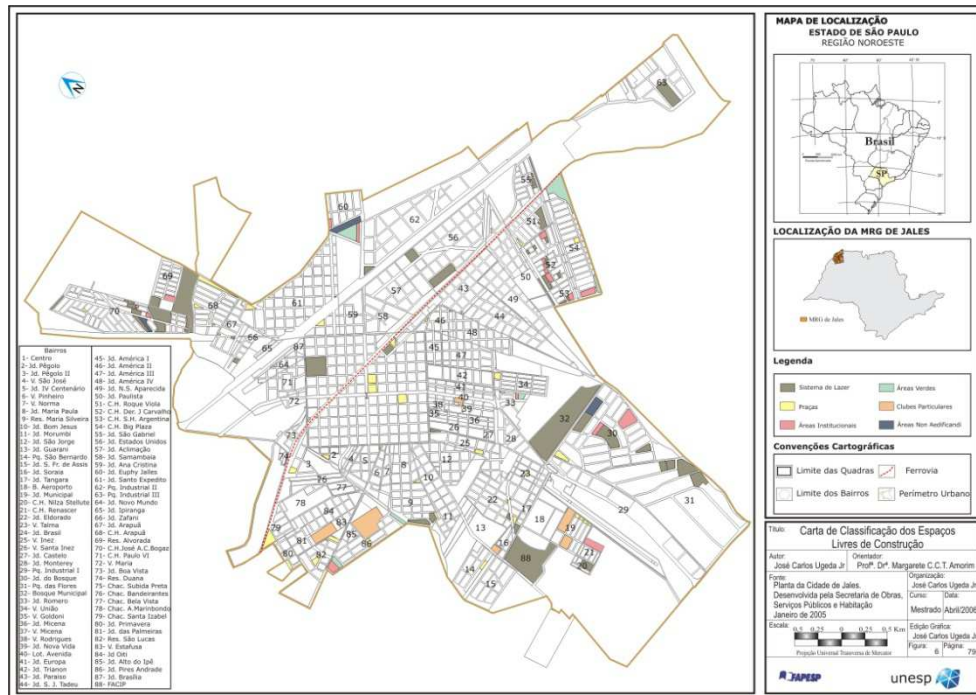


Fonte: Ugeda Junior, 2007.

O principal problema em relação a esses dados, é que a maior parte da cidade está vermelha ou roxa, isso significa que a ocupação predominante é de 80 a 100% dos lotes existentes, o que é muito alto. Fato que fica ainda pior quando se observa a Figura 4, Classificação dos Espaços Livre de Construção. Através dela pode-se perceber que em muitos bairros da cidade não existe nenhuma praça ou parque, e todos os lotes estão ocupados, o que gera o problema da falta de espaços públicos destinados ao lazer.

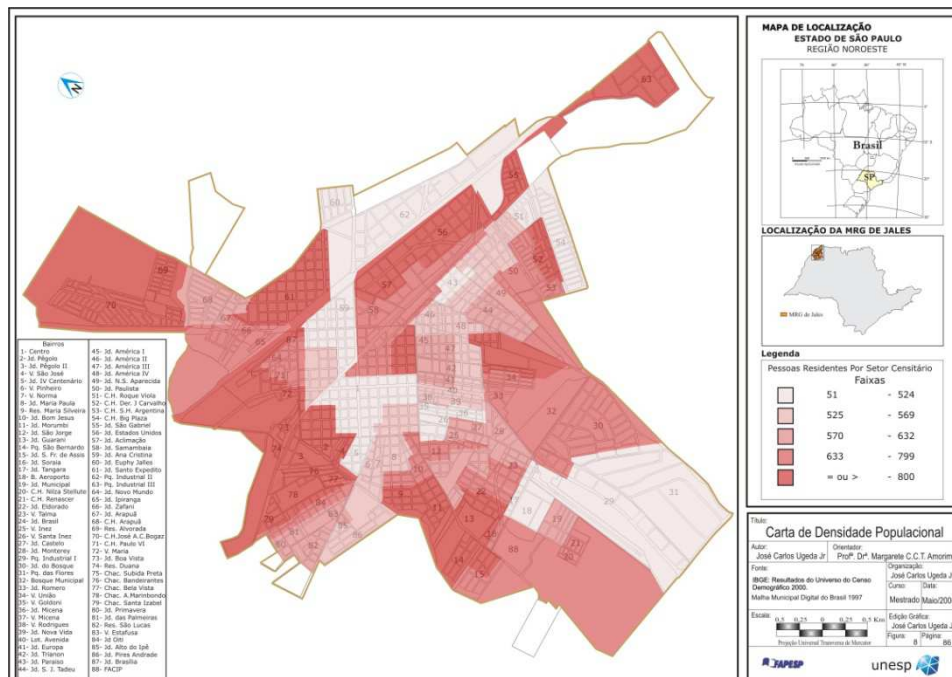
Os espaços livres são muito importantes para a população, pois permitem atividades de lazer e recreação, práticas esportivas, realização de eventos culturais, dentre outros. Entretanto, na cidade de Jales isso não ocorre com frequência, porque a maioria dos espaços existentes em Jales não foram implantados, o que significa que estão sem nenhum tipo de construção. Jales conta com aproximadamente 120 espaços livres de construção, entre eles as praças observadas em amarelo, o sistema de lazer, em cinza, as áreas institucionais em rosa, as áreas verdes em verde, os clubes particulares em laranja, e as áreas não edificáveis em azul. Destas 120 áreas existentes 57% não foram implantadas de fato, o que além de não servir para o lazer e a recreação da população, cria outros problemas como a disposição de resíduos e a falta de vegetação. Essas áreas que são capazes de gerar melhoria na qualidade de vida da população, se não forem implantadas podem fazer o efeito contrário, ou seja, gerarem mais problemas.

Figura 4: Carta de Classificação dos Espaços Livres de Construção.



Fonte: Ugeda Junior, 2007.

Figura 5: Carta de Densidade Populacional.



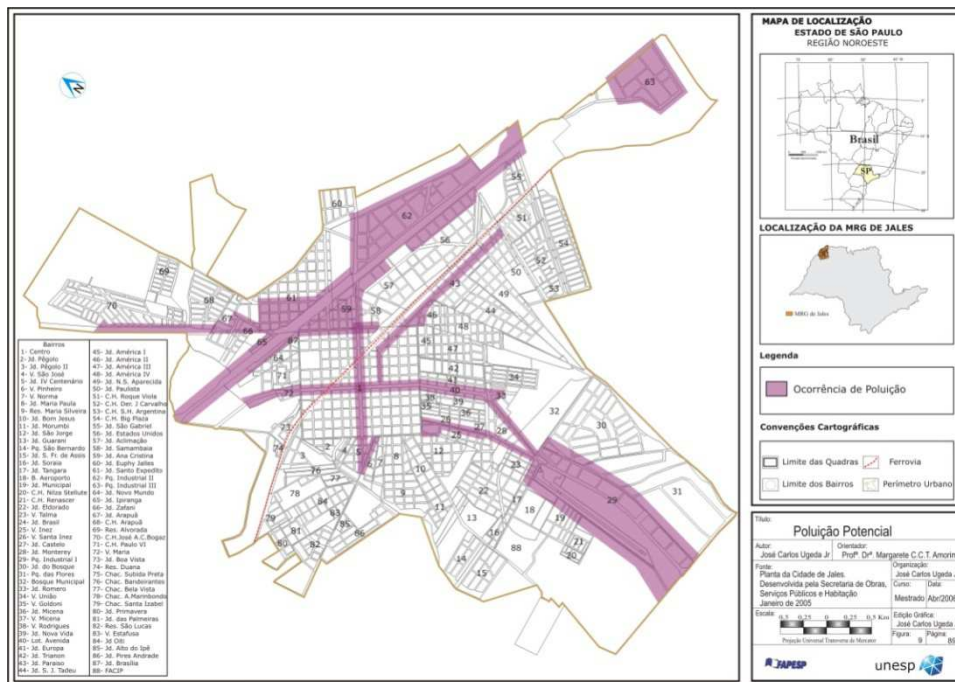
Fonte: Ugeda Junior, 2007.

A figura 5, Carta de Densidade Populacional, apresenta em quais bairros da cidade está localizado o maior número de pessoas. Essa informação é muito importante, pois os problemas identificados se tornam mais graves se ocorrerem próximos a grande concentração populacional. Dessa maneira, o Poder Público pode direcionar as suas ações para solucionar com maior rapidez os problemas em áreas muito populosas, evitando que muitas pessoas passem por transtornos.

Na figura 5 observa-se que os bairros com alta concentração de pessoas estão localizados na periferia da cidade, especialmente em conjuntos habitacionais, ou bairros mais recentes que têm lotes pequenos. A alta densidade populacional pode causar problemas que geram a queda na qualidade de vida dos cidadãos que residem nessas áreas, por esse motivo é função do Poder Público organizar o uso do solo nesses locais, evitando assim que o problema se amplie.

Para se garantir qualidade ambiental adequada, é fundamental realizar o monitoramento da poluição atmosférica, entretanto, na cidade de Jales não existem equipamentos automáticos que realizem a verificação da qualidade do ar. Por esse motivo, a Figura 6, Carta de Poluição Potencial, foi construída através de uma pesquisa que considerou como poluição potencial as indústrias, as marmorarias, as serralherias, os postos de combustíveis, dentre outros, pois, podem poluir o ar, o solo, as águas, etc. Para completar a pesquisa, as ruas e avenidas de trânsito mais intenso também entraram como poluidoras já que, como sabemos, os carros emitem poluição.

Figura 6: Carta de Poluição Potencial.



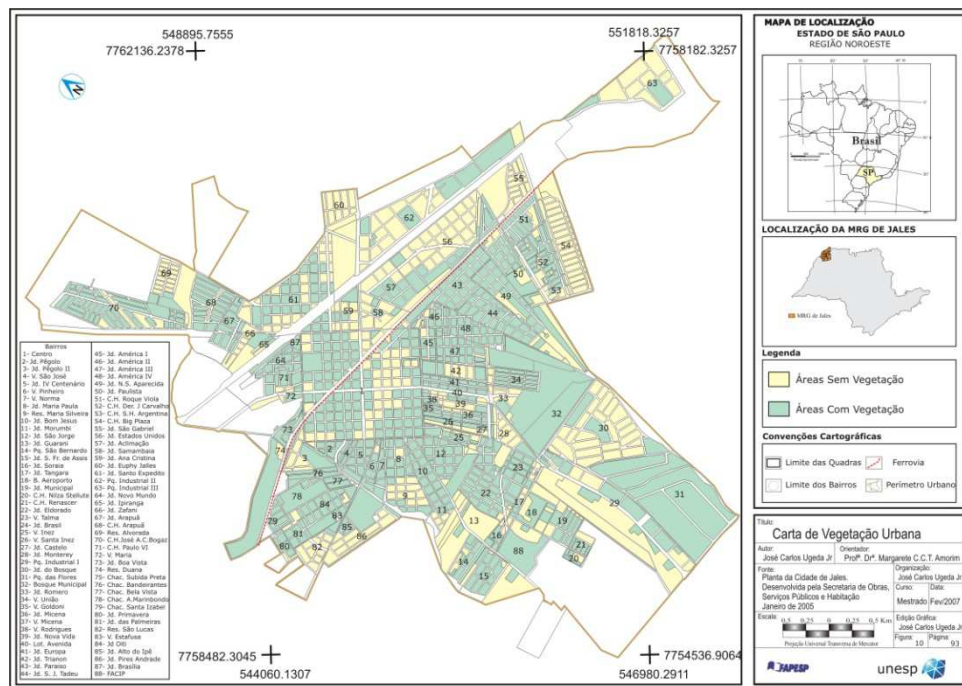
Fonte: Ugeda Junior, 2007.

A figura 6 indica que os distritos industriais, as margens da rodovia Euclides da Cunha e as principais vias de ligação da cidade, são as áreas potencialmente poluídas, dessa forma, uma maneira de controlar a poluição é plantar árvores nesses locais, pois elas têm a capacidade minimizar os problemas relativos à poluição do ar, além de gerar um microclima mais agradável, ou seja, diminuir a temperatura e aumentar a umidade desses locais.

A figura 7, Carta de Vegetação Urbana, apresenta na cor verde, as áreas onde existe qualquer tipo de vegetação, seja ela rasteira, arbustiva, ou arbórea, e as áreas onde não existe vegetação em amarelo. Sendo assim, deve-se destacar que na cidade de Jales existe falta de vegetação arbórea, falta de árvores, pois são as árvores que trazem os maiores benefícios em relação à melhoria da qualidade ambiental diminuindo os impactos da poluição

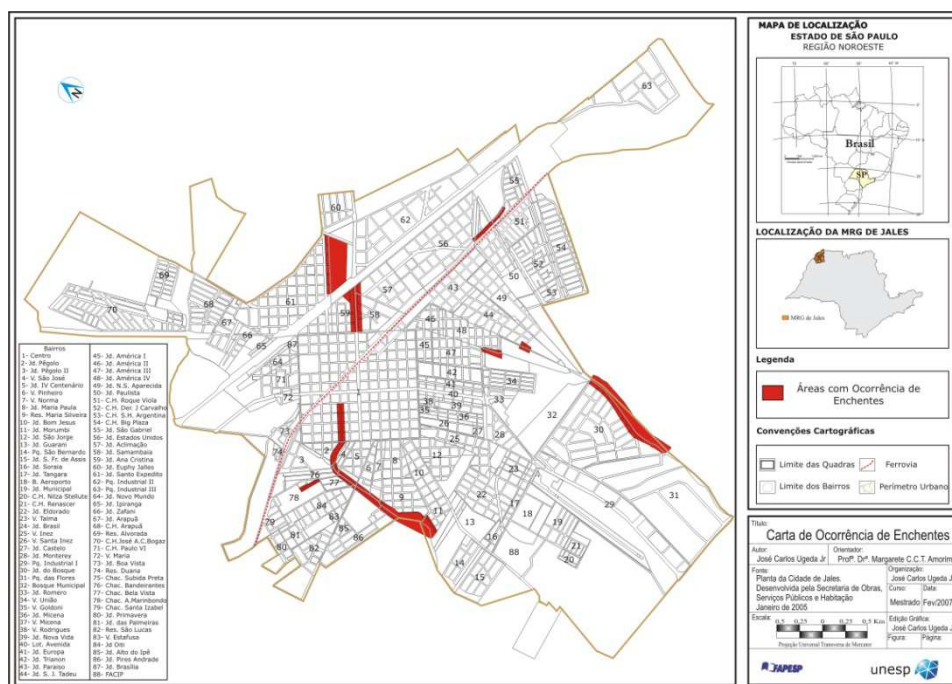
do ar, criado um microclima mais agradável, aumentando a infiltração de água no solo, o que diminui os problemas com enchentes, enfim, elas têm muito a oferecer para melhoria da qualidade de vida da população. Para que todos esses benefícios sejam alcançados deve ser feito em Jales o plantio planejado de árvores. Isso deve ocorrer através de estudos, que identifiquem os locais e as espécies de árvores mais adequadas. O objetivo é criar um sistema contínuo de vegetação, onde em todas as ruas exista a presença de árvores, além é claro das praças e parques.

Figura 7: Carta de Vegetação Urbana.



Fonte: Ugeda Junior, 2007.

Figura 8: Carta de Ocorrência de Enchentes.



Fonte: Ugeda Junior, 2007.

Na Figura 8, Carta de Ocorrência de Enchentes, identifica-se as áreas onde historicamente ocorreram enchentes em Jales, e mesmo que não sejam muitas áreas, os problemas de enchentes são muito graves onde eles ocorrem, a ponto de destruírem diversas casas e colocarem em risco a vida da população que reside nesses locais.

As fotos 1 e 2 apresentam casas destruídas pelas enchentes. Neste local, frequentemente ocorre o alagamento da Avenida João Amadeu, pois ela drena uma grande área desprovida de vegetação, a qual por sua vez, deságua na galeria do Jardim Santo Expedito. Esse episódio ocorreu em dezembro de 2005 e janeiro de 2006. Apenas nesse bairro 16 famílias tiveram suas casas condenadas e tiveram que se retirar.

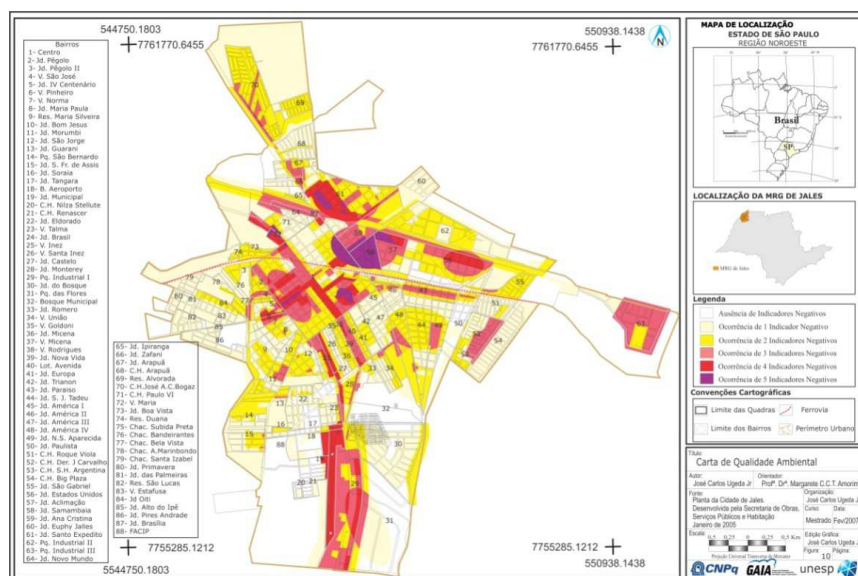
Foto 1: Galeria rompida no J. Santo Expedito. **Foto 2:** Casas derrubadas no J.Santo Expedito.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jales, 2006.

A partir do cruzamento de todos os dados apresentados chegou-se ao diagnóstico ambiental urbano em Jales (Figura 9). Esse diagnóstico apresenta de maneira clara as áreas com problemas, sendo que quanto mais escura a cor do mapa, maiores são os problemas identificados.

Figura 9: Carta de Qualidade Ambiental.



Fonte: Ugeda Junior, 2007.

A carta de qualidade ambiental pode contribuir com os processos de planejamento urbano, pois apresenta aos planejadores os locais onde existem problemas. Dessa forma, os planejadores e gestores urbanos têm as informações necessárias para inserir nos tradicionais processos de planejamento esses elementos do ambiente, que como vimos são muito importantes para a cidade.

Em relação à cidade de Jales, o diagnóstico ambiental apresenta problemas mais graves no centro da cidade, nas principais vias de ligação, como ruas e avenidas, nos distritos industriais, além de alguns bairros densamente povoados. O que pode ser observado na Figura 9, nas áreas de cor vermelha e roxa.

Os principais problemas identificados estão relacionados à falta de vegetação urbana, aos parques e praças que não foram implantados, à poluição atmosférica, às enchentes e a alta densidade de ocupação que chega a 100% dos lotes em alguns bairros.

3. Conclusões.

Diante do que foi apresentado chega-se a conclusão de que a cidade de Jales apresenta alguns problemas ambientais e esses problemas surgem principalmente devido a falta de planejamento e gestão adequada do espaço. Porém, deve se destacar que os problemas identificados encontram-se em estágio inicial, e que suas soluções podem ser atingidas. O que não se deve fazer é deixar que a cidade cresça, sem que estes problemas sejam

solucionados. Os dados indicam que as principais ações a serem inseridas no planejamento e na gestão de Jales são:

-Criação de um sistema contínuo de vegetação urbana, de modo que as áreas destinadas ao sistema de espaços livres de edificação com predominância de vegetação estejam ligadas à cidade e também entre si, através da vegetação das vias públicas.

-A Implantação dos espaços livres de edificação não efetivamente ocupados se apresenta como uma das condições necessárias para a melhoria da qualidade ambiental.

- Melhoria dos espaços livres de edificação efetivamente implantados. Essas melhorias são necessárias, pois grande parte dos espaços existentes encontra-se abandonada.

-Combate à poluição que deve ocorrer, principalmente, por meio da implantação de um sistema contínuo de vegetação planejado com diversas finalidades, como o isolamento, através de um cinturão verde dos Parques Industriais, e também da intensificação da arborização das vias de ligação, onde existe tráfego intenso.

-Disciplinar a ocupação e a densidade demográfica, pois isso é condição indispensável para que se obtenham boa qualidade de vida nos centros urbanos.

4. Bibliografia.

AMORIM, M. C. C. T, **Análise Ambiental e Qualidade de Vida na Cidade de Presidente Prudente-SP**. 1993, 136p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos**. Nobel 2ª ed, São Paulo. 1992.

DROR, Y. **The planning process: a facet design**. In: FALUDI, Andreas (org.) **A reader in planning theory**. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 323 – 343.

LAMPARELLI, C. M. **Metodologia do Planejamento Urbano**. In Planejamento Urbano em Debate. CORTEZ & SOARES, São Paulo. 1978.

LOMBARDO, M. A. **Qualidade Ambiental e Planejamento Urbano: considerações e métodos**. 1995. Tese (Título de Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. HUCITEC, São Paulo. 1984.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro. 1999.

NARDOQUE, S. **Renda da Terra e Produção do Espaço Urbano em Jales – SP**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP)**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OZBEKHAN, H. **Rumo a uma Teoria Geral de Planejamento**. Simpósio sobre "previsões de longo prazo e planejamento", realizada em Bellagio (Lago de Como). 1968.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. MALHEIROS EDITORES, São Paulo. 1997.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. BERTRAND BRASIL, Rio de Janeiro. 2002.

UGEDA JUNIOR, J.C. **Qualidade Ambiental e Planejamento da Paisagem na Cidade de Jales-SP**. 2007. Presidente Prudente-SP. 206p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

